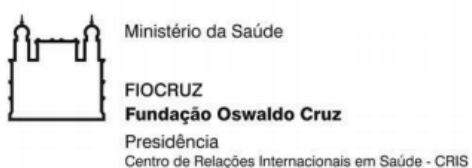


**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ**  
**Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**  
**Nº 18/2022 - 13 a 26 de setembro**



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2022**



## SUMÁRIO

---

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - Paulo M. Buss e Pedro Burger	
<b><u>Sistema Nações Unidas</u></b>		
11	Momento decisivo: a verdade despedaçada ou 2+2=5 – <i>Santiago Alcázar</i>	
16	Um momento divisor de águas: soluções transformadoras para desafios interligados <i>Agenda política global e saúde na 77ª AGNU – Santiago Alcázar</i>	
20	51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU: Os debates sobre o Direito ao Desenvolvimento e seu futuro Tratado como meios essenciais para a garantia do Direito à Saúde no Planeta - <i>Armando De Negri Filho</i>	
40	Grandes mudanças no futuro da saúde global: as discussões na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas e na 30ª Conferência Sanitária Pan-americana – <i>Paulo Buss, Guto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>	
49	Preocupações ambientais apontadas na Assembleia Geral das Nações Unidas - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
57	Geração de emprego decente (digno), garantia de proteção social, e atendimento do ODS-8 têm destaque na agenda da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas - <i>René Mendes</i>	
64	Sobre tempos incertos, mal-estar existencial em um mundo em transformação: o Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/22 - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
70	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
74	Relatórios para 77ª AGNU, Saúde Mental Perinatal, Alerta para o Ressurgimento da Poliomielite e Guia de Resposta para o Fechamento de Escolas pela Covid-19 - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
85	<i>A relação entre os sistemas alimentares e as metas globais de redução de doenças crônicas não transmissíveis: chances perdidas de articulação das agendas</i> - Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Erica Ell	
89	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
93	Organização Mundial do Comércio: Restrições às exportações e segurança alimentar - <i>Claudia Chamas</i>	
95	O futuro está atrasado: a Educação e a Cultura como aceleradores de um futuro que não chega – <i>Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar e Vitor Rodrigues</i>	
<b><u>Movimentos sociais globais e saúde</u></b>		

102 Organizações da Sociedade Civil na saúde global e diplomacia da saúde - *Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis e Luís Eugênio de Souza*

115 A profundidade da influência do Filantropocapitalismo e a erosão do sistema multilateral por força da eliminação do espaço e dos bens de interesse públicos. E a radicalização da luta ambiental como agenda urgente. Conflitos sociais em saúde e a construção de alternativas transformadoras - *Armando De Negri Filho*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

131 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*

143 G7 reunido na AGNU, G20 busca mostrar resultados à medida que se aproxima sua cúpula, ao passo que OCDE prevê menor crescimento econômico no mundo - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

149 Os BRICS na 77ª AGNU: respeito à soberania e a integridade territorial dos países e compromisso com a resolução pacífica de suas diferenças e disputas - *Claudia Hoirisch*

151 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*

161 La pandemia de covid-19 y las poblaciones vulnerables de Sudamerica - *Pier Paolo Balladelli e Sofia Farante*

183 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

193 A Europa dá um passo à direita - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

197 A raiva contra a repressão ganhou um rosto e o mundo - *Lúcia Marques*

206 Cooperação Internacional da China e Saúde Global - *André Costa Lobato*

210 Atualização EUA - *Luiz Augusto Galvão*

Autores deste Caderno - 213

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 216

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 217

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 18/2022 – 13 a 26 de setembro

#### APRESENTAÇÃO

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) é a instância máxima do sistema multilateral global. A Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) é a autoridade sanitária das Américas. Ambas as organizações realizaram seus grandes eventos políticos nas últimas semanas, definindo uma agenda política global e a agenda sanitária das Américas, respectivamente.

O tema geral da 77ª. AGNU de 2022 é “*Um momento decisivo: soluções transformadoras para desafios interligados*”, muito apropriado, na medida em que expressa a compreensão que os problemas do mundo estão interligados e que soluções transformadoras e urgentes são imprescindíveis.

A AGNU organizou os temas em discussão em 9 blocos, com 178 subtemas. Todas as grandes estruturas do sistema ONU (SG e seus departamentos, Conselho de Segurança, Conselho Econômico Social (ECOSOC), Conselho de Direitos Humanos e outras, assim como todas suas agências, programas e fundos reportam para a AGNU, o que a torna ainda mais relevante, porque fornece um panorama completo da situação política, social, econômica ambiental e sanitária global, assim como as propostas formuladas para pretensamente solucioná-las.

Quase todos os chefes de Estado ou de governo comparecem ao evento anual de maior envergadura internacional e expõem os pontos de vista políticos do seu país, propõe e cobram soluções. Centenas de eventos paralelos também mobilizam os governos e a sociedade civil global nos cerca de 20 dias que dura o segmento de alto nível da Assembleia.

Neste ano de 2022, apesar dos quase 200 temas em debate – o que já anuncia a forma fragmentada como mundo é apresentado e discutido por seus atores principais – o debate geral foi dominado pela guerra da Ucrânia, com defesas e acusações oriundas de todos os lados, expressando o grande conflito político Leste-Oeste que domina a cena política entre as Nações.

Todos os nossos analistas foram convidados a eleger, na medida do possível, os grandes temas que dominaram as áreas temáticas e instâncias políticas cobertas no Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (figura); contudo, analisando cada ‘árvore’, a recomendação foi que procurasse não perder a noção do ‘bosque’. Em outras palavras, contextualizar os informes, declarações, resoluções de cada grande área política e técnica em relação ao contexto político maior, influenciando-o e por ele sendo influenciada.

No primeiro artigo, **Alcázar** apresenta em dois artigos sua análise amarga, mas realista, das grandes questões que dão o tom crucial dos conflitos políticos mais relevantes na esfera política global. Em **Momento decisivo: a verdade despedaçada ou 2+2=5** o autor afirma que é um truísmo dizer que numa guerra a primeira vítima é a verdade. Agora, tudo indica que a própria Organização das Nações Unidas, tal como entendida pelos fundadores, é uma outra vítima. A lógica da cooperação de nações unidas em torno a um ideal cede à lógica da confrontação. Em vez de construção, destruição. Em vez de perspectivas iluminadas para a

frente, corrida de imagens que vão ficando para trás no espelho retrovisor. Em vez de luz, ruínas e sombras. Que sentido tem a agenda da AGNU, quando o sentido de seus itens aparece com sinal invertido. Quando  $2+2=5$  é aceito por muitos, todo o resto é irrelevante, até que se volte à lógica da cooperação.

No artigo **Saúde na 77ª AGNU**, *Alcazar* defende que saúde, direitos humanos e desenvolvimento sustentável são condições definidoras da dignidade humana, que não podem ser subordinadas a políticas de economia, comércio ou finanças. A saúde na 77ª AGNU mais parece um objeto de decoração que nada tem a ver com os demais itens da agenda, ainda que esse não seja o caso. O maior desafio é tornar saúde, direitos humanos e desenvolvimento sustentável o núcleo de assuntos aos quais todos os demais devem subordinar-se, conclui o autor.

Os grandes temas do **Conselho de Direitos Humanos** em debate, e que chegaram à 77ª AGNU, são apresentados e analisados pela pena crítica de *De Negri Filho*. Seguindo os trabalhos da 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, destaca neste informe dois relatórios que compõem o importante grupo de temas de agenda desta Sessão do CDH sobre Direito ao Desenvolvimento e que dão seguimento ao já reportado Informe do Relator Especial do Direito ao Desenvolvimento - DaD, Embaixador Alfarargi; neste informe, o relatório do Alto Comissariado de Direitos Humanos e do Secretário Geral da ONU sobre “Direito ao Desenvolvimento”, e o Informe da reunião do Grupo de Trabalho sobre o DaD realizada em novembro de 2021.

O primeiro Informe, A/HRC/51/22, reflete a enorme importância de alcançar a materialidade do Direito ao Desenvolvimento para enfrentar as consequências da pandemia de Covid19 desde suas raízes e projeta o DaD como elemento estratégico para superar as velhas e novas desigualdades mediante o amparo a sistemas universais de proteções sociais, onde se localizam os sistemas de saúde, mediante as transformações econômicas e sociais no âmbito internacional e no interior de cada país. No documento-relatório se apresentam os dados e análises que ilustram como em consequência da pandemia e afirma: ... “A crise da saúde e as crises sociais e econômicas resultantes reverteram os ganhos no bem-estar e no desenvolvimento humano e iluminaram as consequências estruturais de décadas de serviços públicos subfinanciados ou desmantelados e políticas relacionadas aos direitos econômicos e sociais. A implantação, o acesso e a disponibilidade das vacinas COVID-19 revelaram e exacerbaram as desigualdades entre os países.

O mundo enfrenta um grande desafio e uma oportunidade de mudar de rumo, aprender as lições da crise de Covid-19 em curso e promover uma recuperação justa, verde e sustentável, através de uma cooperação internacional crescente e eficaz. O presente relatório considera como a aplicação do direito ao desenvolvimento, seus princípios e normas, conforme definido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, teria contribuído para prevenir e/ou aliviar diversos impactos da pandemia COVID-19 e orientar a resposta global e a recuperação da pandemia. O relatório se concentra em três áreas: o sistema financeiro internacional, a implantação de vacinas e o modelo de negócios, e a recuperação verde. Aborda a dimensão internacional da responsabilidade dos Estados de respeitar, proteger e cumprir o direito ao desenvolvimento, inclusive por meio de parcerias globais e regionais.”

O segundo Informe, “Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento em sua vigésima segunda sessão (Genebra, 22 a 26 de novembro de 2021)”, foi apresentado pelo Embaixador Zamir Akram, atual Presidente e Relator do GT. A/HRC/51/38.



O Informe nos apresenta um panorama do estado da arte do conteúdo da proposta do draft da proposta de instrumento juridicamente vinculante, o Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento, e permite uma leitura dos debates em torno à proposta, identificando conteúdos fundamentais e a posição dos atores políticos estatais e sociais intervenientes, além de permitir uma compreensão sobre as etapas e complexidades de construir um tratado internacional em sintonia com o direito internacional em suas várias dimensões conexas com um objeto tão complexo como o DaD.

O informe sobre **OMS e OPAS**, intitulado “A 30ª. Conferência Sanitária Pan-americana, a agenda de saúde das Américas e a eleição da nova direção da OPS”, privilegia o magno evento, que se realiza presencialmente em Washington, DC, USA, de 26 a 30 de setembro, ou seja, a corrente semana. Os autores, **Buss, Galvão, Reges e Bermudez** examinam a agenda em discussão na Conferência que, somando os documentos políticos fundamentais de orientação, às políticas que ainda têm vigência nos próximos anos e as políticas aprovadas na Conferência, constituem o programa de trabalho da OPAS e seus Estados-membros, a partir da eleição da nova direção da Organização.

**Magalhães e Galvão**, no **cluster de ambiente e saúde** do Observatório, **analisa** as preocupações e reivindicações dos países em relação às crises ambientais, como a climática, a perda da biodiversidade e poluição no discurso dos líderes de países durante a Assembleia Geral da ONU. As questões climáticas foram as mais citadas, pedindo pela responsabilização dos países ricos com o compromisso de US\$100 bi para financiamento climático, a validação do mecanismo de “Perdas e Danos” para lidar com as injustiças, a organização do mercado de carbono para ajudar os países ricos em floresta a promoverem sua conservação e investimento em medidas de mitigação. Os países também pediram uma reestruturação de ordem financeira, para que dívidas sejam reconsideradas e que doações solidárias ocorram a fim do bem comum. Poucos foram os líderes que levantaram ou citaram o tema da biodiversidade e poluição, demonstrando a falta de reconhecimento da sinergia da tripla crise planetária (clima, perda da biodiversidade e poluição) – Se as três crises não forem resolvidas em conjunto, nenhuma terá solução. Na biodiversidade foi dado enfoque na preservação da vida marinha. Eventos paralelos sobre biodiversidade, plásticos, e clima também foram abordados.

O **PNUD** lançou seu famosos e esperado Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022, incluindo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). **Martin e Paes-Souza** sinalizam que os últimos dois anos tiveram um impacto devastador, sendo a primeira vez que os resultados apresentam uma diminuição global da saúde, educação e do padrão de vida por dois anos consecutivos. Além disso, argumentam que novas camadas de incertezas estão interagindo e tomando novas formas, surgindo um “complexo de incertezas”. O relatório recomenda a implementação de políticas que se concentram nos “Três Is” (*investment, insurance and innovation*) para ajudar a navegar neste novo complexo.

No **cluster sobre migrações e refugiados**, os autores, sob a liderança de **Deisy Ventura**, abordam a importância do acesso equitativo ao uso de antibióticos por parte de pessoas migrantes e refugiadas, ressaltada pela OMS por meio da revisão de evidências globais sobre migração e saúde. A saúde de pessoas migrantes também foi o foco da 77ª Assembleia Geral da ONU, que ocorreu neste mês de setembro. Trouxemos o lançamento da cartilha sobre o direito de pessoas indígenas refugiadas e migrantes, uma parceria do Ministério Público do Pará e do ACNUR; e o suporte da OIM à prefeitura da cidade de São Paulo no mapeamento de iniciativas culturais de migrantes por meio do Mapeamento Colaborativo 2022.

Na área de **Saúde da Mulher Criança e Adolescente**, os autores, **Massari, Gomes e Carvalho** abordam o Guia para a Saúde Mental Perinatal, lançado pela Organização Mundial da Saúde; o relatório das Nações Unidas sobre Tráfico de mulheres e meninas: crises como multiplicador de risco; o informe, também da ONU, sobre Crianças de Ascendência Africana; apontam o alerta da Organização Pan-americana de Saúde sobre a Erradicação e Ressurgimento da Poliomielite na região; e a Pesquisa sobre Resposta da Educação Nacional ao Fechamento das Escolas pela Covid-19 e guia de resposta, do UNICEF

O grupo que trabalha **Segurança Alimentar**, constituído por **Nilson, Oliveira e Ell** analisa a relação entre os sistemas alimentares e as doenças crônicas não-transmissíveis, associadas à alimentação inadequada e a falta de articulação entre as ações das agências. Temos um momento global muito propício para essas agendas, com compromissos como os ODS, a Década de Ação sobre a Nutrição e a Cúpula de Sistemas Alimentares e devem ser estimuladas as sinergias entre as ações das agências, refletidas também nas políticas nacionais para articular prevenção e controle de doenças crônicas não-transmissíveis e as transformações necessárias aos sistemas alimentares para alcançar os ODS, visto que a garantia do direito humano à alimentação adequada depende diretamente da promoção de ambientes alimentares saudáveis decorrentes de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e exclusivos.

Nas **instituições financeiras internacionais**, **Cazumbá** analisa as iniciativas e ações do **Banco Mundial e FMI** na 77ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. No **BID**, a autora destaca o financiamento para projetos na área ambiental.

**Chamas** traz para os leitores informações sobre o evento do Comitê de Acesso a Mercados da **Organização Mundial do Comércio**, com experiências sobre o comércio de bens relacionados a Covid-19, com foco em experiências e práticas em relação às restrições à exportação durante a pandemia. Os chefes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo Banco Mundial (GBM), Programa Mundial de Alimentos (PAM) e OMC pediram aos governos medidas urgentes para enfrentar a crise alimentar aguda, destacando a importância de construir resiliência para o futuro a partir de esforço contínuo e coordenado.

**Rodrigues, Gaspar e Sanglard** analisam neste informe a Cúpula da Transformação da Educação e a 2ª Conferência Mundial da **UNESCO** sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável, trazendo a Educação e da Cultura como setores que necessitam estar nas agendas das grandes decisões e estratégias para acelerar as mudanças efetivas para um futuro que está atrasado. O atual modelo de sistema educacional não resultou em avanços significativos globalmente, não prepara seus estudantes para enfrentar os desafios globais nem tampouco valoriza o papel dos educadores e professores. A cultura não é valorizada como base para o respeito à alteridade e ao diverso como elo entre os povos para o efetivo crescimento da humanidade na superação das divergências e divisões históricas, construindo uma verdadeira cooperação multilateral.

A **sociedade civil global** é analisada pelo grupo liderado por **Luís Eugenio Sousa**. Nesta edição o grupo reúne manifestações públicas de 24 organizações da sociedade civil e fundações privadas atuantes na arena global da saúde. Essas manifestações destacam, em primeiro lugar, a relação entre a saúde e as crises mundiais em curso (crise climática, guerras e conflitos armados). O tom é de denúncia e reivindicações a governos e organismos multilaterais para apoio e atenção a países e populações que atravessam situação de calamidade pública, crise alimentar e guerras. Além disso, integram as manifestações preocupações com o uso de

combustíveis fósseis, migrações e a cobertura vacinal de crianças, que, segundo as organizações, requer especial atenção devido aos retrocessos provocados pela pandemia da Covid-19. A situação da força de trabalho em saúde e os esforços para sua capacitação e para a redução da escassez de trabalhadores de saúde também estão na pauta. Em um tom positivo, há anúncios de novos recursos para tratamento e controle das doenças infecciosas e maior apoio às ações de mitigação da crise climática, manifestos em relatórios e em eventos realizados pelas organizações acompanhadas.

**Ungerer** reporta muitos acontecimentos durante a GSSD expo 2022 (**UNOSSC e PNUD**), que por ter sido realizada de forma híbrida permitiu que mais de 1,5 milhão de pessoas pudessem acompanhar, de perto, pelas redes sociais.

Aproveitando a AGNU, o **G-77 e o MNA** realizaram suas reuniões Ministeriais anuais. O Ministro de Relações Exteriores do Paquistão discursou sobre a gestão do Paquistão frente ao G-77, no ano de 2022 e apresentou o Ministro de Relações Exteriores de Cuba, como o próximo presidente do G-77 para o ano de 2023. Já o Ministro das Relações Exteriores do Azerbaijão apresentou o relatório anual de desempenho do MNA defendendo o multilateralismo o princípio da integridade territorial de seus membros. Com vários destaques do Centro Sul, ressaltamos a decisão do Governo da Colômbia de ingressar novamente no Centro Sul, o que certamente abrirá várias portas para a cooperação.

Mas ainda sobre a AGNU, chamamos a atenção para duas importantes participações de Timor Leste que teve a oportunidade de organizar juntamente com Serra Leoa, uma cúpula sobre prevenção de conflitos em um mundo multipolar sob a perspectiva do g7+ e uma reunião da Comissão de Consolidação da Paz sobre Timor-Leste.

Os grupos dos países abastados (**G7, G20 e OCDE**) são analisados pelo grupo de pesquisadores do Observatório, sob a liderança de **Burger e Esteves**. O destaque vai para a resposta do G7 às recentes ameaças de Putin que podem impactar toda a comunidade internacional. Para além das condenações, nenhuma nova medida ou sanção foi divulgada pelo grupo. Em meio aos destaques da guerra, uma menção à saúde global referente ao combate da resistência antimicrobiana. No **G20**, ainda que as condições atuais representem um desafio por si só para os esforços de cooperação e consenso entre os países membros, nesta quinzena o grupo teve sucesso nos encontros relacionados à área do trabalho e do comércio, investimento e indústria. Como resultado dos estímulos da presidência da Indonésia em prol de uma maior harmonia, os encontros produziram variados documentos e diretrizes sobre suas temáticas prioritárias e principais recomendações para solucionar problemas globais.

A **OCDE** publicou estudo sobre as projeções de crescimento econômico em 2022 e 2023 para as principais economias do mundo, com revisão para baixo em relação às últimas estimativas. Previsão de grandes prejuízos globais decorrentes da crise energética e baixo crescimento.

**Hoirisch** informa que na 77ª AGNU, o diplomata russo Lavrov, em nome de **BRICS**, apontou que o modelo unipolar de desenvolvimento global que serviu aos interesses das elites para acumular riquezas usando os recursos da Ásia, África e AL, está no fim. Para ele, cabe ao mundo determinar se continuará a ser uma ordem dominada pelo ocidente e por suas elites, ou por forças globais progressistas. Sobre o conflito ucraniano, o chanceler indiano Jaishankar deixou claro que a Índia está do lado da paz, que o país respeita a Carta das Nações Unidas e seus princípios fundadores e opta pelo lado que exige o diálogo e a diplomacia. Ao país interessa trabalhar construtivamente - na ONU e fora dela-, na busca de uma solução antecipada para a



operação militar russa pois o país leva em conta os custos crescentes de alimentos, de combustível e dos fertilizantes ocasionados pelo conflito. O MRE indiano disse que estão decididos a fazer da Índia nos próximos 25 anos, um país desenvolvido. Irão se libertar de uma mentalidade colonial, apoiam um multilateralismo reformado e uma governança global mais contemporânea. Por seu turno, o Chanceler chinês Wang Yi disse que os países devem defender a paz, se opor à guerra e à turbulência e pediu a todos os países que permaneçam comprometidos em lidar com as diferenças por meios pacíficos e resolução de disputas por meio do diálogo. Pediu os países para permanecerem engajados na cooperação e se oporem ao confronto, à política de grupo e ao confronto entre blocos. Lembrou que a China está entre as primeiras a prometer tornar as vacinas Cov-19 um bem público global e apoiar a renúncia aos DPI sobre os imunizantes. O país forneceu mais de 2,2 bilhões de doses de vacinas para mais de 120 países e organizações internacionais. Por fim, em um comunicado resultante da reunião dos MRE dos BRICS ocorrida às margens da 77ª AGNU - que mais parece um resumo dos pronunciamentos dos chanceleres da Rússia, Índia e China - os países do grupo se comprometeram a respeitar a soberania e a integridade territorial de todos os Estados e sublinharam o seu compromisso com a resolução pacífica das diferenças e disputas entre os países.

Na **América Latina**, reportam-nos **Tobar e Minayo**, a quinzena traz alguns acontecimentos relevantes que tiveram lugar na região, entre eles os desafios de integração entre a CAN e o MERCOSUR, abordado em um evento liderado pelo BID INTAL; o encontro promovido pela CEPAL para discutir os novos desafios da cooperação internacional e seu impacto na da região; os avanços da Presidência Pro Tempore argentina da CELAC; a reunião dos chanceleres ibero-americanos no âmbito da 77ª AGNU; a Cúpula Climática da Juventude Latino-americana em preparação para a COP27 e a questão da pesca ilegal chinesa nos mares latino-americanos. No âmbito da OEA, o Grupo de Trabalho do Protocolo de San Salvador lançou um importante guia sobre os direitos dos povos indígenas.

Uma importante atualização sobre a **pandemia de Covid-19** e as populações vulneráveis na **América do Sul** foi especialmente preparada para este Caderno 18 por **Balladelli e Farante**.

Na **África**, o Presidente *pro tempore* da União Africana, dirigindo-se à AGNU, lança vibrante apelo à desconstrução de narrativas de marginalização do continente. Os eventos à margem da 77ª AGNU dos blocos regionais demonstram o inelutável compromisso do Sul Global com o desenvolvimento. COMESA treina pontos focais em estatísticas de gênero no Djibuti. A FAO e SADC lançam Sistema Regional de Gestão de Informação Agrícola. Estes conteúdos são reportados neste informe por nossos analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

**Para Freire**, na **Europa**, em contraste com o otimismo que emerge do encerramento de mais uma Sessão do Comitê Regional para a OMS Europa para o multilateralismo, a extrema direita, crítica à União Europeia, cresce na Europa, com as eleições parlamentares da Itália e Suécia.

Nossa analista para **Ásia e Oriente Médio**, **Lúcia Marques** informa que no Irã, a raiva contra a repressão ganhou um rosto e o mundo. Mahsa Amini, a jovem curda de 22 anos, morta enquanto estava sob custódia policial, por não usar o véu (hijab) como as autoridades consideram correto, se tornou símbolo da insatisfação com a repressão e o controle clerical. Sua morte reacendeu a raiva, dentro e fora do país persa, contra questões como restrições às liberdades pessoais, os rígidos códigos de vestimenta para mulheres e sobre a conduta da polícia moral. As ondas antigoverno atingiram um ponto nevrálgico iraniano. Soma-se a essa

indignação, a insatisfação das pessoas comuns com uma economia em crise, seja pelas sanções americanas, seja pela corrupção do governo. Enquanto o presidente iraniano, Ebrahim Raisi, discursava na UNGA77, reiterando o compromisso de seu governo em “*promover e proteger os direitos humanos de todo o seu povo, particularmente mulheres e meninas*”, manifestantes do lado de fora do prédio da ONU pediam a sua cabeça e a do líder supremo, aiatolá Ali Khamenei. **Marques** faz uma reflexão sobre o protesto que ganhou o mundo, gerou desconforto diplomático e que pode ser um estopim para uma contra revolução islâmica. As manifestações das mulheres podem levar a mudanças sobre a lei do hijab, que podem levar a outras mudanças fundamentais e importantes, que afetarão o status das mulheres em outras sociedades islâmicas, sob domínio de regimes religiosos, como o Afeganistão.

Nas atualizações sobre os EUA, **Guto Galvão** destaca a declaração do presidente Joe Biden na 77ª AGNU de apoio à Organizações neste momento de tensões geopolíticas. Destaca ainda as comemorações do mês da herança hispânica no país, o alerta de Emergência de Saúde Pública provocado pelo furacão Fiona que atingiu o território norte-americano nos últimos dias, e a realização do primeiro Diálogo Estratégico EUA-OMS convocado pela administração Biden-Harris.

**Lobato** apresenta um curto apanhado histórico da cooperação internacional com ênfase na Nova Rota da Seda e na Iniciativa de Desenvolvimento Global propostas pela China. Trata da agência de cooperação internacional que o país lançou em 2018 e do novo prédio da Sinovac que, entre suas instalações, abrigará o lado chinês do centro de vacinas dos BRICS. Abriremos depois para discussão com os membros do observatório para uma discussão sobre o papel da China na descolonização da Saúde Global.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS EM ELABORAÇÃO**

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 27 setembro de 2022**

**Paulo M. Buss e Pedro Burger**  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**

## Momento decisivo: a verdade despedaçada ou 2+2=5

*Santiago Alcázar*

Todo ano, no mês de julho, antes das férias de verão no Hemisfério Norte, o Presidente em exercício da Assembleia Geral das Nações Unidas propõe um tema para o debate geral da sessão seguinte. Cabe ao plenário considerar a proposta e aprová-la caso a considere adequada.

O debate geral da AGNU é a oportunidade para que os líderes do mundo exponham as suas respectivas visões sobre temas da agenda internacional mais em evidência em razão de sua urgência e impacto global. Equivale às exposições sobre política doméstica realizadas por ocasião da retomada dos trabalhos legislativos.

De todos os temas que têm impacto global, a pandemia da Covid-19 ocupou posição central nas duas últimas AGNU. É ilustrativo recordar, a seguir, os temas escolhidos para o debate geral da 75ª e da 76ª sessão, respectivamente:

*O futuro que queremos, as Nações Unidas que precisamos: reafirmando o nosso compromisso com o multilateralismo – enfrentando a Covid-19 por meio da ação multilateral efetiva;*

*Construindo resiliência por meio da esperança – recuperar-nos da Covid-19, reconstruir a sustentabilidade, responder às necessidades do planeta, respeitar os direitos das pessoas e revitalizar as Nações Unidas.*

Para a 77ª sessão, a AGNU adotou um tema para o debate geral que não faz menção à Covid-19:

*Momento decisivo: soluções transformadoras para desafios interconectados*

Não há dúvida que o momento atual é decisivo, para o bem ou para o mal. Tampouco pode questionar-se a interconectividade dos desafios que definem a nossa situação presente. Fome, pobreza, inequidades, injustiças e mudança climática – são exemplos de questões desafiadoras porque somente podem ser tratados como se fossem um todo. Seria legítimo, nesse contexto, interpretar a interconectividade dos desafios, no tema do debate geral escolhido, como a percepção que se tem da Agenda 2030. Nesse contexto, a Agenda e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem o melhor exemplo de um todo orgânico que reclama ações inter-relacionadas, como um ser vivo.

Fome, pobreza, inequidades, injustiças e mudança climática são resultado de um sistema político-econômico hegemônico, legitimado pelo voto nas democracias e defendido pelos conselhos administrativos das grandes corporações. Em última análise, a responsabilidade por essas tragédias deve recair sobre os representantes<sup>1</sup>, assim como sobre os representados que os elegem, ainda quando manipulados por sofisticados algoritmos utilizados nas redes sociais – e não sobre alguma obscura vontade divina, às vezes evocada na eminência de algum desastre.

Supõe-se, nesse contexto, que as soluções transformadoras mencionadas no título do tema do debate geral para a AGNU da 77ª AGNU devem referir-se à profunda mudança que tem que ser realizada no cerne do sistema político-econômico hegemônico. Seria de presumir, pela leitura do tema escolhido, que se teria formado consenso em torno aos prejuízos causados por

---

<sup>1</sup> Não é improvável que representantes eleitos pelo voto democrático representem interesses distintos daqueles para os quais receberam os seus mandatos legislativos.

esse sistema e que teria chegado o momento para substituí-lo por outro, afinado com as necessidades do homem e do Planeta. Seria, no entanto, excesso de otimismo, uma vez que o proposto no tema são *soluções transformadoras* e não *transformações necessárias*. A diferença é crucial. *Soluções transformadoras* sugere um conjunto de ajuste “mecânicos” que devem ser feitos para melhorar o funcionamento, a performance, de um modelo, como nas diversas tentativas para resgatar a globalização de seus efeitos perversos<sup>2</sup> ou como nas propostas contidas no relatório do Secretário-Geral intitulado *Em direção a uma nova ordem econômica internacional*<sup>3</sup>, que deverá ser considerado pela 77ª AGNU. Por melhor que sejam esses ajustes, a história mostra que são insuficientes, uma vez que os indicadores de progresso apontam para melhoramentos pontuais que mascaram o quadro geral de deficiências. Não é uma questão menor que o termo “transformadoras”, no título do tema do debate geral, adjetiva o substantivo “soluções”, quando o que é preciso é substantivá-lo como “transformações” e adjetivá-las com “necessárias”.

As observações acima sobre o tema do debate geral tornam-se irrelevantes frente às intervenções de algumas delegações referentes à guerra na Ucrânia, que tiveram o efeito de deslocar a atenção da AGNU, das medidas para enfrentar os desafios interconectados que mais afetam os países em desenvolvimento, para a lógica da confrontação. Na atual circunstância histórica, essa reorientação da atenção é grave à luz da urgência desses desafios interconectados, que não podem ser ignorados, nem postergados, pela simples razão que o tempo disponível para agir sobre eles pode estar acabando.

Por essa razão, é quase uma obscenidade que representantes de países ricos utilizem a tribuna da AGNU para protestar contra a falta de solidariedade com a “causa” da Ucrânia, quando a falta dessa qualidade, há décadas, é reclamada pelos países em desenvolvimento para auxiliá-los a realizar as transformações necessárias para os seus muitos desafios. Não passa despercebido a ironia da condenação ao que chamam de neutralidade, que afirmam ser, não sem um grão de condescendência colonialista, erro histórico dos países que permanecem não-alinhados – supõe-se com a OTAN.

Como em toda guerra, a verdade é sempre a primeira vítima. O que é novo, no entanto, é que a guerra na Ucrânia se desenrola sem o testemunho da imprensa tradicional, banida de cada um dos campos. Em consequência, são as informações veiculadas pelas redes sociais, difíceis de comprovar, que a alimentam. O resultado é a possibilidade de ajustar fatos à conveniência de narrativas produzidas ad hoc.

Para o campo da OTAN, a Federação Russa invadiu a Ucrânia sem razão justificável, somente para dar vazão as suas ambições imperialistas. Esse é o ponto fundamental e serve de apoio para a acusação de flagrante violação dos propósitos e princípios da Carta, em particular, e do Direito Internacional, em geral.

Para a Federação Russa, trata-se de uma operação militar especial destinada a cumprir objetivos definidos, que não incluem anexação. Não seria descabido interpretar a operação militar especial como um exemplo possível, ainda que não estabelecida, do direito de intervir. As intervenções da OTAN na ex-Iugoslávia, na Líbia e no Afeganistão poderiam inserir-se nesse quadro, assim como a decisão dos EUA, não referenda pela AGNU, de intervir no Iraque. Esse país, é preciso insistir, mantém uma persistente tradição de intervenção nos assuntos internos

---

<sup>2</sup> A Declaração do Milênio foi uma tal tentativa. Ver a seção *Cúpula do Milênio* do artigo “A dança de quatro ideias no quadro das Nações Unidas” no *Cadernos Cris - Informe 15 – 2022*.

<sup>3</sup> Ver <https://digitallibrary.un.org/record/3985392?ln=en>

de terceiros países em defesa de seus interesses. A história da América Latina, por exemplos, registra diversas aventuras desse tipo pelos EUA.

Essas duas versões, a ambição imperialista e a operação militar especial, são incompatíveis e, aparentemente, irreconciliáveis, como se pode concluir pela paralização da diplomacia.

Do ponto de vista da informação que se quer passar para o público, o lado da OTAN tem a vantagem da argumentação simples e direta. A desconstrução da imagem de Vladimir Putin ao longo dos anos ajudou a propagar a ideia de sua alegada ambição imperialista e, por tabela, de seu grau de loucura. Não são poucos os que se referem a ele como “o louco do Putin”.

A argumentação da parte dos russos para efeito de divulgação na mídia, por outro lado, é complexa e envolve uma série de fatores desconhecidos do grande público, convenientemente distraído com assuntos de mais fácil aceitação. Não devem ser muitos os que sabem do golpe de Estado promovido pelos EUA na Ucrânia, em 2014; ou das violentas manifestações na Praça Maidan, em Kiev, levada a cabo por grupos de tendência nazista; ou da revolta das províncias de Donetsk e Lugansk contra o golpe de Estado e a cruel repressão que seguiu, de 2014 a 2022. Quem ouviu falar do tenebroso episódio em Odessa, em que pouco mais de 50 russos foram queimados vivos por fanáticos nacionalistas com insígnias nazistas? Por que a mídia ocidental não denuncia a glorificação de nazistas criminosos de guerra, elevados à condição de heróis, como Stepan Bandera; por que não protesta contra o banimento da língua russa em todo o território ucraniano, não obstante a existência expressiva de comunidades russas e o flagrante desrespeito ao direito das minorias? Não há registro da constituição de comitê especializado e independente no seio do Conselho de Direitos Humanos, nem resolução da AGNU, pela qual se condena o regime de Kiev. Será que o respeito aos direitos humanos não precisa ser observado na parte oriental da Europa? E, com certeza, somente especialistas devem saber em que consistem os Acordos de Minsk I e II, patrocinados por Alemanha e França e aprovados pela OSCE, mas nunca cumpridos por Kiev, talvez por conta de instruções expressas nesse sentido. As fotos que retratam soldados vestindo uniformes com insígnias nazistas, algumas das quais junto ao próprio Presidente Zelenski, parecem corroborar a acusação de nazismo nas fileiras do Exército ucraniano e no Governo, que o tolera. É bem documentado o ódio nutrido por esses grupos à Rússia, em particular, e aos russos, em geral. Daí a cultura de cancelamento da cultura russa e de qualquer coisa a ela associada, hoje infelizmente aceita e defendida nas capitais europeias submetidas à crueldade do nazismo durante a Segunda Guerra. A Rússia, que perdeu mais de 26 milhões de pessoas para a loucura nazista sabe, melhor que ninguém, o risco que representa para a sua segurança uma Ucrânia armada pela OTAN, não se sabe com que propósito.

Como se pode ver, argumentar pelo direito de intervir, por meio de uma operação militar especial com objetivos definidos, é tarefa mais complicada que uma simples afirmação sobre a loucura das ambições imperialistas de Putin, que não pode ser tolerada no mundo atual. A guerra da informação, ou da comunicação, nesse contexto, parece ganha a favor do lado da OTAN, mas as consequências, como o efeito bumerangue das sanções econômicas contra a Rússia, podem não ser as esperadas. Se, por um lado, a ovação de pé com que foi recebida a intervenção do Presidente Zelenski no debate geral da 77ª AGNU poderia marcar a vitória da comunicação pelo lado da OTAN, por outro, a credibilidade da Organização das Nações Unidas parece irremediavelmente perdida, ao tempo em que os valores que marcaram a vitória sobre o nazismo são agora defendidos com sinal invertido.

Ao contrário das demais intervenções, a de Zelenski, que foi em formato não presencial, foi autorizada pela AGNU mediante violação de suas próprias regras de procedimento. Com efeito, qualquer proposta de inclusão de temas tem que ser submetida com ao menos 24 horas de antecedência. A proposta da Delegação da Ucrânia, submetida de última hora não observou esse prazo. Poder-se-ia argumentar que essa regra específica poderia ser suspensa em razão de configurar dificuldade excepcional para um país qualquer, sem entrar em detalhes. A Delegação da Ucrânia, no entanto exigiu que a excepcionalidade fosse especificada como agressão da Rússia, o que evidentemente politiza a questão. A má fé parece evidente, uma vez que uma questão processual foi distorcida para a reafirmação e consolidação da versão da OTAN sobre a caracterização do conflito. Finalmente, a decisão foi decidida por 101 votos a favor, 7 votos contrários e 11 abstenções (Brasil).

Violada e politizada a regra de procedimento, não havia razão para esperar da intervenção remota do Presidente ucraniano qualquer vestígio de possibilidade para a retomada do diálogo diplomático. Com efeito, a intervenção do ucraniano foi construída com base no que ele próprio disse ser as condições para a paz, mas que em realidade assemelham-se mais a razões para a continuação da guerra. Zelenski foi logo afirmando que um crime fora cometido, deslocando desse modo a questão da flagrante violação dos propósitos e princípios da Carta para o Direito Penal. Zelenski talvez ignore que existe o Tribunal Penal Internacional, não reconhecido por seu principal patrocinador, os EUA, que inclusive promulgaram uma lei, chamada *Hague Act*<sup>4</sup>, de 2002, pela qual fica autorizada a invasão dos Países Baixos para livrar funcionários do Governo norte-americano eventualmente retidos pelo Tribunal. O *Hague Act*, que em condições normais, poderia convidar ao sorriso, nas atuais circunstância parece sinalizar para um movimento consciente de desconstrução do multilateralismo em todos os níveis.

Nas Nações Unidas, cabe ao Secretário-Geral da Organização velar pelo cumprimento das resoluções e exigir, quando houver inobservância, que sejam efetivamente implementadas, sobretudo quando tocam em assuntos humanitários, como no caso do embargo dos EUA a Cuba ou na recente abertura de corredor no Mar Negro para a exportação de grãos, alimentos e fertilizantes, russos e ucranianos e não apenas ucranianos, para os países pobres e não, como está sendo feito para países europeus ricos que, ironicamente, defendem as sanções econômicas aplicadas contra a Rússia.

A suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos<sup>5</sup>, a curiosa incapacidade de investigar a alegada existência de laboratórios biológicos na Ucrânia e a frustrante conclusão da missão da AIEA à usina de Zaporizhzhia, que confirmou ser alvo de ataques com mísseis, mas não soube dizer de que lado vinham os mísseis – são ações que parecem convergir para a condenação a priori da Rússia.

Com respeito à acusação russa da existência de laboratórios biológicos na Ucrânia financiados pelos EUA, não houve até o presente qualquer tentativa honesta de verificação. A Convenção sobre Armas Biológicas não tem, como a Convenção sobre Armas Químicas, uma estrutura burocrática para monitorar a sua implementação comparável à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). Com efeito, a verificação da efetivação da Convenção

---

<sup>4</sup><https://www.hrw.org/news/2002/08/03/us-hague-invasion-act-becomes-law> e <https://www.diplomatic-council.org/node/432>

<sup>5</sup> O Conselho estabeleceu uma comissão internacional independente para investigar alegadas violações de direitos humanos relacionados à agressão da Rússia contra a Ucrânia. Esse é o cerne do mandato, evidentemente politizado em favor da Ucrânia. Até o presente, o comitê limitou-se a ouvir a parte ucraniana. Não há previsão para ouvir a parte russa.



sobre Armas Biológicas cabe a uma unidade de apoio (*Implementation Support Unit*), subordinada ao Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento. É no mínimo discutível se a unidade de apoio teria a estrutura, o pessoal técnico, o orçamento, a independência e a coragem de um responsável à altura do Embaixador José Maurício Bustani, ex-Diretor-Geral da OPAQ – para realizar uma tal tarefa. Nesse contexto, ainda com todas essas limitações não é possível deixar de registrar a lamentável inação do Secretário-Geral, que afinal de contas é a máxima autoridade do sistema das Nações Unidas.

Não se trata de fazer a defesa de uma versão dos acontecimentos sobre outra. O que está em jogo é a credibilidade do multilateralismo tal como concebido após o desastre da Segunda Guerra Mundial. A conformação de grupo de países com interesses afins (*like-minded*, no jargão multilateral) não é o problema. O problema é forçar todos a serem *like-minded*, como reclamaram os líderes dos países da OTAN em suas respectivas intervenções no âmbito do debate geral. E não importa que para isso seja necessário despedaçar a verdade e torná-la irreconhecível. O importante é seguir em frente, custe o que custar, ainda quando o preço a pagar seja uma deflagração nuclear.

O momento é decisivo, mas o desafio que se quer tratar hoje está desconectado dos desafios presentes desde sempre na agenda da AGNU.

Saúde, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, quanto mistério há em tudo isso que tanto custa realizar.

## **Um momento divisor de águas: soluções transformadoras para desafios interligados *Agenda política global e saúde na 77ª AGNU*<sup>6</sup>**

***Santiago Alcázar***

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030. O que é a Agenda 2030? É o mapa de caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030: Ambientalmente sustentável; econômica, financeira e comercialmente sustentável; industrialmente sustentável; energeticamente sustentável; e, sobretudo, humana e planetariamente sustentável.

A Agenda 2030 estabelece 17 objetivos essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável. Os 17 objetivos são integrados e indivisíveis. O que significa que é preciso entendê-los e agir sobre eles de maneira holística. É importante enfatizar esse ponto. O desenvolvimento sustentável é um todo orgânico e harmônico. Privilegiar o avanço em uma área em detrimento de outra resulta em desastres, humanos e planetários. Infelizmente, é o que se tem feito.

Priorizar a economia, o comércio e as finanças não impediram o desastre humano da fome, da pobreza e das inequidades. Tampouco ajudaram o Planeta, a nossa única plataforma de sustentação. Políticas que não corrigem as deficiências nas áreas de saúde, educação, proteção social, inequidades, igualdade de gênero, trabalho – impedem o desenvolvimento sustentável. Assim como também as políticas que não atentam para a mudança de clima e para a perda da biodiversidade.

A concepção ampliada da saúde, como resultado de determinantes econômicos, sociais e culturais, é de natureza holística, assim como o desenvolvimento sustentável. As condições em que se nasce, o bairro em que se vive, o transporte que se usa, o trabalho que se tem, a segurança ou insegurança que se experimenta – são alguns dos determinantes da saúde. Em realidade, a saúde, nessa concepção ampliada, significa o mesmo que desenvolvimento sustentável. Que, por sua vez, não pode advir sem a plena realização dos direitos humanos

Saúde, direitos humanos e desenvolvimento sustentável são assim realidades integradas e indivisíveis, como os 17 objetivos da Agenda 2030. Não importa que ponto de saída se escolha – saúde, direitos humanos ou desenvolvimento sustentável – o ponto de chegada será o mesmo.

Este texto é sobre saúde na 77ª AGNU. A escolha, por tanto, está feita.

Em 2008, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou resolução intitulada *Saúde global e política exterior*, desde então incorporada na agenda da AGNU. A ideia era fazer da saúde uma lente através da qual devem ser examinadas as políticas decididas em foros multilaterais ou internacionais.

Geralmente, políticas que não medem o impacto sobre a saúde podem causar sérios danos, às vezes irreversíveis, na vida das pessoas. Assim, por exemplo, a busca desenfreada pelo lucro implica a demanda pela redução de custos, que pode vir pela precarização das condições laborais. Decisões econômicas, comerciais, financeiras deveriam medir o eventual impacto que podem causar na saúde.

---

<sup>6</sup> Texto originalmente apresentado no Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde sobre “Agenda política global e saúde”, realizado em 21/09/2022.

Hoje vive-se uma situação absurda. As sanções econômicas impostas à Rússia por parte dos EUA e os países europeus por conta da guerra na Ucrânia não mediram o impacto que teriam sobre a vida de pessoas estranhas a esse conflito. Quando os sobreviventes da pandemia da Covid-19 pensavam que poderiam recomeçar as suas vidas, cai sobre eles o cenário de uma economia global em queda livre em razão das medidas adotadas em seguimento àquelas sanções. Inflação nos preços de combustíveis e de alimentos, interrupção das cadeias de suprimento de grãos, agravam a fome no mundo e jogam centenas de milhões de volta à pobreza extrema.

A ideia original da resolução Saúde global e política exterior fica, dessa maneira, esvaziada de seu propósito que, repito, é o exame do impacto de políticas sobre a saúde com vistas a evitar desastres humanos.

Em realidade, quase todos os itens da agenda da AGNU poderiam, ou talvez melhor, deveriam ser interpretados à luz da concepção ampliada da saúde. A promoção do crescimento econômico sustentável e do desenvolvimento sustentável à luz de resoluções relevantes da AGNU e de conferências recentes das Nações Unidas, é o primeiro item substantivo da agenda e deveria ser examinado à luz da concepção ampliada da saúde.

Assim como o informe do ECOSOC: as questões de política macroeconômica, o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 e a Agenda 2030, a segurança alimentar, a promoção dos direitos humanos - todos esses temas são itens da agenda e têm a ver com a saúde. Assim como muitos outros, esses temas somente têm sentido à luz de algo concreto como o impacto que têm na saúde. Tratá-los de maneira separada, como se fossem independentes uns dos outros, é o cúmulo da má fé, uma vez que desse modo tornam-se desconectados da realidade. Tornam-se abstratos.

É interessante voltar sobre o tema da segurança alimentar, ou da insegurança alimentar.

Em 22 de julho, as Nações Unidas, Rússia, Ucrânia e Turquia concluíram iniciativa, pela qual seria aberto corredor humanitário no Mar Negro para o trânsito de navios com carregamento de grãos, alimentos e fertilizantes. A iniciativa da abertura do corredor humanitário foi saudada pela imprensa como uma espécie de tábua de salvação para os países mais expostos à fome.

Segundo o serviço de imprensa das Nações Unidas, 25% do volume exportado por esse corredor destinou-se ao Egito, Iêmen, Índia, Irã, Bangladesh, Quênia, Sudão, Líbano, Somália e Djibuti; 25% foram para a China, Turquia e Bulgária; 50% foram para Espanha, Países Baixos, Itália, República da Coreia, Romênia, Alemanha, França, Grécia, Irlanda e Israel, países que apoiam as sanções econômicas contra a Rússia. Reproduz-se assim a inequidade na distribuição de vacinas ou na alocação de direitos especiais de saque no âmbito do FMI que, ironicamente, favorece os países que menos precisam. Até o presente, por conta das sanções, apenas os grãos ucranianos foram exportados, quando o acordo não faz essa distinção

A Rússia está ameaçando denunciar o acordo, uma vez que entende que os recursos provenientes dessa exportação humanitária acabam financiando a compra de armas. E a compra de armas para a guerra, não importa o que pensam alguns líderes, apenas prolonga o sofrimento humano ao tempo que anula a possibilidade de paz. Não há saída quando se anuncia que nenhum dos dois lados pode ceder, um por razão estratégica, outro por razão existencial.

O que está em jogo é toda a Agenda 2030, uma vez que o aumento da fome, da pobreza extrema e das inequidades puxarão para baixo todos os demais objetivos. E minarão a realização dos direitos humanos, bem como a possibilidade do desenvolvimento sustentável.

O instrumento para a superação desses entraves, a diplomacia, está em ponto morto, incapaz de atuar porque um dos lados, no caso, os EUA e os países europeus, deslegitimam o adversário selam como mentiras e propaganda o que vem do outro lado, como os tribunais da Inquisição que levaram Giordano Bruno à fogueira e condenaram Galileu ao silêncio, quando bastava olhar os céus e comprovar.

Onde estão os valores ocidentais que permitiram desvendar verdades por meio da verificação científica? Que dificuldade há em criar comitês independentes para investigar o que for necessário e terminar de uma vez por toda essa insanidade cega e surda que ameaça todos nós? Interesses estratégicos de uma minoria que pensa estar imune às crises globais que nos afligem.

Tudo o que a diplomacia pede é abertura para o diálogo. E por meio do diálogo, construir a confiança, sem a qual não se pode ter credibilidade. O recém instalado Presidente da AGNU disse que o mundo está sofrendo de uma séria falta de confiança e que tudo fará o que estiver ao seu alcance para restaurá-la. Os desafios globais, a Agenda 2030, a mudança climática, a guerra na Ucrânia e a falta de alimentos – não podem ser tratados sob suspeitas e desconfianças. É óbvio.

A agenda da 77ª AGNU tem três itens que tratam da saúde de maneira explícita: saúde global e política exterior, que já mencionamos; Implementação da Declaração de Compromisso sobre HIV/AIDS; e Década para fazer retroceder a malária.

Mas é nos itens relativos a economia, comércio e finanças, mudança climática, migração, segurança alimentar, prevenção de conflitos armados, questão palestina, situação no Afeganistão, desenvolvimento da África, crimes contra a humanidade, endividamento, desarmamento – que se deve buscar a concepção ampliada da saúde, a realização dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. A saúde, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, é preciso dizê-lo, constituem o universo de fatores que conferem dignidade à pessoa humana

A 77ª AGNU deverá considerar também relatório do SG das Nações Unidas, realizado em coordenação com o DG da OMS, relativo ao avanço no fortalecimento das medidas de prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias. Esse ponto é curioso porque sugere que o SG e o DG parecem preocupados em minorar os efeitos de pandemias ao invés de solicitarem, com coragem e determinação, ações transformadoras que diminuam a probabilidade da ocorrência de pandemias. Parecem confundir causa e efeito

Que ações transformadoras seriam essas? Talvez, as mesmas que poderiam tornar realidade a implementação do conceito ampliado de saúde, com pleno respeito aos direitos humanos e a conquista do desenvolvimento sustentável.

Não nos façamos ilusão. O sistema financeiro internacional foi desenhado pelos países ricos para favorecer os seus próprios interesses, por isso a necessidade de realizar transformações estruturais profundas que desfaçam esse perverso desequilíbrio.

De qualquer maneira, foi decidido, pela 74ª AGNU, que seria realizada em 2023 uma reunião de alto nível sobre cobertura universal em saúde com vistas a incorporá-la à Agenda

2030, que tem um sério problema: estudo recente sobre a igualdade de gênero, um dos objetivos a serem alcançados, afirma que, tomando como média o avanço realizado até o presente, a igualdade de gênero somente será alcançada daqui a 286 anos. O que significa que a Agenda 2030 deveria ter a sua data alterada para 2030+278, uma vez que os objetivos são integrados, indivisíveis e não podem ser separados. O que, em última análise significa, que a concepção ampliada da saúde, a plena realização dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável estão muito além de nossas expectativas. A menos que se tenha a coragem de mudar radicalmente em favor do bem comum

Talvez, a única maneira de alterar esse quadro sombrio seja pela via da solidariedade e da cooperação, que infelizmente dependem da confiança e da credibilidade que, como disse o Presidente da 77ª AGNU, está em falta. O caminho à frente é incerto, como se pode ver.

Talvez o item 131 da agenda – investigação sobre as condições que resultaram na morte trágica de Dag Hammarskjöld, o Secretário-Geral das Nações Unidas no período de 1953 a 1961 – poderia trazer de volta a luz e restabelecer a verdade nas Nações Unidas, encoberta por razões estratégicas que nada têm a ver com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, que ninguém contesta em sua natureza de valor universal. Mas que deve ser criticada quando sujeita a manipulações unilaterais ou a interesses privados.

Infelizmente, o foco 77ª AGNU deverá estar sobre a guerra na Ucrânia em prejuízo das crises que ameaçam a saúde, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Talvez seja conveniente olhar para o lado e evitar o confronto com a realidade.

**51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU:  
Os debates sobre o Direito ao Desenvolvimento e seu futuro Tratado como meios  
essenciais para a garantia do Direito à Saúde no Planeta**

***Armando De Negri Filho***

Seguindo os trabalhos da 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, neste informe destacamos dois relatórios que compõem o importante grupo de temas de agenda desta Sessão do CDH sobre Direito ao Desenvolvimento e que dão seguimento ao já reportado Informe do Relator Especial do Direito ao Desenvolvimento - DaD, Embaixador Alfarargi, neste caso o informe do Alto Comissariado de Direitos Humanos e do Secretário Geral da ONU sobre “Direito ao Desenvolvimento”, e o Informe da reunião do Grupo de Trabalho sobre o DaD realizada em novembro de 2021.

O primeiro Informe, A/HRC/51/22, reflete a enorme importância de alcançar a materialidade do Direito ao Desenvolvimento para enfrentar as consequências da Pandemia de Covid19 desde suas raízes e projeta o DaD como elemento estratégico para superar as velhas e novas desigualdades mediante o amparo a sistemas universais de proteções sociais, onde se localizam os sistemas de saúde, mediante as transformações econômicas e sociais no âmbito internacional e no interior de cada País. No documento relatório se apresentam os dados e análises que ilustram como em consequência da Pandemia e afirma: ... “A crise da saúde e as crises sociais e econômicas resultantes reverteram os ganhos no bem-estar e no desenvolvimento humano e iluminaram as consequências estruturais de décadas de serviços públicos subfinanciados ou desmantelados e políticas relacionadas aos direitos econômicos e sociais. A implantação, o acesso e a disponibilidade das vacinas COVID-19 revelaram e exacerbaram as desigualdades entre os países.

O mundo enfrenta um grande desafio e uma oportunidade de mudar de rumo, aprender as lições da crise COVID-19 em curso e promover uma recuperação justa, verde e sustentável através de uma cooperação internacional crescente e eficaz. O presente relatório considera como a aplicação do direito ao desenvolvimento, seus princípios e normas, conforme definido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, teria contribuído para prevenir e/ou aliviar diversos impactos da pandemia COVID-19 e orientar a resposta global e a recuperação da pandemia.

O relatório se concentra em três áreas: o sistema financeiro internacional, a implantação de vacinas e o modelo de negócios, e a recuperação verde. Aborda a dimensão internacional da responsabilidade dos Estados de respeitar, proteger e cumprir o direito ao desenvolvimento, inclusive por meio de parcerias globais e regionais.”

O segundo Informe, “Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento em sua vigésima segunda sessão (Genebra, 22 a 26 de novembro de 2021)”, foi apresentado pelo Embaixador Zamir Akram, atual Presidente e Relator do GT. A/HRC/51/38 . O muito interessante Informe nos dá um panorama do estado da arte do conteúdo da proposta do draft da proposta de instrumento juridicamente vinculante, o Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento e permite uma leitura dos debates em torno à proposta identificando a posição dos atores políticos estatais e sociais intervenientes, além de permitir uma compreensão sobre as etapas e complexidades de construir um tratado internacional em sintonia com o direito internacional em suas varias dimensões conexas com um objeto tão complexo como o DaD. O debate relatado aponta um campo de tensões e contradições entre a



União Europeia e Movimento de Não Alinhados em uma discussão que disputa em favor ou contra sobre valor e necessidades de um instrumento juridicamente vinculante sobre o direito ao desenvolvimento. A União Europeia esgrime uma oposição ao Tratado por considerar que a agenda 2030 já recolhe o essencial dos acordos necessários para garantir o direito ao desenvolvimento e se opõe ao Tratado, mas nega também o dever a cooperar a intenção de identificar e sancionar os países que obstaculizam o DaD de outros países. Também questiona a posição do draft em favor dos países menos desenvolvidos, insinuando que desloca os direitos humanos como base para o desenvolvimento em favor de um desenvolvimento multidimensional como base para alcançar a materialidade dos direitos humanos. Adicionalmente, se observa as estratégias orientadas a focar em pontos secundários do debate que carecem de consenso para dividir e debilitar a posição dos países do Sul Global. O debate reflete os velhos e perniciosos legados do colonialismo e da própria Guerra Fria no campo dos Direitos Humanos. Recomendo-lhes a leitura dos extratos selecionados dos dois informes, pois creio que aportam de forma substantiva em temas estratégicos para o direito à saúde no Mundo e ampliam nosso olhar sobre a sua determinação social e a importância do Direito ao Desenvolvimento para dar amparo e materialidade ao conjunto dos Direitos Humanos.

O caminho assinalado no informe do GT, remete ao próximo encontro do grupo de trabalho em maio de 2023 como última tentativa do consenso, já apontando pra uma votação por maioria na última sessão do CDH em 2023 para seguir então para a UNGA em 2024. De todos modos o Presidente do GT reportará o produzido pelo Grupo de Trabalho na 77ª UNGA e aí poderemos ver com mais precisão os passos a seguir.

Seguem os extratos dos Informes, traduzidos do Inglês para o Português:

**1. Direito ao desenvolvimento. Relatório do Secretário-Geral e do Alto Comissariado das Nações Unidas.** Resumo. O presente relatório contém uma análise dos esforços empreendidos e os desafios para a realização do direito ao desenvolvimento no contexto da resposta e da recuperação da pandemia da doença coronavírus (COVID-19). O relatório também contém uma visão geral das atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a promoção e a realização do direito ao desenvolvimento. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/407/23/PDF/G2240723.pdf?OpenElement>. A/HRC/51/22

“Introdução 1. O presente relatório consolidado do Secretário-Geral e do Alto Comissariado para os Direitos Humanos é apresentado nos termos da resolução 48/10 do Conselho de Direitos Humanos e da Resolução 76/163 da Assembleia Geral. Concentra-se nos esforços empreendidos e nos desafios para a realização do direito ao desenvolvimento no contexto da resposta e da recuperação da pandemia da doença coronavírus (COVID-19). 2. A pandemia COVID-19 continuou a ter profundos impactos no gozo de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, expondo e exacerbando desigualdades preexistentes e sistemáticas dentro e entre países.<sup>1</sup>

A crise da saúde e as crises sociais e econômicas resultantes reverteram os ganhos no bem-estar e no desenvolvimento humano e iluminaram as consequências estruturais de décadas de serviços públicos subfinanciados ou desmantelados e políticas relacionadas aos direitos econômicos e sociais. A implantação, o acesso e a disponibilidade das vacinas COVID-19 revelaram e exacerbaram as desigualdades entre os países.<sup>2</sup> 3. O mundo enfrenta um grande desafio e uma oportunidade de mudar de rumo, aprender as lições da crise COVID-19 em curso e promover uma recuperação justa, verde e sustentável através de uma cooperação internacional crescente e eficaz. 4. O presente relatório considera como a aplicação do direito

ao desenvolvimento, seus princípios e normas, conforme definido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, teria contribuído para prevenir e/ou aliviar diversos impactos da pandemia COVID-19 e orientar a resposta global e a recuperação da pandemia.

Considera os desafios globais para a realização do direito ao desenvolvimento e os esforços empreendidos nos níveis nacional, regional e internacional para superá-los no contexto da resposta e da recuperação da pandemia COVID-19. O relatório se concentra em três áreas: o sistema financeiro internacional, a implantação de vacinas e o modelo de negócios, e a recuperação verde. Aborda a dimensão internacional da responsabilidade dos Estados de respeitar, proteger e cumprir o direito ao desenvolvimento, inclusive por meio de parcerias globais e regionais.<sup>3</sup> O relatório também contém informações sobre as atividades do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) de junho de 2021 a maio de 2022 que têm relevância direta para a realização do direito ao desenvolvimento no contexto da pandemia COVID-19, incluindo a coordenação incluindo a coordenação interagências no sistema das Nações Unidas.<sup>4</sup> O relatório conclui com recomendações.

**II. Análise da implementação do direito ao desenvolvimento e dos desafios existentes no contexto da pandemia COVID-19.** 5. O ano de 2021 marcou o trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Por meio da Declaração, os Estados-Membros definiram o desenvolvimento como um processo econômico, social, cultural e político abrangente que visa melhorar constantemente o bem-estar de todos os povos e indivíduos com base na sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios resultantes. O direito ao desenvolvimento exige políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento que apoiem um ambiente propício no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

A implementação da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento implica uma efetiva solidariedade internacional e cooperação no fornecimento aos países com meios adequados para promover o seu desenvolvimento abrangente e superar os obstáculos para alcançá-la. Também implica uma distribuição justa dos benefícios do desenvolvimento, incluindo riqueza e renda, e igualdade de oportunidades no acesso a recursos e serviços básicos; o compartilhamento da inovação tecnológica e científica; e apoio financeiro para o desenvolvimento. A Declaração também pede o desarmamento e a liberação de recursos liberados por medidas efetivas de desarmamento para o desenvolvimento integral, em especial os dos países em desenvolvimento.

1 A/HRC/48/26, paras. 38–76. 2 See A/HRC/49/35. 3 See A/HRC/15/WG.2/TF/2/Add.2, annex. 4 The present report complements the previous report of the Secretary-General and the High Commissioner on the right to development (A/HRC/48/26). For more information see <https://www.ohchr.org/en/development. A/HRC/51/22> 3

6. Os princípios e normas acima mencionados do direito ao desenvolvimento baseiam-se na visão da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, prometendo liberdade de medo e desejo e declarando que todos sem discriminação têm direito a uma ordem social e internacional na qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser plenamente realizados. Os Estados-Membros confirmaram repetidamente o seu compromisso com os princípios através de numerosos instrumentos internacionais e documentos políticos, incluindo a Declaração e o Programa de Ação de Viena, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030, a Agenda de Ação aditiva da Terceira Conferência Internacional sobre

Financiamento para o Desenvolvimento, o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e o Quadro de Sendai para redução do risco de desastres 2015-2030. Vários princípios do direito ao desenvolvimento estão incorporados em convenções internacionais de direitos humanos, fazem parte do direito internacional habitual e dos princípios gerais do direito internacional, ou são elaborados em outros instrumentos internacionais e comentários gerais dos órgãos do tratado.<sup>5</sup>

7. Nos últimos anos, o Secretário-Geral e o Alto Comissariado fizeram recomendações sobre como superar os desafios existentes para a realização do direito ao desenvolvimento.<sup>6</sup> Em muitas dessas recomendações, eles pediram aos Estados que fortalecessem os sistemas públicos, incluindo os sistemas de saúde, e construíssem a resiliência social, inclusive por meio da solidariedade internacional e da cooperação.<sup>7</sup> A pandemia revelou que os Estados poderiam ter confrontado melhor os desafios colocados pelo COVID-19, se tivessem avançado ainda mais no cumprimento de seus compromissos de forma coerente com os princípios consagrados na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Isso teria resultado em sistemas de saúde mais fortes, menos pessoas vivendo em extrema pobreza, menos desigualdade de gênero, um ambiente natural mais saudável e sociedades mais resilientes.

**Sistema financeiro internacional.** 8. A pandemia COVID-19 reverteu drasticamente o progresso no desenvolvimento sustentável, expondo e exacerbando desigualdades dentro e entre países, minando seu espaço fiscal e sua capacidade de mobilizar recursos para realizar o direito ao desenvolvimento, bem como direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos. A saúde global, os direitos humanos e a crise socioeconômica afetaram a todos, mas particularmente mulheres, crianças, pessoas com deficiência, povos indígenas, migrantes, pessoas vivendo em situação de pobreza e outros grupos marginalizados. Os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, foram severamente afetados pelos impactos socioeconômicos adversos do COVID-19 devido à fragilidade de seus sistemas de saúde e proteção social, recursos financeiros limitados e vulnerabilidade a choques externos.<sup>9</sup>

Esses impactos foram agravados pela atual crise alimentar e energética. Pequenos Estados insulares sofreram choques de preços e perdas de exportações, investimentos e remessas, juntamente com uma rápida queda no turismo.<sup>10</sup> Que se somaram aos efeitos adversos a longo prazo sobre o pleno aproveitamento dos direitos humanos causados por desastres naturais de início repentino relacionados às mudanças climáticas e eventos de início lento. Espera-se que o número de pessoas extremamente pobres aumente em até 224 milhões globalmente. Cerca de 114 milhões de empregos foram perdidos<sup>11</sup> e o investimento estrangeiro direto, o comércio e as remessas diminuíram. Sessenta por cento dos países menos desenvolvidos e outros países de baixa renda estão em alto risco ou em sofrimento da dívida.<sup>12</sup> O impacto estimado da pandemia na economia mundial foi previsto em US\$ 22 trilhões até 2025,<sup>13</sup> 9. As disparidades nas perspectivas de crescimento para 2022 persistirão entre as economias desenvolvidas e os países de baixa renda, apesar das revisões para baixo durante o primeiro trimestre de 2022.<sup>14</sup>

Os efeitos persistentes da pandemia, juntamente com os impactos das mudanças climáticas e da atual crise energética e alimentar, provavelmente aumentarão ainda mais a pobreza e exacerbarão as vulnerabilidades. A crise multidimensional afeta cada vez mais pessoas e países em situação de vulnerabilidade.<sup>15</sup> Esses países são os que mais precisam de financiamento adicional para o desenvolvimento, incluindo a assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) e outras formas de cooperação econômica. Modelos e arranjos de

negócios inclusivos que melhoram os direitos humanos, a assistência técnica e o compartilhamento de tecnologia também são fundamentais para superar tais obstáculos.

5 See [https://www.ohchr.org/Documents/Publications/FSheet37\\_RtD\\_EN.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Publications/FSheet37_RtD_EN.pdf), pp. 5–8. 6 See, A/HRC/36/23, paras. 48–62; A/HRC/39/18, paras. 62–63; A/HRC/42/29, paras. 65–68; A/HRC/45/21, paras. 63–71; and A/HRC/48/26, paras. 77–86. 7 See, for example, A/HRC/36/23, para. 55; A/HRC/45/21, paras. 63–64 and 70; and A/HRC/48/26, paras. 78–81. 8 “Shared responsibility, global solidarity. Responding to the socio-economic impacts of COVID-19” (March 2020), p. 2. 9 See General Assembly resolution 76/216. 10 See General Assembly resolution 75/215.

**1. Apoio financeiro: espaço fiscal, ODA e dívida.** 10. O sistema financeiro global não conseguiu apoiar adequadamente as economias enfraquecidas pela crise financeira, agravada pela pandemia. Isso também ressaltou o espaço fiscal divergente dos países para enfrentar a crise e cumprir com suas obrigações de direitos humanos. Oitenta por cento das medidas fiscais e monetárias sem precedentes para amortecer o impacto socioeconômico da pandemia foram adotadas pelos governos dos países desenvolvidos, enquanto muitos países em desenvolvimento enfrentaram maiores restrições fiscais.<sup>16</sup> As economias avançadas foram capazes de investir cerca de 28% de seu produto interno bruto em recuperação econômica, enquanto os países de renda média poderiam investir apenas 6,5% e os países menos desenvolvidos apenas 1,8% de seus orçamentos menores, <sup>17</sup> criando uma resposta e recuperação globais divergentes.

11. O Secretário-Geral alertou que o investimento desequilibrado está levando a uma recuperação desordenada, aprofundando as desigualdades entre os países e minando a confiança global e a solidariedade.<sup>18</sup> Essa capacidade desigual de responder colocou muitos países em desenvolvimento em uma posição enfraquecida para responder aos impactos das crises múltiplas e em cascata de hoje, incluindo a persistente pandemia do COVID-19, o aumento dos preços dos alimentos e da energia, ao lado da escalada da emergência climática. Isso torna a cooperação internacional eficaz ainda mais essencial para fornecer aos países mais afetados meios e instalações adequadas para promover seu desenvolvimento abrangente.

12. Embora a assistência oficial bilateral e multilateral de desenvolvimento de ajuda tenha aumentado em 2021,<sup>19</sup> ela continuou insuficiente e muito abaixo da meta de 0,7% da ODA por renda nacional bruta (GNI) e de 0,15 a 0,20% da ODA/GNI para os países menos desenvolvidos.<sup>20</sup> Uma proporção aumentada de ODA foi fornecida como empréstimos e com prazos de empréstimo mais rígidos.<sup>21</sup>

14. Os encargos da dívida soberana foram identificados como um grande desafio para os Estados mobilizarem recursos para responder à pandemia,<sup>25</sup> particularmente porque muitos países já enfrentavam pesados encargos da dívida. <sup>26</sup> Quarenta e quatro por cento dos países em desenvolvimento menos desenvolvidos e de baixa renda estavam em alto risco ou em sofrimento da dívida até janeiro de 2020.<sup>27</sup> Desde então, a redução severa das receitas, juntamente com os altos níveis de gastos relacionados à resposta a emergências, aumentaram os níveis de dívida. Até dezembro de 2021, cerca de 60% dos países menos desenvolvidos e de baixa renda estavam em alto risco ou em sofrimento da dívida.<sup>28</sup> Participação do setor privado em vários programas de redução da dívida, incluindo a Iniciativa de Suspensão do Serviço de Dívida e o subsequente Quadro Comum para Tratamento da Dívida, também permaneceram ausentes, apesar do alto percentual da dívida soberana de propriedade do setor privado.

A carga da dívida e os serviços de dívida limitam a capacidade dos países endividados de mobilizar recursos para o cumprimento de suas obrigações de direitos humanos e para alcançar o desenvolvimento. O cancelamento das obrigações de serviços da dívida em 25 países, no valor de US\$ 964 milhões entre abril de 2020 e dezembro de 2021, foi um passo importante do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas não foi longe o suficiente para fornecer o alívio necessário para apoiar uma recuperação inclusiva, resiliente e sustentável.<sup>29 15.</sup> O Secretário-Geral pediu repetidamente uma reforma do sistema financeiro global que funcione para todos os países, particularmente os mais afetados pela pandemia. Um sistema financeiro global adequado para o propósito implicava a reestruturação urgente da dívida e reformas da arquitetura da dívida de longo prazo, o melhor funcionamento do Quadro Comum para o Tratamento da Dívida, com o pleno engajamento de credores do setor privado e agências de classificação de crédito, o alinhamento das metodologias de financiamento privado e classificação de crédito com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e objetivos climáticos, e a expansão da Iniciativa de Suspensão do Serviço de Dívida para todos os países que precisavam.<sup>30</sup>

Ele também pediu a prorrogação da redução da dívida para os mais de 100 países de renda média, pedindo medidas inovadoras para mitigar os impactos socioeconômicos da crise.<sup>31</sup> Com base nas opções políticas identificadas no âmbito da Iniciativa de Financiamento para o Desenvolvimento na Era do COVID-19 e Além, o Secretário-Geral formulou recomendações sobre liquidez, paralisação da dívida, alívio da dívida e arquitetura da dívida internacional.<sup>16.</sup> Apoiada pelo Banco Mundial e pelo FMI, a Iniciativa de Suspensão dos Serviços de Dívida implementada pelo Grupo dos 20 (G20), suspendeu temporariamente os pagamentos da dívida entre governos para 48 dos 73 países elegíveis para financiamento da Associação Internacional de Desenvolvimento para que pudessem reorientar seus recursos no combate à pandemia e seus impactos.<sup>32</sup> Entre maio de 2020 e o término da iniciativa, em dezembro de 2021, proporcionou mais de US\$ 12,9 bilhões em alívio para esses 48 países.<sup>33</sup> A proporção de pagamentos da dívida que foram suspensos, no entanto, foi desigual entre os países. A partir de março de 2022, apenas três países participaram do Quadro Comum de Tratamento da Dívida estabelecido pelo G20 para ajudar os países a reestruturar sua dívida e lidar com problemas de insolvência e liquidez.<sup>34</sup> As suspensões da dívida que foram implementadas adiarão os pagamentos, muitas vezes deixando os países com escolhas difíceis entre atender credores ou cumprir os direitos humanos, incluindo os direitos à vida, saúde, alimentação, educação, seguridade social e desenvolvimento.

<sup>22</sup> [https://www.un.org/ohrlls/sites/www.un.org.ohrlls/files/fsdr\\_2022.pdf](https://www.un.org/ohrlls/sites/www.un.org.ohrlls/files/fsdr_2022.pdf), p. 77. <sup>23</sup> See, for example, A/HRC/47/12, para. 139.2; A/HRC/48/8, para 35.20; E/C.12/FIN/CO/7, para.11; E/C.12/CZE/CO/3, para.11; and A/HRC/45/15/Add.1. <sup>24</sup> See <https://www.sipri.org/yearbook/2021/08>. <sup>25</sup> A/75/167, para. 50. <sup>26</sup> See <https://www.worldbank.org/en/topic/debt/brief/covid-19-debt-service-suspension-initiative>. <sup>27</sup> “Debt and COVID-19: a global response in solidarity”, 17 April 2020, p. 4. <sup>28</sup> See <https://blogs.imf.org/2021/12/02/the-g20-common-framework-for-debt-treatments-must-besteped-up/>. <sup>29</sup> <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2021/12/17/Catastrophe-Containment-andRelief-Trust-Fifth-Tranche-of-Debt-Service-Relief-in-The-511094>. <sup>30</sup> <https://www.un.org/sg/en/node/261421>. <sup>31</sup> <https://news.un.org/en/story/2021/06/1094202>. [A/HRC/51/22 6](https://www.un.org/sg/en/node/261421)

<sup>20.</sup> A Especialista Independente em dívida externa analisou os desafios da dívida nos países em desenvolvimento no contexto da pandemia,<sup>45</sup> abordou as limitações da arquitetura da dívida internacional e propôs recomendações de reforma baseadas em padrões e princípios

de direitos humanos. 46 O Especialista Independente na promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa ressaltou a necessidade de um multilateralismo renovado com uma abordagem mais eficaz e inclusiva para responder e recuperar da pandemia COVID-19, colocando as pessoas e o respeito pelos direitos humanos no centro do processo.<sup>47</sup> Um estudo recente do Expert Mechanism on the Right to Development fornece orientações aos Estados e outras partes interessadas sobre a operacionalização do direito ao desenvolvimento alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com foco em seus meios de implementação e no dever dos Estados para a cooperação internacional.<sup>48</sup>

**Implantação de vacinas e modelo de negócio.** 31. Mais de dois anos após a pandemia emergir, importantes avanços foram feitos no desenvolvimento de vacinas e medicamentos contra o COVID-19. As vacinas COVID-19 foram conquistas científicas significativas na luta contra o vírus e contribuíram para uma redução acentuada das mortes em todo o mundo. Embora a cobertura vacinal em todos os países tenha sido considerada a única saída sustentável da fase aguda da pandemia, a implantação das vacinas COVID-19 foi grosseiramente desigual, revelando e exacerbando as desigualdades existentes.<sup>61</sup> 32. O acesso universal e equitativo às vacinas COVID-19, seguras e eficazes, é um elemento essencial do direito de todos ao mais alto padrão alcançável de saúde física e mental,<sup>62</sup> o direito ao desenvolvimento e o direito de desfrutar dos benefícios do progresso científico e de suas aplicações. Também tem profundas implicações para o gozo de outros direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, e continua sendo um dos determinantes mais fortes da capacidade dos países de controlar a pandemia e avançar para uma recuperação sustentável. No entanto, a partir de junho de 2022, menos de 18% dos adultos em países de baixa renda haviam sido vacinados com pelo menos uma dose, em comparação com mais de 70% em países de alta renda.<sup>63</sup>

57 A/HRC/49/28, paras. 33–67. 58 <https://www.un.org/sg/en/node/261520>. 59 See A/HRC/47/36. 60 A/HRC/49/28, paras. 46–67. 61 <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-member-state-information-session-on-covid-19-3-march-2022>. 62 See E/C.12/2021/1. 63 <https://data.undp.org/vaccine-equity/> (data as at 13 June 2022).<sup>26</sup>

Muitos países em desenvolvimento continuaram a não ter acesso suficiente à vacinação completa contra o COVID-19, enquanto alguns países estavam administrando vacinas de reforço e mais tarde começaram a levantar a maioria das medidas de proteção. 33. A desigualdade vacinal tem sido uma das forças motrizes por trás das recuperações irregulares entre países de alta renda e países em desenvolvimento. Essa abordagem tem sido tanto econômica quanto epidemiológica, <sup>64</sup> com o custo acumulado estimado de vacinação atrasada, totalizando apenas US\$ 2,3 trilhões até 2025, e os países em desenvolvimento carregando a carga.<sup>65</sup> Novas variantes são mais propensas a emergir entre populações em grande parte não vacinadas, com profundas implicações para os direitos à saúde, trabalho, educação e seguridade social globalmente. 34. Alguns países de alta renda garantiram 200% mais doses de vacina do que precisam para alcançar uma cobertura potencial.<sup>66</sup>

A concentração da capacidade de fabricação de vacinas, terapêuticas, diagnósticos e equipamentos de proteção em um número reduzido de países também contribuiu para o acesso desigual. A produção de vacinas foi altamente concentrada em alguns países, com pouca transparência em relação aos contratos ou mercados de insumos. Mesmo algumas vacinas produzidas na África foram enviadas para países que já haviam vacinado a maioria de suas populações, <sup>67</sup> evidências de considerações financeiras sendo colocadas antes da análise baseada em direitos e da vulnerabilidade de populações não vacinadas em países produtores de



vacinas. Ao mesmo tempo, dos mais de 4,7 bilhões de testes COVID-19 aplicados globalmente até o início de fevereiro de 2022, apenas cerca de 22 milhões (0,4%) estavam em países de baixa renda.<sup>68 35</sup>. O Secretário-Geral, o Alto Comissariado para os Direitos Humanos e o Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) pediram repetidamente uma resposta global coordenada à pandemia e ao fortalecimento da solidariedade e da cooperação internacional para garantir que todos tenham acesso às vacinas COVID-19, testes, tratamentos e medicamentos eficazes.

O Alto Comissariado defende o reconhecimento das vacinas COVID-19 como bens públicos globais, priorizando a saúde pública sobre o lucro privado e para esforços ampliados para ampliar a produção de vacinas e garantir o acesso a tratamentos e medicamentos, inclusive por meio do compartilhamento de informações, transferências tecnológicas e flexibilidade sobre propriedade intelectual,<sup>69</sup> em consonância com o princípio da distribuição equitativa e justa dos benefícios do desenvolvimento.

**Recuperação verde, direito ao desenvolvimento e direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável.** 45. Muitas das mesmas pessoas, grupos, povos e países que são desproporcionalmente impactados pela pandemia COVID-19 também foram severamente afetados pela tríplice crise planetária das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição. No entanto, a ação ambiental baseada em direitos não tem sido um foco suficiente dos esforços de resposta e recuperação do COVID-19. De fato, o Relatório de Lacuna de Produção de 2021 constatou que os países do G20 tinham direcionado quase US\$ 300 bilhões em novos fundos para atividades de combustíveis fósseis desde o início da pandemia COVID-19.<sup>92</sup> Isso é mais do que os fundos direcionados para a energia limpa e três vezes mais do que os US \$ 100 bilhões em financiamento climático anual prometidos pelos países desenvolvidos para apoiar as necessidades das nações em desenvolvimento, uma promessa feita em 2010 que, a partir de 2022, ainda não foi cumprida. A comunidade internacional deve alinhar suas ações com seus compromissos.

46. Há 50 anos, na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo), a comunidade internacional pediu desenvolvimento compatível com a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente, e a aplicação da ciência e tecnologia para a identificação, evasão e controle dos riscos ambientais e do bem comum da humanidade, incluindo esforços aprimorados para disponibilizar ciência e tecnologia importantes aos países em desenvolvimento. <sup>93</sup> Na resolução 48/13, o Conselho de Direitos Humanos reconheceu "o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano que é importante para o gozo dos direitos humanos". Na resolução, o Conselho lembrou a Declaração de Estocolmo e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e enfatizou que "o desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões (social, econômica e ambiental) ... contribuir e promover o bem-estar humano e o gozo dos direitos humanos".

47. Esses instrumentos e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável refletem as interligações críticas entre o direito ao desenvolvimento e o direito a um ambiente saudável e têm implicações substanciais para o nosso mundo hoje. Em sua atualização global para a 48ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, o Alto Comissariado para os Direitos Humanos descreveu a degradação ambiental como o maior desafio dos direitos humanos de nossa época. As conexões e implicações para a resposta e recuperação do COVID-19 são claras. A degradação ambiental, incluindo a perda de biodiversidade, aumenta o risco de transmissão zoonótica de doenças que podem resultar em epidemias virais como o COVID-19.<sup>94</sup> A poluição também contribui para condições médicas pré-existentes, como asma, aumentando a vulnerabilidade a

infecções virais.<sup>95</sup> A futura prevenção e preparação da pandemia exige que esses fatores de risco sejam abordados.

**III. Conclusões e recomendações.** 52. Os Estados devem respeitar sua responsabilidade primária de respeitar, proteger e cumprir o direito ao desenvolvimento em três níveis: (a) internamente por meio de políticas e programas nacionais; b Internacionalmente, à medida que adotam e implementam políticas que afetam pessoas além de suas jurisdições; e (c) coletivamente, por meio de parcerias globais e regionais.<sup>103</sup> Todas as empresas onde quer que operem, devem respeitar os direitos humanos. Isso significa que eles devem evitar infringir os direitos humanos dos outros e devem enfrentar os impactos adversos dos direitos humanos com os quais estão envolvidos.<sup>104</sup>

53. Um esforço coordenado global é urgentemente necessário para reverter os caminhos cada vez mais divergentes da recuperação do COVID-19, com alguns países se recuperando e muitos outros caindo mais fundo em ciclos de pobreza, fome, dívida insustentável e austeridade, enfrentando graves retrocessos para a realização do desenvolvimento sustentável. Uma recuperação de duas velocidades mina a confiança e a solidariedade, alimenta o conflito e força o deslocamento, e torna o mundo mais vulnerável a crises futuras, incluindo as mudanças climáticas. 54. Todos os atores devem se envolver em discussões com tempo para identificar soluções concretas para a sustentabilidade da dívida a curto, médio e longo prazo. Os credores privados devem assumir sua responsabilidade de prevenir e resolver situações de dívida insustentáveis<sup>105</sup> e devem se envolver em iniciativas globais de redução da dívida, incluindo o Quadro Comum para o Tratamento da Dívida.

Os países de renda média devem ser incluídos nas medidas de redução da dívida. Os países desenvolvidos devem redistribuir direitos especiais de saque aos países que mais precisam deles. As classificações de crédito devem ser revistas para garantir sua prestação de contas e transparência. 55. Todos os credores e agências de classificação de crédito devem considerar os direitos humanos, em particular os direitos econômicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento, como parte do Estado de Direito que deve ser respeitado pelos países devedores. Os governos que emprestam dinheiro bilateralmente ou através de instituições financeiras internacionais devem evitar pesadas exigências de reembolso ou condições de empréstimo que possam limitar o espaço político e a capacidade dos países devedores de cumprir suas obrigações e compromissos com os direitos humanos.

56. As instituições financeiras internacionais devem apoiar os esforços de recuperação pandêmica do COVID-19 dos Estados, garantindo que seus programas e empréstimos melhorem o espaço fiscal e as capacidades dos Estados para entregar nas áreas de saúde, proteção social e outros direitos humanos. As instituições financeiras internacionais devem realizar avaliações de impacto dos direitos humanos das intervenções propostas, que devem considerar os potenciais impactos das condicionalidades, como ajustes estruturais e medidas de austeridade que limitam a capacidade dos Estados de financiar e entregar políticas e serviços públicos essenciais para o cumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento. Tais intervenções propostas devem ser revistas para excluir condicionalidades com impactos adversos sobre o gozo dos direitos humanos nesses Estados.

57. Doadores e instituições internacionais devem intensificar a assistência ao desenvolvimento. Os Estados também devem financiar e apoiar o Acelerador de Ferramentas de Acesso ao COVID-19 e seu pilar COVAX em proporção às suas capacidades econômicas. 58. As vacinas devem ser tratadas como bens públicos globais disponíveis para todos. A

solidariedade internacional deve se traduzir em um maior apoio de todos os Estados e fabricantes ao COVAX através do financiamento e aumento da oferta de vacinas para países de baixa e média renda, bem como apoiar os esforços de entrega. Os obstáculos para garantir que as vacinas e tratamentos cheguem a todos, incluindo processos de licenciamento indevidamente complexos e restritivos, devem ser eliminados.

103 See A/HRC/15/WG.2/TF/2/Add.2. 104 Guiding Principles on Business and Human Rights, principle 1.1 105 Report of the International Conference on Financing for Development, Monterrey, Mexico, 18-22 March 2002 (A/CONF.198/11) chap. I, resolution 1, annex, para. 47; and [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2051AAAA\\_Outcome.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/2051AAAA_Outcome.pdf), para. 97. A/HRC/51/22 16

Nos termos do Acordo TRIPS, os Estados devem considerar a introdução de uma renúncia temporária dos direitos de propriedade intelectual relevantes até que a pandemia COVID-19 esteja contida, em consonância com o direito dos membros da OMC de proteger a saúde pública e, em particular, promover o acesso a medicamentos para todos. 106 As empresas farmacêuticas devem respeitar o direito dos Estados de utilizar tais disposições. 107 59. Os Estados devem buscar uma abordagem integrada e sustentável para a resposta e recuperação do COVID-19 que se alinhe com suas obrigações e compromissos nos termos dos direitos humanos e do direito ambiental, particularmente no que diz respeito aos direitos ao desenvolvimento e a um ambiente saudável, e às suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Isso deve incluir a mobilização de financiamento para uma recuperação equitativa e sustentável do COVID-19, proteger e cumprir os direitos de todas as pessoas para se beneficiar da ciência e suas aplicações, incluindo tecnologias para proteger o meio ambiente e a saúde humana, e tomar ações ambiciosas, baseadas em evidências, participativas e coletivas para enfrentar as crises globais interligadas do COVID-19, perda de biodiversidade, mudanças climáticas e poluição. 60. Os Estados devem integrar os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, em políticas e outras medidas para responder e recuperar da pandemia. As normas e princípios dos direitos humanos oferecem orientações para que os Estados cooperem uns com os outros na implementação de ações imediatas para enfrentar as desigualdades globais no sistema financeiro, realizar reformas estruturais na arquitetura da dívida, reverter a desigualdade vacinal, garantir maior investimento em proteção social e avançar economias mais verdes.

**2. Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento em sua vigésima segunda sessão (Genebra, 22 a 26 de novembro de 2021).** Presidente-Relator: Zamir Akram <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/390/80/PDF/G2239080>  
OpenElement A/HRC/51/38

...”C. **Consideração da proposta de convenção sobre o direito ao desenvolvimento.** 42. O presidente-relator emitiu uma declaração para esclarecer alguns dos pontos levantados na declaração geral proferida pela União Europeia. Ele explicou que, ao contrário da crítica da União Europeia, o texto da convenção refletiu a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986 e reafirmou a universalidade, a indivisibilidade, a inter-relação e a interdependência de todos os direitos humanos, especificamente no seu preâmbulo e no artigo 6º. O preâmbulo, o artigo 3º (e) e o artigo 22 alinharam o direito ao desenvolvimento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O presidente-relator lembrou que a minuta da convenção

reconheceu que os direitos humanos foram fundamentais para todos os esforços para o desenvolvimento e que a definição do direito ao desenvolvimento, conforme consta na minuta do artigo 4º, deixou claro que as medidas tomadas para avançar no desenvolvimento não poderiam ser utilizadas como justificativa para violar os direitos humanos.

O presidente-relator observou que a proposta de convenção refletia o direito ao desenvolvimento como um direito individual e coletivo, reconhecido na Declaração de 1986. O artigo 8º da convenção estipulava que os direitos humanos eram inerentes a todos os seres humanos, sem qualquer tipo de discriminação ou distinção. A minuta da convenção concentrou-se igualmente nas três dimensões das obrigações dos Estados: interna, externa e coletiva. As obrigações internas dos Estados foram refletidas na minuta dos artigos 10, 11 e 12, entre inúmeras outras disposições. Além disso, os deveres de cooperação aplicados a todos os Estados, não apenas aos Estados industrializados. Quanto às preocupações expressas pela União Europeia quanto à atribuição a terceiros de obrigações e responsabilidades pouco claras na matéria de direitos humanos, a cláusula de limitações e o uso de conceitos tão pouco claros como "preocupação comum da humanidade",

Sobre o dever geral de todos respeitarem o direito ao desenvolvimento, esclareceu que já estava estabelecido no direito internacional, conforme explicado nos comentários da minuta do artigo 7º. A proposta de convenção não impôs obrigações a ninguém, mas às partes ratificadoras, nem criou obrigações para a comunidade internacional dos Estados como um todo. Também previa uma interpretação harmoniosa com outros instrumentos internacionais sem criar uma hierarquia. A linguagem do projeto de convenção sobre medidas coercitivas como violações do direito ao desenvolvimento foi uma reprodução verbatim da mais conhecida articulação do princípio, consagrada na Declaração sobre Princípios do Direito Internacional relativa às Relações Amigáveis e à Cooperação entre os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

O presidente-relator convidou a União Europeia a especificar as partes da convenção que, em seu parecer, mudaram a natureza da linguagem previamente acordada e introduziram vagas noções de obrigações extraterritoriais para os Estados. Por fim, o Presidente Rapporteur reiterou que o dever de cooperar foi firmemente estabelecido no direito internacional e poderia ser encontrado, por exemplo, na Carta das Nações Unidas, na Declaração de 1986, no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela maioria dos países da União Europeia. Em conclusão, o presidente-relator convidou a União Europeia a realizar uma leitura completa da minuta da convenção e dos comentários que acompanham. Ele também convidou a União Europeia a participar na negociação do texto para permitir que os especialistas em O presidente-relator convidou a União Europeia a especificar as partes da convenção que, em seu parecer, mudaram a natureza da linguagem previamente acordada e introduziram vagas noções de obrigações extraterritoriais para os Estados. Por fim, o Presidente Rapporteur reiterou que o dever de cooperar foi firmemente estabelecido no direito internacional e poderia ser encontrado, por exemplo, na Carta das Nações Unidas, na Declaração de 1986, no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela maioria dos países da União Europeia. Em conclusão, o presidente-relator convidou a União Europeia a realizar uma leitura completa da minuta da convenção e dos comentários que acompanham. Ele também convidou a União Europeia a participar na negociação do texto para permitir que os especialistas em redação resolvam suas preocupações.

43. O presidente-relator convidou delegados e demais partes interessadas a fazer comentários e sugestões textuais, passando pela minuta do artigo da convenção e para enviá-los à secretaria por escrito. Ele também se referiu ao mandato dado a ele pela resolução 48/10 do Conselho de Direitos Humanos, na qual o Conselho solicitou ao Presidente-Relator que submetesse uma convenção revisada ao Grupo de Trabalho em sua vigésima terceira sessão, prevista para ocorrer de 16 a 20 de maio de 2022. A secretaria compilaria os comentários e sugestões textuais e os disponibilizaria naquela sessão. O resumo a seguir da discussão interativa A/HRC/51/38 12 não inclui, portanto, um relato abrangente de todos os comentários e sugestões textuais feitas.<sup>44</sup> O grupo de redação foi composto por Mihir Kanade (Índia) como sua Presidente e Relatora, Makane Moïse Mbengue (Senegal), Koen de Feyter (Bélgica), Diane Desierto (Filipinas) e Margarett May Macaulay (Jamaica). Kanade forneceu uma visão geral do processo de elaboração e da estrutura da convenção. Ele ressaltou que a linguagem do preâmbulo e do texto baseava-se em instrumentos jurídicos internacionais existentes, incluindo tratados de direitos humanos e declarações e resoluções relevantes adotadas pelos Estados.

Não foram criados conceitos, normas, direitos ou obrigações. A minuta da convenção reuniu todas as normas pertinentes em um quadro e as contextualizou com relação ao direito ao desenvolvimento. Kanade explicou que, embora a convenção se baseou em modelos padrão de tratados de direitos humanos que se concentravam nos seres humanos como titulares e Estados como portadores de direitos correspondentes, também incorporou obrigações recíprocas inter-estatais encontradas em tratados padrão do tipo estatistas. Da mesma forma, a proposta de convenção foi emprestada significativamente de características de convenções-quadro que se concentraram na fixação de princípios, direitos e obrigações gerais; os detalhes da regulação poderiam ser desenvolvidos posteriormente de forma gradual através de uma conferência de partes dos Estados. 45. O Azerbaijão (em nome do Movimento dos Países Não Alinhados) instou as Nações Unidas a garantir a operacionalização do direito ao desenvolvimento como prioridade, através da elaboração de uma convenção sobre o direito ao desenvolvimento. Cuba apreciou o número de delegações que participaram ativamente e apoiaram a negociação do projeto de convenção. A República Bolivariana da Venezuela considerou-o um instrumento legalmente vinculativo internacional que levou em conta os desafios da reconstrução em contextos pós-crise necessários para enfrentar as desigualdades. A convenção precisaria abordar os efeitos da dívida externa e o impacto adverso das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo do direito ao desenvolvimento.

O Paquistão apreciou a proposta de convenção como uma grande contribuição para a concretização do direito ao desenvolvimento e à sua operacionalização. Sugeriu uma elaboração mais aprofundada sobre a importância da cooperação internacional em relação aos fluxos financeiros ilícitos, à sustentabilidade da dívida e à mitigação dos efeitos adversos das mudanças climáticas. O Panamá apontou a interdependência da paz, do desenvolvimento, dos direitos humanos, da proteção ambiental e da ação climática. As crises decorrentes da poluição, das mudanças climáticas e da perda da biodiversidade impactariam o gozo futuro dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento. Nesse contexto, o Panamá perguntou sobre a falta de um artigo específico sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas. 46. A Associação Comunità Papa Giovanni XXIII (em nome do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Organizações Não Governamentais De Inspiração Católica em Genebra) enfatizou a necessidade urgente de colaborações interdependentes em todo o mundo para superar os impactos da pandemia e da crise climática em curso.

A Associação Humanitária e de Reabilitação de Advocacia Moderna ressaltou a importância de identificar obstáculos que impediram o desenvolvimento, particularmente nos países em desenvolvimento, a necessidade de integrar os direitos das crianças, a responsabilidade internacional pela gestão das crises econômicas e sociais globais, a fundamentalidade das liberdades e a inalienabilidade do direito ao desenvolvimento. Também destacou a necessidade de avanço do crescimento pacífico, especialmente no setor de tecnologia, e de uma mudança de paradigma em relação aos valores de tolerância, ética da resolução de conflitos não violentos, proteção ambiental e proteção da soberania nacional. O Conselho Internacional de Direitos Humanos afirmou que a paz e a segurança internacionais foram essenciais para a concretização do direito ao desenvolvimento e reafirmou a estreita relação entre o desarmamento e o desenvolvimento.

A Associação Internacional de Direitos Humanos das Minorias Americanas observou que, para promover o direito ao desenvolvimento, os direitos dos povos sob domínio colonial e estrangeiro precisavam de mais elaboração e inclusão no projeto de convenção. 47. O Sr. Kanade apresentou o preâmbulo da convenção. Ele explicou que abordou as três principais funções desempenhadas por qualquer preâmbulo: delinear as considerações (morais, políticas, econômicas, culturais, jurídicas) que norteiam a convenção e suas motivações; traçar a trajetória jurídica que leva à adoção da convenção; e enfatizar os objetivos que ele pretendia alcançar. Os parágrafos 1-8 captaram a motivação da convenção; os parágrafos 9-20 traçar cronologicamente a trajetória jurídica nos níveis internacional e regional; e os parágrafos 21-26 refletiram os objetivos da convenção. Ele explicou que as sugestões recebidas incluíam a adição de referências à pobreza e às pandemias, acrescentando disposições que refletiam melhor o papel da sociedade civil e reordenando o preâmbulo, de modo a começar com a referência à Carta das Nações Unidas e à trajetória jurídica.

4 Ver <https://www.ohchr.org/en/comments-and-textual-suggestions-received-after-21st-sessionworking-group-right-development>.

48. Cuba pediu para ampliar a referência à pobreza em todas as suas dimensões, para incluir uma referência à pobreza extrema na nova versão do projeto e garantir uma referência a medidas coercitivas unilaterais. A República Bolivariana da Venezuela apoiou a proposta de Cuba. O Paquistão enfatizou a necessidade de gerar vontade política internacional e o compromisso de enfrentar desafios políticos, sociais, econômicos e de desenvolvimento sistêmicos, incluindo a ampliação das desigualdades, os encargos da dívida, a falta de cumprimento de compromissos e impedimentos à capacidade dos Estados de operacionalizar o direito ao desenvolvimento. O Panamá sugeriu incluir referências à discriminação, desigualdades de gênero, emergências em saúde e pandemias, e a divisão digital, e apoiou a proposta da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para incluir a diversidade cultural.<sup>5</sup>

Expressou preocupações com a corrida armamentista, que desviaria recursos dos direitos humanos e do desenvolvimento. Instou a comissão de redação a analisar os fundamentos listados em tratados amplamente ratificados. A África do Sul apoiou a ampliação do escopo da pobreza e a inclusão de uma referência à pobreza extrema. Também apoiou as sugestões do Panamá para incluir referências a divisões digitais e desigualdade de gênero. A Namíbia, embora reconhecendo que houve uma evolução nos fundamentos da não discriminação, só poderia aceitar os fundamentos listados nos tratados aos quais era parte. A China apoiou a urgência de operacionalizar o direito ao desenvolvimento e a importância do processo de um documento legalmente vinculativo. A Nigéria chamou a atenção ao considerar



os diversos instrumentos internacionais adotados na concretização do desenvolvimento sustentável, em especial a Agenda 2030.

49. A Associação Comunità Papa Giovanni XXIII propôs a adição de referências ao direito à autodeterminação, ao papel dos defensores dos direitos humanos, ao papel das mulheres no desenvolvimento e às questões relacionadas à globalização. O conceito de sustentabilidade deve ser claramente explicitado. O Grupo Sikh de Direitos Humanos sugeriu adicionar uma referência ao papel das corporações transnacionais. A Escola para o Estudo do Ensino de Intuição de Valores destacou a necessidade de unidade para alcançar resultados no direito ao desenvolvimento através do estudo e integração de valores morais através do mecanismo de intuição. O Fundo internacional de Ajuda à Comissão de Direitos Humanos ressaltou a importância da governança, das instituições democráticas e da liberdade de expressão. 50. O Sr. Kanade apresentou a parte I do projeto de convenção, que compreendeu três disposições de abertura que tratam da finalidade da convenção, definições para termos específicos utilizados e princípios gerais que devem orientar a execução de obrigações pelos portadores do dever.

Ele também abordou comentários feitos pela União Europeia no sentido de que a proposta de convenção utilizava conceitos para os quais o significado não estava claro no contexto do direito internacional dos direitos humanos, como o direito de regulamentação. Ele observou, entre outros, que o direito de regulamentação havia sido explicitamente reconhecido no Acordo de Comércio Integral e Econômico entre a União Europeia e o Canadá, e reafirmado pela Comissão dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em seu comentário geral nº 24 (2017). Em seguida, apresentou a parte II da proposta de convenção, que se concentrou no direito ao desenvolvimento e seus titulares. As quatro disposições ali constituíam o conteúdo do direito, sua relação com o direito à autodeterminação e outros direitos humanos, e o dever geral de todos de respeitar os direitos humanos sob o direito internacional.

51. A África do Sul propôs mudanças na definição de organizações internacionais e expressou seu apreço pela inclusão do dever de cooperar. China e Cuba expressaram preocupações sobre a abordagem baseada em direitos humanos no contexto do direito ao desenvolvimento. Cuba também reafirmou a importância de falar sobre autodeterminação dos povos e controle soberano sobre os recursos naturais. A Federação Russa comentou sobre a ausência de uma definição clara do termo "direito ao desenvolvimento" ou de seus elementos constituintes 5 Ibid. HRC/51/38 14, e também expressou preocupações sobre os termos "direito de regular" e "personalidade jurídica internacional". 52. A Associação Comunità Papa Giovanni XXIII propôs o Estado de Direito como princípio universal. A Comissão Nacional de Direitos Humanos da Maurítânia afirmou que o direito ao desenvolvimento era um direito humano inalienável, reafirmando seu apoio ao Grupo de Trabalho e ao processo de elaboração de uma convenção.

O Centre Europe-Tiers Monde concentrou-se nas obrigações de direitos humanos das corporações transnacionais, observando o processo em curso em relação a um tratado internacional sobre corporações transnacionais. Distinguiu as obrigações de direitos humanos dos Estados e das corporações transnacionais e lembrou a prerrogativa exclusiva dos Estados de elaborar e implementar as leis sobre o assunto. A Escola para o Estudo do Ensino de Intuição de Valores enfatizou que o desenvolvimento da capacidade intuitiva dos indivíduos ajudaria a mudar comportamentos individualistas para alcançar direitos humanos e desenvolvimento. 53. A senhora deputada Desierto introduziu os artigos 8-12, explicando que se referiam a obrigações gerais em relação ao direito ao desenvolvimento, consistentes com os nove principais tratados internacionais de direitos humanos e com a resolução 60/147 da Assembleia Geral.

O artigo 8º especificava as obrigações gerais dos Estados Partes de respeitar, proteger e cumprir o direito ao desenvolvimento e o dever comum sob o direito internacional de direitos humanos que as autoridades públicas e as instituições agem de acordo com a convenção. Os motivos proibidos de discriminação incluíam os reconhecidos no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, com a adição de identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade e apátrida. O artigo 9º especificava que as organizações internacionais tinham a obrigação negativa de se absterem de condutas que ajudassem, assistissem, dirigissem, controlavam ou coagissem um Estado ou outra organização internacional a violar obrigações relativas ao direito ao desenvolvimento.

O artigo 10 estabelece a obrigação das partes dos Estados de respeitar o direito ao desenvolvimento, abstando-se de condutas de quatro tipos: anulação ou comprometimento do gozo ou exercício do direito ao desenvolvimento dentro ou fora de seu território; prejuízo da capacidade de outros Estados ou organizações internacionais de cumprir as obrigações sobre o direito ao desenvolvimento; ajudar, auxiliar, dirigir, controlar ou coagir outra organização estatal ou internacional a violar suas obrigações relativas ao direito ao desenvolvimento; e fazendo com que uma organização internacional da qual é membro cometa um ato que constituiria uma violação da obrigação desse Estado nos termos da convenção. O artigo 12º abordou a obrigação de cumprir o direito ao desenvolvimento. 54. O Sr. De Feyter apresentou o rascunho dos artigos 13-15. O artigo 13º reafirmou o dever de cooperar incluído na Carta das Nações Unidas e deu-lhe efeito no contexto do direito ao desenvolvimento.

Incluía o dever dos Estados de cooperar uns com os outros, na garantia do desenvolvimento e na eliminação de obstáculos a ele. A minuta do artigo concentrou-se nas medidas concretas que os Estados devem tomar, inclusive por meio da cooperação com organizações intergovernamentais e em parceria com a sociedade civil. Abordou ainda a cooperação para garantir que nenhum ator prejudicasse o gozo do direito ao desenvolvimento, a integração do direito ao desenvolvimento em instrumentos legais, políticas e práticas internacionais e o dever de garantir que o financiamento das medidas de desenvolvimento fosse consistente com o direito ao desenvolvimento. O artigo 13º também continha uma lista não exaustiva de medidas para criar uma ordem social e internacional que permitisse a realização do direito ao desenvolvimento. O artigo 14 sobre medidas coercitivas reproduziu disposições relevantes da Declaração de Relações Amigáveis, amplamente reconhecida como uma interpretação autorizada da Carta.

O artigo 15º abordou medidas especiais e corretivas relacionadas tanto aos titulares dos direitos quanto aos portadores de direitos. 55. Egito, Indonésia, Nigéria e Federação Russa expressaram preocupações sobre referências ao gênero. Cuba ressaltou a importância do artigo sobre medidas coercitivas e apoiou a sugestão do Centro Europeu de níveis monde em relação às corporações transnacionais. A Nigéria enfatizou que os Estados tinham o direito de fazer propostas e observar qualquer linguagem contrária aos seus interesses. A Namíbia afirmou que apenas os motivos proibidos de discriminação em tratados internacionais deveriam ser incluídos, e lembrou que os órgãos do tratado pediram repetidamente que as reservas fossem levantadas. A Federação Russa expressou reservas sobre as obrigações extraterritoriais dos Estados e buscou maiores esclarecimentos sobre a obrigação A/HRC/51/38 15 de cooperar. Também se opôs a referências ao sistema de negociação baseado em regras. O Paquistão ecoou comentários feitos pela Namíbia, pela Federação Russa e pela África do Sul, afirmando que as razões proibidas de discriminação no artigo 8º deveriam ser consistentes com os pactos internacionais. A Indonésia ressaltou que qualquer negociação deve visar chegar ao máximo de

consenso possível. O Panamá apoiou a manutenção de referências ao gênero ao longo do texto e enfatizou que o projeto deve refletir a evolução do direito internacional.

Expressou reservas para incluir referências a corporações transnacionais à luz das discussões em curso relacionadas a um instrumento internacional que abordasse suas responsabilidades. O Egito pediu que a palavra "vulnerabilidade" fosse suprimida no primeiro parágrafo do artigo 15 da convenção e pediu para excluir a palavra "todos" em referência a "... o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis" no artigo 16, parágrafo 2 (c). 56. A Federação das Mulheres para a Paz Mundial Internacional refletiu sobre a necessidade de construir a capacidade dos governos e comunidades locais de reivindicar o direito ao desenvolvimento. O Centro de Ciência e Direito da Saúde focou em doenças evitáveis relacionadas, entre outras coisas, ao acesso à água, à gestão da água, à alimentação, à nutrição e aos impactos dos poluentes tóxicos, o que impediu o desenvolvimento. O Grupo Sikh de Direitos Humanos sugeriu referências a diferenças de estresse nas culturas, tradições e costumes.

Em relação às discussões entre os Estados sobre a entrada de reservas na convenção, a Aliança Defendendo a Liberdade enfatizou o papel do Grupo de Trabalho na construção de consenso entre os Estados. A Associação Internacional de Direitos Humanos das Minorias Americanas ressaltou a necessidade de referências específicas aos direitos dos povos sob ocupação colonial e estrangeira e para garantir que as violações existentes sejam tratadas. 57. A Sra. Desierto observou que os comentários seriam considerados. Ela esclareceu que sua apresentação foi baseada nos comentários sobre a proposta de convenção e não em qualquer outro documento. O Sr. De Feyter agradeceu por todas as adições aos artigos 13, 14 e 15. Em relação às observações sobre o artigo 13º e ao dever de cooperar, esclareceu que o primeiro parágrafo do artigo 13º foi retirado do artigo 55 da Carta das Nações Unidas, que descrevia os objetivos da cooperação econômica e social. Ele confirmou que as políticas e práticas que constituíam obstáculos ao direito ao desenvolvimento não foram identificadas e afirmou que a falta de uma definição específica dos países em desenvolvimento não impediu o desenvolvimento de uma variedade de tratados referentes a eles.

A linguagem do artigo 13 foi baseada na Agenda 2030 (Meta 17, meta 17.10), sendo que a única diferença é que a Agenda 2030 foi adicionada "sob a Organização Mundial do Comércio". Incluir essa redação forneceria uma maneira de abordar as preocupações expressas. 58. O Sr. Kanade apresentou os artigos 16-17 em nome da Sra. Macaulay. Ele relatou que uma série de sugestões foram recebidas e se refletiram na compilação. Ele observou que havia de fato uma lacuna entre o título (igualdade de gênero) e as disposições substantivas (restritas à igualdade entre mulheres e homens). Os especialistas aguardariam mais sugestões. Kanade explicou então que foram incluídas disposições específicas sobre os povos indígenas, tendo em vista a inclusão proeminente do direito ao desenvolvimento na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e na jurisprudência dos mecanismos regionais. Ele também explicou a referência aos "povos tribais" no artigo 17.

59. A Sra. Desierto apresentou o projeto de lei 18-20. O artigo 18º deixou claro que apenas as limitações existentes do direito dos direitos humanos poderiam constituir limitações ao gozo do direito ao desenvolvimento. O artigo 19º previa uma obrigação branda por parte dos Estados de tomar as medidas adequadas para estabelecer marcos legais para a realização de avaliações de riscos e impactos reais e potenciais de leis e práticas, em conformidade com a minuta da convenção. Isso deixou flexibilidade para que os Estados definissem mecanismos e marcos legais adequados para tais avaliações de impacto. O projeto do artigo 20 prosseguiu com

a obrigação suave de coletar informações e dados adequados, deixando também a concepção de um processo específico de coleta de dados à prerrogativa do Estado. Nenhum desses mecanismos era novo para os Estados.

60. A Federação Russa expressou preocupações com artigos relativos à igualdade de gênero, aos povos tribais e à cláusula de limitação. A África do Sul apoiou o projeto dos artigos 16 e 17. O Panamá também apoiou o artigo 16, como elaborado e enfatizou que a igualdade de gênero era parte integrante do sistema das Nações Unidas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Nigéria chamou a atenção para o projeto do artigo 16, propondo que a "igualdade de gênero" seja substituída pela "igualdade A/HRC/51/38 16 dos direitos" como nas disposições da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

61. A Associação Comunità Papa Giovanni XXIII, a Organização mondiale des associations pour l'éducation prénatale e a Federação das Mulheres para a Paz Mundial Internacional sugeriram nuances ao artigo 16. A Associação Internacional de Direitos Humanos das Minorias Americanas destacou a necessidade de consultar os povos indígenas para recomendações. 62. O Sr. Kanade apresentou uma visão geral dos artigos 21-23. O projeto do artigo 21 foi necessário em vista do artigo 7º da Declaração de 1986. Incluía dois parágrafos para garantir a precisão e a compatibilidade da linguagem com as obrigações existentes dos Estados sob o direito internacional. O artigo 22.o abordou o desenvolvimento sustentável. O projeto do artigo 23, intitulado "Interpretação Harmoniosa", seguiu o princípio da harmonização elaborado pela Comissão de Direito Internacional em seu estudo de 2006 sobre a fragmentação do direito internacional.

63. O Sr. De Feyter introduziu as disposições institucionais propostas do projeto de convenção, que estabeleceu dois órgãos: uma conferência de Partes dos Estados e um mecanismo de implementação. A proposta de conferência das partes foi concebida como uma instituição inclusiva que incentivaria o diálogo global entre estados e outras partes interessadas, para que a compreensão e o apoio ao direito ao desenvolvimento pudessem crescer gradualmente. O mecanismo de implementação ofereceu a oportunidade de uma melhor conscientização sobre os obstáculos da vida real na concretização do direito ao desenvolvimento no terreno, que deve ser abordado por uma cooperação internacional melhorada.

64. O Sr. Kanade apresentou a parte V da convenção, as disposições de encerramento, semelhantes às encontradas na maioria dos tratados. O artigo 27º foi indicado para assinatura e o artigo 28 tratou dos meios de manifestação de consentimento a ser vinculado pelo tratado. A proposta de convenção abriu a possibilidade de organizações internacionais serem partes dela. O artigo 29 sobre organizações internacionais era quase idêntico ao artigo 44 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mas com maior abrangência. O artigo 30 sobre a entrada em vigor foi análogo ao artigo 45 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, enquanto a minuta dos artigos 31 e 32 sobre alterações e denúncias correspondia aos artigos 47 e 48 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A minuta do artigo 33 incorporou um procedimento de resolução de controvérsias entre os Estados parte, que se aplicava a disputas inter-Estados, disputas entre Estados e organismos internacionais e disputas entre organismos internacionais, desde que fossem todas partes da convenção. O artigo 34 sobre a disponibilidade do texto em formatos acessíveis correspondeu ao artigo 49 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 65. Cuba sugeriu referências ao desarmamento completo e à representação de gênero e geográfica equilibrada.

O Paquistão sugeriu a inclusão de medidas não discriminatórias e uma referência a diferentes sistemas legais.

A Federação Russa chamou a atenção para a obrigação dos Estados de tomar medidas para o desarmamento completo. Expressou preocupação com o mecanismo de implementação e a participação de organizações internacionais, e se opôs a investigações de violações cometidas por terceiros. O Panamá apoiou fortemente o artigo 21 e observou a relação histórica entre o desarmamento e o desenvolvimento. A China apoiou os comentários da Federação Russa sobre os artigos 21 e 33. A Nigéria observou que, na interpretação das disposições, a soberania dos Estados não deve ser prejudicada. 66. A Associação Comunità Papa Giovanni XXIII manifestou apoio ao artigo 21 e perguntou se a linguagem completa do artigo 7º da Declaração de 1986 poderia ser refletida na minuta de convenção. Propôs relatórios periódicos à conferência das partes dos Estados, inclusive sobre a clara composição e o papel do mecanismo de implementação. A Associação Internacional de Direitos Humanos das Minorias Americanas reiterou que devem ser feitas consultas com os povos indígenas. A Aliança Defendendo a Liberdade ecoou preocupações levantadas pela Associação Comunità Papa Giovanni XXIII sobre o processo de revisão periódica.

**D. Consideração do caminho a seguir para a adoção do projeto de Convenção.** 67. O presidente-relator expressou seu apreço ao grupo de especialistas pela montagem da proposta de convenção e reconheceu as opiniões divergentes sobre a convenção. Refletiu sobre a importância de compreender e garantir uma adoção consensual e aceitação do projeto de convenção. Ele reiterou que não introduziu novos conceitos ou obrigações em termos de direito ao desenvolvimento e lembrou o objetivo de finalizar a deliberação, conforme solicitado pelo Conselho de Direitos Humanos. A versão revisada seria introduzida na próxima sessão do Grupo de Trabalho, em maio de 2023.

68. A União Europeia reafirmou sua posição de não ser a favor da elaboração de um padrão jurídico internacional de natureza vinculante. A Agenda 2030 seria um mecanismo mais apropriado ou eficiente para realizar o desenvolvimento sustentável e promover o pleno e igual prazer de todos os direitos humanos por todos os indivíduos. A União Europeia reafirmou seu compromisso de desempenhar um papel substancial no apoio aos esforços para reconstruir melhor e não deixar ninguém para trás após a crise do COVID-19. Também reiterou que uma abordagem consensual que promovesse a desejada universalidade e pertencimento – apropriação era o único caminho a seguir.

69. A Federação Russa observou o valor agregado significativo e o acúmulo de informações que ajudaram a avaliar as principais abordagens dos Estados e organizações não governamentais na preparação da convenção e reiterou sua crença de que a noção do direito ao desenvolvimento deve ser claramente definida na convenção. 70. A Associação Comunità Papa Giovanni XXIII apoiou as opiniões do Presidente-Rapporteur, observou que divergências de opinião continuaram a prolongar as negociações sobre a proposta de convenção e sugeriu que o texto fosse transmitido ao Conselho de Direitos Humanos. A Associação Humanitária de Advocacia Moderna e Reabilitação enfatizou a necessidade de agir com verdade e ética para construir o futuro que queríamos. Finn Church Aid reafirmou a crença de que o desenvolvimento era um direito que precisava de aplicação e destacou o valor da convenção e de chegar a um consenso. A Associação Internacional de Direitos Humanos das Minorias Americanas apoiou a declaração da Finn Church Aid e reafirmou a importância de novas discussões e consultas informais como meios-chave para impulsionar o diálogo e o consenso.

**IV. Conclusões e recomendações.** 71. Na última reunião de sua vigésima segunda sessão, realizada em 26 de novembro de 2021, o Grupo de Trabalho aprovou por consenso as conclusões e recomendações presentes, de acordo com seu mandato estabelecido pela Comissão dos Direitos Humanos na sua resolução 1998/72. 72. Em suas observações finais, o presidente-relator agradeceu a todos os envolvidos na sessão do Grupo de Trabalho e destacou o caminho a seguir. As declarações finais foram feitas pelo Azerbaijão, em nome do Movimento dos Países Não Alinhados.

**Conclusões.** 73. O Grupo de Trabalho agradeceu a todos aqueles que contribuíram para a tramitação da sua vigésima segunda sessão. 74. O Grupo de Trabalho tomou nota com a apreciação das observações de abertura feitas pelo Alto Comissariado Adjunto, na qual reiterou o total apoio da OHCHR ao Grupo de Trabalho e à plena realização do direito ao desenvolvimento. 75. O Grupo de Trabalho saudou a reeleição do presidente-relator e elogiou-o por sua gestão capaz de orientar as deliberações durante a sessão. Também expressou gratidão e agradecimento ao presidente-relator e aos especialistas que o apoiaram na elaboração da minuta da convenção sobre o direito ao desenvolvimento e aos comentários que lhe foram apresentados a pedido do Conselho de Direitos Humanos. Nesse contexto, o Grupo de Trabalho expressou seu apreço pela interação com os especialistas.

76. O Grupo de Trabalho também expressou seu apreço pelo diálogo interativo realizado com o Presidente do Mecanismo Especializado sobre o Direito ao Desenvolvimento e o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, que havia proporcionado a oportunidade de trocar opiniões sobre a proposta de convenção, os benefícios da operacionalização do direito ao desenvolvimento e as formas de superar os obstáculos e desafios ao pleno gozo desse direito. 77. O Grupo de Trabalho expressou preocupação com o impacto negativo na economia e na sociedade e na conseqüente exacerbação das desigualdades dentro e entre os países devido à pandemia COVID-19. Ressaltou a necessidade de os Estados tomarem medidas coletivas na resposta às pandemias e outras emergências em saúde, e às conseqüências socioeconômicas, e no avanço do desenvolvimento sustentável e na realização de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento.

78. O Grupo de Trabalho discutiu como um instrumento legalmente vinculativo poderia contribuir para tornar o direito ao desenvolvimento uma realidade para todos, criando condições, a nível nacional e internacional, propícios à sua realização e à suspensão de todas as medidas que possam ter impacto no direito ao desenvolvimento, de acordo com a Carta das Nações Unidas, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e outros instrumentos e documentos internacionais relevantes. 79. O Grupo de Trabalho tomou nota das opiniões divergentes sobre o projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento e do fato de que vários Estados continuaram a se engajar no Grupo de Trabalho, reafirmando sua posição de que não eram a favor de um padrão jurídico internacional de natureza vinculante sobre o direito ao desenvolvimento, pois não acreditavam que este era um mecanismo apropriado e eficiente para realizar o desenvolvimento sustentável, e que nesta fase os Estados devem concentrar seus esforços na implementação efetiva da Agenda 2030, a qual inclui uma ampla e abrangente gama de compromissos consensuais. Como não apoiaram nem se envolveram nas negociações sobre a proposta de convenção, o resultado dessas negociações não refletiu necessariamente suas opiniões. 80. O Grupo de Trabalho encorajou os órgãos relevantes do sistema das Nações Unidas, dentro de seus respectivos mandatos, incluindo as agências especializadas, fundos e programas do sistema das Nações Unidas, e outras organizações e partes interessadas internacionais relevantes, incluindo organizações da sociedade civil, a dar a devida consideração

ao direito ao desenvolvimento na implementação da Agenda 2030, contribuir para o trabalho do Grupo de Trabalho e cooperar com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, o Mecanismo de Especialistas e o Relator Especial no cumprimento de seus mandatos no que diz respeito à implementação do direito ao desenvolvimento.

**B. Recomendações.** 81. O Grupo de Trabalho fez as seguintes recomendações: (a) O Alto Comissariado e a OHCHR devem tomar as medidas necessárias para garantir uma alocação equilibrada e visível dos recursos e prestar a devida atenção à visibilidade e implementação efetiva e à integração do direito ao desenvolvimento, identificando sistematicamente e empreendendo projetos tangíveis dedicados a esse direito, devendo continuar a atualizar o Conselho de Direitos Humanos e o Grupo de Trabalho sobre o progresso nesse sentido; (b) O Grupo de Trabalho deve continuar a implementar seu mandato através de um processo colaborativo de engajamento, de acordo com a Resolução da Comissão dos Direitos Humanos 1998/72 e outras resoluções relevantes do Conselho de Direitos Humanos e da Assembleia Geral;

(c) O Presidente-Relator do Grupo de Trabalho deve realizar novas consultas com todos os Estados-Membros, organismos internacionais, o Mecanismo de Especialista, o Relator Especial, OHCHR, agências do sistema das Nações Unidas, comissões econômicas regionais e outras organizações sobre a realização do direito A/HRC/51/38 19 ao desenvolvimento, inclusive para a elaboração de uma convenção sobre o direito ao desenvolvimento, levando em conta as discussões realizadas na vigésima segunda sessão do Grupo de Trabalho e as apresentações feitas pelos especialistas convidados; (d) A Alta Comissária deve incluir em seu próximo relatório anual uma análise da realização do direito ao desenvolvimento, levando em conta os desafios e obstáculos existentes à realização desse direito, e fazer recomendações sobre como superá-los e propostas concretas de apoio ao Grupo de Trabalho no cumprimento de seu mandato; (e) O Grupo de Trabalho deve convidar a Presidência do Mecanismo de Perito e o Relator Especial para continuar a contribuir para o trabalho do Grupo de Trabalho; (f) O Alto Comissariado deve continuar a facilitar a participação de especialistas nas próximas sessões do Grupo de Trabalho e a fornecer assessoria com vistas a contribuir para as negociações da minuta da convenção sobre o direito ao desenvolvimento; (g) O presidente-relator deve apresentar o relatório do Grupo de Trabalho em sua vigésima segunda sessão à Assembleia Geral em sua setenta e sétima sessão e relatar atividades para promover a integração do direito ao desenvolvimento nos esforços de implementação da Agenda 2030.”

## Grandes mudanças no futuro da saúde global: as discussões na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas e na 30ª. Conferência Sanitária Pan-americana

*Paulo M. Buss, Luiz Augusto Galvão  
Luana Bermudez e Paula Reges*

### **A 30ª. Conferência Sanitária Pan-americana, a agenda de saúde das Américas e a eleição da nova direção da OPS**

Esta semana está em realização em Washington, DC, EUA, a 30ª. Conferência Sanitária Pan-americana, que reúne a cada 5 anos todos os ministros da saúde das Américas para, entre outros pontos de agenda, eleger o diretor da Organização Pan-americana da Saúde para um mandato de 5 anos. A dra. Carissa Etienne, médica da Dominica, está encerrando seu segundo mandato e cinco candidatas disputam a eleição: Jarbas Barbosa (Brasil); Florence Guillaume (Haiti); Nadine Zylbermann (México); Camilo Alleyne (Panamá) e Daniel Salinas (Uruguai). A votação será realizada no dia 28 de setembro, 4ª feira, sob grande expectativa das delegações dos 38 países que compõem a Organização e dos milhares de profissionais de saúde das Américas.

Este informe trata da agenda desenvolvida na 30ª. Conferência, destacando as novas políticas, as políticas vigentes que se estendem nos próximos anos e o balanço das políticas que finalizaram nesta ocasião, assim como os principais eventos realizados no âmbito da Conferência.

A abertura do evento foi realizada no dia 26 de setembro, 2ª. feira, com as presenças, na mesa inaugural, do Dr. Julio Borba, Ministro da Saúde Pública e Bem-Estar Social do Paraguai, Presidente em fim de mandato da Conferência Sanitária Pan-Americana; Alberto Fernández, Presidente da Argentina; Charles Savarin, Presidente da Comunidade da Dominica; Dra. Carissa F. Etienne, Diretora da OPAS; Dr. Xavier Becerra, Secretário do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA; e do Dr. Tedros Adhanom, DG da OMS.

A assembleia elegeu o Canadá como país presidente da 30ª. Conferência, assim como três Estados Membros para integrar o Comitê Executivo: Chile, Estados Unidos e Uruguai.

Logo no primeiro dia, a diretora Carissa Etienne apresentou o *Relatório Quinquenal 2018-2022* do seu mandato<sup>7</sup>, um documento de 250 páginas, no qual reflete sobre as realizações e dificuldades da Organização, que operou, no período, sob a égide de dois Planos Estratégicos da OPAS: 2014-2019, “Trabalhando em prol da saúde para o desenvolvimento sustentável e a equidade”, e 2020-2025, “Equidade, o coração da saúde”<sup>8,9</sup>, este ainda vigente. Como não poderia deixar de ser, assinala que o maior desafio enfrentado no quinquênio foi a pandemia da Covid-19. As principais orientações de sua gestão vieram da Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030<sup>10</sup>; do Décimo Terceiro Programa Geral de Trabalho da OMS 2019-2023<sup>11</sup>; e da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2030 e seus ODS.

### **Saúde nas Américas**

<sup>7</sup>Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/od366-p-relatorio-quinquenal-diretor-opas-2018-2022\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/od366-p-relatorio-quinquenal-diretor-opas-2018-2022_0.pdf)

<sup>8</sup> Ver: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52968/9789275722756\\_por.pdf?sequence=5](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52968/9789275722756_por.pdf?sequence=5)

<sup>9</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-7-p-relatorio-fim-bienio\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-7-p-relatorio-fim-bienio_0.pdf)

<sup>10</sup>Ver: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49172/CSP296-por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

<sup>11</sup> Ver: [https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA71/A71\\_4-sp.pdf?ua=1](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA71/A71_4-sp.pdf?ua=1)



Um dos principais documentos apresentados e examinados pela Conferência foi “A Saúde nas Américas”<sup>12</sup>, publicado desde 1954, reunindo informações atualizadas sobre as condições da saúde e suas tendências nos países e territórios da Região das Américas, um dos mandatos principais da OPAS. Desde 2017, o *Saúde nas Américas* é apresentado em um formato de plataforma<sup>4</sup>, apresentando tópicos específicos de importância regional de forma aprofundada. Essa plataforma não apenas cumpre o mandato da OPAS, mas também representa a transformação desse relatório emblemático para a era digital, em linha com o acesso crescente a recursos de ciência de dados, análise e informações de saúde. No informe de 2021, por exemplo, o tema focado foi *mortalidade prematura potencialmente evitável* (PEMM). Em 2022, o *Saúde nas Américas* aborda o impacto da pandemia de Covid-19 na Região, bem como a relação entre a pandemia e os determinantes sociais, econômicos e ambientais de saúde e seu impacto sobre as desigualdades de saúde.

Sobre a Covid-19 e suas implicações para a saúde e os sistemas de saúde da Região, tema central de 2022, ressalta as seguintes mensagens principais:

a) A pandemia e as medidas tomadas em resposta a ela afetaram direta e indiretamente a saúde da população da Região, causando retrocessos nas conquistas anteriores e comprometendo a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

b) A pandemia agravou as desigualdades sociais ao concentrar desproporcionalmente seus efeitos negativos sobre as populações mais desfavorecidas socialmente, tornando-se urgente adotar uma estratégia baseada nos determinantes sociais e ambientais da saúde, com recursos e intervenções explícitas para fazer a equidade em saúde avançar de forma efetiva

c) A pandemia tornou ainda mais evidente a importância de enfrentar a crise de saúde mental por meio de apoio psicossocial e com uma abordagem psicossocial e comunitária

d) A pandemia evidenciou os desafios enfrentados pelos sistemas de saúde para assegurar o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde

e) As capacidades preexistentes de saúde pública e os sistemas estabelecidos de vigilância epidemiológica contribuíram para a resposta dos países, demonstrando a importância da existência de capacidades reforçadas de saúde pública para responder a emergências de saúde

f) O monitoramento e a avaliação são fundamentais para orientar a resposta e contribuir para melhores resultados. Para isso, é essencial fortalecer os sistemas de informação em saúde, a fim de contar com dados robustos e evidências em tempo real. Acelerar a transformação digital do setor de saúde é uma prioridade de saúde pública

g) Os sistemas de saúde, bem como a preparação para emergências, precisam se adaptar a mudanças demográficas e epidemiológicas, levando em consideração as estruturas de cuidados de longo prazo. É necessário investir em sistemas de saúde resilientes, incluindo a capacitação e a retenção de recursos humanos com capacidade para enfrentar desafios atuais e emergentes de saúde e responder a emergências de saúde em tempo hábil

h) A pandemia não é um evento de curto prazo, e haverá eventos semelhantes no futuro. É essencial preparar-se para emergências de saúde, reconhecendo a complexidade e

---

<sup>12</sup>Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-3-p-saude-americas\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-3-p-saude-americas_0.pdf) e correspondente plataforma (ver: <https://hia.paho.org/es>)

incerteza desses eventos e assegurando a existência de mecanismos para implementar e avaliar planos quando um evento ocorrer

i) O planejamento de preparação é multifacetado e deve cogitar o fortalecimento dos sistemas de vigilância epidemiológica, como vigilância na interface homem-animal, capacidade diagnóstica dos laboratórios clínicos e de referência nacional, capacidade de desenvolvimento de tecnologias para a resposta (diagnósticos, tratamentos, vacinas, etc.) e pesquisa e desenvolvimento para evitar a falta de insumos essenciais à saúde

A edição de 2022 também atualiza os perfis de saúde dos países e territórios na plataforma Saúde nas Américas, em formato padronizado, incluindo dados de mais de 80 indicadores de saúde e gráficos baseados em dados interagenciais da OPAS, da OMS e das Nações Unidas, previamente validados pelos países, padronizados para fins de comparabilidade e atualizados de uma forma eficiente.

As áreas cobertas pelos perfis são: a) Determinantes sociais e ambientais da saúde: Perfil populacional e demográfico, expectativa de vida, índice de desenvolvimento humano, produto interno bruto e gastos por desembolso direto em saúde; b) Cobertura digital: Porcentagem da população conectada à internet; c) Situação de saúde: Saúde materno-infantil, doenças transmissíveis, doenças não transmissíveis e fatores de risco; d) Indicadores de mortalidade: Mortalidade ajustada pela idade, mortalidade prematura potencialmente evitável e mortalidade por câncer; e) Situação da pandemia de Covid-19: Casos e óbitos; f) Perspectivas dos países: Políticas e intervenções para alcançar a saúde universal; principais desafios de saúde do país e resposta do sistema de saúde; impacto da pandemia de Covid-19; ações tomadas e planejadas para fortalecer a capacidade de resposta; e estratégias, ações e planos nacionais de saúde para enfrentar as desigualdades de saúde; g) Dados adicionais e outras fontes de dados fornecidas pelos países.

Este documento é de suprema importância para os interessados em saúde nas Américas e vale a pena ser visitado e utilizado pelo leitor sempre que trabalhar sobre a realidade socio-sanitária da região.

### **Resoluções aprovadas**

Um conjunto de resoluções foram apresentadas à consideração dos Ministros que as aprovaram, ajudando a compor a agenda de saúde dos próximos anos, junto com os documentos de orientações políticas mais gerais vigentes (referidas nas notas de rodapé 2, 3 e 4), assim como junto com políticas específicas ainda vigentes, definidas em reuniões anteriores do Conselho Diretor, que serão comentadas abaixo.

As resoluções definidoras de políticas foram:

- Política para a retomada do avanço rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com equidade, mediante ações sobre os determinantes sociais da saúde e trabalho intersetorial<sup>13</sup>
- Política para melhorar a saúde mental<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup>Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-8-p-politica-objetivos-desenvolvimento-sustentavel\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-8-p-politica-objetivos-desenvolvimento-sustentavel_0.pdf)

<sup>14</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-9-p-politica-saude-mental\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-9-p-politica-saude-mental_0.pdf)

- Política sobre atenção integrada para melhorar os desfechos de saúde<sup>15</sup>
- Política para fortalecer os sistemas regulatórios nacionais de medicamentos e outras tecnologias de saúde<sup>16</sup>
- Estratégia de vigilância genômica regional para preparação e resposta a epidemias e pandemias<sup>17</sup>

Pela abrangência e importância, vamos comentar a política que consideramos decisiva para os anos vindouros nas Américas: a *“Política para a retomada do avanço rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com equidade, mediante ações sobre os determinantes sociais da saúde e trabalho intersetorial”*.

Estão previstas no projeto de resolução 5 linhas estratégicas a serem implementadas pelos Estados-membros, com apoio do Secretariado: 1. Promover ações intersetoriais para cumprir os objetivos indivisíveis da Agenda 2030, integrando a equidade como um valor transversal; 2. Reorientar políticas, planos e programas de saúde para superar barreiras de acesso à saúde e alcançar a equidade em saúde e o bem-estar; 3. Fortalecer e facilitar a participação comunitária e o engajamento da sociedade civil, mediante uma abordagem intercultural para obter equidade e alcançar o ODS 3; 4. Fortalecer a governança local para alcançar o ODS 3 com equidade; e 5. Reforçar o monitoramento e a avaliação do avanço rumo ao cumprimento do ODS 3 em um contexto de equidade.

Em 2027, a RSPA apresentará aos Órgãos Diretores um relatório de progresso sobre a Resolução, no qual identificará os pontos fracos e fortes na execução geral da política, as lições aprendidas e os fatores que dificultam o progresso. Em 2031, será apresentado um relatório final.

O Brasil tem razões históricas para apoiar com entusiasmo esta Resolução, pois está historicamente ligado ao desenvolvimento sustentável: realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, no Rio de Janeiro, em 1992, que gerou as três Convenções sobre ambiente mais importantes da história: Clima, Biodiversidade; e Desertificação. Ademais, vinte anos depois, realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, também no Rio de Janeiro, em 2012, que foi o berço da Resolução das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 e seus ODS, em 2015.

Têm também relações históricas com os determinantes sociais da saúde: logo após a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS (2005-2008), instalou a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde do Brasil (2006-2008) com membros de diversos ministérios, esferas de governo e sociedade civil, que gerou o Relatório Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, que foi capaz de mobilizar as três esferas de governo e a sociedade civil brasileiras. Em 2011, junto com a OMS, organizou a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, no Rio de Janeiro, que gerou a Declaração do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde de impacto importante nos sistemas de saúde continentais.

De outro lado, deve-se considerar o intenso diálogo político que esta resolução mantém com as manifestações em diversos âmbitos. No âmbito global, os Estados-membros das Nações

---

<sup>15</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-10-p-politica-atencao-integrada\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-10-p-politica-atencao-integrada_0.pdf)

<sup>16</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-11-p-politica-tecnologias-saude\\_1.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-11-p-politica-tecnologias-saude_1.pdf)

<sup>17</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-12-p-vigilancia-genomica-regional\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-12-p-vigilancia-genomica-regional_0.pdf)

Unidas, nas suas mais elevadas instâncias – como a Assembleia Geral, o Conselho Econômico Social (ECOSOC), o Conselho de Direitos Humanos, e suas diversas agências, programas e fundos – já reiteraram que a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é o único caminho possível para tirar o mundo da espiral da crise de múltiplas dimensões em que se encontra (política, econômica, social, ambiental e sanitária), que piorou substancialmente na vigência da pandemia de Covid-19, como bem ressalta a proposta de Resolução submetida à plenária de Ministros na Conferência.

O setor saúde tem muito a colaborar para o alcance dos ODS, todos eles considerados ‘determinantes sociais da saúde’ e se beneficiará consideravelmente com a ação intersetorial para lograr populações mais saudáveis. Por todas estas razões, acreditamos que, devidamente implementada por um plano de ação coerente, envolvendo os governos dos Estados-membros, o Secretariado e a sociedade civil, universidades, e outras instituições, a resolução poderá marcar uma nova era nas relações entre saúde, ambiente e desenvolvimento, no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde por meio da ação intersetorial comprometida com a equidade e o alcance da saúde para todos.

### ***Relatórios de progressos de políticas vigentes e documentos de informação sobre atividades relevantes em curso***

Diversas políticas específicas foram estabelecidas nos últimos anos pelos ministros da saúde da Região, por ocasião das reuniões anuais do Conselho Diretor da OPAS, e continuam em vigor, cujos informes de progresso foram apresentados à Conferência:

- Plano de ação para prevenção e controle do câncer do colo do útero 2018-2030<sup>18</sup>
- Plano de ação para a saúde da mulher, da criança e do adolescente 2018-2030<sup>19</sup>
- Plano de ação para o fortalecimento dos sistemas de informação para a saúde 2019-2023<sup>20</sup>
- Plano de ação para eliminar os ácidos graxos trans da produção industrial 2020-2025<sup>21</sup>
- Acesso e uso racional de medicamentos e outras tecnologias em saúde estratégicos e de alto custo<sup>22</sup>

As autoridades de saúde sub-regionais e nacionais, assim como a sociedade civil, especialistas e interessados em saúde global e diplomacia da saúde têm nestes documentos um informe atualizado sobre tais políticas na região, sendo fonte de inspiração, de um lado, e de outro, rico material de prestação de contas da implementação de tais políticas.

Informes sobre temas de importância no contexto da saúde global e regional das Américas também foram preparados pelo Secretariado para exame pelo colegiado de Ministros durante a Conferência:

- Atualização sobre a pandemia de COVID-19 na Região das Américas<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-a-p-pda-cancer-colo-uterio\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-a-p-pda-cancer-colo-uterio_0.pdf)

<sup>19</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-b-p-pda-mulher-crianca-adolescente-saude\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-b-p-pda-mulher-crianca-adolescente-saude_0.pdf)

<sup>20</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-c-e-poa-information-systems\\_1.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-c-e-poa-information-systems_1.pdf)

<sup>21</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-d-p-pda-acidos-graxos-trans-rev1\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-d-p-pda-acidos-graxos-trans-rev1_0.pdf)

<sup>22</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-e-p-acesso-uso-medicamentos-tecnologias-alto-custo\\_2.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-12-e-p-acesso-uso-medicamentos-tecnologias-alto-custo_2.pdf)

<sup>23</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-1-p-covid-19-rev1\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-1-p-covid-19-rev1_0.pdf)

- Implementação do Regulamento Sanitário Internacional<sup>24</sup>
- Monitoramento das resoluções e mandatos da Organização Pan Americana da Saúde<sup>25</sup>

Este último documento fornece uma análise atualizada sobre a situação e implementação das resoluções e mandatos da OPAS, abrangendo as resoluções classificadas como 'vigentes' e 'vigentes com condições' durante o período 1999-2018, além de acrescentar as resoluções aprovadas no âmbito da OPAS no período 2019-2021.

### **Políticas finalizadas**

A Conferência também apreciou os resultados de políticas e estratégias executadas na Região nos últimos anos, oriundas de decisões pretéritas, versando sobre:

- Estratégia e plano de ação sobre o uso de substâncias psicoativas e saúde pública<sup>26</sup>
- Estratégia e plano de ação sobre a epilepsia<sup>27</sup>
- Plano de ação para reduzir o uso prejudicial do álcool<sup>28</sup>
- Estratégia e plano de ação para a saúde urbana<sup>29</sup>
- Plano de ação para a redução do risco de desastres 2016-2021<sup>30</sup>
- Avaliação e incorporação de tecnologias em saúde nos sistemas de saúde<sup>31</sup>

Na maior parte das políticas, os objetivos foram alcançados e deixam para o futuro de sua continuidade ou aplicação em países que não as implementaram lições aprendidas de extrema importância. Para estudiosos de políticas públicas de saúde em temas relevantes para a região trata-se de material riquíssimo a ser sempre consultado.

### **Considerações finais**

A Organização tem um papel fundamental na implementação da saúde nas Américas, como órgão de saúde do sistema interamericano e como escritório da OMS para as Américas. Neste ano, comemora 120 anos e neste mais de um século de existência tem sido a instituição líder na saúde da região.

O documento Saúde nas Américas oferece um panorama da situação de saúde e dos sistemas de saúde da região como um todo e de cada país integrante da organização. Portanto, é documento de trabalho cotidiano e orientador das políticas para enfrentar os problemas de saúde e os determinantes sociais da saúde.

<sup>24</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-4-p-rsi\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-4-p-rsi_0.pdf)

<sup>25</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-5-p-resolucoes-mandatos-opas\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-5-p-resolucoes-mandatos-opas_0.pdf)

<sup>26</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-6-p-substancias-psicoativas-saude-publica\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-6-p-substancias-psicoativas-saude-publica_0.pdf)

<sup>27</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-7-p-epilepsia\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-7-p-epilepsia_0.pdf)

<sup>28</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-8-p-pda-uso-prejudicial-alcool\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-8-p-pda-uso-prejudicial-alcool_0.pdf)

<sup>29</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-9-s-salud-urbana\\_2.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-9-s-salud-urbana_2.pdf)

<sup>30</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-10-p-pda-reducao-risco-desastres\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-10-p-pda-reducao-risco-desastres_0.pdf)

<sup>31</sup> Ver: [https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-11-p-tecnologias-saude\\_0.pdf](https://www.paho.org/sites/default/files/csp30-inf-11-p-tecnologias-saude_0.pdf)

Os 10 anos de gestão de Carissa Etienne foram saudados por todos os países, que também expressaram a esperança num futuro de compromissos e soluções crescentes, com a eleição da nova direção.

A agenda de saúde que resulta desta Conferência se consubstancia nos documentos fundamentais<sup>2,4,5</sup>, que orientam a Organização e devem dialogar com as especificidades nacionais, além das políticas ainda vigentes e aquelas aprovadas neste colégio de decisão.

Tudo resultará melhor se a Organização for capaz de superar a fragmentação destas políticas, muitas vezes resultantes de interesses de minorias, construindo-as e implementando-as da forma mais coordenada possível no interior do Secretariado, e participativa por parte dos Estados-membros. Preocupa-nos muito especialmente a ausência quase absoluta da sociedade civil nas formulações, decisões e implementação das políticas para os próximos anos, agora sob a égide da nova direção da Organização.

### **A OMS na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas**

O Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, convocou um evento de alto nível para fazer um balanço da implementação global de vacinas, diagnósticos e tratamentos para a COVID-19, identificar áreas prioritárias para acelerar o acesso equitativo e mobilizar apoio político adicional para terminar efetivamente a pandemia este ano acelerando as taxas de vacinação e implementando a estratégia de testagem e tratamento (*test and treat*) em todos os lugares.

Em seu [discurso de abertura](#), Dr. Tedros, Diretor Geral da OMS, destacou a queda no número de óbitos e a grande quantidade de pessoas vacinadas, porém lembrou que esses números mascaram importantes desigualdades como o de que somente 19% das populações de países de baixa renda estão vacinadas. O Diretor Geral mencionou também três ações que ele considera prioritárias: primeiro fechar a lacuna de vacinação; segundo, aumentar a vigilância, a testagem e o sequenciamento; e terceiro, garantir que antivirais que salvam vidas estejam disponíveis em todos os lugares.

O evento foi dividido em duas mesas redondas de alto nível, a primeira mesa redonda compartilhou experiências e ações críticas necessárias para vacinar todas as populações em risco e profissionais de saúde no caminho para atingir a meta de 70% de cobertura. A segunda mesa redonda discutiu a implementação de estratégias nacionais de testagem para tratar (*test to treat*), incluindo acesso equitativo a novos tratamentos antivirais orais para países de baixa e média renda. Por fim, o segmento de fechamento de alto nível incluiu um apelo à ação para levar adiante as intervenções prioritárias identificadas para acelerar a vacinação contra a COVID-19 e testar as estratégias de tratamento, enquanto extraía lições da pandemia para implementar [10 propostas](#) da OMS para construir juntos um mundo mais seguro.

Outro importante evento paralelo na UNGA foi sobre o tema do [envelhecimento saudável](#), primeiro evento na UNGA desde que 2021-2030 foi declarada a [Década do Envelhecimento Saudável](#) pelas Nações Unidas. O encontro teve como objetivo compartilhar os principais avanços alcançados nos primeiros 18 meses da declaração e o lançamento oficial de uma rede de governos, universidades, organizações da sociedade civil, agências internacionais, setor privado e outros que estão trabalhando para avançar o Plano de Ação da Década, chamada *Healthy Ageing Collaborative*. Neste sentido, Dr. Tedros ressaltou a importância da cooperação entre todos estes atores para alcançar nossos objetivos comuns.

Dr. Tedros também marcou presença em um evento paralelo sobre [cobertura universal de saúde](#) e o fortalecimento dos sistemas de saúde por meio de uma abordagem orientada para a atenção primária. Na ocasião, Tedros lembrou que a pandemia não é apenas uma crise de saúde; ela teve impacto em negócios, economias, escolas, famílias, sociedades e muito mais, e que a necessidade de cobertura e acesso universal à saúde é mais urgente do que nunca.

Ademais, foi realizada a primeira [reunião anual](#) do grupo de Chefes de Estado e de Governo para a prevenção de DNTs, um evento de alto nível para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis. O grupo é liderado pelo presidente de Gana e pelo primeiro-ministro da Noruega. Como preparação para a ocasião, a OMS lançou um [relatório](#) e um [portal de dados](#) que destacam a carga global das doenças crônicas não transmissíveis. O relatório é intitulado “Números invisíveis: a verdadeira escala das doenças não transmissíveis”. A OMS renovou também a nomeação de Michael R. Bloomberg como Embaixador Global para Lesões não transmissíveis.

Junto com o Governo da Indonésia, a OMS liderou um [evento paralelo](#) sobre o progresso e ação Multissetorial para alcançar as metas globais para acabar com a tuberculose (TB). O foco do [evento](#) foi revisar o progresso para alcançar as metas globais de TB, avançar na ação multissetorial e na prestação de contas e discutir os preparativos para a Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre TB em 2023. Dr. Tedros destacou a importância de uma ação para restaurar os serviços essenciais de TB, aumentar os investimentos para aumentar o acesso à prevenção, cuidados e pesquisa, e para integrar os serviços de TB à atenção primária em saúde. Já o Ministro da Saúde da Indonésia, Budi Gunadi Sadikin, ressaltou a relevância da colaboração entre países, sociedades civis, indústria e organizações internacionais para alcançar o fim da TB. Como presidente do G20, o Ministro Sadikin também colocou a disposição as experiências do seu país no acesso rápido aos testes de Covid-19 para servir como referência para o possível aumento de acesso à diagnóstico de TB.

A primeira sessão da reunião centrou-se nas ações e progressos dos países, com oradores de alto nível. Foi discutido o progresso e os compromissos para alcançar as metas de TB de 2022 comprometidas pelos Chefes de Estado na Reunião de Alto Nível da ONU de 2018 sobre TB, e as principais ações tomadas para construir engajamento multissetorial e prestação de contas para acabar com a TB. Em seguida, foi realizado um painel de discussão interativo com os principais parceiros sobre seus papéis e contribuição para sustentar e fortalecer a ação multissetorial e o progresso para acabar com a tuberculose.

### **Fundo Global para Luta Contra AIDS, Tuberculose e Malária**

Aproveitando a ida de chefes de estado de todo o mundo, o Fundo Global promoveu o seu sétimo evento para angariar fundos para a organização - [Seventh Replenishment Conference](#). O evento resultou em [promessas](#) de cerca de 1,2 bilhões de dólares somente de organizações não governamentais.

Além disso, o Fundo Global também anunciou um importante [acordo](#) com a farmacêutica Pfizer, para a aquisição do novo medicamento contra Covid-19, vendido sob o nome de Paxlovid. Assim, todos os 132 países elegíveis do Fundo Global poderão ter acesso ao medicamento. Cabe destacar a importância desta iniciativa, porém sem esquecer os países de renda média alta, que normalmente são excluídos desse tipo de acordo, mas não necessariamente tem capacidade para comprar o medicamento.

### **O futuro do ACT-A e os desafios ainda existentes**



O Grupo de Trabalho de Terapêuticas e Diagnósticos do Conselho de Facilitação do ACT-A publicou um [relatório](#) sobre o acesso a testes e tratamentos para COVID-19. O relatório destaca o declínio nas taxas de testagem e a falta de acesso equitativo a novos tratamentos antivirais para a COVID-19 e apresenta dezesseis recomendações de ações que podem ser realizadas para avançar no controle da COVID-19 a médio e longo prazo, bem como o fortalecimento da prevenção, preparação e resposta (PPR). As recomendações estão divididas em duas partes: Seis ações recomendadas estão no contexto do plano semestral do ACT-A (outubro de 2022 a março de 2023) e dez ações recomendadas são feitas com vistas a um controle de longo prazo da COVID-19 e uma agenda mais ampla de PPR. Espera-se que essas ações recomendadas e sua implementação sejam revisadas pelos grupos de saúde do G20 e G7 para garantir que o progresso seja alcançado.



## Preocupações ambientais apontadas na Assembleia Geral das Nações Unidas

**Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão**

A 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU (AGNU 77) ocorreu entre 13 de setembro de 2022 a 26 de setembro de 2022. O evento deste ano teve como foco manter a paz e a segurança internacionais, enfrentar a crise climática, combater a pandemia em curso, garantir a entrega de ajuda humanitária em escala recorde, promovendo educação e desenvolvimento de habilidades e reformando o sistema financeiro global.

Na fala dos líderes globais, a invasão da Ucrânia pela Rússia e as mudanças climáticas estiveram no topo da agenda em meio à disparada dos preços de energia e alimentos. Líderes de todo o mundo compartilharam suas preocupações sobre a tímida ordem internacional e os desafios globais, como fome e mudanças climáticas, que foram exacerbados pelo efeito da guerra sobre a inflação e os preços de alimentos e energia.

Arnaldo André-Tinoco, Ministro de Relação Internacional da Costa Rica, enfatizando que a segurança humana é a chave para a segurança global, ele expressou choque com a disparidade de vacinas e alimentos nas nações mais pobres, enquanto as nações mais ricas priorizam os armamentos às custas do clima, da saúde e da recuperação equitativa. Observando que em 2021 os gastos militares globais aumentaram pelo sétimo ano consecutivo para um recorde, ele pediu sua redução e priorização da vida e do bem-estar das pessoas e do planeta sobre os lucros obtidos com armas e guerra.

António Guterres, secretário geral da ONU, reforçou que ações para conter os impactos da crise climática devem ser uma prioridade para todos os governos e organizações multilaterais, e lembrou que as emissões globais de gases de efeito estufa precisa ser reduzidas em 45% até 2030 para ter qualquer esperança de atingir neutralidade de emissão até 2050. Ele apontou que as empresas de combustíveis fósseis e seus facilitadores devem ser responsabilizados, e que seus lucros sejam direcionados através de fundos para aqueles que sofrem perdas e danos causados pela crise climática e aqueles que lutam com o aumento dos preços de alimentos e energia. “A indústria de combustíveis fósseis está se banquetando com centenas de bilhões de dólares em subsídios e lucros inesperados, enquanto os orçamentos das famílias encolhem e nosso planeta queima”, disse.

O secretário geral também criticou a falha no multilateralismo, a falta de ação significativa e a priorização de ações que agravam ainda mais as mazelas do planeta, distanciando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “*Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão emitindo um SOS*”, enfatizou, observando que mais pessoas são pobres, famintas e não têm acesso a cuidados de saúde e educação; as sociedades estão sendo prejudicadas pelo discurso de ódio e desinformação; e a própria democracia está sendo ameaçada. “*Nosso mundo está em perigo – e paralisado*”, enfatizou, instando os Estados Membros a desenvolver soluções comuns baseadas em boa vontade, confiança e direitos humanos.

O secretário geral chamou atenção para a pior onda de calor da Europa desde a Idade Média; a mega seca na China, nos Estados Unidos entre outros; e a fome que persegue o Chifre da África. Sobre a biodiversidade, ele atentou que 1 milhão de espécies estão em risco de extinção e nenhuma região está intocada. “A crise climática é um estudo de caso de injustiça moral e econômica”, disse ele, observando que o Grupo dos 20 (G20) emite 80% de todas as

emissões de gases de efeito estufa, mas os mais pobres e vulneráveis estão sofrendo seus impactos mais brutais.

Hassan Sheikh Mohamud, presidente da Somália, disse que a pandemia de COVID-19 ilustrou dolorosamente o quão distante o mundo estava em sua capacidade de responder a crises, com as nações ricas capazes de investir mais rapidamente em vacinas que salvam vidas para seus cidadãos, enquanto os países em desenvolvimento, como o seu, esperavam o que estivesse disponível e pudessem pagar, ou o que lhes fosse presenteado por parceiros internacionais. Observando as inundações e secas anuais em seu país, ele disse que o povo da Somália vive há muito tempo em harmonia com a natureza e pouco contribui para as emissões de gases de efeito estufa, mas é quem paga com a vida hoje. Ele pediu uma ação global conjunta, rápida e eficaz para enfrentar a crise climática. A Somália estabeleceu um novo Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas para liderar o processo urgente de abordar o impacto devastador de sua deterioração ambiental nacional e regional, demonstrando o comprometimento do país.

### **Preocupações sobre as mudanças climáticas na AGNU**

A preocupação com as questões climáticas ficou clara nos discursos da maioria dos líderes. União Europeia relatou que está desenvolvendo sistemas legais para inibir o desmatamento e a exploração ambiental ilegal ao redor do mundo, através das restrições na importação de recursos para seus países ([lei europeia de restauração da natureza](#), aprovada em Junho de 2022). A Alemanha apresentou a proposta para aumentar sua participação no orçamento global de US\$100 bilhões para apoio climático.

O presidente dos EUA, John Biden, destacou a volta do país ao Acordo de Paris, a convocação de duas grandes cúpulas climáticas, e a ajuda para colocar dois terços do produto interno bruto (PIB) mundial no caminho certo para limitar o aquecimento a 1º C acima dos níveis pré-industriais. Além do novo pacote ambiental de US\$ 430 bilhões Ele ressaltou o compromisso dos Estados Unidos de trabalhar com todas as nações, incluindo seus concorrentes, para resolver problemas globais como as mudanças climáticas.

A área da América Latina e Caribe pediu que houvesse um sistema de financiamento mais justo e solidário para as ações climáticas. Um ponto muito batido por vários líderes diz respeito à reestruturação da arquitetura financeira global para aliviar os encargos da dívida externa. O presidente da Bolívia, Luis Alberto Arce Catacora, pediu um mecanismo financeiro específico – baseado na solidariedade – para enfrentar as perdas relacionadas ao clima sofridas pelos países em desenvolvimento. Um futuro resiliente e de baixas emissões não será possível, alertou, a menos que as contradições econômicas, sociais e políticas do modelo capitalista sejam resolvidas. “Isso permitirá que os países em desenvolvimento implementem políticas que se concentrem no desenvolvimento social e econômico abrangente e sustentável.”

África e Caribe apontaram sua vulnerabilidade frente aos impactos climáticos, porque sofrem de forma desproporcional ao seu potencial de emissão de gases de efeito estufa. Pediram que o estabelecimento do mecanismo de perdas e danos sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas para fornecer aos Estados recursos para financiar perdas e danos resultantes das mudanças climáticas, diante da injustiça que vêm sofrendo.

América Latina e África apresentam ações de reflorestamento, mitigação, cooperação internacional e proteção ambiental, entendendo que o mercado de carbono pode ser uma saída financeira para estabelecer planos de adaptação e mitigação climática. Dessa forma, pedem que

a taxaço do carbono seja mais bem definida pelo acordo de Paris, o preço aproximado atual é de US\$ 10 por tonelada no mercado voluntário, enquanto de acordo com um relatório do FMI, o preço deveria estar mais próximo de US\$ 70 por tonelada. Nesse sentido, a COP 27 sobre Mudança do Clima (COP27) deveria avançar no aprimoramento das regras para a implementação do artigo 6 do Acordo de Paris e tomar decisões que aumentem o preço do carbono comercializados em mercados voluntários de carbono. Pediram maior comprometimento dos países do norte no acordo financeiro de US\$100 bilhões anuais, já que o valor está abaixo do necessário como estabelecido pelo relatório GAP de Adaptação: reunindo tempestades de US\$ 140-300 bilhões anuais até 2030 e US\$ 280-500 bilhões anuais até 2050 para nações em desenvolvimento.

### **Preocupações sobre Biodiversidade na AGNU**

Poucos foram os líderes que levantaram ou citaram o tema da biodiversidade, demonstrando a falta de reconhecimento da sinergia da tripla crise planetária (clima, perda da biodiversidade e poluição) – Se as três crises não forem resolvidas em conjunto, nenhuma terá solução.

Equador anunciou a criação de uma nova reserva marinha nas Ilhas Galápagos chamada “Hermand” ou “Irmandade”, que aumentou em 60.000 quilômetros quadrados a área protegida daquele patrimônio natural. Também em 2021, assinou a Declaração para a Conservação do Corredor Marinho do Pacífico Tropical Oriental, juntamente com os Presidentes da Colômbia, Costa Rica e Panamá. Este esforço conjunto dá uma nova dimensão e impulso político aos objetivos do corredor marinho, abrindo novas oportunidades de cooperação, financiamento e assistência técnica para a conservação não só da biodiversidade equatoriana ou regional, mas também da biodiversidade global.

A Costa Rica lidera, com a França e o Reino Unido, a Coalizão de Alta Ambição pela Natureza e Pessoas, que visa proteger ou conservar pelo menos 30 por cento do planeta - tanto terra como mar - até 2030. A Costa Rica apoia a Aliança Global dos Oceanos e cumpriu o Compromisso de Conservação dos Oceanos nove anos antes do previsto. O país reiterou o papel do oceano como um recurso necessário para a continuidade da vida na terra, e pediu a adoção de uma Declaração de Paz para o Oceano, enfatizando que sem um oceano saudável, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não podem ser alcançados.

Portugal reiterou o compromisso de que 100 por cento do seu espaço marítimo esteja em bom estado ambiental até 2030. Defender um Quadro Global de Biodiversidade pós-2020 que consagra a meta de 30 por 30, ele pediu progresso no tratado sobre Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Natural até o final do ano.

Santa Lúcia, expressou desapontamento com o fato de as negociações para adotar o primeiro tratado multilateral de biodiversidade marítima terem atrasado sua ação “porque os países desenvolvidos do Norte não estavam mais uma vez dispostos a acomodar as necessidades do mundo em desenvolvimento do Sul”, disse ele. A proteção dos oceanos é imperativa, e um acordo sobre o compartilhamento e uso sustentável dos recursos marinhos além da jurisdição nacional é essencial.

### **Preocupações sobre Poluição Ambiental**

O Escritório Multi-Países do Pacífico (MCO) da Organização nos Estados Federados da Micronésia, comentou que apesar da conclusão bem-sucedida das conferências oceânicas em

Palau e Lisboa, continuam a existir trabalhos críticos para proteger integralmente os recursos oceânicos, que são património comum da humanidade. Membro da Aliança de Países para uma Moratória de Mineração em Mar Profundo, os Estados Federados da Micronésia acreditam que a mineração no fundo do mar na Área Internacional do Fundo do Mar não deve ocorrer até que tenham sido implementados o princípio da precaução, a abordagem ecossistêmica e o princípio do “poluidor-pagador”, ou até que um conjunto de regulamentos de exploração pela Autoridade Internacional do Fundo Marinho seja finalizado. A região possui um dos maiores pesqueiros do Pacífico, abrangendo 1,1 milhão de milhas quadradas, e uma das pescarias de atum mais produtivas do Pacífico Ocidental e Central, as zonas marítimas dessa região estão expostas a ameaças de crimes transnacionais e atividades ilegais.

O MCO também expressou a “grave preocupação” com a decisão do Japão de descarregar, a partir do próximo ano, água contaminada proveniente da energia nuclear, também conhecida como água do *Advanced Liquid Processing System (ALPS)*, no oceano. “Não podemos fechar os olhos para as ameaças inimagináveis de contaminação nuclear, poluição marinha e eventual destruição do continente do Pacífico Azul”, ressaltou. Tocando nas principais reformas estruturais realizadas pelos líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico, ele pediu a todos os países que se envolvem com o Pacífico para apoiar e respeitar a Estratégia 2050 para o Continente Azul do Pacífico.

Preocupações sobre o direito de acesso à água

Sameh Hassan Shoukry Selim, Ministro das Relações Exteriores do Egito, destacou que a segurança hídrica continua sendo um dos desafios mais importantes que o mundo enfrenta hoje, especialmente no Oriente Médio e na África, que inclui alguns dos países mais secos e áridos do mundo. Ele destacou que o problema nem sempre se deve à falta de recursos ou à diminuição das chuvas, mas muitas vezes resulta da ação dos ribeirinhos a montante que afirmam seu controle absoluto sobre um recurso hídrico transfronteiriço, em desrespeito aos princípios de humanidade, boa vizinhança e direito internacional. Mesmo após uma década de negociações fúteis, seu país continua comprometido com a autocontenção e o respeito ao direito do povo etíope ao desenvolvimento.

### **AGNU - Contagem regressiva para a Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas: Evento de Líderes, Marco para um Mundo Positivo da Natureza.**

O evento de alto nível ocorreu no dia 20 de setembro na ocasião da AGNU organizado pela *High Ambition Coalition for Nature and People (HAC for N&P)*, *the Global Ocean Alliance (GOA)*, e a *Leaders’ Pledge for Nature (LPN)*. O evento reuniu presidentes e primeiros-ministros, bem como líderes comunitários indígenas, ONGs, líderes financeiros e civis sociedade a se comprometer com ações importantes para a natureza, o clima e as pessoas. O evento discutiu também ações-chave em apoio a uma abordagem abrangente de financiamento para a natureza e as pessoas no oceano e na terra, com intuito de mobilizar recursos de todas as fontes para garantir um novo e ambicioso Plano global de biodiversidade (GBF) na COP15 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) que será realizada em dezembro de 2022 em Montreal sob a Presidência da China.

A diretora geral do PNUMA, Inger discursou sobre os problemas da Biodiversidade, em seu discurso ela diz que o tempo que temos até a meia noite é de 1 minuto. Ela clama pela aprovação do texto do novo Global Biodiversity framework, mas ela deixa bem claro que só isso não é suficiente. É preciso que os chefes de Estado se comprometam a instruir seus ministros a instruir seus negociadores sobre o que é necessário. A meta 30 x30, que exige a proteção de 30

por cento da terra e do mar da Terra até 2030, é apenas uma das 21 coisas que o novo pacto traz como prioridade que precisam ser feitas. Além de preservar é preciso também combater a incluem superexploração, a poluição, a fragmentação e práticas agrícolas insustentáveis. A Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos aponta esses cinco fatores como os principais causadores de perda da biodiversidade:

1. **Fragmentação e as mudanças no uso da terra:** causa cerca de 80% da perda de biodiversidade em muitos países, inclusive no mundo em desenvolvimento.
2. **Superexploração**, como a pesca excessiva e a derrubada de árvores.
3. **Poluição**, principalmente proveniente da prática agrícola, como fertilizantes e pesticidas
4. **Mudanças climáticas**
5. **Espécies invasoras.** Na verdade, é um fator de perda maior do que alguns dos outros, porém menos compreendido.

O vice-presidente executivo Frans Timmermans renovou o compromisso da UE em reverter a perda de biodiversidade e combater as mudanças climáticas no evento de doadores. Anunciou a recente e pioneira [lei europeia de restauração da natureza](#), aprovada em Junho de 2022, nova legislação para garantir que o consumo na Europa não impulse o desmatamento em outras partes do mundo, além de dobrar o financiamento internacional para a biodiversidade, especialmente para os países mais vulneráveis.

O presidente da Alemanha anunciou um aumento para € 1,5 bilhão por ano, representando um aumento de € 0,87 bilhão em relação ao financiamento médio do governo alemão entre 2016-2020. O presidente apontou que a Cúpula do G7 concordou em aumentar substancialmente o financiamento para a natureza até 2025. A Alemanha também se comprometeu em contribuir com € 6 bilhões por ano até 2025 para o financiamento climático.

Os governos do Equador, Gabão, Maldivas e Reino Unido, apresentaram o documento [Visão Política: O Plano de 10 Pontos para o Financiamento da Biodiversidade](#) visa fornecer um caminho abrangente para os governos e o setor financeiro para garantir investimento na proteção da natureza. Inclui compromissos para aumentar o financiamento internacional e doméstico para a biodiversidade de todas as fontes, reduzir gastos prejudiciais e alinhar os fluxos públicos e privados para serem positivos para a natureza.

Diversos outros líderes de governo apresentaram suas propostas e seu compromisso de atingir a meta 30x30 do novo GBF, como Costa Rica, Colômbia, Gabão, Austrália, Canadá. Mais detalhes podem ser encontrados [aqui](#).

#### **AGNU – Relatório sobre direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável.**

[O Relatório do Relator Especial, David R. Boyd, sobre a questão dos direitos humanos e as obrigações de direitos relativos ao gozo de um ambiente seguro, limpo, ambiente saudável e sustentável](#) traz recomendações sobre a implementação da resolução da comissão de Direitos Humanos da ONU sobre O direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável meio ambiente: um catalisador para uma ação acelerada para alcançar o Metas de desenvolvimento sustentável.

O relatório traz uma análise financeiro sobre os benefícios do ambiente saudável, preconiza a identificação de populações vulneráveis e o financiamento justo. Também

demonstra a importância de prover um ambiente saudável para alcançar os ODS, visto que 10 dos 17 estão claramente relacionados ao direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, incluindo água potável e saneamento (ODS 6), energia limpa e acessível (ODS 7), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), consumo e produção responsáveis (Objetivo 12), ação climática (ODS 13), vida debaixo d'água (ODS 14) e vida na terra (ODS 15). Outros Objetivos cobrem uma ampla variedade de questões, incluindo pobreza, saúde e educação, mas cada Objetivo incorpora metas diretamente relacionadas ao direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável.

O relatório reforça a necessidade de mudanças ousadas, decisivas e sistêmicas em todos os níveis para evitar uma década perdida para o desenvolvimento sustentável, “uma década perdida que nem as pessoas nem o planeta pode pagar. Se implementados em conjunto, os direitos humanos e a os ODS oferecem uma mudança sinérgica de paradigma, afastando-se do tradicional modelo explorador de desenvolvimento econômico, proporcionando uma visão inspiradora que é centrado nas pessoas e no planeta, onde as gerações presentes e futuras podem gozar plenamente do seu direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável”.

#### **AGNU – Evento de alto nível sobre resistência antimicrobiana (RAM)**

O evento foi realizado em 22 de setembro e organizado pelas copresidentes do Grupo de Líderes Globais sobre RAM, Sheikh Hasina, Primeira-Ministra de Bangladesh, e Mia Amor Mottley, Primeira Ministra de Barbados, E A Organização Mundial de Saúde (OMS) discutiu Liderança Política e Ação sobre Resistência Antimicrobiana: O Caminho para a Reunião de Alto Nível da AGNU 2024 sobre RAM. Contou com a presença de Chefes de Governo e de Estado, ministros de governo, partes interessadas e membros do Acordo Quadripartite composto pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH).

Mia Mottley destacou que desde 2000 não há inovação em RAM. Ela defendeu que o setor público precisa se intensificar, já que o setor privado está falhando. “A mensagem precisa espalhar que até 2050 a RAM será a maior assassina do mundo. Temos tempo, mas devemos agir agora”, disse Mottley . A RAM já é uma ameaça global que contribui para quase 5 milhões de mortes por ano, enquanto afeta desproporcionalmente países de baixa e média renda. Representa sérias ameaças à saúde humana, animal, vegetal e ambiental, e prejudica gravemente a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares.

Autoridades de outros países concordaram e discutiram maneiras de fazer da RAM uma prioridade. A Arábia Saudita defendeu que a RAM precisa ser incorporada ao Plano de Prevenção, Preparação e Resposta a Emergências, por se tratar de uma pandemia silenciosa. Também presente no evento, o diretor da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, pediu a todos que implementem a [declaração RAM da AGNU](#).

Este evento teve como objetivo continuar a discussão do desenvolvimento e implementação de planos de ação nacionais para enfrentar a RAM, como por exemplo como envolver todos os setores com urgência para que as ações RAM sejam incluídas em todos os aspectos de seus trabalhos. Em particular, os países do G7 e do G20, têm um papel especial para catalisar e galvanizar a resposta global contra a RAM. Dessa forma, o Grupo de Líderes Globais pediu ações específicas aos países do G7 e G20: financiamento total de seus próprios planos de ação nacionais sobre RAM, contribuir para financiar planos de ação nacionais multissetoriais de países com recursos limitados por meio de apoio a estruturas financeiras existentes, apoio financeiro o Fundo Fiduciário Multiparceiro da RAM, apoiar incentivos financeiros e mecanismos

para o desenvolvimento de novos antimicrobianos (especialmente antibióticos), vacinas, diagnósticos, apoiar incentivos para a criação de ferramentas de gestão de resíduos e alternativas seguras e eficazes aos antimicrobianos, estabelece um cronograma definido, seguimento aos seus compromissos RAM monitorando seu progresso anualmente. O Japão definiu a RAM como um importante item da agenda para a Cúpula de Hiroshima e, como presidente do G7 em 2023, pediu aos demais países do grupo que também a priorizem.

Em suas respectivas funções, os membros do Grupo de Líderes Globais continuarão defendendo a liderança política nesta questão em todos os países e colaborando globalmente para abordar a RAM por meio de uma abordagem de Saúde Única nos setores de saúde humana, animal, vegetal e ambiental.

O assunto entrou em pauta na AGNU na Declaração Política de 2016 na reunião de alto nível que foi fundamental para galvanizar a ação política ao mesmo tempo em que reconhecia oficialmente a RAM como uma crise global e que prevenir e controlar infecções são a chave para enfrentá-la. Uma nova rodada de discussão está prevista para a AGNU de 2024, portanto esse evento paralelo visou reforçar a liderança política e ação sobre RAM antes da reunião de alto nível em 2024.

#### **AGNU – Evento paralelo sobre *Roadmap* para acabar com a poluição plástica até 2040**

Este evento para definir uma visão baseada em evidências e um roteiro para Acabar com a Poluição Plástica até 2040 e desenvolver soluções baseadas em ciência, insights e cenário de políticas para alcançá-lo. Informações [aqui](#)

#### **OMM lança novo boletim sobre observação dos Oceanos**

Um novo [Boletim do Sistema de Observação Oceânica](#) acaba de ser lançado, um relatório anual de alto nível que fornece uma visão profunda sobre o estado, capacidade e valor do nosso Sistema Global de Observação Oceânica (SGOO). O Boletim do Sistema de Observação Oceânica SGOO foi preparado em colaboração com a OMM, a Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (IOC-UNESCO) e outros parceiros e especialistas do SGOO, e produzido por seu centro operacional OceanOPS.

O boletim se concentra em como uma rede de observação integrada agrega valor à sociedade em três áreas de entrega de clima, serviços operacionais e saúde dos oceanos. Ele destaca observações físicas, biogeoquímicas e, pela primeira vez, biológicas, fornecendo uma visão global do estado das observações oceânicas e identificando o progresso, os principais desafios e oportunidades para aprimorar o sistema.

O Boletim de 2022 inclui várias áreas-chave:

- Visão global do estado do *SGOO*
- Monitoramento da absorção de carbono oceânico para permitir projeções de modelos climáticos mais precisos
  - Avançar as previsões de inundação costeira e alertas precoces
  - Observações de fitoplâncton - vitais para entender as mudanças nas teias alimentares e as mudanças na vida marinha
- Envolvimento de novas comunidades através dos Programas *SGOO Ocean Decade*

#### **Semana do Clima de Nova Iorque (NYC 2022)**

De 19 a 25 de setembro ocorreu a 14ª edição da semana do Clima de Nova Iorque, aproveitando a ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas. O evento reuniu líderes em ação climática, empresas, governo e comunidade climática. Em paralelo, ocorreu 500 eventos distribuídos em dez temas, em Nova York e em todo o mundo, como parte do **programa oficial de eventos** da NYC. Informações [aqui](#)



## **Geração de emprego decente (digno), garantia de proteção social, e atendimento do ODS-8 têm destaque na agenda da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas**

**René Mendes**

### **Apresentação e antecedentes**

Muito embora seja uma pauta mundialmente (e teoricamente) coordenada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência especializada das Nações Unidas fundada em 1919, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de escalar a geração de emprego (digno) a uma pauta fortemente inter-agencial, e amplamente intersetorial, pois ela depende de compromissos explícitos de agentes políticos, econômicos e financeiros internacionais e nacionais, dos governos nacionais e da sociedade como um todo. Por certo, esta é uma das razões pelas quais o ODS-8 – “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas e todos”, da Agenda 2030, não tem avançado de fato, nem mundialmente, nem no Brasil. Em nosso país, aliás, todas as oito metas do ODS-8 ou retrocederam, ou estão estagnadas ou não se tem informação adequada.

Com efeito, “num país que continua a manter sua tradição de desigualdade como o Brasil, as políticas governamentais de precarização trabalhista e a redução de oportunidades, especialmente para a população jovem, são barreiras para o alcance dos compromissos com o trabalho digno e decente e para enfrentar as consequências da pandemia. A combinação “ajuste fiscal”, inflação e taxa de desemprego elevadas, e a consequente deterioração do poder de compra – que afeta a capacidade material de acesso a produtos essenciais, como alimentos e combustíveis –, abala as esperanças em um futuro sustentável no médio prazo.” Esta chocante constatação inaugura o capítulo referente ao ODS-8 no “VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 – Desenvolvimento Sustentável – Brasil”.<sup>32</sup>

Como já discutido em textos anteriores publicados nesta área temática dos *Cadernos*, a eclosão da pandemia da Covid-19, no início de 2020, contribuiu enormemente para, de um lado, realmente piorar a situação do emprego e trabalho no mundo – principalmente para alguns segmentos – mas, também, por outro lado, para justificar e continuar justificando as mesquinhas (vergonhosas) respostas internacionais e dos países, em sua maioria, neles incluídos o Brasil. Por certo, a questão é essencialmente política e ideológica, ou talvez, mais bem explicada pela adoção de políticas econômicas regidas pela cartilha da ideologia neoliberal e ditadas pelo grande capital financeiro internacional. Os estudos de CHESNAIS<sup>33</sup> e de DOWBOR<sup>34</sup>, entre outros, denunciam este quadro crescentemente dramático.

Cabe lembrar, ainda, nesta breve Introdução, a importância do trabalho enquanto direito social e de cidadania (Declaração dos Direitos Humanos, ONU, 1948; Pacto Internacional

---

<sup>32</sup> [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt\\_rl\\_2022\\_final\\_web-1.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf)

<sup>33</sup> CHESNAIS, François (Org.) A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>34</sup> DOWBOR, Ladislau. A Era do Capital Improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. 2ª ed. São Paulo: Outras Palavras; Autonomia Literária e Fundação Perseu Abramo, 2018.

DOWBOR, Ladislau. O parasitismo financeiro e seus malefícios. In: LACERDA, Antonio Corrêa (Org.) O Mito da Austeridade. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019. p. 25-52.

sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais (PIDESC), ONU, 1966<sup>35</sup>, adotada pelo Brasil em 1992); e, no caso brasileiro, o artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”<sup>36</sup> (negrito introduzido).

### **Iniciativas internacionais (I): o ‘Chamamento para Ação’ da OIT em 2021**

Frente ao lento avanço – mais vezes, retrocesso – do atingimento do ODS-8, mundialmente, processo gravemente afetado pela pandemia da Covid-19, uma das importantes iniciativas da Organização Internacional do Trabalho foi a de fazer um grande ‘chamamento global’, lançado e pactuado na Conferência Internacional do Trabalho, realizada em junho de 2021.

O “ILO Global Call to Action” é um chamamento (apelo, conclamação, chamada) global “à ação para uma recuperação centrada no ser humano da crise da COVID-19, que seja inclusiva, sustentável e resiliente”<sup>37</sup> (negrito introduzido)

O chamamento é para que os países se comprometam a trabalhar para uma recuperação econômica e social da crise, que seja totalmente inclusiva, sustentável e resiliente; apela pela adoção de políticas que priorizem a criação de trabalho digno para todos e abordem as desigualdades; e delinea uma agenda abrangente, com medidas específicas para promover o emprego de qualidade e o desenvolvimento econômico, a proteção dos trabalhadores, a proteção social universal e o diálogo social.

Segundo o discurso oficial da OIT, além de ceifar mais de 6,3 milhões de vidas, a pandemia do COVID-19 causou uma perda sem precedentes de empregos e meios de subsistência. Isso exacerbou a insegurança de renda em todo o mundo, principalmente para mais da metade da população global sem acesso à proteção social, incluindo os 2 bilhões de trabalhadores da economia informal. A pandemia contribuiu para aumentar as lacunas de financiamento para proteção social em pelo menos 30%, já que os países tentaram mitigar os efeitos econômicos e de saúde da crise, enquanto as receitas estavam caindo devido ao menor crescimento e comércio. Constrangidos por encargos de dívida mais elevados, os países enfrentam agora um difícil compromisso entre aumentar os investimentos públicos muito necessários para superar a crise, alcançar uma recuperação centrada no ser humano e facilitar as transformações estruturais e as transições justas necessárias para alcançar os ODS e além, e, por outro lado, contendo vulnerabilidades de dívida.

### **Iniciativas internacionais (II): Proposta conjunta OIT/Nações Unidas: “Acelerador Global de Empregos e Proteção Social” (2021)**

No contexto da insuficiência de respostas nacionais e globais no campo da geração de empregos decentes (dignos) e de proteção social, agravada e/ou justificada pela pandemia da Covid-19, foi lançada na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro do mesmo ano de 2021, a iniciativa “Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions”

---

<sup>35</sup> <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>

<sup>36</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

<sup>37</sup> <https://www.ilo.org/infostories/en-GB/Campaigns/covid19/globalcall#intro>

(acelerador global de empregos e proteção social para transições justas)<sup>38</sup>, com o propósito de reunir Estados membros, instituições financeiras internacionais, parceiros sociais, sociedade civil e setor privado para ajudar os países a criar 400 milhões de empregos decentes, inclusive nas economias verde, digital e de cuidado de pessoas, e para estender a cobertura da proteção social aos 4 bilhões de pessoas atualmente excluídas. Na fase inicial, o *Global Accelerator* seria implementado em um número selecionado de países pioneiros que têm um potencial considerável e estão comprometidos em ampliar os investimentos em empregos e proteção social. Com uma base sólida de direitos humanos, incluindo uma forte referência às normas internacionais do trabalho e a promoção sistemática do diálogo social e da participação, o *Global Accelerator* propõe um quadro de ação coerente que reúne soluções políticas relevantes e os investimentos necessários por meio de cooperação multilateral aprimorada.

Para o Diretor Geral da OIT, Guy Ryder, o “Acelerador Global de Emprego e Proteção Social” “destina-se a canalizar investimentos nacionais e internacionais, públicos e privados em proteção social para os quatro bilhões de pessoas que estão fora de qualquer cobertura existente e para criar pelo menos 400 milhões de empregos decentes, sobretudo na economia verde e nas economias do cuidado.”<sup>39</sup>

Segundo a iniciativa “Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions” os grandes desafios são “aumentar a resiliência contra futuras crises e apoiar as transformações estruturais necessárias (formalização, digitalização, transição verde, etc.), garantindo uma transição justa para todos. No entanto, as restrições precisam ser superadas para apoiar os esforços dos países para realizar as reformas políticas e financeiras necessárias para acelerar a mudança e alcançar seus objetivos de desenvolvimento.”<sup>40</sup>

Para os formuladores da iniciativa “Acelerador Global de Empregos e Proteção Social”, constituem-se em importantes ‘gargalos’ a serem ultrapassados:

- Fracas capacidades de implementação e fracas instituições públicas, incluindo segurança social e inspeção do trabalho, autoridades fiscais e outros.
- Conscientização insuficiente entre formuladores de políticas, parceiros sociais, parceiros de desenvolvimento e financeiros, agências da ONU e o público sobre os potenciais impactos e efeitos multiplicadores de políticas e estratégias de proteção social e emprego bem projetadas e adequadamente financiadas.
  - Espaço fiscal limitado e falta de vontade política.
  - O domínio de ‘silos’ (compartimentos verticais) de políticas que impedem a colaboração e as sinergias durante o diagnóstico, o projeto e a implementação de soluções de políticas.
  - Coordenação e alinhamento insuficientes de ministérios, instituições, parceiros sociais, mas também de desenvolvimento e atores financeiros, incluindo desequilíbrios de poder no governo (com os ministérios responsáveis pelo trabalho e bem-estar social sendo menos priorizados) e capacidades limitadas para construir um consenso nacional baseado no diálogo social inclusivo que pode restaurar a confiança e a coesão social.
- A escassez de dados oportunos e relevantes por meio de sistemas de informação do mercado de trabalho subdesenvolvidos e estatísticas de previdência social.

---

<sup>38</sup> [https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_821167/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_821167/lang--en/index.htm)

<sup>39</sup> [https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_821167/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_821167/lang--en/index.htm)

<sup>40</sup> [https://www.ilo.org/global/topics/sdg-2030/WCMS\\_846674/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/topics/sdg-2030/WCMS_846674/lang--en/index.htm)

- Condições econômicas e de mercado de trabalho prejudicadas:
  - Alta incidência de trabalhadores informais e empresas;
  - Desemprego e subemprego persistentemente elevados, especialmente nos grupos vulneráveis;
  - Crescimento econômico limitado;
  - Diferenças de gênero persistentes em termos de participação no mercado de trabalho e condições de trabalho;
  - Aumento das desigualdades dentro e entre países;
  - Discriminação contra grupos vulneráveis.

Os formuladores da iniciativa “Acelerador Global de Empregos e Proteção Social” enunciaram um elenco do que denominam, pretensiosamente, ‘as soluções’, a saber:

- trabalhar de forma integrada dentro de uma estrutura abrangente e uma teoria consistente de mudança composta por um pacote integrado de emprego, proteção social e políticas ambientais com fortes retornos econômicos e sociais;
- gerar interesse e apoio político;
- garantir apoio financeiro;
- fornecer o suporte técnico necessário;
- construção de consenso nacional e apoio coerente de parceiros financeiros e de desenvolvimento.

Esses ‘pacotes integrados’ e baseados em consenso combinariam objetivos de curto e longo prazo com vistas a:

- superar a crise sanitária e socioeconômica, bem como a recente tríplice crise (crise alimentar, energética e financeira) e alcançar uma recuperação “centrada no ser humano”;
- abordar restrições estruturais profundas (por exemplo, pobreza e vulnerabilidade nas áreas rurais, desemprego juvenil, informalidade, crise de refugiados);
- reforçar as instituições nacionais para enfrentar futuras crises, e
- apoiar transições justas (por exemplo, para a economia formal, economias verdes e sustentáveis e economias inclusivas e sensíveis ao gênero etc.).

O que se espera com a Iniciativa “Acelerador Global de Empregos e Proteção Social” é que ocorram (aquilo que denominam ‘pontos de entrada’):

- Investimentos significativos em proteção social universal, juntamente com adaptações/incentivos para a adesão de grupos até então excluídos, os quais reduziram as lacunas de cobertura entre os 4,1 bilhões de pessoas excluídas, incluindo trabalhadores da economia informal, populações rurais, trabalhadores migrantes e refugiados, os quais reduzirão a pobreza e garantirão um combinação de financiamento mais sustentável e equitativa para a proteção social (contribuições e impostos para a segurança social);
- Incentivos legais, administrativos, fiscais e outros e melhor capacidade das instituições para fornecer capacidades eficientes e reforçadas dos trabalhadores e unidades econômicas para entrar na economia formal (incluindo através do reconhecimento da aprendizagem prévia), proporcionando assim acesso a condições de trabalho dignas e proteção social adequada, levando a maiores níveis de produtividade e contribuindo para o aumento da base tributária e contributiva;

- Investimento em uma economia digital para criar mais oportunidades de trabalho decente e ampliar a base de contribuição;
- Investimentos suficientes no setor assistencial para facilitar a criação de empregos decentes, a prestação de serviços de qualidade a idosos, crianças e pessoas com deficiência, reduzir a carga sobre os membros da família e facilitar a participação das mulheres no mercado de trabalho;
- Investimentos suficientes em empregos verdes, combinados com proteção social e desenvolvimento de habilidades para facilitar a transição para economias ambientalmente sustentáveis;
- Acesso a bolsas de estudo e educação de qualidade, aprimoramento de habilidades, estágios e aprendizados para permitir que os jovens aproveitem oportunidades de emprego decente com cobertura de proteção social adequada para iluminar suas perspectivas futuras;
- Investimento em sistemas de aprendizagem ao longo da vida para permitir que os trabalhadores se requalifiquem e de acordo com as aspirações pessoais e as necessidades do mercado de trabalho.
- Garantir gastos sociais públicos adequados no contexto das negociações de reestruturação da dívida com o FMI para apoiar a recuperação e evitar protestos sociais.<sup>41</sup>

Cabe salientar que, desde o lançamento da iniciativa “Acelerador Global de Empregos e Proteção Social”, foram desenvolvidos pelo Secretariado das Nações Unidas, em parcerias com a OIT (principalmente) e com outras agências especializadas das Nações Unidas e com agências parceiras e do sistema financeiro internacional, uma série de documentos setoriais denominados “roadmaps” (roteiros), dentre os quais podem ser destacados os que tratam, globalmente, da geração de empregos e da proteção social; os que tratam dos serviços de saúde e da ‘economia da saúde’, enquanto geradoras de empregos; os que tratam de fontes de financiamento; os que tratam das questões da informalidade, e os que tratam da questão de trabalho e emprego para jovens<sup>42</sup>. Por certo, trata-se de uma coletânea extremamente valiosa, à espera de uso e aplicação por parte dos agentes nacionais.

### **Iniciativas internacionais (III): “Global Forum for a Human-centered Recovery”<sup>43</sup> em 2022**

Organizado pelo OIT, em 22-24 de fevereiro de 2022, o Fórum Global para uma Recuperação Centrada no Homem reuniu chefes de Estado e de Governo, chefes de organizações internacionais e bancos multilaterais de desenvolvimento e líderes de empregadores e trabalhadores de todo o mundo para propor ações concretas e fortalecer o resposta da comunidade à crise da COVID-19. O Fórum examinou em particular as ações e

<sup>41</sup> [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/documents/briefingnote/wcms\\_846994.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/briefingnote/wcms_846994.pdf)

<sup>42</sup> [Roadmap: Jobs and just transitions - Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions \[pdf 294KB\]](#)  
[Roadmap: Care economy and health workers - Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions \[pdf 441KB\]](#)  
[Roadmap: Financing social protection - Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions \[pdf 246KB\]](#)  
[Roadmap: Financing - Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions \[pdf 309KB\]](#)  
[Roadmap: Informality - Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions \[pdf 267KB\]](#)  
[Roadmap: Youth - Global Accelerator on Jobs and Social Protection for Just Transitions \[pdf 258KB\]](#)

<sup>43</sup> <https://www.ilo.org/global/meetings-and-events/gf-human-centred-recovery/lang-en/index.htm#/event/opening-session/segment/full/lang/en-gb>

investimentos necessários para cumprir a ambição da OIT em relação ao “Global Call to Action” e do “Global Accelerator on Job and Social Protection”. O documento resultante deste importante fórum internacional constitui-se em registro documental valioso nesta trajetória das iniciativas internacionais em prol da recuperação dos empregos e da proteção social em contexto de superposição de crises, agravadas pela pandemia da Covid-19<sup>44</sup>

#### **Iniciativas internacionais (IV): A iniciativa: “Acelerador Global de Empregos e Proteção Social” na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas (2022)**

A importante iniciativa lançada na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2021 completou um ano, na Assembleia deste ano, e para esta celebração e balanço de possíveis avanços alcançados, foi organizado um evento no dia 23 de setembro, denominado “Parceria para Ação: Implementação do Acelerador Global de Emprego e Proteção Social para Transições Justas no Complexo Cenário de Crises Sobrepostas”, convocado e aberto pelo Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.

Considerada como uma reunião de alto nível, o evento contou com a presença e participação ativa de Chefes de Estado e de Governo, convocados que foram “para discutir o progresso e os próximos passos do “Acelerador Global de Emprego e Proteção Social para Transições Justas”. A convocatória, referida a evento similar ocorrido em setembro de 2021, faz menção a mudanças recentes ocorridas neste íterim, em especial a eclosão da guerra na Ucrânia:

“o mundo enfrenta desafios de escala sem precedentes. Além da pandemia de COVID-19 em curso, que interrompeu a vida e causou uma enorme perda de empregos e meios de subsistência, a crescente emergência climática e os impactos da guerra na Ucrânia estão pressionando negativamente os alimentos, a energia e as finanças, aumentando o impacto imediato. riscos de longo prazo para a nossa prosperidade. Bilhões de pessoas estão enfrentando a maior crise de custo de vida em uma geração, agravada por uma recuperação desigual e estagnada do mercado de trabalho. Olhando para o futuro, as transformações econômicas estruturais previstas, provocadas por rápidas mudanças tecnológicas e demográficas, estão agravando ainda mais os riscos do mercado de trabalho. Constrangidos por cargas de dívida mais altas e espaço fiscal reduzido, os países enfrentam um cenário difícil que exige investimentos públicos cada vez mais necessários para superar essas múltiplas crises, alcançar uma recuperação sustentável centrada no ser humano e facilitar as transformações estruturais e transições justas necessárias para alcançar os ODS, e, por outro lado, contêm vulnerabilidades de dívida. Antes das Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial, as Cúpulas do G20 e G7, COP27, e após os principais eventos de alto nível, incluindo a Cúpula da Educação Transformadora (TES), este evento reunirá os Estados Membros e as partes interessadas que sinalizaram compromissos para operacionalizar o Global Accelerator, compartilhar planos, discutir oportunidades de engajamento e expressar compromissos de apoio.”<sup>45</sup>

A programação do evento “Parceria para Ação: Implementação do Acelerador Global de Emprego e Proteção Social para Transições Justas no Complexo Cenário de Crises Sobrepostas”, que se estendeu pelo dia 23 de setembro <sup>46</sup>, foi aberta pelo Secretário-geral das Nações Unidas,

<sup>44</sup>[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/genericdocument/wcms\\_853887.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/genericdocument/wcms_853887.pdf)

<sup>45</sup> <https://live.ilo.org/events/partnering-action-implementation-global-accelerator-jobs-and-social-protection-just>

<sup>46</sup>[https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/programme\\_high-level\\_event\\_on\\_the\\_global\\_accelerator\\_on\\_jobs\\_and\\_sp\\_23\\_september.pdf](https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/programme_high-level_event_on_the_global_accelerator_on_jobs_and_sp_23_september.pdf)

António Guterres, o qual resumiu os antecedentes desta iniciativa lançada na 76ª Assembleia Geral, em 2021; os supostos avanços e novos desafios (por exemplo, a guerra da Ucrânia e os desastres climáticos recentes) e uma chamada para o efetivo engajamento e mobilização mundial, tanto das agências multilaterais e regionais, quanto e, principalmente, dos estados-membros. O Diretor Geral da OIT (já se despedindo por ter completado o seu mandato), o britânico Guy Ryder, fez uma síntese desta iniciativa, conclamando pela adesão ampliada, principalmente dos agentes financeiros e econômicos, pois estão sendo buscados investimentos gigantescos, tanto para a geração de 400 milhões de empregos com qualidade, como para ampliação da cobertura da proteção social, para 4 bilhões de pessoas atualmente excluídas. O Secretário-geral foi substituído na condução do evento pela senhora Secretária-geral Adjunta, a nigeriana Amina Mohammed, e pela Diretora Executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP/PNUMA), a dinamarquesa Inger Andersen.

Da rica programação do evento, em três mesas sequenciais, participaram chefes-de-estado, ministros de estado e outras autoridades nacionais e internacionais, com destaque para Sharan Burrow, Secretária Geral da Confederação Internacional Sindical (ITUC); Roberto Suárez Santos, Secretário Geral da Organização Internacional dos Empregadores (IOE); Mia Mottley, Primeira-Ministra de Barbados; Alexander De Croo, Primeiro Ministro da Bélgica; Rodrigo Chaves Robles, Presidente da Costa Rica; Micheál Martin, Primeiro-Ministro da Irlanda; Lazarus Chakwera, Presidente do Malawi; Jessica Alupo, Vice-Presidente de Uganda; Shahrir Alam, Ministro de Estado de Relações Exteriores de Bangladesh; Hala El-Said, Ministra de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Egito; Vicky Ford, Ministro do Desenvolvimento do Reino Unido; João Gomes Cravinho, Ministro de Relações Exteriores de Portugal; Marcelo Ebrard Casaubon, Ministro de Assuntos Internacionais do México; Akinwumi Adesina, Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento; Meryame Kitir, Ministra de Cooperação para o Desenvolvimento e Políticas para as Grandes Cidades, da Bélgica; Sra. Saadia Zahidi, Diretora de Administração do Fórum Econômico Mundial; Sra. Mari Elka Pangestu, Diretora da área de Desenvolvimento de Políticas e Parcerias do Grupo Banco Mundial, entre outros.

Finalizando, nossa observação é sobre a óbvia importância simbólica e emblemática destes numerosos atores, em torno de temática tão relevante para o mundo. Contudo, pela natureza do evento, as falas foram extremamente curtas (3 minutos, as mais curtas; 5 minutos, como padrão, e 10 minutos nas conferências ‘magistrais’), o que não favoreceu o aprofundamento de nenhuma questão relevante, pois se tornou, praticamente, uma ‘vitrine’ para ‘aparecer’ rapidamente, e depois desaparecer. Pouca profundidade, falta de compromissos de atores relevantes (ou ausentes ou superficialmente genéricos) e nenhuma grande novidade que pudesse trazer esperança, foram – a meu juízo – as marcas destes eventos na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

## **Sobre tempos incertos, mal-estar existencial em um mundo em transformação: o Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/22**

***Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa***

Responsável pela publicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022<sup>47</sup>, denominado “Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping our Future in a Transforming World”, foi lançado em setembro em meio à expectativa da retomada da série de Relatórios de Desenvolvimento Humano globais, que é produzida pelo PNUD desde 1990. O aumento da expectativa ocorreu devido à ausência de publicação do IDH de 2021. Tal ausência foi justificada pelo PNUD enquanto mais uma consequência dos persistentes efeitos da pandemia, que tornaram a preparação do relatório desafiador. Um dos principais motivos de paralisação foi devido aos atrasos na disponibilidade de dados importantes dos países<sup>48</sup>.

Para além do índice em si, os relatórios costumam possuir discussões fundamentadas nas principais questões, tendências e políticas de desenvolvimento emergentes nos anos de referência. Tal prática teve continuidade neste novo relatório que, além de possuir conjuntamente conteúdos referentes aos anos de 2021 e 2022, também traçou paralelos com as discussões dos relatórios dos últimos anos. O Relatório do IDH de 2019<sup>49</sup> explorou as desigualdades no desenvolvimento humano, enquanto o de 2020<sup>50</sup> focou nas formas como as desigualdades são exacerbadas ao mesmo tempo em que impulsionam a perigosa mudança planetária do Antropoceno. Outra influência importante na discussão do relatório atual do IDH 2021/2022 se encontra no Relatório Especial de 2022 sobre Segurança Humana<sup>51</sup> do PNUD, que examinou o surgimento de novas formas de insegurança nos últimos anos. Assim, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022 trabalha com parte destas discussões prévias, centralizando o debate frente às incertezas exacerbadas no cenário atual, analisando o seu significado para o desenvolvimento humano e sugerindo possíveis soluções.

A discussão apresentada pelo relatório de 2021/2022 argumenta que nestes dois últimos anos houve um acúmulo de camadas de incerteza, que possuem um potencial para interagirem entre si e perturbar a vida humana de uma forma sem precedentes. As várias crises que se sucederam interagiram com mudanças sociais e econômicas, aumentos massivos na polarização humana, e com mudanças planetárias perigosas<sup>52</sup>.

Ao comentar sobre as discussões trazidas pelo relatório, Achim Steiner (Administrador do PNUD) afirma que “Temos uma janela estreita para reiniciar nossos sistemas e garantir um futuro baseado em ações climáticas decisivas e novas oportunidades para todos. (...) Táticas de socorro imediato estão atrasando as mudanças sistêmicas de longo prazo que devemos fazer. Estamos coletivamente paralisados ao fazer essas mudanças. Em um mundo definido pela

---

<sup>47</sup> UNDP (United Nations Development Programme). 2022. Human Development Report 2021-22: Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping our Future in a Transforming World. New York. O relatório completo do IDH 2021/2022 e recursos adicionais podem ser encontrados em <http://hdr.undp.org>.

<sup>48</sup> [HDR 2021/22 Acknowledgements | Human Development Reports \(undp.org\)](https://www.undp.org/press-releases/multiple-crises-halt-progress-9-out-10-countries-fall-backwards-human-development-undp-report-warns)

<sup>49</sup> [Human Development Report 2019 | Human Development Reports \(undp.org\)](https://www.undp.org/press-releases/multiple-crises-halt-progress-9-out-10-countries-fall-backwards-human-development-undp-report-warns)

<sup>50</sup> [Human Development Report 2020 | Human Development Reports \(undp.org\)](https://www.undp.org/press-releases/multiple-crises-halt-progress-9-out-10-countries-fall-backwards-human-development-undp-report-warns)

<sup>51</sup> [2022 Special Report on Human Security | Human Development Reports \(undp.org\)](https://www.undp.org/press-releases/multiple-crises-halt-progress-9-out-10-countries-fall-backwards-human-development-undp-report-warns)

<sup>52</sup> <https://www.undp.org/press-releases/multiple-crises-halt-progress-9-out-10-countries-fall-backwards-human-development-undp-report-warns>



incerteza, precisamos de um senso renovado de solidariedade global para enfrentar nossos desafios comuns e interconectados”.

O presente relatório do IDH 2021/2022 está organizado duas partes e em seis capítulos. A primeira parte, composta pelos três primeiros capítulos, explora a principal argumentação do relatório sobre os resultados, que implica em um complexo de incertezas que afeta o desenvolvimento humano. O Capítulo 1 analisa as três vertentes voláteis e interativas que constituem o complexo da incerteza. O Capítulo 2 esclarece como as incertezas de diferentes âmbitos restringem o desenvolvimento humano por meio de seus impactos negativos no bem-estar mental. O Capítulo 3 argumenta que suposições rígidas sobre o comportamento humano e noções simplistas de progresso do desenvolvimento limitam a capacidade de respostas criativas para um mundo em constante fluxo.

A segunda parte do relatório, composta pelos capítulos quatro a seis, explora os vários fatores sistêmicos que podem ajudar a construir resiliências para a melhora do desenvolvimento humano. O Capítulo 4 mostra que as percepções de insegurança estão associadas à desconfiança e à polarização política, assim como as mudanças sociais trazidas pela rápida evolução das tecnologias de comunicação digital trazem pressões adicionais sobre a interação humana. O relatório argumenta que essas duas mudanças estariam colocando em risco a deliberação pública e a escolha social. O Capítulo 5 chama a atenção para o potencial de expansão do desenvolvimento humano em tempos incertos. Ele argumenta que o contexto de incerteza oferece um espaço para direcionar o progresso tecnológico de forma a promover o desenvolvimento humano, e que tempos de crise podem alterar o horizonte do que é possível. Por fim, o Capítulo 6 fornece sugestões sobre o caminho a seguir enfatizando políticas que focam nos “três Is”: investimento, seguro e inovação (*“Three I’s: investment, insurance and innovation”*). O último capítulo também identifica três facilitadores da mudança cultural: educação para cultivar valores em evolução, reconhecimento social para legitimá-los e representação para proteger sua inclusão e traduzi-los em políticas.

### **Principais resultados**

O relatório aponta que os últimos dois anos tiveram um impacto devastador para bilhões de pessoas em todo o mundo. Mesmo considerando os 32 anos em que o PNUD calcula o Índice de Desenvolvimento Humano, esta é a primeira vez que os resultados apresentam uma diminuição global da saúde, educação e do padrão de vida por dois anos consecutivos.

Quando comparado aos anos anteriores, percebeu-se que o desenvolvimento humano voltou aos níveis de 2016, o que por consequência coloca em evidência a reversão de grande parte dos progressos obtidos anteriormente com os ODS. Mais de 90% dos países registraram um declínio na pontuação do IDH em 2020<sup>53</sup> ou 2021 e mais de 40% tiveram uma diminuição em ambos os anos. O relatório aponta que há vários países que pioraram no último ano, sem sinais positivos de recuperação. E ainda que alguns países estejam mostrando evidências de recuperação, ela se apresenta de modo desigual e parcial entre os países, o que consequentemente amplia ainda mais as desigualdades no desenvolvimento humano global. Entre as regiões, observa-se que a América Latina, o Caribe, a África Subsaariana e o Sul da Ásia foram particularmente atingidos nestes últimos dois anos.

---

<sup>53</sup> De acordo com a metodologia apresentada no relatório, o cálculo do ranking do ano de 2020 foi realizado utilizando os mesmos dados revisados recentemente disponíveis em 2022.

Em relação ao Brasil, observa-se que ele se encontra na lista dos mais de 40% dos países que obtiveram diminuições seguidas nos dois últimos anos, ainda que o país permaneça na categoria de Alto Desenvolvimento Humano. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2020, que se refere ao cálculo do IDH 2019, o Brasil se encontrava na 84ª posição (IDH 0,766<sup>54</sup>) no ranking internacional que contém 191 países. O relatório vigente de 2021/2022 afirma que o IDH brasileiro de 2020 foi 0,758, o que colocou o país na 86ª posição. Já os dados referentes ao ano de 2021 demonstram que o IDH brasileiro teve um segundo declínio, se encontrando na 87ª posição com a pontuação de 0,754 no último ano<sup>55</sup>.

O relatório também apresenta dados históricos atualizados em seu anexo, destacando-se uma tabela das tendências históricas com os dados de 1990 a 2021 (*Table 2: Human Development Index trends, 1990–2021*). Estes dados expõem um aumento nos valores brasileiros com o passar dos anos, passando de 0,610 em 1990 para 0,754 em 2021, o que reflete em um crescimento médio anual de 0,69% no período de 1990-2021. No entanto, quando este mesmo cálculo é feito considerando apenas o período de 2010-2021, observa-se que o aumento médio anual foi de apenas 0,38%. Outra tendência de estabilização do crescimento brasileiro que chama a atenção é o fato do ranking do Brasil ter subido apenas uma única posição quando se considera o recorte proposto pelo relatório de 2015-2021. Ou seja, ainda que os valores do IDH brasileiro tenha melhorado em anos passados, a recente queda o coloca em uma posição parecida a de sete anos atrás, especialmente considerando comparativamente o crescimento relativo dos demais países. Dentre as principais ideias discutidas no relatório acerca dos motivos e circunstâncias que influenciaram tais resultados, há uma clara defesa que é necessário repensarmos a forma como as incertezas devem ser consideradas teoricamente e politicamente no cenário internacional. Apesar da incerteza não ser um conceito novo, o relatório afirma que novas camadas de incertezas estão interagindo e tomando novas formas, surgindo um novo “complexo de incerteza”.

Considerando estas incertezas, o relatório não se propõe a construir cenários futuros a serem analisados. Sua contraproposta explora como três novas fontes de incerteza em nível global se acumulam para criar um novo complexo de incerteza que afeta o desenvolvimento humano:

- A primeira nova incerteza está associada à perigosa mudança planetária do Antropoceno e sua interação com as desigualdades humanas.
- A segunda é a transição proposital, embora incerta, para novas formas de organizar as sociedades industriais – supondo transformações semelhantes às da transição das sociedades agrícolas para as sociedades industriais.
- A terceira é a intensificação da polarização política e social entre e dentro dos países – e de percepções errôneas tanto sobre informações quanto entre grupos de pessoas – facilitada pela forma como as novas tecnologias digitais estão sendo usadas com frequência.

As privações e desigualdades que persistem no desenvolvimento humano atual também afetam o novo complexo de incertezas. Apesar de parte do cenário internacional na última

---

<sup>54</sup> Este é o valor de 2019 revisado, que foi publicado na Tabela 2 “Human Development Index trends, 1990–2021” do relatório de 2021/2022.

<sup>55</sup> Ressaltamos ainda que há uma aparente confusão nos noticiários brasileiros sobre os anos de referência e valores revisados, provavelmente devido às mudanças no design de apresentação destes dados no relatório recente e pela publicação conjunta dos dados de 2021 e 2020.

década ter colocado a desigualdade sob os holofotes, as relações entre as desigualdades, as incertezas e inseguranças ainda não são discutidas. A variação de oportunidades e resultados existentes entre e dentro dos países é refletida na volatilidade das vidas das populações atualmente, o que afeta seus modos de vida, suas percepções e ações. Além disso, o relatório reforça que a situação atual se torna ainda mais preocupante quando reconhecemos que há uma ordem geopolítica atuando sob o peso de interesses nacionais nus e paralisando um sistema multilateral projetado para os desafios do pós-guerra, e não do pós-milênio.

Adicionalmente, há a defesa que os impactos da pandemia de Covid-19 nas economias são insignificantes perto das transformações esperadas pelas novas tecnologias. Os modelos estão prevendo mais volatilidade à medida que a ciência avança. O último Relatório do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas afirma que o futuro esperado é um “código vermelho para a humanidade”<sup>56</sup>. O poder político, as desigualdades e a marginalização contribuem mais para o conflito ambiental do que o acesso aos recursos naturais. Todas estas camadas e interações de riscos multidimensionais e a sobreposição de ameaças dão origem a novas dimensões de incerteza, onde choques complexos tem a possibilidade de serem amplificados e propagados nos sistemas ao invés de serem estabilizados por eles.

Há o apontamento de uma conjuntura preocupante, visto que os dados assinalam um apagamento dos ganhos dos cinco anos anteriores devido à brusca queda no valor global do Índice de Desenvolvimento Humano nestes dois anos consecutivos. Esta queda se relaciona com o acúmulo das crises globais, sejam elas a crise financeira global, a atual crise climática global, a pandemia de Covid-19, ou crise alimentar global. No entanto, o relatório também chama a atenção para o fato que, mesmo antes da pandemia de Covid-19, mais de 6 em cada 7 pessoas a nível global sentiam-se inseguras. Afirma-se que existe uma tendência de aumento dos sentimentos de insegurança das populações há pelo menos uma década. Ainda, a insegurança humana percebida é alta em todos os grupos do IDH e tem aumentado mesmo em alguns países com IDH muito alto.

Por outro lado, quando os dados são analisados considerando um longo prazo, há evidências científicas de progressos humanitários com medidas historicamente altas de bem-estar agregado, incluindo medidas multidimensionais de bem-estar como o IDH e outros índices que acompanham o relatório. A aparente diferença entre o ganho histórico da qualidade de vida das pessoas e as percepções destas pessoas sobre suas vidas e suas sociedades, origina o que os autores deste relatório chamam de “paradoxos gêmeos: progresso com insegurança e progresso com polarização”. Eles argumentam que estes paradoxos encontrados são compreendidos enquanto uma oportunidade para repensarmos as concepções rígidas de “progresso” que utilizamos atualmente.

### **Questões humanas para um novo progresso**

Dentre os motivos que explicariam a inércia atual que impossibilita que a mudança necessária ocorra, o relatório sugere que a insegurança e a polarização são motivos centrais que impedem a solidariedade e a ação coletiva para enfrentar os diferentes níveis de crises. Novos dados apontam que aqueles que se sentem mais inseguros também são mais propensos a terem visões políticas extremas. Há uma preocupação que a polarização possa assumir formas perigosas quando grupos diferentes operam com conjuntos de fatos e realidades diferentes, especialmente quando essas realidades estão ligadas a identidades de grupo.

---

<sup>56</sup> [Sixth Assessment Report — IPCC](#)

Outro perigo se encontraria na sensação percebida de perda de controle. A percepção criada de perder o controle, ao contrário de simplesmente não o ter em primeiro lugar, possui suas próprias consequências negativas e efeitos indiretos, como: uma tendência a identificar culpados ou vilões, uma desconfiança de instituições e elites e maior insularidade, nacionalismo e discórdia social.

Além disso, um ponto que precisa ser respondido se refere aos danos das circunstâncias deste complexo ao bem-estar mental das populações. O relatório aponta quatro caminhos principais em que se espera que incertezas do Antropoceno prejudiquem o bem-estar mental: eventos traumatizantes, doenças físicas, ansiedade climática geral e insegurança alimentar. Os transtornos mentais pesam no desenvolvimento humano de muitas maneiras. Um problema de saúde pode estar ligado a outros desafios de saúde, assim como podem impedir o aprendizado, a capacidade de encontrar um emprego e ser produtivo.

Uma questão importante colocada se encontra no reconhecimento que o uso da tecnologia é uma faca de dois gumes, e que os gigantes da tecnologia estão concentrando cada vez mais em suas mãos o poder sobre a vida de todos. O relatório propõe dobrar a tecnologia propositalmente para soluções inclusivas e criativas para desafiar os problemas atuais, em vez de permitir que ela funcione sem restrições. Sugere-se que criemos tecnologias que aumentem o trabalho em vez de substituí-lo, que interrompam seletivamente e não indiscriminadamente.

Neste mesmo sentido, sugere-se que as instituições existentes podem ser transformadas e novas instituições também podem ser criadas com novas normas, líderes, e movimentos sociais. Esse processo de reconstrução contínua e criativa em todos os níveis é uma resposta prática ao complexo de incertezas de hoje, sendo este processo sujeito a experimentações para prosperar em meio às constantes mudanças. A ampliação do conjunto de opções políticas começa com o reconhecimento dos vieses cognitivos e inconsistências das tomadas de decisão. O relatório afirma que analisar inércias sociais e experimentar novas narrativas necessitam fazer parte da caixa de ferramentas internacional no futuro.

### **Caminhos para a transformação**

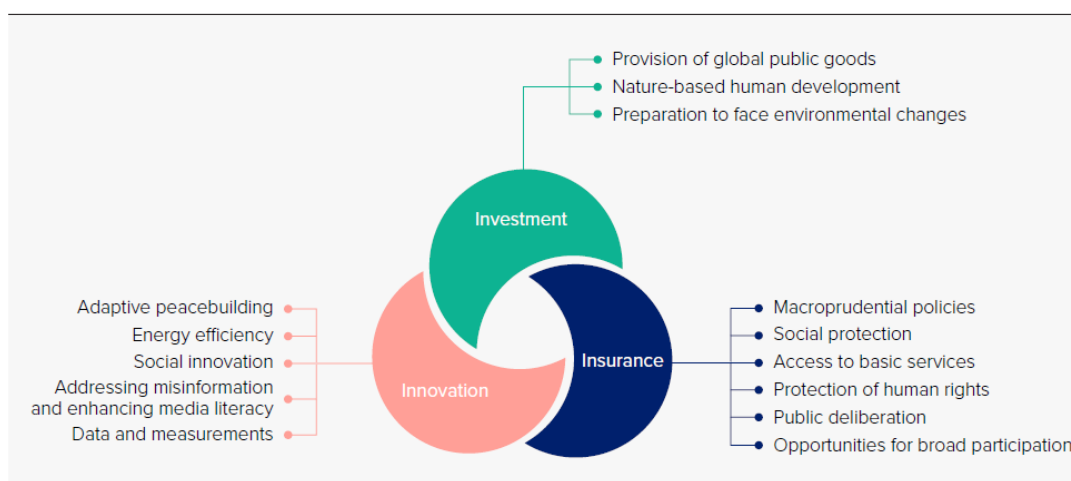
Em busca de um novo rumo para o desenvolvimento humano, o relatório recomenda a implementação de políticas que se concentram nos “Três Is” (*investment, insurance and innovation*) para ajudar a navegar no novo complexo de incertezas:

- Investimento, que pode significar da energia renovável à preparação para pandemias e riscos naturais extremos, aliviará as pressões planetárias e preparará as sociedades para lidar melhor com os choques globais. Considere os avanços em sismologia, ciências do tsunami e redução do risco de desastres após o tsunami de 2004 no Oceano Índico. Investimentos inteligentes e práticos compensam.

- O seguro também compensa. Ajuda a proteger a todos das contingências de um mundo incerto. O aumento global da proteção social após a pandemia de Covid-19 fez exatamente isso, ao mesmo tempo em que destacou a pouca cobertura de seguro social que existia antes e o quanto ainda resta a ser feito. Os investimentos em serviços básicos universais, como saúde e educação, também oferecem uma função de seguro.

- A inovação em suas muitas formas – tecnológica, econômica, cultural – será vital para responder aos desafios desconhecidos e incognoscíveis que a humanidade enfrentará. Embora a inovação seja um assunto de toda a sociedade, o governo é crucial nesse sentido: não apenas na criação dos incentivos políticos certos para a inovação inclusiva, mas também em ser um parceiro ativo em todos os aspectos.

**Figure 10** Making people more secure through investment, insurance and innovation



Source: Human Development Report Office.

Por fim, o relatório observa que não existem panaceias políticas, nem abordagens que consigam cobrir todos. Adicionalmente, políticas e instituições estão inseridas em contextos sociais com narrativas específicas, e com a cultura enquanto um conjunto de ferramentas que muda ao longo do tempo e que indivíduos e grupos utilizam estrategicamente na sociedade. Os autores defendem que quando se trata de escolhas sobre o futuro, as pessoas parecem ser motivadas menos por cenários precisos do que o futuro pode trazer do que por narrativas coletivas.

Assim, argumenta-se que é necessário criar narrativas flexíveis e adaptáveis na construção de confiança e coesão social. Para a proteção destas narrativas é importante defender a liberdade de cada pessoa ter e se mover entre diferentes identidades em diferentes contextos sociais, pois as pontes que conectam diferentes grupos estariam entre os ativos humanos mais importantes. Em um tom esperançoso, o relatório conclui que temos mais ferramentas do que nunca para nos ajudar a navegar e corrigir o curso. Porém, ele também adverte que nenhuma tecnologia substitui uma boa liderança, ação coletiva ou confiança das populações. Há uma súplica para que possamos começar a consertar o lado humano para que o futuro, por mais incerto que seja, seja mais promissor do que perigoso.

## Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Ananda Melo King, Caio Murta,  
Harim Baek, Jameson Martins,  
Júlia Moraes, Marina Sujkowski,  
Deisy de Freitas Lima Ventura.*

### **Quarta revisão de evidências globais sobre migração e saúde da OMS ressalta importância de acesso apropriado ao uso de antibióticos para refugiados e migrantes**

No mundo, mais de 1,2 milhão de pessoas morrem todos os anos devido à resistência antimicrobiana de bactérias, que é causada principalmente pelo mal uso ou superdosagem de antibióticos que tornaram os medicamentos menos efetivos para tratar doenças infecciosas. Pessoas refugiadas e migrantes, devido às condições precárias que enfrentam durante seus deslocamentos, entradas e condições de vida nos países de destino constituem grupos altamente vulneráveis a essas doenças, e a dificuldade que encontram para acessar adequadamente antibióticos e medicamentos para tratar doenças agrava esse cenário.

A OMS lançou recentemente o quarto relatório<sup>57</sup> da Revisão de Evidências Globais sobre Saúde e Migração (GEHM), intitulado “Capturando evidências no acesso a antibióticos essenciais em populações migrantes e refugiadas”. O documento busca reunir e analisar evidências sobre o acesso dessas populações vulneráveis a medicamentos antibióticos essenciais, destacando como o acesso é heterogêneo e barreiras dos sistemas de saúde de seus países de origem e destino influenciam esse processo. Entre as dificuldades de acesso relatadas, estão o longo tempo de espera para ser atendido por médicos, capacidades limitadas dos serviços de saúde, custos elevados, prescrição de antibióticos inadequada, entre outros. Essas barreiras podem levar a resultados abaixo do esperado e desenvolvimento de patógenos resistentes a medicamentos.

O relatório também identificou outros fatores que impedem o acesso a antibióticos por refugiados e migrantes, como experiências insatisfatórias com outros serviços de saúde, barreiras linguísticas, desafios postos pelo status migratório, e a facilidade de acessar medicamentos de maneira informal - o que é um problema recorrente, já que uma parte significativa da parcela vulnerável da população se volta a meios informais ou à automedicação para tratar doenças infecciosas.

Assim, a OMS sugere cinco áreas de melhoria para políticas de saúde que assegurem o acesso e uso apropriado de antibióticos em comunidades migrantes e refugiadas. A primeira consideração é a construção de uma governança global para ações direcionadas à resistência antimicrobiana alinhada com os planos de ação para refugiados e migrantes da OMS. Em seguida, aprimorar a coleta de dados por meio do fortalecimento dos sistemas de monitoramento e do uso de evidências na formação de políticas. Além disso, a OMS sugere que os países busquem facilitar o acesso aos serviços de saúde a nível nacional, por meio de políticas contra barreiras linguísticas e culturais e que informem a comunidade migrante sobre o uso de antibióticos. Também a nível nacional, os Estados devem garantir que o cuidado à saúde não

---

<sup>57</sup><https://www.who.int/news/item/19-09-2022-fourth-who-global-evidence-review-on-health-and-migration-stresses-that-equitable-access-to-and-appropriate-use-of-antibiotics-for-refugees-and-migrants-is-essential-to-tackling-antimicrobial-resistance>

dependa do status migratório legal e que antibióticos sejam acessíveis, prescritos de forma segura e adequada. Por fim, é importante que os países também assegurem acesso a ferramentas de diagnóstico em atendimentos para aprimorar a gestão de casos em populações vulneráveis.

### **Saúde de refugiados e migrantes está no centro das discussões na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas**

Começou, no dia 14 de setembro, a 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que tem como lema “soluções por meio da solidariedade, sustentabilidade e ciência”<sup>58</sup>. Durante a Assembleia, no dia 20 de setembro, foi realizado um evento de alto nível sobre migração, refúgio e saúde, que reuniu governos, organizações internacionais, academia e organizações da sociedade civil para discutir o progresso global tido até o momento nessa área e pensar os próximos passos que devem ser tomados em conjunto<sup>59</sup>.

Os fluxos migratórios vêm crescendo significativamente: nas últimas três décadas, de 1990 a 2020, o número total de migrantes internacionais cresceu de 153 milhões para 281 milhões, o que representa hoje 3,6% da população mundial. Para a comunidade internacional, deve-se assegurar o direito à saúde para todos e alcançar o objetivo de uma cobertura de saúde universal, incluindo pessoas migrantes e refugiadas. Para isso, é imprescindível construir evidências globais robustas, comparáveis entre países e ao longo do tempo. Contudo, segundo as diversas organizações que participaram do evento, a realidade ainda é a de falta de dados de qualidade capazes de embasar políticas de saúde inclusivas.

Nos últimos anos, diversos países e organizações internacionais se comprometeram a agir para promover a saúde de migrantes e refugiados, com grande ênfase ao fortalecimento da coleta de dados e monitoramento. Muitos pactos e acordos estão sendo ou devem ser em breve discutidos e revisados, como o Pacto Global para Refugiados e o Plano de Ação Global da OMS para Promoção da Saúde de Migrantes e Refugiados, que serão debatidos em 2023. Entretanto, como apresentado no Relatório Mundial sobre a Saúde de Migrantes e Refugiados da OMS, lançado esse ano, ainda existem lacunas significativas nos sistemas de informação de saúde para dados de populações vulneráveis.

Dessa forma, a OMS ressalta a importância de reestruturar e aprimorar a coleta de dados, monitoramento e uso de evidências para informar os processos decisórios e a elaboração de políticas públicas em saúde que enfrentam os desafios do acesso ao cuidado de qualidade para todos, o que deve ocorrer dentro das fronteiras, mas em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis e acordos globais.

### **ACNUR e Ministério Público do Estado do Pará lançam publicação sobre os direitos de pessoas indígenas refugiadas e migrantes**

Em atuação voltada para os direitos humanos, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) publicaram, na manhã do dia 20 de setembro, uma cartilha chamada “O Ministério Público Estadual e os direitos

---

<sup>58</sup><https://brasil.un.org/pt-br/199050-onu-inicia-77a-assembleia-geral-pedindo-transformacao-do-planeta>

<sup>59</sup><https://www.who.int/news/item/21-09-2022-refugee-and-migrant-health-at-the-centre-of-discussions-during-the-77th-un-general-assembly>

de pessoas indígenas refugiadas e imigrantes” através de um evento que contou com a presença de representantes da etnia Warao, membros do MPPA, e autoridades.<sup>60</sup>

A mesa oficial foi constituída por pessoas membro da promotoria de Justiça, do escritório do ACNUR no Pará, do Ministério Público do Trabalho; lideranças da etnia WARAO; defensoria pública e professores e vereadores. O Ministério Público Federal também participou, de forma virtual.<sup>61</sup> Essa cartilha é pioneira no Brasil e constitui uma ação do Ministério Público do Estado do Pará em direção à garantia e defesa dos direitos humanos dessas populações.<sup>62</sup> Dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o objetivo número 10, que foca na redução das desigualdades, está contemplado no documento.<sup>63</sup>

A cartilha fornece recursos para que membros do MPPA possam atuar em relação à temática, trazendo temas conceituais e introdutórios, marcos normativos e dados para defesa dos direitos das populações indígenas (níveis regional, nacional e internacional). Ela também contempla os direitos das pessoas refugiadas e migrantes no Brasil e as atribuições do Ministério Público Estadual em relação aos povos indígenas refugiados e migrantes; e apresenta os diversos cenários de atuação dos membros do MPPA em questões indígenas. A publicação também objetiva evidenciar as pautas dos povos indígenas Warao, por conta do importante fluxo migratório para o Pará nos últimos anos. Além dessas ferramentas, o documento fornece as principais ações realizadas pelos membros do Ministério Público na garantia dos direitos dessa população.<sup>64</sup>

Durante o evento, a promotora de Justiça do Estado, Eliane Moreira, disse que o Pará vem constantemente recebendo pessoas em situação de migração e de refúgio que em sua maioria são venezuelanos da etnia Warao. Ao chegar no estado, estas pessoas têm o direito de estar ali e receber tratamento de qualidade e terem seus direitos assegurados por parte do Ministério Público, o que a cartilha pretende reforçar.<sup>65</sup> Janaína Galvão, chefe do escritório do ACNUR no Pará, pontuou que o Pará é o segundo Estado brasileiro com maior número de indígenas venezuelanos (atualmente, existem quase 1.300 indígenas Warao habitando o país). Apenas nas cidades de Belém e Ananindeua moram hoje cerca de 800 indígenas Warao. Moreira e Galvão pontuam, portanto, que a cartilha não nasceu por coincidência no Pará, e que espera que o documento leve conhecimento e boas práticas testadas e validadas em campo,

---

<sup>60</sup><https://brasil.un.org/pt-br/200631-cartilha-aborda-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-migrantes>

<sup>61</sup><https://www.acnur.org/portugues/2022/09/21/acnur-e-mppa-lancam-publicacao-sobre-os-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-imigrantes/>

<sup>62</sup><https://www.acnur.org/portugues/2022/09/21/acnur-e-mppa-lancam-publicacao-sobre-os-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-imigrantes/>

<sup>63</sup><https://brasil.un.org/pt-br/200631-cartilha-aborda-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-migrantes>

<sup>64</sup><https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-e-acnur-lancam-publicacao-sobre-os-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-imigrantes-FF80808181DA0F8801835FC71266607E.htm>

<sup>65</sup><https://brasil.un.org/pt-br/200631-cartilha-aborda-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-migrantes>



oferecendo caminhos que contribuam para a atuação dos profissionais do Ministério Público não somente do Pará, mas de todo o país.<sup>66, 67</sup>

O subprocurador-geral de Justiça, Eduardo Barleta, ressaltou a importância da publicação, pontuando que o seu principal objetivo é ser seguida corretamente por todos aqueles que possuem o dever de contribuir para uma boa acolhida às pessoas indígenas refugiadas e migrantes.<sup>68</sup>

### **Agência da ONU para as Migrações (OIM) dá suporte à prefeitura de São Paulo no mapeamento de iniciativas culturais de migrantes<sup>69</sup>**

A Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo lançou a iniciativa do Mapeamento Colaborativo 2022, que incentiva e divulga coletivos, associações, organizações e pessoas migrantes que desenvolvam atividades na cidade de São Paulo. A OIM vem dando apoio à iniciativa, que tem inscrições abertas até o dia 30 de setembro.

As atividades giram em torno de feiras culturais, gastronômicas e artesanais, restaurantes, apresentações de grupos artísticos e acadêmicos, coletivos, imprensa e mídias com informações sobre migrações. As informações também estarão disponíveis na internet, que funcionará como uma base de dados. Bairros como Pari, Penha, Itaquera, Liberdade, Bixiga, Mooca, Bom Retiro, Santo Amaro, dentre outros, são conhecidos por acolherem grupos e comunidades migrantes na cidade.

O objetivo é divulgar e qualificar a ampla gama de serviços e diversidade cultural na cidade de São Paulo, que pode ajudar tanto aqueles que visam usufruir desses serviços quanto aqueles que os prestam, além de outros interessados em temas relacionados à migração, como pesquisadores e coletivos acadêmicos. Essa é a primeira vez que o mapeamento, que vem sendo feito desde 2015, vai reunir tantas informações de uma única vez. Dentre as atividades, constam a feira Kantuta e a festa Alasitas, da comunidade boliviana em São Paulo.

O mapeamento foi fundamental para localizar os cursos de português para imigrantes na cidade quando o programa “Portas Abertas - Português para Imigrantes”, também uma iniciativa da prefeitura iniciada em 2017, foi paralisado em virtude da Pandemia de COVID-19. Esse mapeamento relaciona-se com a lei de livre acesso a informações para a comunidade migrante e com a plataforma MigraCidades, uma parceria entre a OIM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para capacitar atores locais, impulsionar o diálogo e aprimorar a governança migratória nas cidades.

---

<sup>66</sup><https://brasil.un.org/pt-br/200631-cartilha-aborda-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-migrantes>

<sup>67</sup><https://brasil.un.org/pt-br/200631-cartilha-aborda-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-migrantes>

<sup>68</sup><https://brasil.un.org/pt-br/200631-cartilha-aborda-direitos-de-pessoas-indigenas-refugiadas-e-migrantes>

<sup>69</sup> <https://brazil.iom.int/pt-br/news/oim-apoia-prefeitura-de-sao-paulo-no-levantamento-de-iniciativas-culturais-promovidas-por-e-para-migrantes>

## **Relatórios para 77ª AGNU, Saúde Mental Perinatal, Alerta para o Ressurgimento da Poliomielite e Guia de Resposta para o Fechamento de Escolas pela Covid-19**

*Maria Teresa Rossetti Massari  
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes  
Karinne Marieta Carvalho*

### **Organização Mundial da Saúde lança guia para a saúde mental perinatal nos serviços de saúde materno-infantil**

A gravidez, nascimento e a maternidade precoce, podem ser estressantes para as mulheres e seus parceiros. Como resultado, as mulheres podem passar por um período de saúde mental precária ou testemunhar um agravamento de condições anteriores de saúde mental.

Estima-se que 1 em cada 5 mulheres experimentará uma condição de saúde mental durante a gravidez ou um ano após o nascimento. Entre as mulheres com problemas de saúde mental perinatal, 20% podem ter pensamentos suicidas ou cometer atos de automutilação. Ignorar a saúde mental não só coloca em risco a saúde e o bem-estar geral das mulheres, mas também afeta o desenvolvimento físico e emocional dos bebês.



**Guide for integration of  
perinatal mental health in  
maternal and child health services**



Sintomas comuns de problemas de saúde mental perinatal:

- Sentimento de tristeza
- Não sentir prazer em experiências ou atividades que já foram apreciadas
- Falta de energia e motivação
- Preocupação excessiva
- Dormir muito ou dormir muito pouco
- Comer muito ou comer pouco
- Dificuldade de concentração
- Dificuldade em tomar decisões
- Sentimento de culpa e desesperança
- Sensação de que algo ruim vai acontecer
- Dores ou dores corporais não específicas
- Sentir-se inútil
- Pensamentos de automutilação ou suicídio
- Sentir-se incomodada por memórias ou sonhos sobre experiências ruins
- Alguns sintomas podem ser mais específicos: não conseguir parar de se preocupar com o bebê, sentir-se incapaz ou sem vontade de cuidar do bebê e pensamentos negativos sobre o bebê.

Os serviços de saúde materno-infantil estão em uma posição privilegiada para apoiar as mulheres em sua saúde mental.

Fatores de risco para comprometimento da saúde mental nesse grupo incluem: gravidez na adolescência, experiências ruins durante o parto e nascimento, pobreza, discriminação de gênero, má nutrição, baixo nível educacional, condições físicas ruins/comprometidas, pouco ou nenhum suporte social, desastres naturais, violência de gênero ou outros conflitos, gravidez indesejada, dificuldades de fertilidade e abuso de substâncias.

Os fatores de proteção para saúde mental perinatal são: apoio social forte, com presença e carinho de família, amigos e comunidade; oportunidades educacionais, com possibilidades de frequentar e finalizar sua educação; oportunidades de geração de renda, com possibilidades de pagar por serviços essenciais; experiência positiva no parto, podendo sentir-se informada e em condições sobre tomar decisões sobre seu próprio parto; e qualidade dos serviços de saúde materno-infantil, com profissionais de saúde competentes, que trate as mulheres com respeito e dignidade.

O guia fornece informações destinadas a apoiar os provedores de saúde na identificação de sintomas de problemas de saúde mental e na resposta adaptada ao seu contexto local e cultural, com uma abordagem baseada em evidências, com integração dos cuidados e avaliação do seu impacto. A integração eficaz requer, por exemplo, uma equipe central responsável por supervisão, uma análise da situação e avaliação das necessidades para identificar um pacote viável de intervenções que atendam às necessidades das mulheres durante o período perinatal e treinamento e supervisão adequados da força de trabalho para prestar estes serviços.

O guia é pautado em cinco sessões:

- 1.Saúde Mental Perinatal - O que e por que é importante?
- 2.Provisão de Cuidados - Promoção, prevenção e tratamento da saúde mental nos serviços materno-infantil
- 3.Integração de Programas - Planejamento eficaz para integração dos cuidados de saúde mental perinatal
- 4.Provisão de Cuidados para Necessidades Específicas - Fornecimento de cuidados inclusivo e personalizado para grupos vulneráveis
- 5.Monitoramento e Avaliação - Maneiras de garantir que os serviços de Saúde Mental Perinatal sejam eficazes

A Saúde Mental durante o período perinatal representa uma oportunidade única de apoiar as mulheres em um ambiente respeitoso e livre de estigmas, levando ao aumento da frequência e melhor engajamento no cuidado às mulheres e seus bebês e a um maior bem-estar e avanço da sociedade.

Para acessar a notícia, [clique aqui](#) e para acessar o guia, [clique aqui](#).

### **Nações Unidas - Relatório Tráfico de mulheres e meninas: crises como multiplicador de risco**

O tráfico de mulheres e meninas é uma grave violação dos direitos humanos e uma forma de violência contra mulheres e meninas. O número de vítimas de tráfico caiu: 50.000 em 2018 para 45.000 em 2020, em 150 países. O tráfico de pessoas continua a ter um impacto desproporcional em mulheres e meninas. Em 2020, para cada 10 vítimas detectadas globalmente, cerca de 4 eram mulheres adultas e 2 eram meninas. Em 2020, o tráfico para exploração sexual estava entre as formas de exploração mais comuns, sendo 2/3 de mulheres e 1/4 de meninas. A impunidade generalizada e a falta de respostas adequadas ao tráfico continuam sendo um desafio fundamental.

O tráfico de mulheres e meninas continua a ser um problema generalizado, com crises crescentes em todo o mundo criando maiores vulnerabilidades. Embora haja esforços crescentes, eles ainda são limitados. A prevenção é muitas vezes focada em conscientização ao invés da busca por reduzir a demanda por exploração sexual ou abordar os fatores de gênero do tráfico de mulheres e meninas e mudanças nas normas sociais. A abordagem das vulnerabilidades que colocam mulheres e meninas em risco de tráfico e exploração em todos os contextos deve estar no centro dos esforços de prevenção.

Os impactos da pandemia, da emergência climática e dos conflitos contínuos (novos e crescentes) intensificaram a pobreza e a insegurança econômica das mulheres, o que coloca mulheres e meninas em maior risco de tráfico. A deterioração do estado de direito, o deslocamento forçado, a agitação socioeconômica, a separação de famílias e a quebra de serviços criam um risco ainda maior. Como visto durante a pandemia de Covid-19, essas interrupções também oferecem aos traficantes a oportunidade de se envolver em novos meios de exploração e violência, como o tráfico online ou facilitado pela tecnologia.

Apesar do maior impacto do gênero nas crises, as necessidades de mulheres e meninas não são consideradas e priorizadas nas respostas, incluindo maior risco à violência e ao tráfico. As organizações de mulheres têm um papel importante a desempenhar no fornecimento de conhecimento especializado para prevenção e resposta. Acelerar o progresso para eliminar o tráfico de mulheres e meninas requer um foco renovado nestes contextos.

#### Recomendações:

1. Abordagem de vulnerabilidades nos contextos de crise. O tráfico de mulheres e meninas deve ser reconhecido como uma forma de violência de gênero e os Estados devem estar organizados para garantir que as respostas às crises considerem esse risco de tráfico de mulheres e meninas. Nesse sentido:

- O combate ao tráfico deve estar integrado nas respostas humanitárias e nos planos de ação nacionais sobre Mulheres, Paz e Segurança;

- As intervenções que abordam a vulnerabilidade de mulheres e meninas devem ser priorizadas em situações de crise e respostas humanitárias, como oportunidades de subsistência seguras, proteção social e apoio financeiro;

- Mulheres e meninas devem ter acesso a serviços essenciais em situações de crise, especialmente para sobreviventes de violência de gênero.

No contexto da mudança climática, conforme reconhecido nas conclusões acordadas da Comissão sobre a Situação da Mulher sobre os riscos específicos que incluem mulheres e meninas rurais, migrantes e indígenas, deve-se garantir sua plena participação na tomada de decisões em relação à preparação, resposta e recuperação de desastres relacionados ao clima.

2. Prevenção. Os esforços dos Estados para eliminar o tráfico de mulheres e meninas no longo prazo podem incluir medidas para garantir que os planos de ação e as estratégias de prevenção contra o tráfico incorporem as dimensões de vulnerabilidade de gênero, tais como:

- Investir em educação e programas comunitários que desafiam normas sociais prejudiciais, dominação masculina e promovam direitos sexuais;

- Abordar os fatores econômicos e outros fatores de vulnerabilidade que podem levar mulheres e meninas a buscar oportunidades arriscadas de geração de renda que possam levar à sua exploração;

- Fortalecer as capacidades das equipes de resposta em ambientes para pessoas deslocadas internamente, refugiados ou grandes movimentos migratórios, a fim de melhor identificar potenciais vítimas e garantir a segurança de mulheres e meninas.

### 3. Resposta:

- É essencial garantir que as sobreviventes do tráfico recebam apoio abrangente e de longo prazo para a reintegração, incluindo capacitação econômica e apoio psicológico que não seja condicionado pela busca da justiça criminal.

- Os Estados podem criar mecanismos para os atores da linha de frente (funcionários de fronteira, polícia, profissionais de saúde etc.), identificarem e interromperem casos suspeitos de tráfico de pessoas.

- Os atores que prestam assistência humanitária no contexto de crises devem ter políticas de tolerância zero para casos de tráfico de mulheres e meninas. As organizações devem comprometer-se a garantir a adequada verificação e treinamento de pessoal e criação de mecanismos de encaminhamento para identificar casos e garantir que os responsáveis enfrentem a justiça.

4. Opções de migração seguras e ordenadas em situações de crise: é essencial facilitar a migração segura e ordenada durante as crises, especialmente através da concessão de vistos temporários, humanitários e de reagrupamento familiar. Tais esforços não devem se limitar apenas aos nacionais dos países afetados, mas a todos aqueles que vivem em situação de crise.

5. O papel da tecnologia no tráfico: Dado o papel crescente da tecnologia na facilitação do tráfico de mulheres e meninas, os Estados podem fortalecer os esforços para detectar e monitorar atividades associadas ao tráfico online. Em particular, entender como as plataformas online, onde o recrutamento ocorre, podem ajudar os Estados a monitorar, sinalizar e encaminhar casos potenciais. Os Estados podem fazer parcerias com empresas de tecnologia, mídias sociais e provedores de serviços de plataformas online para fortalecer os esforços para prevenir o tráfico e aumentar a utilidade destes serviços.

6. Dados: Os esforços de coleta de dados por meio de respostas humanitárias devem incluir ferramentas e metodologias para coletar dados desagregados sobre o tráfico de meninas e mulheres. Os dados devem ser desagregados por idade e sexo e incluir crianças, mas também fornecer informações sobre outros fatores, como deficiências, raça e orientação sexual.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

### **Nações Unidas - Relatório Crianças de Ascendência Africana**

O documento contém o relatório do Grupo de Trabalho de Peritos sobre Afrodescendentes em sua 29ª e 30ª sessão, elaborados de acordo com as resoluções do Conselho de Direitos Humanos [9/14](#), [18/28](#), [27/25](#), [36/23](#) e [45 /24](#). Durante sua 29ª sessão, realizada em Genebra em 2021, o Grupo de Trabalho realizou discussões privadas. Em sua 30ª, realizada em Nova York em 2022, o Grupo de Trabalho concentrou-se no tema “Crianças de Ascendência Africana”.

Essa edição do relatório foi dedicada em discutir os direitos humanos por meio da discriminação e desigualdade racial enfrentadas por crianças afrodescendentes em todas as áreas da vida, incluindo na justiça, aplicação das leis, educação, saúde, sistemas de regulação familiar e desenvolvimento, bem como reparação por legados de escravidão, colonialismo e segregação racial.

Conclusões:

- Continuam ocorrendo incidentes contínuos de violência por motivos raciais contra afrodescendentes. A reunião do Grupo ocorreu à sombra de vários atos racistas e violentos chocantes, incluindo:

(a) Em 14 de maio de 2022, em Buffalo, Nova York, um supremacista branco declarado atirou em 13 pessoas em uma loja, matando 10 pessoas de ascendência africana e ferindo outras 3;

(b) Em 24 de maio de 2022, pelo menos 26 pessoas foram mortas em uma batida policial no Rio de Janeiro. A maioria das vítimas identificadas eram jovens afrodescendentes;

(c) Em 24 de maio de 2022, um jovem de 18 anos com uma arma semiautomática invadiu uma escola no Texas e matou 19 crianças e dois adultos;

(d) Em 24 de maio de 2022, no Sergipe, um brasileiro afrodescendente foi torturado e morto pela polícia, que o deteve à força dentro de um veículo policial contendo uma granada de gás viva até sua morte.

Durante a sessão, o Grupo de Trabalho reconheceu o segundo aniversário do assassinato de George Floyd pela polícia nos Estados Unidos, filmado durante protestos contra o racismo.

- A discriminação racial histórica, desde o comércio e tráfico de africanos escravizados e do colonialismo, do apartheid pós-colonial e da segregação, continua a prejudicar crianças afrodescendentes. Um aspecto crítico da experiência dos afrodescendentes na diáspora global é a supervisão e a ruptura das relações familiares pela elite política branca. Famílias afrodescendentes foram separadas pela separação legalizada desde o comércio global de pessoas escravizadas e o acordo internacional de que pessoas afrodescendentes, incluindo crianças, eram propriedade legal para serem traficadas e vendidas. Essa desumanização histórica dos incluiu venda em leilões, estupro sistemático, reprodução forçada, expectativas desumanas de trabalho durante e após a gravidez e criminalização. Essas práticas desumanas foram sustentadas por imagens e narrativas racistas que hipersexualizam as mulheres afrodescendentes, rotulam-nas de imorais e deslegitimam sua autoridade e investimentos em seus próprios filhos e famílias.

- Raízes históricas do uso racializado de sentenças no sistema jurídico penal fundamentam o racismo sistêmico encontrado em diferentes países. Historicamente, o comércio e o tráfico de africanos escravizados e o colonialismo exportaram a hierarquia racial e legalizaram as violações dos direitos humanos dos afrodescendentes globalmente.

- As crianças afrodescendentes enfrentam policiamento mais pesado, incluindo mais prisões, vigilância policial, discriminação racial, revistas íntimas e uso excessivo da força. Falsos estereótipos raciais de criminalidade, culpabilidade e periculosidade influenciam a tomada de decisões pelo pessoal do sistema legal, incluindo o mito particularmente prejudicial do

“superpredador”. O racismo sistêmico fica evidente no contraste entre as respostas punitivas experimentadas por crianças afrodescendentes e crianças brancas.

- A reforma política na regulação familiar e nos sistemas de justiça juvenil não conseguiram interromper os abusos e violações comprovados e sistemáticos dos direitos das crianças afrodescendentes, aumentando os danos e os riscos.

- Os sistemas legais juvenis encarceram crianças afrodescendentes de forma desproporcional quando comparado à crianças brancas.

- Observa-se limitações, preconceitos e discriminações em inteligência artificial, incluindo tecnologia de reconhecimento facial para aplicação da lei, com impacto negativo em crianças de ascendência africana.

- Embora a alfabetização múltipla seja um fator-chave para o desenvolvimento bem-sucedido das crianças, as crianças afrodescendentes são muito frequentemente socializadas para adquirir uma cultura de dependência e status inferior em uma hierarquia racializada. A educação é um dos instrumentos de discriminação racial sistêmica que deve ser repensado para que o racismo, o preconceito e a discriminação sistêmicos sejam desmantelados.

- As crianças afrodescendentes são confrontadas com barreiras racializadas que provocam a transmissão intergeracional da pobreza e estresse traumático baseado na raça, falta de acesso ao mais alto padrão possível de saúde física e mental e criminalização. Para as crianças afrodescendentes, os estereótipos raciais negativos geralmente prevalecem sobre a idade, negando-lhes as proteções sistêmicas concedidas às outras crianças.

- A pandemia do COVID-19 reverteu os ganhos obtidos na saúde, educação e transformação econômica das crianças, com um impacto desproporcional nas crianças afrodescendentes.

- Crianças afrodescendentes enfrentam censura de penteados, fala e sotaque, linguagem, aparência e hobbies em espaços destinados a promover e apoiar seu desenvolvimento, prejudicando sua autoestima e onerando seus direitos. Penalizar a aparência distinta, os costumes culturais e o modo de vida das crianças afrodescendentes constitui discriminação racial.

- Crianças afrodescendentes enfrentam discriminação com base em suas múltiplas identidades, incluindo raça, etnia, gênero, orientação sexual, deficiência, classe social, religião e outros fatores. Por exemplo, crianças e jovens LGBTQI+ de ascendência africana enfrentam múltiplas formas de discriminação.

- Estados que não coletam dados racialmente desagregados tornam as crianças afrodescendentes ainda mais invisíveis.

- A justiça reparatória é um meio e um fim para a sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação das crianças afrodescendentes. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho continua a focar e reorientar sua atenção para reparações. Em sua 18ª sessão, realizada em 2016 em Genebra, o Grupo de Trabalho endossou um plano para justiça reparatória. As reparações são necessárias devido a séculos de políticas e práticas prejudiciais aos afrodescendentes. As reparações podem assumir diferentes formas e formatos dependendo do contexto do país e da situação, mas devem sempre ser fundamentadas nas visões, no design, na consulta e na participação da comunidade.

#### Recomendações:

- Iniciativas antirracismo lideradas por jovens afrodescendentes devem ser incentivadas, apoiadas e protegidas.

- As políticas que afetam crianças e jovens afrodescendentes devem ser desenvolvidas com sua participação e inclusão.

- Os Estados devem reduzir ao máximo a presença da polícia na vida das crianças afrodescendentes, com uma abordagem de saúde pública, protegendo contra a discriminação pelo sistema de justiça - usar as disparidades raciais existentes como guia de ação, com investigações imparciais e presunção de inocência.

- A intervenção do Estado, se houver, deve ser amiga da criança, apoiada nas famílias e comunidades, informada sobre traumas e multidisciplinar.

- Os Estados-membros devem investir na coleta e divulgação de dados desagregados por raça a fim de permitir uma melhor compreensão da complexidade e magnitude dos desafios enfrentados pelas crianças afrodescendentes, além de contribuir com a organização de projetos e políticas transformadoras e inclusivas.

- Os Estados devem garantir que as crianças afrodescendentes sejam protegidas contra discriminação racial (direta ou indireta), estigmatização, violência psicológica e física e bullying. Os Estados devem garantir que os alunos aprendam em ambientes livres de atitudes racistas ou hostis de professores e colegas. Estereótipos raciais negativos e imagens em materiais didáticos são um exemplo concreto de racismo sistêmico. Exige-se igualdade de acesso à educação de qualidade em todos os níveis, respeito pelas diferenças de aprendizagem e igualdade de resultados.

- Os Estados devem revisar e desenvolver currículos e materiais didáticos específicos que respeitem e reconheçam a história, incluindo a escravização, o comércio de africanos escravizados e as contribuições dos afrodescendentes. Esses currículos devem ser incorporados à educação formal e informal nos níveis de educação infantil, primária, secundária, pós-secundária e de adultos. Os afrodescendentes devem ter a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de tais currículos.

- Os Estados devem reconhecer e promover a distinção das crianças afrodescendentes, incluindo seus cabelos e outras expressões de sua identidade racial e cultural, como código de vestimenta, idioma e música.

- Os Estados devem reconhecer sua obrigação de apoiar o direito das crianças à vida familiar com seus pais sob a Convenção sobre os Direitos da Criança, inclusive preservando a estrutura familiar ou fazendo esforços para reunir famílias separadas por meio de ação judicial ou em nome da proteção da criança. Os pais que enfrentam investigações, remoções de crianças ou rescisão dos direitos dos pais devem ter acesso a um advogado culturalmente competente e gratuito. As crianças afrodescendentes devem ter acesso a guardiões legais culturalmente competentes de sua própria cultura. As políticas para a revisão imediata das decisões de remoção, incluindo audiências, devem ser públicas e disponíveis em todos os idiomas. Medidas claras e articuladas para o retorno de crianças removidas devem estar disponíveis para as famílias.



- Os Estados devem limitar os caminhos do sistema de justiça juvenil por meio da descriminalização de delitos menores, incluindo delitos, bem como violações como evasão escolar, fuga, mendicância e invasão de propriedade, que resultam da pobreza, falta de moradia, violência familiar e adolescência.

- Os Estados devem regular cuidadosamente o uso de instrumentos de risco, reconhecimento facial, vigilância e outras tecnologias de inteligência artificial, ou correm o risco de classificação errônea de afrodescendentes com base em sua raça. Os Estados devem garantir que as avaliações de risco não incluam dados do sistema de policiamento e justiça de épocas em que o preconceito racial foi incorporado às políticas e práticas.

- A fim de alcançar significativamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, deve-se fazer uma análise racializada e reconhecer os fundamentos históricos da privação econômica devido à escravidão, perda intergeracional de oportunidades, exploração atual e a incapacidade de emancipação devido a estruturas e sistemas que criam efeitos negativos e deletérios na saúde, educação, desenvolvimento e oportunidades.

- Os Estados devem dismantelar as leis discriminatórias que restringem a autonomia corporal e limitam o acesso à saúde sexual e reprodutiva para meninas adolescentes afrodescendentes e reconhecer o impacto racial de tais políticas. Serviços de qualidade, fundamentados em modelos culturalmente apropriados, devem ser padronizados.

- Todas as estratégias para “reconstruir melhor” após a pandemia de COVID-19 devem abordar especificamente a situação das crianças afrodescendentes, que geralmente estão entre as mais afetadas.

- As reparações devem ser pautadas por garantias processuais, em particular a participação de afrodescendentes. Os Estados Membros devem considerar o [Plano de 10 Passos para Justiça Reparatória](#), adotado pela CARICOM e, em particular, reconhecer e pedir desculpas por erros históricos e contemporâneos contra crianças e afrodescendentes, fazer restituição material, devolver bens e reformar leis, políticas, programas e procedimentos como linha de base para garantir a justiça reparatoria.

- Os Estados devem priorizar iniciativas de desenvolvimento econômico abrangentes, integrados e holísticos que:

- (a) centralizar os povos marginalizados na estrutura de liderança e desenho dos projetos;

- (b) investir no desenvolvimento de cooperativas entre comunidades afrodescendentes;

- (c) facilitar trocas de informações e recursos que tornem as cooperativas para afrodescendentes mais resilientes e mais capazes de gerar riqueza para seus membros e comunidades; e

- (d) construir a solidariedade entre os afrodescendentes e outras comunidades minoritárias. Esses esforços também devem garantir a responsabilidade corporativa.

- Organizações internacionais e Estados devem estabelecer iniciativas, incluindo bolsas de estudo e programas de bolsas, para capacitar crianças e jovens afrodescendentes que são apoiados por canais formais e informais. Esforços especiais devem ser feitos para garantir que tais iniciativas não perpetuem o racismo sistêmico.

● Os Estados devem reconhecer a importância e garantir a proteção e promoção dos direitos humanos das crianças afrodescendentes.

Para acessar o site do Grupo de Trabalho, [clique aqui](#). E para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para acessar os 10 Passos para a Justiça Reparatória, [clique aqui](#).

### Organização Panamericana de Saúde - Erradicação e Ressurgimento da Poliomielite

**Como a diminuição das taxas de vacinação deixa países suscetíveis à poliomielite e outras doenças evitáveis** - O vírus da pólio foi detectado entre as comunidades não vacinadas em Nova York. Diante disto, a Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Carissa Etienne, pediu aos países que reforcem urgentemente a vigilância e as campanhas de vacinação de rotina.

Embora os Estados Unidos tenham dado uma rápida resposta após a detecção, a pólio é uma doença que estava erradicada desde 1979 e desde 1991 na Região das Américas. As taxas de vacinação decrescentes, agravadas pela pandemia da COVID-19, deixaram muitas populações desprotegidas.

A poliomielite, comumente chamada de pólio, é uma doença altamente contagiosa causada pelo poliovírus selvagem que pode se espalhar rapidamente entre comunidades com cobertura vacinal insuficiente. Não é uma doença tratável, mas é totalmente evitável com vacinas. No entanto, atualmente, a cobertura vacinal caiu abaixo de 80% em quase toda a América do Sul e 12 países da região correm risco alto ou muito alto de sofrer um surto.

A diretora da OPAS, insiste para que os países da região intensifiquem suas campanhas de vacinação para COVID-19, particularmente no Caribe, onde várias ilhas estão ficando para trás. Isso inclui medidas de saúde pública que devem ser promovidas principalmente em locais onde muitos permanecem não vacinados ou onde os casos estão aumentando.



Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#) e [clique aqui](#). Para outras informações sobre Poliomielite, [clique aqui](#).

**UNICEF - Pesquisa sobre Resposta da Educação Nacional ao Fechamento das Escolas pela Covid-19.**

As interrupções globais na educação causadas pela pandemia da COVID-19 não têm precedentes na história da educação de massa. Essas interrupções resultaram em perdas substanciais de aprendizado em todo o mundo. Além disso, as taxas de abandono escolar aumentaram em alguns países, juntamente com casamento precoce, gravidez precoce, trabalho infantil e problemas de saúde mental.

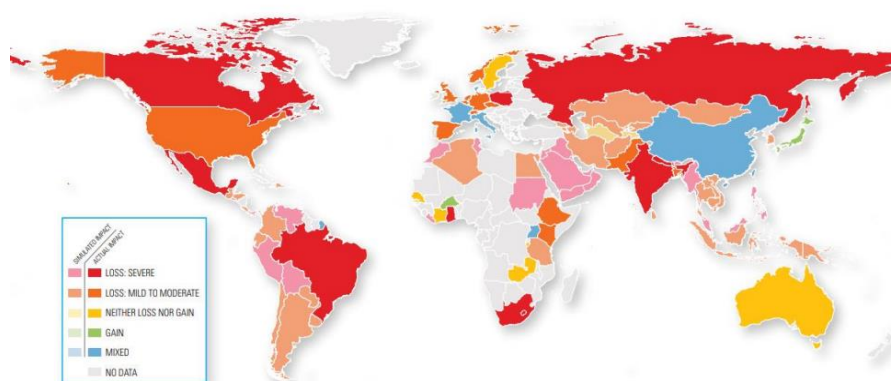
Esses impactos negativos ocorreram em um contexto de pobreza de aprendizagem já alta: as estimativas sugerem que em países de baixa e média renda, a taxa de pobreza de aprendizagem - a porcentagem de alunos que não conseguem ler e entender um texto simples aos 10 anos - aumentou de 57% em 2019 para 70% hoje. Para evitar um impacto permanente na acumulação de capital humano desta geração, os países precisam se concentrar em reverter essas perdas e acelerar o aprendizado.

Entre abril e junho de 2022 foram coletadas respostas dos Ministérios da Educação de 93 países a fim de explorar e entender como eles estão progredindo nas ações para recuperar o aprendizado e construir sistemas educacionais melhores para alcançar o ODS 4. O resultado apontou que as profundas interrupções na aprendizagem e no bem-estar geral das crianças, exacerbou a crise de aprendizagem pré-existente.

Crianças de todo o mundo perderam muito tempo em sala de aula. Estima-se que o fechamento de escolas relacionado à pandemia interrompeu a educação para mais de 1,6 bilhão de crianças em 188 países. Globalmente, de fevereiro de 2020 até fevereiro de 2022, os sistemas educacionais estavam, em média, totalmente fechados para ensino presencial 141 dias, com as crianças mais pobres afetadas desproporcionalmente. Enquanto alguns países reabriram rapidamente as escolas, muitos mantiveram todas as escolas totalmente fechadas para períodos excepcionalmente longos como no sul da Ásia, América Latina e Caribe, e no Oriente Médio e Norte da África.

Perdas no aprendizado foram observadas em todo o mundo:

### Learning losses have been observed around the world



Source: *Where are we on Education Recovery?* UNICEF, UNESCO and World Bank, 2022. Based on 65 studies reporting simulated (lighter shades) and actual observed (darker shades) learning losses/gains, covering a total of 104 countries and territories.

UNICEF, UNESCO, Banco Mundial e OCDE organizaram um guia em conjunto para lidar com as perdas de aprendizado causadas pela pandemia com base em cinco ações políticas baseadas em evidências, chamado de RAPID Framework:

### **Framework: Establishing a learning recovery program**



**Reach every child and keep them in school**



**Assess learning levels regularly**



**Prioritize teaching the fundamentals**



**Increase the efficiency of instruction including through catch-up learning**



**Develop psychosocial health and wellbeing**

1. Alcançar todas as crianças;
2. Avaliar a aprendizagem;
3. Priorizar os fundamentos;
4. Aumentar a eficiência da instrução;
5. Desenvolver a saúde e o bem-estar psicossocial.

Dada a magnitude do desafio, a recuperação da aprendizagem deve ser transformacional para ser eficaz e sustentável. Portanto, o relatório também oferece orientações e medidas políticas de longo prazo para a transformação da educação.

Para ler o sumário executivo, [clique aqui](#). Para acessar o guia completo, [clique aqui](#).

## **A relação entre os sistemas alimentares e as metas globais de redução de doenças crônicas não transmissíveis: chances perdidas de articulação das agendas**

***Eduardo Nilson,  
Denise Oliveira e Erica Ell***

Com a aproximação do ano de 2025 o monitoramento do alcance das metas globais, particularmente dos ODS, vêm sendo objeto de avaliação por cientistas e agências das Nações Unidas e comumente as conclusões não são animadoras, na medida em que se observa uma dificuldade comum em chegar às metas propostas.

Em paralelo, o aumento da fome e da insegurança alimentar e nutricional vêm sendo demonstrados desde antes da pandemia de covid-19 e agravados por pelas crises globais representados por ela, pela Guerra na Ucrânia e pelo agravamento de efeitos das mudanças climáticas sobre a agricultura. Além disso, soma-se uma crise econômica global associada a aumentos nos preços dos alimentos que dificultam o acesso a alimentos em geral é, ainda mais, acesso a alimentos saudáveis e o crescimento nas desigualdades no mundo <sup>70</sup>.

Com o aumento de preços dos alimentos, principalmente dos alimentos básicos, frescos e minimamente processados inclusive, manifesta outro efeito perverso dos sistemas alimentares hegemônicos, visto que há uma tendência de redução proporcional dos preços de alimentos ultraprocessados, que se colocam como alternativas mais acessíveis principalmente para populações mais vulneráveis.

Diante desse quadro, sem desconsiderar a importância central do enfrentamento da fome e da insegurança alimentar pelo mundo, que deve continuar sendo prioridade global, estamos perdendo oportunidades de articular também as agendas de prevenção e controle das doenças crônicas não-transmissíveis associadas à alimentação inadequada às discussões dos sistemas alimentares e potencializar as ações e políticas para combater a dupla carga da insegurança alimentar e nutricional, representada, na saúde, pela desnutrição, obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis. Inclusive, diante dessas crises, promover resiliência, sustentabilidade e inclusão nos sistemas alimentares podem atuar também como mecanismos para atenuar os impactos dessas crises sobre a saúde mental das populações.

Por exemplo, no recente relatório da FAO sobre o progresso dos ODS associados à alimentação e à agricultura <sup>71</sup>, enquanto reforça o diagnóstico das crises econômicas, políticas e ambientais globais, reconhece somente a atuação e a responsabilidade da FAO sobre os ODS 1, 2, 5, 6, 10, 12, 14 e 15. Isto é, não considera as interfaces importantes entre a agenda da FAO, particularmente no âmbito dos sistemas alimentares, com o ODS 3, da saúde, particularmente no componente de prevenção da meta 3.4, de reduzir até 2030 em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

As doenças crônicas não-transmissíveis são a principal causa de mortes precoces e preveníveis no mundo, representando até mais de 70% das mortes em muitos países, e têm como seu maior fator de risco a alimentação inadequada. Populações por todo o mundo consomem sódio, açúcar e gorduras não-saudáveis em excesso, além de carnes processadas e alimentos ultraprocessados, enquanto consomem quantidades insuficientes de frutas, verduras

---

<sup>70</sup> <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>

<sup>71</sup> <https://www.fao.org/3/cc1403en/cc1403en.pdf>

e legumes. Vale destacar também que várias dessas mesmas doenças crônicas também foram fatores de risco para o agravamento e morte por covid-19.

No Brasil, por exemplo, o consumo de arroz e feijão vem diminuindo ao longo das últimas décadas, sendo substituídos gradualmente pelos alimentos processados e ultraprocessados, com grandes impactos sobre a saúde. Por ano, aproximadamente 57 mil brasileiros morrem precocemente por causa do consumo de alimentos ultraprocessados e, como a tendência de consumo desses produtos é crescente, acompanhará um aumento nessas mortes evitáveis. E esse cenário não é somente brasileiro, pois é compartilhado com os demais países da América Latina 72 e já se manifesta, inclusive, entrando no continente africano.

Nesse sentido, toma papel importante a discussão das transformações necessárias aos sistemas alimentares para que promovam efetivamente a sustentabilidade, a resiliência, a inclusão e a saúde, reconhecendo o papel dos sistemas hegemônicos contra esses princípios. Os sistemas hegemônicos influenciam diretamente na redução da produção de alimentos básicos, tradicionais e diversos em nível local, tendo em vista a priorização das culturas de maior rendimento econômico (dos quais somente uma fração se destina ao consumo humano e nos locais de produção). Além disso, favorecem as dietas globalizadas, baseadas nos alimentos ultraprocessados, cujas consequências sobre a saúde vão desde os impactos excesso de nutrientes críticos como sódio, gorduras não saudáveis e açúcar, aos efeitos sobre a saúde através do processamento industrial em termos da destruição da matriz alimentar original, dos neocontaminantes oriundos dos processos de produção e das embalagens e do uso de aditivos alimentares, como edulcorantes, emulsificantes, estabilizantes, corantes e outros.

Também é fundamental reconhecer o impacto da própria insegurança alimentar e nutricional na dupla carga da má nutrição, pois a desnutrição crônica na infância está associada a predisposição de excesso e obesidade e outras doenças crônicas na vida adulta.

Assim, a agenda da FAO mostra-se fundamental em dar mecanismos para favorecer as dietas saudáveis a partir dos sistemas alimentares que valorizem a diversidade alimentar a partir de alimentos locais e tradicionais, preservando e incentivando a cultura alimentar e fortalecendo a soberania alimentar dos países. A partir disso, articula-se com as agendas de redução de perdas e desperdícios de alimentos desde a produção até o consumo, a preservação do patrimônio genético vegetal e animal, a redução de desigualdades de gênero, o uso sustentável da terra e dos recursos naturais e a garantia do acesso à terra e de recursos de produção pelos pequenos agricultores.

Como expressado recentemente pelo Secretário Geral das Nações Unidas, ao fazer um chamamento para um esforço urgente para resgatar os ODS relacionados aos alimentos e à agricultura, reforçou que governos nacionais e a comunidade internacional precisam contribuir para uma agricultura e sistemas alimentares mais resilientes, prevenir o aumento da fome global, aumentar a produtividade de pequenos agricultores e preservar a diversidade dos recursos animais e vegetais.

Por outro lado, é muito importante à saúde, a partir da ação da OMS, promover uma articulação mais efetiva e ampla das agendas de prevenção e controle de doenças crônicas não-transmissíveis com os sistemas alimentares. Isso passa necessariamente pela ruptura com modelos de políticas e intervenções focadas em nutrientes e não nos alimentos, valorizando

---

<sup>72</sup> <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51094>

guias alimentares baseados em alimentos e trabalhando em conjunto com a FAO e outras agências na promoção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos.

Em recente evento paralelo promovido pela OMS no escopo da Assembleia Geral das Nações Unidas 73, tratando da mobilização de recursos e apoio político com e para os Estados Membros para alcançar as metas dos ODS relacionadas às doenças crônicas não-transmissíveis e saúde mental, por exemplo, a relevância dos fatores dietéticos para esses desfechos foi pouco tratada e perdeu-se mais uma oportunidade de fortalecer a agenda a partir da transformação dos sistemas alimentares e construir em cima da Década de Ação sobre a Nutrição e da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas.

Ademais, assim como discutido em informes anteriores, as soluções geradas pelos sistemas alimentares hegemônicos possuem limitações inerentes a suas características e aos interesses financeiros envolvidos que também se aplicam para as agendas de prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis associadas à alimentação inadequada. Soluções baseadas em mudanças internas nesses sistemas hegemônicos têm efeitos limitados, enquanto aquelas que transformam os sistemas alimentares possuem impactos maiores e de maior alcance.

Por exemplo, os sistemas alimentares começam a determinar as condições de saúde, junto com o desenvolvimento físico e cognitivo das pessoas, além de seus impactos ambientais, com a promoção do aleitamento materno. Enquanto as medidas recomendadas são de incentivo ao aleitamento exclusivo no mínimo até os 6 meses de vida e complementar até pelo menos os 2 anos, os sistemas hegemônicos colocam em risco essas recomendações por meio da oferta e publicidade de produtos lácteos, além da introdução cada mais precoce do consumo de alimentos ultraprocessados entre as crianças. A mudança desejável nos sistemas alimentares para crianças menores de 2 anos, então, é que produtos como fórmulas infantis sejam exclusivos para necessidades nutricionais específicas e não mudanças na composição dos produtos.

Em outro exemplo, a reformulação de alimentos ultraprocessados é incapaz de modificar as suas características em termos das alterações na matriz dos alimentos e nos aditivos alimentares, pois está focada na redução de ingredientes específicos (nutrientes críticos). Como tal, ainda que tenham impacto sobre a prevenção de doenças, são medidas de redução de danos e não de criar opções verdadeiramente saudáveis, visto que a exposição ao consumo de alimentos ultraprocessados se mantém. Nesse contexto, há duas considerações adicionais: primeiro, é possível a substituição de ingredientes como açúcares por edulcorantes artificiais, que agregam outros riscos à saúde dos consumidores e, segundo, mesmo com a redução desses nutrientes, as alterações na matriz dos alimentos, que apresentam nutrientes acelulares, modificam completamente os mecanismos de absorção.

Da mesma forma, outro grupo de soluções propostas pelo sistema alimentar hegemônico, de responsabilização dos indivíduos por suas escolhas alimentares e pelas suas condições de saúde, desconsidera o efeito dos ambientes alimentares criados por estes sistemas, caracterizados frequentemente por desertos e pântanos alimentares, somados às questões de assimetrias de informação, preços dos alimentos e outros fatores, tornam escolhas alimentares mais difíceis, principalmente a populações mais vulneráveis.

---

<sup>73</sup><https://fctc.who.int/newsroom/events/item/2022/09/21/default-calendar/united-nations-general-assembly-side-event-mobilizing-resources-and-technical-support-with-and-for-member-states-to-deliver-the-ncd-and-mental-health-related-sustainable-development-goal-targets>



Enquanto isso, medidas que influenciam os ambientes alimentares têm maior capacidade de modificar também os sistemas alimentares que os determinam. Por exemplo, a taxação de alimentos ultraprocessados e de bebidas adoçadas efetivamente reduzem seu consumo, as restrições de vendas de alimentos e bebidas ultraprocessadas em ambientes como escolas protegem a saúde de estudantes, restrições à publicidade de alimentos particularmente para crianças reduzem a exposição às informações comerciais de incentivo ao consumo e a adoção de advertências na rotulagem nutricional frontal oferecem informações nutricionais claras para informar os consumidores e orientar escolhas alimentares mais saudáveis.

Outro ponto relevante dessa agenda conjunta de sistemas alimentares e alimentos ultraprocessados se refere ao uso de organismos geneticamente modificados (OGM) e à contaminação por agrotóxicos, associados à contaminação humana, animal e ambiental e a ameaças a biodiversidade. Os sistemas alimentares hegemônicos têm base na concentração de renda e de tecnologia e na cultura de um pequeno número de variedades, incluindo muitos OGM e com uso intenso de agrotóxicos, e como consequência o aumento da contaminação dos produtos, além dos grandes impactos ambientais relacionados.

Se associadas a medidas que estimulem o acesso e consumo de alimentos saudáveis (in natura e minimamente processados), como aquelas que se espera na agenda conjunta com a FAO, tais como apoio à produção local diversificada por pequenos agricultores, o estímulo a modelos de produção orgânica e agroecológica, subsídios fiscais à venda e aumento da oferta desses alimentos, são criadas condições para usar as metas de saúde como impulsionadoras da agenda de transformação dos sistemas alimentares.

Por fim, considerando a governança dessas agendas, principalmente promovendo a articulação da ação das agências, novamente é importante que o *UN Nutrition* exerça seu mandato de coordenação das agências e permita que saúde e segurança alimentar e nutricional estejam no centro das ações para os sistemas alimentares e que permanentemente o caminho inverso também se efetive.

O momento global é muito propício, tendo em vista compromissos como os ODS e iniciativas potencializadoras como a Década de Ação sobre a Nutrição e a Cúpula de Sistemas Alimentares. Cada vez mais, é necessária a sinergia entre as ações das agências, refletidas também nas políticas nacionais para articular prevenção e controle de doenças crônicas não-transmissíveis e as transformações necessárias aos sistemas alimentares para alcançar os ODS. Enquanto isso, as oportunidades perdidas e a atuação desarticulada nas agendas distanciam as agências e diminuem a efetividade e suas ações, visto que a garantia do direito humano à alimentação adequada depende diretamente da promoção de ambientes alimentares saudáveis decorrentes de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e exclusivos.



## Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

*Isis Pillar Cazumbá*

Durante a 77ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (UNGA 77) o presidente do Banco Mundial, David Malpass, juntamente com os diretores-gerentes do Grupo, participaram de vários eventos de Alto Nível. Malpass realizou reuniões com mais de 20 chefes de Estado e de governo, ministros e parceiros de todo o mundo para discutir as crises enfrentadas pelo desenvolvimento e clima, e fez observações sobre educação, acesso a grãos e fertilizantes no continente africano e o futuro da resiliência digital.

Em suas observações na Cúpula de Educação Transformadora, o presidente mostrou preocupação com o tema, uma vez a [pandemia proporcionou interrupções sem precedentes na escolaridade](#). Malpass identificou quatro passos necessários para se recuperar das perdas educacionais provocadas durante a COVID-19, instando os países a manter as escolas abertas e aumentar as horas de instrução, igualar os níveis de aprendizagem dos alunos às suas necessidades instrucionais, focar na aprendizagem fundamental e garantir financiamento para apoiar a recuperação educacional.

Durante o evento de Alto Nível sobre o acesso a grãos e fertilizantes na África, o presidente falou sobre o pedágio que as crises globais de alimentos, energia e fertilizantes estavam enfrentando nos países em desenvolvimento e analisou a interconexão desses setores na exploração de ações para responder a esses desafios. Ele destacou o desafio de atender à demanda imediata por fertilizantes para apoiar as próximas safras e esboçou três ações imediatas que os países poderiam tomar para atender a essas demandas: apoiar a produção e o comércio eficientes, atender às necessidades de financiamento de países, fabricantes, comerciantes e importadores, e aumentar a eficiência do uso de fertilizantes.

Falando sobre o Futuro da Cooperação Digital: Construindo Resiliência por meio da Segurança Confiável e Infraestrutura Pública Digital Inclusiva, o presidente Malpass enfatizou o papel que a infraestrutura pública digital pode desempenhar na resposta às reversões no desenvolvimento que temos visto nos últimos anos. Em suas observações, o presidente apontou para a necessidade de infraestrutura pública confiável, de qualidade e inclusiva - juntamente com o acesso à internet acessível e o desenvolvimento de habilidades digitais - para garantir que uma transformação digital bem-sucedida possa ser alcançada.

E por fim, Malpass se juntou a Kristalina Georgieva, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Qu Dongyu, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Ngozi Okonjo-Iweala, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e David Beasley, do Programa Mundial de Alimentos (PMA) para produzir uma declaração conjunta sobre a crise global de segurança alimentar e nutrição.

O conteúdo desta Declaração Conjunta destaca que apesar do alívio nos preços globais dos alimentos e da retomada das exportações de grãos do Mar Negro, os alimentos continuam fora do alcance para muitos devido aos altos preços e choques climáticos. Espera-se que o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar aguda em todo o mundo continue aumentando.

A Declaração ainda relata sobre o aumento do apoio financeiro internacional aos países mais vulneráveis, da sua importância para combater a insegurança alimentar e lista quatro áreas fundamentais a serem trabalhadas pelos governos: Apoiar a produção e o comércio eficientes,

melhorar a transparência, acelerar a inovação e o planejamento conjunto e investir na transformação dos sistemas alimentares.

Fontes: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2022/09/19/wbg-president-at-unga-77-the-global-challenge-of-addressing-the-learning-crisis>

<https://www.worldbank.org/en/news/speech/2022/09/21/remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-at-the-high-level-event-on-access-to-grains-and-fertilizers-in-africa>

<https://www.worldbank.org/en/news/speech/2022/09/21/remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-at-the-future-of-digital-cooperation-building-resilience-through-saf>

<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/09/21/second-joint-statement-by-the-heads-of-fao-imf-wbg-wfp-and-wto-on-the-global-food-security-and-nutrition-crisis>

<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/09/21/readout-from-world-bank-group-president-david-malpass-s-meeting-with-president-guillermo-lasso-of-ecuador>

<https://www.worldbank.org/en/news/statement/2022/09/21/readout-from-world-bank-group-president-david-malpass-s-meeting-with-president-gabriel-boric-font-of-chile>

*O crescimento global está desacelerando acentuadamente, com uma desaceleração ainda mais provável à medida que mais países entram em recessão. Minha profunda preocupação é que essas tendências persistam, com consequências duradouras que são devastadoras para as pessoas em mercados emergentes e economias em desenvolvimento.*

David Malpass, Presidente do Banco Mundial

Em seu mais recente estudo, o BM traz à tona que o risco de recessão global em 2023 poderá ser concretizado.

À medida que os bancos centrais em todo o mundo aumentam simultaneamente as taxas de juros em resposta à inflação, o mundo pode estar caminhando para uma recessão e uma série de crises financeiras em mercados emergentes e economias em desenvolvimento que lhes causariam danos contínuos.

De acordo com o relatório, os bancos centrais em todo o mundo têm aumentado as taxas de juros este ano de forma simultânea não visto nas últimas cinco décadas — uma tendência que provavelmente continuará bem até o próximo ano. No entanto, a trajetória esperada de aumentos das taxas de juros e outras ações políticas pode não ser suficiente para reduzir a inflação global aos níveis vistos antes da pandemia. Os investidores esperam que os bancos centrais elevem as taxas globais de política monetária para quase 4% até 2023 — um aumento de mais de 2 pontos percentuais em relação à média de 2021.

O estudo destaca as circunstâncias preocupantes sob as quais os bancos centrais estão lutando contra a inflação neste momento. A economia global está agora em sua desaceleração mais acentuada após uma recuperação pós-recessão desde 1970. A confiança do consumidor global já sofreu um declínio muito mais acentuado do que no período anterior às recessões globais anteriores. As três maiores economias do mundo — Estados Unidos, China e zona do euro — estão desacelerando demasiadamente. Dadas as circunstâncias, mesmo um impacto moderado na economia global no próximo ano poderia derrubá-la em recessão.

A experiência da década de 1970, as respostas políticas à recessão global de 1975, o período subsequente de estagflação e a recessão global de 1982 ilustram o risco de permitir que a inflação permaneça elevada por muito tempo enquanto o crescimento é fraco. A recessão

global de 1982 coincidiu com a segunda menor taxa de crescimento nas economias em desenvolvimento nas últimas cinco décadas, perdendo apenas para 2020. Desencadeou mais de 40 crises de dívida e foi seguido por uma década de crescimento perdido em muitas economias em desenvolvimento.

O estudo indica que os formuladores de políticas públicas devem: aliviar as restrições do mercado de trabalho, pois as medidas políticas precisam ajudar a aumentar a participação da força de trabalho e reduzir as pressões de preços; impulsionar a oferta global de *commodities* e com isso pode ir longe no aumento do fornecimento de alimentos e energia; fortalecer as redes de comércio global, que contam com a cooperação dos formuladores de políticas para aliviar os gargalos globais de oferta. Eles devem apoiar uma ordem econômica internacional baseada em regras, que protege contra a ameaça de protecionismo e fragmentação que poderia perturbar ainda mais as redes comerciais.

Fontes: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/09/15/risk-of-global-recession-in-2023-rises-amid-simultaneous-rate-hikes>

<https://brasil.un.org/pt-br/200348-banco-mundial-economia-global-pode-entrar-em-recessao-em-2023>

Projetos:

O BM em ação conjunta com o Governo do Japão sediou o lançamento presencial do vigésimo ciclo da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA20) em uma reunião de países doadores e beneficiários. O pacote IDA20 de US\$ 93 bilhões ajudará os países de baixa renda a reconstruir suas economias diante de crises sobrepostas — mudanças climáticas, COVID-19, conflito, inflação, aumento da dívida e insegurança alimentar — que estão atingindo as pessoas mais pobres desproporcionalmente mais difícil.

O IDA20 ajudará os países a enfrentar os seguintes desafios:

- Priorizar os investimentos em capital humano, como educação, saúde e nutrição e vacinas COVID-19;

Fortalecer a resiliência dos sistemas alimentares e fornecendo suporte de emergência. O IDA20 apoiará os sistemas agrícolas e de proteção social para aumentar a produção de alimentos e ajudar as famílias a amortecer os efeitos dos preços mais altos dos alimentos;

- Aprofundar do apoio para se preparar para futuras crises, incluindo pandemias, choques financeiros e riscos naturais;

- Aprimorar as ações sobre as mudanças climáticas, incluindo ações de apoio à adaptação, preservação da biodiversidade e permitir que os países mudem para um caminho de desenvolvimento de emissões de baixo GEE com uma transição justa;

- Fornecer maior e flexível apoio aos países que enfrentam fragilidade e conflitos; e

- Implementar de uma política de dívida para promover práticas sustentáveis de empréstimos e empréstimos nos países do IDA.

O pacote de US\$ 93 bilhões foi possível graças a contribuições de doadores de 52 países de alta e média renda, totalizando US\$ 23,5 bilhões, com financiamento adicional levantado no mercado de capitais, reembolsos e contribuições próprias do BM.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/09/13/japan-and-world-bank-host-ida20-launch-global-community-consolidates-commitment-to-the-poorest-with-93-billion-package>

O BM aprovou um empréstimo de US\$ 350 milhões ao estado indiano ocidental de Gujarat para melhorar a qualidade e o acesso de seus serviços públicos de saúde, com foco especial na vigilância de adolescentes e doenças.

O Programa de Reforma de Sistemas para a Realização da Saúde Transformada em Gujarat (SRESTHA-G) permitirá que mais pessoas acessem uma gama mais ampla de serviços de saúde de alta qualidade. No momento atual, o Estado está realizando sete serviços de saúde aos seus cidadãos, incluindo saúde reprodutiva, materna, recém-nascida, infantil e adolescente, doenças transmissíveis e não transmissíveis (DCNT).

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/09/21/world-bank-approves-350-million-for-primary-healthcare-services-and-disease-surveillance-in-gujarat>

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destacou-se em financiar projetos focados na área ambiental. Para El Salvador, o Banco disponibilizou um empréstimo de US\$ 100 milhões para fortalecer o setor de água e saneamento e assim aproximadamente 120.000 famílias serão beneficiadas diretamente com a melhoria dos serviços de água potável. Para Barbados, o BID aprovou recursos de US\$ 150 milhões para financiar um fundo que visa a conservação da natureza

Fontes: <https://www.iadb.org/en/news/el-salvador-receive-idb-loan-enhance-water-and-sanitation>

<https://www.iadb.org/en/news/barbados-places-climate-financing-firmly-agenda-idb-nature-conservancy-support>

## Organização Mundial do Comércio: Restrições às exportações e segurança alimentar

*Claudia Chamas*

### **OMC: Restrições à exportação durante a pandemia**

Em 16 de setembro, o Comitê de Acesso a Mercados (em inglês, Committee on Market Access) da [Organização Mundial do Comércio](#) realizou evento sobre experiências sobre o comércio de bens relacionados ao COVID-19, com foco em experiências e práticas em relação às restrições à exportação durante a pandemia, bem como lições aprendidas que podem ajudar a comunidade comercial internacional em futuras crises (OMCa, 2022).

Apresentações do Canadá, da Colômbia, da União Europeia, da República do Quirguistão, do Reino Unido e dos Estados Unidos mostraram justificativas para a introdução de medidas restritivas de política comercial para bens de uso na Covid-19 em resposta à pandemia. O objetivo do evento foi aperfeiçoar a maneira como os membros notificam as medidas à OMC e revelam o quadro completo do impacto das restrições à exportação, além de avaliar o papel das restrições à exportação em ambiente em rápida mudança, não apenas no contexto da saúde, mas relacionado a outras crises globais (OMCa, 2022).

O Presidente do Comitê, Kenya Uehara, do Japão, lembrou o contexto histórico do Artigo XI do GATT sobre a eliminação geral de restrições quantitativas (G/MA/W/179) e destacou que a diligência dos membros em notificar tais medidas ao Comitê contribuiu para aumentar a transparência no comércio durante a pandemia de COVID-19 (OMCa, 2022).

Entre os tópicos discutidos, encontram-se: definição de listas de bens essenciais para combater a pandemia e os desafios relacionados com a classificação pautal, monitoramento do comércio de bens essenciais, cooperação internacional para rastrear melhor os fluxos comerciais das cadeias de valor para a fabricação de produtos essenciais relacionados ao COVID-19 (OMCa, 2022).

O Comitê enviará comunicação à Organização Mundial das Alfândegas destacando as questões levantadas pelos membros em relação à classificação dos bens essenciais COVID-19 no Sistema Harmonizado, fornecendo sugestões para o Comitê do Sistema Harmonizado considerar em sua 70ª Sessão (G/MA/406) (OMCa, 2022).

### **OMC: Crise global de segurança alimentar**

Em 21 de setembro, os chefes da [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura](#) (FAO), do [Fundo Monetário Internacional](#) (FMI), [Grupo Banco Mundial](#) (GBM), [Programa Mundial de Alimentos](#) (PAM) e OMC pediram aos governos medidas urgentes para enfrentar a crise alimentar aguda, destacando a importância de construir resiliência para o futuro a partir de esforço contínuo e coordenado (OMCb, 2022).

A seguir, pontos de destaque da Segunda Declaração Conjunta (em inglês, Second Joint Statement) dos Chefes da FAO, do FMI, do GBM, do PAM e da OMC sobre a Crise Global de Segurança Alimentar e Nutricional (fonte: OMCb, 2022):

1. Assinam o documento: Qu Dongyu, Diretor Geral da FAO, Kristalina Georgieva Diretora Administrativa do FMI, David Malpass, Presidente do GBM, David Beasley, Diretor Executivo do PAM e Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora Geral da OMC.

2. A guerra na Ucrânia exacerba a crise global de segurança alimentar, com preços altos e voláteis de energia, alimentos e fertilizantes, políticas comerciais restritivas e interrupções na cadeia de suprimentos. Os alimentos estão fora do alcance de muitos devido aos altos preços e aos choques climáticos. Espera-se que o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar aguda em todo o mundo continue a aumentar.

3. Os mercados de fertilizantes permanecem voláteis, especialmente na Europa, onde o fornecimento apertado de gás natural e os altos preços fizeram com que muitos produtores de ureia e amônia parassem de operar.

4. Os governos precisam reexaminar seu comércio agrícola e intervenções no mercado, como subsídios e restrições à exportação, para identificar e minimizar distorções. Preservar o comércio aberto de alimentos, agricultura e energia pode reduzir as distorções de preços que diluem os incentivos para uma produção eficiente. Os países devem cumprir os compromissos assumidos na 12ª Conferência Ministerial da OMC para restringir as restrições à exportação de alimentos e fertilizantes e implementar medidas de facilitação do comércio.

5. Melhorar a transparência: Os governos devem fornecer os dados e recursos necessários para apoiar o Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS), que aumenta a transparência nos mercados de alimentos por meio do monitoramento dos preços e da disponibilidade das principais culturas alimentares e da promoção de respostas políticas.

6. Acelerar a inovação: A pesquisa e desenvolvimento agrícola é um setor cronicamente subinvestido, embora tenha um dos maiores retornos sobre os gastos públicos. A inovação é crucial para enfrentar os desafios de longo prazo para a segurança alimentar e nutrição globais apresentados pelas mudanças climáticas, degradação da terra e do ecossistema, pragas e doenças transfronteiriças de plantas e animais.

7. Investir na transformação dos sistemas alimentares: Fortalecer a resiliência dos sistemas alimentares aos riscos, incluindo conflitos, eventos climáticos extremos, choques econômicos e doenças é fundamental para a resposta de longo prazo. A abordagem de gargalos de infraestrutura e gargalos de fornecimento de insumos (por exemplo, fertilizantes e sementes) é fundamental para um sistema de fornecimento de alimentos eficiente. O apoio eficaz e sustentável aos pequenos agricultores será vital para garantir que eles sejam parte da solução e localizar as cadeias de abastecimento.

## Referências

OMCa. Members share lessons learned on export restrictions during COVID-19 pandemic Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news22\\_e/mark\\_16sep22\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/mark_16sep22_e.htm) Acesso em: 26 de setembro de 2022.

OMCb. Agency heads call for urgent action to address global food security crisis. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news22\\_e/igo\\_21sep22\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/igo_21sep22_e.htm) Acesso em: 26 de setembro de 2022.

## **O futuro está atrasado: a Educação e a Cultura como aceleradores de um futuro que não chega**

***Fabiane Gaspar, Vitor Rodrigues e Gisele Sanglard***

Este informe tratará sobre dois grandes eventos do sistema ONU que trazem temas transversalmente importantes para o desenvolvimento de soluções e rumos para o futuro da comunidade internacional. A Educação e a Cultura trazem significativas contribuições para a mudança no modo de pensar, decidir e agir por possibilitarem a construção de ferramentas e elementos que atendem aos desafios globais. Esses dois grandes setores comumente são invisibilizados e postos à margem das grandes decisões da alta cúpula dos “decision makers”.

Em sua fala de abertura na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU77), o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres pediu coalizão para superar os desafios globais, como exemplificado com a iniciativa Grãos do Mar Negro<sup>74</sup>, que é resultado de uma ação de multilateralismo caracterizada como sucesso mesmo diante de um conflito que traz consequências para o mundo todo. Segundo Guterres, tal coalizão é vital para o combater os desafios atuais tais como o aumento das desigualdades e do custo de vida, a mudança climática e a crise da confiança global, aumentados ainda mais após a pandemia da COVID-19.

Ainda em seu discurso, as prioridades para os debates devem ser na linha da instauração e manutenção da paz, da participação feminina em postos de liderança com atenção aos grupos mais vulneráveis, que normalmente são as mulheres e meninas, e da mudança climática.

Nesse sentido, seu reiterado pedido para que os países sejam mais ambiciosos em suas metas, em especial aos países do G20 que concentram 80% da emissão dos gases de efeito estufa, afetando os países que não contribuem tanto para isso, porém, por suas condições de vulnerabilidade, são os mais prejudicados com as catástrofes climáticas. Em razão de uma situação de divisão geopolítica, o seu entendimento é o de que a comunidade internacional não está engajada para combater tais desafios.

Assim, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão “emitindo um pedido de SOS”, com metas retrocedendo a piores números, tais como aumento da pobreza e da fome e mais pessoas com acesso negado à saúde e educação, assim como as metas relacionadas às questões de gênero, aumentando o impacto na vida das mulheres relacionadas à piora nos índices de pobreza, saúde reprodutiva e sexual e em relação à sua segurança pessoal.

Para isso, anunciou o que chamou de “SDG [Sustainable Development Goals] Stimulus” (Sigla em inglês para Estímulo aos ODS [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável]), liderado pelo G20 para impulsionar o desenvolvimento sustentável para os países em desenvolvimento, o que será iniciado a partir da reunião da Cúpula em Bali, em novembro próximo. Os componentes para esse estímulo estão vinculados à participação dos bancos de desenvolvimento multilateral na concessão de investimentos vinculados ao desenvolvimento sustentável para países em desenvolvimento, um efetivo mecanismo para aliviar as dívidas a ser encabeçada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos bancos centrais, facilitação de saques especiais para os países em desenvolvimento com base na justiça e na solidariedade e empoderamento aos fundos especializados tais como Gavi, o Fundo Global e o Green Climate

---

<sup>74</sup> Sobre a iniciativa Grãos do Mar Negro, acesse: <https://news.un.org/pt/story/2022/09/1801531>



Fund (Fundo Verde para o Clima). Lembrando que esse estímulo é uma medida temporária, pois que no relatório da “Nossa Agenda Comum”, há de se fazer um novo Acordo Global “para reequilibrar o poder e recursos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento”.

O Secretário-Geral encerra sua fala, novamente, propondo ação da comunidade internacional como um só, de forma a nutrir esperança que é encontrada “nos ativistas do clima e da paz que clamam por mudanças, nos jovens que trabalham todos os dias para um futuro melhor, nas mulheres e meninas que lutam por aquelas que ainda têm seus direitos humanos básicos negados”. Assim com boa vontade, confiança e nos direitos compartilhados por todos os seres humanos, Guterres finaliza incentivando a “trabalhar como um só, como uma coalização do mundo como nações unidas”.

Nessa perspectiva do breve resumo sobre o discurso de abertura do senhor secretário-geral das Nações Unidas, a Educação e da Cultura necessitam estar nas agendas das grandes decisões e estratégias para acelerar as mudanças efetivas para um futuro que está atrasado. O atual modelo de sistema educacional não resultou em avanços significativos globalmente, não prepara seus estudantes para enfrentar os desafios globais nem tampouco valoriza o papel dos educadores e professores. A cultura não é valorizada como base para o respeito à alteridade e ao diverso como elo entre os povos para o efetivo crescimento da humanidade na superação das divergências e divisões históricas, construindo uma verdadeira cooperação multilateral.

### **Cúpula da Transformação da Educação**

A [Cúpula para a Transformação da Educação](#) é uma iniciativa da “[Nossa Agenda Comum](#)” apresentada pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, em setembro de 2021. A cúpula foi realizada, nos dias 16, 17 e 19 de setembro de 2022, durante a 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas e foi convocada pelo Secretário-Geral para colocar a educação no topo da agenda política global para mobilizar a ação, a solidariedade e a busca de soluções, a fim de recuperar o terreno perdido na educação como consequência da pandemia e transformar a educação em um mundo em constante evolução. UNESCO e UNICEF apoiam a realização da Cúpula em diversas formas, dentro de suas especialidades e competências técnico-organizacionais.

A Cúpula traz como fundamento para a transformar a educação diante dos números e situações alarmantes vividas por milhões de crianças, jovens, em especial a situação das mulheres e meninas. Segundo os dados de acompanhamento dos órgãos especializados da ONU, em 2020, 770 milhões de pessoas ainda não possuíam competências em literacia básica; 244 milhões de estudantes estavam fora da escola, em 2021; a cada 1 dólar gasto na educação de meninas, o retorno previsto é de 2.8 dólares; e apenas 10% dos estudantes nos países de baixa renda estão conectados à internet.

Para isso, a Cúpula traz como diretrizes a educação como direito humano; as escolas devem ser inclusivas, seguras e saudáveis; o aprendizado básico é fundamenta e permanente; a educação deve promover o desenvolvimento sustentável; o ensino deve se transformar, nesse caso, valorizando a profissão dos professores com melhores condições, salários, autonomia e respeito que merecem para poder transformar a educação; a revolução digital deve ser a chave para a transformação e a educação requer investimento público.

Assim, a Cúpula foi dividida em seis principais ações de mobilização: educação em situações de crise, enfrentando a crise do ensino, aprendizagem digital, promoção da igualdade de gênero, financiamento da educação e transformar a educação.



Os resultados da Cúpula serão apresentados na forma de relatório e de ações para a Comitê Diretivo da ODS 4 – Educação de qualidade, que ficará responsável pela adoção das medidas de implementação dos resultados da Cúpula, com a perspectiva de acelerar a implementação e cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável relacionados à educação.

Na plenária de abertura, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres discursou sobre a espiral descendente que a educação tem sofrido, como um grande divisor entre os que conseguem ter acesso aos melhores recursos, melhores escolas e universidades, os ricos conseguem os melhores trabalhos enquanto os pobres – especialmente as mulheres, pessoas deslocadas, pessoas com deficiência, enfrentam enormes obstáculos para conseguirem se qualificar e mudarem suas vidas.

Em sua fala, o Secretário afirma que a educação está “falhando com os estudantes e com as sociedades”, mencionando o relatório do Comissão Internacional sobre o Futuro da Educação<sup>75</sup>, e que a educação:

“(…) deve ajudar as pessoas a aprender a aprender, com foco na solução de problemas e na colaboração. Deve fornecer as bases para a aprendizagem, desde a leitura, escrita e matemática até habilidades científicas, digitais, sociais e emocionais. Deve também desenvolver a capacidade dos alunos para se adaptarem ao mundo do trabalho em rápida mudança. Deve ser acessível a todos desde os primeiros estágios e ao longo de suas vidas. E deve nos ajudar a aprender a viver e trabalhar juntos, e a entender a nós mesmos e nossas responsabilidades uns com os outros e com nosso planeta”.

Assim, o chamado para realizar partem de cinco áreas de atenção e compromisso a serem assumidos pelos Estados e comunidade internacional: (i) proteger o direito à educação de qualidade para todos, especialmente para as meninas; (ii) os professores são a força vital dos sistemas educacionais; (iii) as escolas devem se tornar espaços seguros e saudáveis, sem lugar para violência, estigma ou intimidação; (iv) a revolução digital deve beneficiar todos os alunos; (v) aumento no financiamento da educação.

O líder da ONU ainda afirma que os objetivos da Cúpula só serão atingidos a partir de um movimento global. “Vamos garantir que os alunos de hoje e as gerações futuras possam acessar a educação de que precisam para criar um mundo mais sustentável, inclusivo, justo e pacífico para todos”<sup>76</sup>.

### **MONDIACULT – Conferência Mundial sobre Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável**

Entre os dias 28 e 30 de setembro, ocorrerá a segunda edição da Conferência Mundial sobre Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável, conhecida como [MONDIACULT](#), que tem o objetivo de fortalecer a cooperação multilateral entre os Estados-membros da UNESCO no âmbito cultural e alinhar o debate sobre como enquadrar a cultura no âmbito dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) até 2030, visto que não existe nenhum ODS dedicado

---

<sup>75</sup> Há um resumo do relatório “Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação” no [Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde no. 9/2022](#) e o relatório completo pode ser encontrado no link: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>

<sup>76</sup>O discurso completo pode ser encontrado no link: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2022-09-19/secretary-generals-opening-remarks-the-transforming-education-summit>

aos assuntos culturais. Além disso, serão discutidos também o impacto que pandemia da Covid-19 causou e as mudanças da cultura nos últimos 40 anos.

Nessa conferência, Ministros da Cultura de 193 Estados-membros e a comunidade internacional refletirão sobre a política cultural como meio de enfrentar os desafios globais e delinear as prioridades atuais e futuras. Segundo a UNESCO, o objetivo é formar um setor cultural mais forte e resiliente, com base na visão de desenvolvimento sustentável delineada no relatório do Secretário-Geral da ONU. A proposta da conferência é de realizar reflexões sobre as políticas culturais no contexto atual, incluindo a adaptação do setor cultural às novas tendências digitais e a participação da cultura para o desenvolvimento social e econômico. Ainda nesse sentido, procurará destacar o papel transversal da cultura na promoção da resiliência, bem-estar e prosperidade, identificando perspectivas-chave para o setor da Cultura na próxima década e orientando o trabalho futuro da UNESCO em cultura e outros campos relacionados.

Desde a primeira Conferência ocorrida em 1982, o contexto global de 2022 é muito diferente de 40 anos atrás, a atenção global era para a Guerra Fria. Hoje, emergindo de uma pandemia que teve um enorme impacto nas artes e na cultura, pensar em relações internacionais de inspiração cultural é parte integrante da construção de uma cidadania que deve respeitar a identidade e a construção de uma estrutura de diversidade, equidade e inclusão entre as nações.

A Primeira Conferência Mundial sobre Política Cultural, conhecida como MONDIACULT, realizada na Cidade do México em 1982<sup>77</sup>, foi um marco importante na cooperação dos Estados membros da UNESCO para a formulação de políticas culturais destinadas a criar condições propícias a uma melhor participação na vida cultural da população, tendo em conta os seus próprios valores e modo de vida. Os preparativos para aquela conferência global foram a partir dos resultados das conferências regionais nos anos 1970 e início dos anos 1980.

O MONDIACULT 1982 desempenhou um papel importante na ampliação do conceito de cultura. Ao longo de 40 anos, fora desenvolvidas diretrizes para a política cultural sob a premissa de nove subtemas: identidade cultural; dimensão cultural do desenvolvimento; cultura e democracia; patrimônio cultural; criação artística e intelectual e educação artística; relação entre cultura, educação, ciência e comunicação; planejamento, administração e financiamento das políticas culturais e cooperação cultural internacional.

A Conferência de 82 rejeitou a hierarquia cultural, pois nada poderia justificar a discriminação entre culturas "superiores" e "inferiores", e reafirmou que todos têm a responsabilidade de respeitar todas as culturas. Ressaltou-se que a identidade cultural é a defesa de valores tradicionais, históricos e morais, espirituais e éticos herdados de gerações passadas. Uma das principais conquistas da conferência foi a nova definição de cultura. Salientou-se que o patrimônio inclui todos os valores culturais expressos na vida cotidiana, e notou-se a crescente importância de atividades destinadas a sustentar os modos de vida e as formas de expressão pelas quais são transmitidos.

Ainda na mesma Conferência, observou-se que a atenção despertada pela preservação do "patrimônio imaterial" pode ser considerada um dos desenvolvimentos mais positivos da década anterior. Esta foi uma das primeiras ocasiões em que a expressão "patrimônio imaterial" foi usada oficialmente. Além de redefinir a noção de cultura (incluindo nela não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano e os

---

<sup>77</sup> <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505>

sistemas de valores, tradições e crenças), a Conferência aprovou a Declaração do México sobre Políticas Culturais com uma nova definição de patrimônio cultural que abrangia obras materiais e imateriais por meio das quais se expressa a criatividade dos povos: línguas, ritos, crenças, sítios e monumentos históricos, obras literárias, obras de arte, arquivos e bibliotecas. A Declaração do México afirmou que cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível, pois as tradições e formas de expressão de cada povo constituem sua forma mais eficaz de manifestar sua presença no mundo.

Dessa forma, uma das maiores contribuições foi a expansão do que se entende por cultura ao adotar uma definição mais ampla ao incluir sistemas de valores, tradições, crenças e expressões de patrimônio vivo, materializando os direitos culturais como parte fundamental dos direitos humanos. Assim, define-se a cultura como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abrange, além das artes e das letras, os modos de vida e de convivência, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Contudo, esse mesmo conceito de cultura é um dos pontos que será discutido no MONDIACULT 2022.

Segundo a UNESCO, o setor cultural evoluiu significativamente nas últimas décadas, abrangendo uma grande variedade de setores de desenvolvimento, mas também foi influenciado por mudanças sociais e pela transformação digital. Esses avanços levaram a um reconhecimento decisivo da relação entre cultura e desenvolvimento sustentável, enfatizando o papel da cultura no apoio à continuidade, participação, educação, emprego e bem-estar, além de revelar o valor da cultura para promover sociedades inclusivas, desenvolvimento social e crescimento econômico em nível global e nacional.

Nesse sentido, a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, ocorrida em Estocolmo, na Suécia, em 1998<sup>78</sup>, trouxe um conjunto de princípios fundamentais entre a cultura e desenvolvimento sustentável. Os objetivos destacados naquela Convenção foram fazer da política cultural um componente central da política de desenvolvimento; promover a criatividade e a participação na vida cultural; reestruturar as políticas e práticas para conservar e valorizar o patrimônio material e imaterial, móvel e imóvel e promover as indústrias culturais; promover a diversidade cultural e linguística na e para a sociedade da informação e; disponibilizar mais recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento cultural.

Ao longo das décadas, caracterizado por grandes desafios internacionais, como a crescente desigualdade, conflitos civis e militares, revolução tecnológica e mudanças climáticas, somam-se aos desafios que pandemia da COVID-19, foram expostas as vulnerabilidades dos Estados em todos os setores básicos, afetando fortemente o setor cultural, tradicionalmente à margem de ser considerado setor essencial na economia. A ruptura das atividades e práticas culturais, afetaram instituições culturais em várias partes do mundo, trouxe à tona a necessidade urgente de adaptação do próprio setor cultural, mas também perante o papel que as políticas culturais desempenham em todo o mundo.

Esse impulso abriu novas possibilidades para uma abordagem renovada das políticas culturais para ganhar em termos de políticas públicas. Nesse contexto, a UNESCO está reiterando sua missão por meio do diálogo político global sobre políticas culturais, dando

---

<sup>78</sup><https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000113935?9=null&queryId=ca90f53b-61a9-415e-a3f4-9181b19d0aba>

continuidade às duas importantes conferências de política cultural realizadas em 1982 e 1998, cujos resultados conceituais e políticos lançaram as bases para um progresso significativo na conceituação e arquitetura das políticas culturais, cujo momento agora, requer enfrentar os desafios globais e traçar as prioridades imediatas e futuras para moldar um setor cultural mais forte e sustentável, totalmente ancorado na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, foram realizadas cinco consultas regionais em preparação para o MONDIACULT 2022. Elas ajudaram a identificar prioridades específicas em cada região que exigem maior investimento político para melhor aproveitar a contribuição da cultura em todo o espectro das políticas públicas, como bem como para enfrentar os desafios mais urgentes do desenvolvimento sustentável. No contexto da América Latina e Caribe, mais de 30 Ministérios da Cultura e representantes de alto nível, juntamente com cerca de 40 organizações intergovernamentais, organizações não governamentais, bancos de desenvolvimento, academia e representantes da sociedade civil destacaram os desafios e prioridades da política cultural de sua região no contexto do processo de recuperação da pandemia de COVID-19 e para os próximos anos.

A cultura como motor de coesão social e sociedades pacíficas foi expressa como objetivo prioritário do MONDIACULT 2022, abrindo caminho para o reconhecimento da cultura como um bem público global e reforçando o compromisso de defender a proteção e promoção da diversidade cultural, que promove o empoderamento, a inclusão e o respeito aos direitos culturais para todos. Alejandra Frausto Guerrero, Secretária de Cultura do Governo do México, Presidente da Consulta Regional da UNESCO-MONDIACULT 2022 para a América Latina e o Caribe deixa claro que:

“Não há país, por mais avançado ou desenvolvido que seja, que não sofra de uma fissura social que precise ser tratada, que não tenha uma ferida social a cicatrizar, e é aí que entra o poder profundo da cultura, ao oferecer alternativas e mudando a realidade. É aí que a cultura se torna indispensável e não um acessório.”

A expectativa para o MONDIACULT 2022 se torna alta por ser uma oportunidade muito importante para colocar a cultura no centro das discussões, as comunidades no centro das políticas e organizações e de pensar as políticas públicas de forma inovadora. O consenso e uma visão justa, inclusiva e criativa são necessários para transformar nosso futuro, indo além das típicas abordagens lineares e setoriais às quais os Estados se acostumaram nas últimas décadas. É importante reconhecer o setor cultural e criativo como um importante motor de desenvolvimento econômico para além da própria abordagem humano-cultural à frente da abordagem econômica no seu sentido estrito.

*“O futuro é agora”. Artista brasileiro Eduardo Kobra pinta painel de 350 metros quadrados dedicado à sustentabilidade e à preservação ambiental para a 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas.*



**Foto: UN News/Matthew Wells**

Em entrevista para a Newsletter das Nações Unidas, o artista brasileiro Eduardo Kobra falou sobre seu trabalho e a mensagem que o painel, de 350 metros quadrados, vem trazer para os líderes que participam da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas, está colocado na fachada da sede em Nova York.

O artista resume a mensagem do seu trabalho sobre o planeta que entregamos às futuras gerações e de como estamos cuidando desse planeta: "(...) Porque o futuro é agora. O futuro já começou, e todos nós somos responsáveis por ele".

O painel mostra um homem e uma criança, com o planeta em suas mãos sendo entregue à criança, com a América do Sul em destaque.

Para mais detalhes sobre a obra, basta acessar a [notícia no sítio eletrônico das Nações Unidas](#).

## Organizações da Sociedade Civil na saúde global e diplomacia da saúde

*Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz,  
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert,  
Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais,  
Patrícia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza*

### Introdução

Nesta quinzena, foram registradas manifestações de 24 organizações da sociedade civil, das quais 18 de interesse público e seis privadas. Os temas mais comentados foram a crise climática, as situações de violência e os conflitos armados, as altas prevalências de doenças infecciosas, as baixas taxas de cobertura vacinal e os problemas atinentes à força de trabalho em saúde. A participação na 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas também foi objeto de muitas manifestações. Além desses temas, as organizações sociais ligadas ao setor privado divulgaram muitas notícias referentes à captação de recursos financeiros para o desenvolvimento de suas ações.

### Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

#### *Crise climática*

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)<sup>79</sup> outras nove organizações da sociedade civil assinam uma nota em que reivindicam que a Assembleia Mundial da Saúde adote uma nova resolução sobre [mudança climática e saúde](#). A nota descreve a lógica e as ações que a OMS e seus Estados Membros precisam desenvolver, destacando a elaboração de orientações sobre coordenação intersetorial para saúde e mudanças climáticas como parte de uma abordagem de Saúde Única. Na compreensão dos signatários, essa resolução ajudará a promover ampla conscientização e ação.

A World Heart Federation<sup>80</sup> “se une à OMS e a outras 20 organizações de saúde para pedir um tratado de não proliferação de combustíveis fósseis”. A [notícia](#) se refere à [carta](#) que pede a doação de um tratado global vinculante que: 1) acabe com a expansão de qualquer nova infraestrutura de produção de combustível fóssil; 2) elimine gradualmente a produção existente e o uso de combustíveis fósseis de maneira justa e equitativa e 3) acelere soluções reais e garanta a transição justa para cada trabalhador, comunidade e país.

A [ActionAid](#)<sup>81</sup> e outras organizações pedem a demissão do presidente do Banco Mundial, David Malpass, depois que ele evitou perguntas de um jornalista sobre mudanças climáticas e o impacto global da queima de combustíveis fósseis em um evento em Nova York. Os representantes das organizações explicam que o chefe desta instituição precisa ser alguém que reconheça e entenda o impacto da crise climática em bilhões de pessoas em todo o mundo.

A Global Citizen<sup>82</sup> informa que uma equipe global de jovens ativistas climáticos se uniu para pedir ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que cumpra sua promessa de dobrar o financiamento dos EUA para a ação climática internacional como uma questão de justiça e equidade. Os ativistas falaram de seus países de origem, descrevendo o número crescente de

---

<sup>79</sup> <https://www.wfpha.org/>

<sup>80</sup> <https://world-heart-federation.org/>

<sup>81</sup> <https://actionaid.org/>

<sup>82</sup> <https://www.globalcitizen.org/>

eventos decorrentes da crise climática, desde inundações extremas a secas devastadoras. Mais informações em: <https://www.globalcitizen.org/en/content/fridays-for-future-biden-climate-finance/>

### ***Crise alimentar***

A [CARE International](#), com outras organizações humanitárias de 75 países, assinou uma [carta aberta](#) expressando indignação com os níveis de fome no mundo e fazendo recomendações para enfrentamento do problema. Segundo a organização, uma pessoa morre de fome a cada quatro segundos e 345 milhões de pessoas estão passando por fome aguda, número duas vezes maior do que em 2019. Em síntese, a CARE destaca que a crise global da fome foi alimentada por uma mistura mortal de pobreza, injustiça social, desigualdade de gênero, conflito, mudança climática e choques econômicos, com os impactos persistentes da pandemia de COVID-19 e a crise na Ucrânia, elevando ainda mais os preços dos alimentos e o custo de vida.

A [CARE International](#) deu destaque à aprovação da Lei Global de Prevenção e Tratamento da Desnutrição ([HR 4693](#)), no Senado dos EUA. O Conselho de CEOs de Nutrição comemora essa ação para combater a desnutrição global.

### ***Violência, conflitos e guerras***

O Consortium of Universities for Global Health (CUGH)<sup>83</sup> fez um apelo ao Congresso dos Estados Unidos para que aprove leis referente à [segurança e ao controle de armas](#). Lembra que todos os anos, cerca de 100.000 pessoas são mortas por tiros e mais de 73.000 pessoas ficam feridas, sendo os Estados Unidos responsáveis por 9% dos homicídios globais por armas de fogo, quando têm apenas 4% da população mundial. Entre outras medidas, o CUGH sugere que sejam obrigatórias as verificações de antecedentes criminais de quem deseja comprar armas e que haja um período de espera mínimo de 60 dias entre a solicitação de compra de uma arma e sua posse.

A World Medical Association<sup>84</sup> (Associação Médica Mundial) expressou seu horror com os relatos de que uma máquina especial de [guilhotina](#) foi instalada em uma clínica médica em uma prisão iraniana para realizar amputações. E condenou o aparente envolvimento de médicos nesses atos.

A Associação Médica Mundial divulgou uma resolução de seu conselho em apoio a médicos e cidadãos da [Ucrânia](#) frente à invasão russa. A resolução expressa sua solidariedade com a Associação Médica Ucraniana e todos os profissionais de saúde, condena a invasão da Ucrânia pela Rússia e pede o fim das hostilidades.

A Internacional Progressista<sup>85</sup> entrevistou Mark Ackerman, que pesquisa a militarização das fronteiras da Europa e tem chamado a atenção para a [militarização das fronteiras como única resposta europeia à migração](#). “Os refugiados são retratados como uma ameaça à segurança da Europa, e a migração como um “problema de segurança”. Assim, há um

---

<sup>83</sup> <https://www.cugh.org/>

<sup>84</sup> <https://www.wma.net/>

<sup>85</sup> <https://progressive.international/>



fortalecimento da militarização nas fronteiras, controle biométrico dos refugiados, visando um sistema global para detecção, monitoramento e acompanhamento para facilitar a detenção e deportação, o que caracterizará um novo tipo de apartheid, diz o pesquisador. Segundo ele, “Os estados europeus fornecem treinamento, compartilham inteligência ou fornecem novos equipamentos para as forças de segurança de regimes autoritários”.

Desde que o violento [conflito na fronteira entre Quirguistão e Tadjiquistão](#) estourou novamente no dia 16 de setembro, os Médicos Sem Fronteiras (MSF)<sup>86</sup> vêm prestando assistência médica na região de Batken (Quirguistão), onde cerca de 18.000 pessoas estão fugindo em busca de segurança. Desde o início dos combates, a equipe prestou mais de 200 consultas médicas em uma clínica improvisada dentro de uma escola. A equipe em campo teme que os suprimentos médicos se esgotem, pois a estrada para Batken foi fechada quando os combates começaram.

Segundo dados da ONU, quase [2,4 milhões das pessoas deslocadas para a Rússia](#) pelo conflito na Ucrânia estão no sul do país, incluindo as regiões de Voronezh, Rostov-on-Don e Belgorod. A equipe de Medecins Sans Frontieres (MSF) em Voronezh está trabalhando para fornecer assistência médica às pessoas deslocadas, incluindo tratamento para doenças crônicas, tratamento de HIV, saúde mental e uma linha direta que fornece conselhos de saúde. Além disso, a organização estabeleceu locais para apoiar a distribuição de itens de emergência, incluindo alimentos, suprimentos médicos e itens de limpeza e higiene.

A *CARE International*<sup>87</sup> fez uma [declaração](#) conjunta com outras 29 ONGs atuantes no Iêmen, por ocasião da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A manifestação faz referência à trégua, agora em seu sexto mês, que abrandou o conflito no Iêmen, mas que manteve a resposta insuficiente e desigualmente financiada. Também afirma que a trégua, que está em vigor desde 2 de abril de 2022 e prevista para expirar em 2 de outubro de 2022, oferece uma janela de oportunidade para a comunidade internacional aumentar os investimentos humanitários no país. Por isso, solicita que a trégua seja estendida e se amplie o comprometimento com uma resposta humanitária completa e equitativa, para permitir que os ganhos obtidos assegurem a recuperação e estabilização do Iêmen.

### ***Refugiados e migrantes***

A International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA)<sup>88</sup> divulgou o evento paralelo à 77ª assembleia das Nações Unidas sobre a [saúde de refugiados e migrantes](#), destacando que refugiados e migrantes não são suficientemente visíveis nos dados disponíveis, com uma série de lacunas que devem ser corrigidas e que “não há saúde pública, sem saúde migrante”.

### ***Escravidão moderna***

A [ActionAid](#) comentou o relatório recente da ONU “Estimativas Globais da Escravidão Moderna”, que mostra o aumento significativo no número de pessoas em situação de trabalho e casamento forçados nos últimos cinco anos. São cerca de 50 milhões de pessoas nessas condições. O diretor nacional da ActionAid Gana, John Nkaw, descreve como chocante ver que

---

<sup>86</sup> <https://www.msf.org.br/>

<sup>87</sup> <https://www.care-international.org/>

<sup>88</sup> <https://ifmsa.org/>



10 milhões de pessoas tenham passado à situação de escravidão desde 2017. O relatório da ONU sugere que a pandemia da COVID-19, o conflito armado e as mudanças climáticas exacerbaram a crise da escravidão moderna, levando a um aumento da pobreza extrema, interrupção da educação e migração forçada e insegura.

### ***Doenças infecciosas e coberturas vacinais***

A partir de uma avaliação sobre financiamento em sete países, a Médicos Sem Fronteiras alerta sobre os riscos de perder o progresso na luta contra a [AIDS, tuberculose e malária](#). As equipes de MSF viram a redução dos programas de HIV para mulheres grávidas e seus bebês ainda não nascidos e aqueles voltados para grupos vulneráveis. Eles também observaram a eliminação de elementos-chave, como testes para determinar o nível de vírus no sangue, medicamentos para tratar pessoas com infecções oportunistas e complicações relacionadas à AIDS e cuidados pediátricos adaptados à tuberculose.

A *CARE International* [alerta](#) o risco de milhões de sírios contraírem cólera. Segundo o Ministério da Saúde da Síria, 8 pessoas morreram e 900 casos suspeitos foram relatados em pelo menos cinco das 14 províncias do país nas últimas três semanas. A cólera, uma doença infecciosa aguda, é transmitida pela ingestão de alimentos e água contaminados. O surto foi declarado em várias áreas, incluindo o Nordeste, onde se encontram milhares de pessoas que fugiram das regiões de conflito.

A Global Citizen informou que a Austrália prometeu AU\$ 266 milhões para acabar com o HIV, tuberculose e malária durante a sétima reposição do Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária, uma organização dedicada a combater a injustiça que alimenta doenças infecciosas e fortalecer a preparação global para pandemias. <https://www.globalcitizen.org/en/content/australia-pledges-266-million-to-hiv-tb-malaria/> A contribuição marca um aumento de 10% em relação à promessa da Austrália em 2019, de US\$ 242 milhões.

A Global Citizen entrevistou três especialistas sobre a crise de saúde pública da varíola dos macacos. 12 questões foram respondidas pelos especialistas para esclarecer a situação. <https://www.globalcitizen.org/en/content/monkeypox-biggest-questions-answered/>

Em campanha pela ampliação das coberturas vacinais, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)<sup>89</sup> reafirma a importância de sistemas de imunização robustos e resilientes para proteger as populações e garantir uma recuperação rápida e eficaz da pandemia de covid-19 e de futuras crises. Como parte dessa campanha, a WFPHA realizou, no dia 21 de outubro de 2022, webinar sobre estratégias e barreiras para melhorar a resiliência dos [programas de imunização pediátrica](#), com foco particular na Europa.

### ***Tratado da pandemia***

O Conselho de Saúde Global<sup>90</sup> apoia fortemente as negociações de instrumentos pandêmicos em andamento e seus esforços para construir uma arquitetura de saúde global mais abrangente e melhor preparada para prevenir, preparar e responder a ameaças à saúde emergentes. Neste sentido, enviou no dia 15 de setembro as contribuições sobre o projeto de trabalho, apresentado com base no progresso alcançado, para consideração do Órgão

---

<sup>89</sup> <https://www.wfpha.org/>

<sup>90</sup> <https://globalhealth.org/>

Intergovernamental de Negociação em sua segunda reunião. O documento está disponível em <https://globalhealth.org/input-on-the-intergovernmental-negotiating-body-inb-working-draft/>

### ***Doenças Crônicas Não Transmissíveis***

A NCD Alliance<sup>91</sup> anunciou o lançamento do [Plano Nacional de Prevenção e Controle de DCNT 2022-2027 da África do Sul](#). Segundo a organização, o plano está conectado com as metas de desenvolvimento sustentável e com a cobertura universal de saúde, apresentando uma abordagem centrada nas pessoas e nos serviços de saúde. A entrevista sobre a participação da NCDA Sul Africana pode ser ouvida [aqui](#).

### ***Força de trabalho em saúde***

O Consortium of Universities for Global Health (CUGH) divulgou o lançamento da sua nova [Plataforma de Reforço de Capacidade](#), criada para apoiar globalmente a capacitação de trabalhadores de saúde, em especial em países de baixa renda. A plataforma tem quatro funções primárias: (1) tornar mais fácil a conexão entre universidades, instituições, governos e outros; (2) permitir o compartilhamento de recursos de treinamento; (3) fomentar parcerias de pesquisa e (4) fortalecer a tradução do conhecimento. O CUGH estima que o déficit global de força de trabalho é de 15 milhões de indivíduos, sendo a África a região com maior déficit (6,1 milhões de trabalhadores).

O Centro de Pesquisa e Treinamento em Medicina de Desastres, Ajuda Humanitária e Saúde Global (CRIMEDIM)<sup>92</sup> associada à WADEM juntamente com a ONG italiana Médicos com África, sob a supervisão direta do Ministério da Saúde e Saneamento de Serra Leoa, desenvolveu um [Pacote de Treinamento em Desastres](#) a ser entregue a todo o pessoal do Serviço Nacional de Emergência Médica para impulsionar o gerenciamento pré-hospitalar de incidentes com vítimas em massa e surtos. Este pacote de treinamento contínuo representa o primeiro curso de treinamento em Medicina de Desastres para profissionais de saúde pré-hospitalar em Serra Leoa.

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN)<sup>93</sup> [recebe financiamento](#) da BD Foundation para capacitar enfermeiros em toda a África. A BD Foundation, braço filantrópico da empresa de tecnologia médica Becton, Dickinson and Company, anunciou a doação de US\$ 360.000 ao longo de três anos para apoiar os esforços do ICN para capacitar 21 associações nacionais de enfermagem em toda a África e fornecer treinamento de líderes, educação, orientação e desenvolvimento organizacional para melhorar as práticas de enfermagem. O anúncio foi feito na Clinton Global Initiative, realizada em Nova York, de 19 a 20 de setembro, juntamente com a Assembleia Geral das Nações Unidas.

O [Conselho Internacional de Enfermeiros](#) (ICN) repercutiu a publicação do último relatório sobre a força de trabalho da OMS-Europa, que ressalta a escassez de profissionais, caracterizada pelo Diretor Regional da OMS para a Europa, Hans Kluge, como uma 'bomba-relógio'. O relatório [Health and Care Workforce in Europe: Time to Act](#) destaca muitas das questões que a ICN levanta desde o início da pandemia, incluindo as descobertas no relatório

---

<sup>91</sup> <https://ncdalliance.org/>

<sup>92</sup> <https://crimedim.uniupo.it/>

<sup>93</sup> <https://www.icn.ch/>

[Sustain and Retain](#). Essas questões incluem o envelhecimento da força de trabalho de enfermagem, a distribuição desigual de enfermeiros em toda a região, o fracasso dos governos em treinar seus próprios enfermeiros, preferindo recorrer ao recrutamento internacional e o 'efeito COVID', que levou a mais ausências por doença, aumento do burnout e problemas de saúde mental.

### ***Saúde mental***

A World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians (WONCA)<sup>94</sup> lançou um projeto para melhorar a qualidade do atendimento a pacientes com [Transtorno Depressivo Maior](#) na África/Oriente Médio, Ásia e América Latina. Os objetivos deste projeto são construir conteúdo, identificar e educar o corpo docente regional e usar o corpo docente recém-formado para fornecer educação para médicos de família e outros profissionais de cuidados primários. Para coordenar o projeto, a WONCA está contratando um gerente de projeto.

### ***Equidade de gênero***

A [CARE International](#) divulgou a ação que realiza em Bangladesh, onde há uma das maiores taxas de casamento infantil do mundo. Desde 2013, o programa Tipping Point identifica as causas do casamento infantil e trabalha para apoiar meninas e suas famílias, enquanto luta contra normas de gênero prejudiciais e cria caminhos alternativos para as adolescentes. O programa Tipping Point atua para aumentar as habilidades individuais e a confiança das meninas, ao mesmo tempo em que envolve homens e meninos como aliados na luta para respeitar os direitos das meninas.

### ***Saúde reprodutiva***

O [People's Health Movement](#)<sup>95</sup> se posiciona em defesa da justiça reprodutiva e destaca a solidariedade incondicional às lutas em andamento em todo o mundo para exigir direitos abrangentes e acesso seguro ao aborto. O PHM está organizando uma campanha de mídia social no dia 27 de setembro, juntamente com SAMA e WGNRR, com vídeos e mensagens compartilhados via Twitter e Facebook. [Mais detalhes aqui](#).

### ***Educação***

A [ActionAid](#) registra a reunião de líderes globais na Cúpula da Educação Transformadora da ONU, que expressa o reconhecimento da crise global na educação e a necessidade urgente de transformar os sistemas de educação pública. Em seu discurso de abertura, o secretário-geral da ONU, António Guterres, observou que a educação pode ser transformadora e seus orçamentos devem ser protegidos para garantir a educação como direito. David Archer, Coordenador de Finanças da Cúpula da Educação Transformadora e Líder Global para Justiça Econômica e Serviços Públicos da ActionAid, afirmou que “a dura verdade é que nada mudará a menos que os governos concordem em transformar os sistemas econômicos para aumentar o financiamento da educação”.

### ***Dia Mundial da Segurança do Paciente***

---

<sup>94</sup> <https://www.globalfamilydoctor.com/>

<sup>95</sup> <https://phmovement.org/>

O [Conselho Internacional de Enfermeiros](#) (ICN) destaca a importância do tema do Dia Mundial da Segurança do Paciente da Organização Mundial da Saúde deste ano, com foco nos erros de medicação. Pede uma mudança na forma como são gerenciados os erros de medicação, apontando que a culpabilização dos profissionais é inimiga da segurança do paciente, principalmente quando se trata de erros muitas vezes ligados a falhas do sistema nas organizações. A evidente sobrecarga dos sistemas de saúde, incluindo a falta de profissionais da enfermagem, se torna um terreno fértil para o erro humano.

### ***Destaques relativos à 77ª Assembléia Geral das Nações Unidas***

A International Progressista classificou de “histórico” o discurso do presidente Gustavo Petro na Assembléia Geral das Nações Unidas, ressaltando o trecho em que diz: “Somente na paz poderemos salvar a vida nesta, nossa terra comum. Não há paz total sem justiça social, econômica e ambiental. Estamos em guerra, também com o planeta. Sem paz com o planeta, não haverá paz entre as nações.”

A Women in Global Health<sup>96</sup> realizou uma série de eventos durante a 77ª Assembléia Geral das Nações Unidas para chamar a atenção para a igualdade de gênero na saúde global:

- [Da política de gênero à paridade de gênero: lições da força de trabalho da saúde comunitária](#), foi o evento virtual realizado em 13 de setembro, em que “Ministros, agentes comunitários de saúde e financiadores compartilharam suas experiências e lições aprendidas enquanto trabalhavam para elaborar e implementar políticas transformadoras de gênero.”
- [Reunião de alto nível da UHC 2023: Visão de sistemas de saúde fortes construídos sobre os direitos das mulheres](#), realizado em 15 de setembro o evento “destacou oportunidades para continuar o impulso e a ação para a igualdade de gênero na CUS e examinar os desafios e explorar a CUS sensível ao gênero”.
- [Pandemia de igualdade de gênero](#), realizado no dia 20 de setembro, durante a Assembleia Geral da ONU, um bate papo no Twitter, sobre a necessidade de um novo contrato social para mulheres, “com remuneração justa, liderança igual e condições de trabalho seguras e decentes”, como forma de preparação para a próxima pandemia.

O Conselho de Saúde Global apresentou orientações sobre o que observar na 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, iniciada em 20 de setembro, em Nova Iorque, EUA. Destacou que há grandes expectativas na agenda para lidar com as mudanças climáticas, a COVID-19 e os vários conflitos em curso em todo o mundo. As orientações estão disponíveis em <https://globalhealth.org/what-to-expect-at-unga77/>

### **ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE (fundações privadas)**

#### ***Iniciativas de apoio às comunidades e oportunidades de financiamento***

O Global Fund<sup>97</sup> destacou que a Sétima Conferência de Arrecadação foi aberta em Nova York, já tendo arrecadado US\$ 14,25 bilhões para os próximos três anos. Trata-se da maior

---

<sup>96</sup> <https://womeningh.org/>

<sup>97</sup> <https://www.theglobalfund.org/>

quantia já arrecadada por uma organização multilateral de saúde, alcançada com a contribuição de diversos países e instituições privadas.

O Global Fund destacou a liderança do setor privado e o poder das parcerias para acabar com a aids, a tuberculose e a malária até 2030, por meio da mobilização de recursos, inovação, financiamento e advocacia. Também destacou a aprovação do financiamento de emergência para ajudar a manter os serviços essenciais de saúde no Paquistão.

A Fundação Wellcome Trust<sup>98</sup> destacou o esquema de financiamento da Discovery Research para financiar pesquisas com £ 23 milhões para oito projetos. Os editais estão abertos a aplicações de neurociência e estão disponíveis prêmios de início de carreira, de carreira em desenvolvimento e de descoberta. Destacou ainda a chamada de financiamento sobre o papel do sono e dos ritmos circadianos na ansiedade, depressão e psicose e a importância do sono para aliviar os sintomas de transtornos mentais.

A Fundação Rockefeller<sup>99</sup> destacou os avanços na redução da pobreza infantil antes que a chegada da pandemia os reduzisse. Citou a iniciativa Child Tax Credit, que ajudou a manter milhões de pessoas acima da linha da pobreza. Também destacou a chamada de financiamento da equipe de saúde mental sobre as relações entre sono e os ritmos circadianos, de um lado, e a ansiedade, a depressão e a psicose, de outro.

O Global Fund destacou importância da agente comunitária de saúde que trabalha com meninas adolescentes e mulheres jovens na Tanzânia, assim como a participação da sociedade civil e de jovens para ajudar o setor privado a maximizar o impacto e alcançar melhor as comunidades.

A Fundação Bill e Melinda Gates destacou a importância de melhores políticas e financiamento de cuidados infantis para apoiar milhões de mulheres a entrar na força de trabalho. Destacou que o Banco Mundial lançou o pacote International Development Association (IDA20) para apoiar as pessoas mais vulneráveis em meio a crises sobrepostas. Destacou, ainda, a importância de todos serem defensores dos objetivos globais e estar comprometidos em enfrentar as tarefas mais importantes para o mundo e que a igualdade de gênero continua sendo a chave para o futuro do progresso, mostrando formas para priorizar mulheres e meninas em meio a crises globais.

A Fundação Rockefeller destacou a importância da equidade, e de promover a liderança das mulheres através do movimento Overdue4Equity. Destacou a importância de garantir o progresso das mulheres como precursor fundamental para a produtividade econômica, paz e prosperidade. Destacou, também, o apoio à The Education Commission e o International Finance Facility for Education, para o fortalecimento de uma ferramenta inovadora que aumentará o acesso à educação global.

## **Educação**

A Fundação Bill e Melinda Gates informou que o relatório “Education can not wait” mostra que progressos estão sendo feitos diariamente para alcançar uma educação de qualidade para todos.

---

<sup>98</sup> <https://wellcome.org/>

<sup>99</sup> <https://www.rockefellerfoundation.org/>

## ***Doenças crônicas não transmissíveis***

A [GAVI](#) chama a atenção para os fatores de risco por trás do aumento dos casos de câncer de início precoce. Baseado em estudo publicado na Nature Reviews Clinical Oncology, aponta o aumento global de casos de câncer em pessoas com menos de 50 anos. O estudo indica que as pessoas nascidas após 1990 são mais propensas a desenvolver câncer antes dos 50 anos, o que significa que os jovens serão mais sobrecarregados pelo câncer do que gerações passadas, com os efeitos indiretos sobre a saúde, a economia e as famílias.

## ***Combate às doenças infecciosas***

O Global Fund informa que, em 2021, acelerou os [investimentos](#) no combate às doenças infecciosas, mobilizando mais de US\$ 5 bilhões. Sinaliza, contudo, que precisa de pelo menos [US\\$ 18 bilhões](#) para lutar contra o HIV, TB, malária, construir sistemas mais fortes para a saúde e salvar mais de [20 milhões de vidas](#). Registra que o trabalho com as parcerias permitiu salvar [44 milhões de vidas](#) do HIV, tuberculose e malária desde 2002; com o apoio e a liderança do setor privado. O Global Fund destacou também que é preciso alavancar a engenhosidade e a generosidade do setor privado, acrescentando a equidade é central para atingir pessoas-chave e vulneráveis para acabar com a aids até 2030. Destacou o trabalho de agentes de saúde comunitária que lutam contra o HIV no Quênia e que 23,3 milhões de pessoas receberam [terapia antirretroviral para HIV](#) e 5,3 milhões de pessoas foram tratadas para [tuberculose](#) em 2021. O Global Fund salientou que [Rwanda](#) está liderando o caminho para derrotar a malária, informando que 133 milhões de [mosquiteiros](#) foram distribuídos em 2021.

A Fundação Bill e Melinda Gates destacou o uso de uma [plataforma](#) para informar e capacitar mulheres e acabar com o estigma do HIV/AIDS. Destacou a importância na detecção precoce do HIV como esforço para reduzir a carga do HIV em meninas e mulheres adolescentes e o trabalho dos agentes comunitários de saúde (ACSs) que considera a espinha dorsal das vitórias em Honduras contra a malária.

O Global Fund destacou a parceria com a Pfizer para expandir o acesso ao antiviral PAXLOVID; o esforço para ampliar o acesso equitativo aos testes e tratamento contra a COVID19 e salvar vidas entre as populações mais vulneráveis, mitigando o [impacto da COVID19](#) e protegendo os ganhos conquistados com muito esforço na luta pelo “End AIDS”.

A Fundação Wellcome Trust destacou a participação na Assembleia Geral da ONU em Nova York e o enfoque em uma visão de um mundo onde todos, em todos os lugares, estão protegidos contra as [doenças infecciosas](#), que causam cerca de um quarto de todas as mortes no mundo e que tem um [enorme impacto](#) nas economias globais, nos sistemas de saúde e no bem-estar, principalmente nos países de baixa renda.

O CSIS divulgou um podcast com o Dr. Daskalakis, vice-coordenador da Casa Branca, sobre as várias causas para um otimismo cauteloso em relação à varíola dos macacos. Destaca que, apesar de situações como a desaceleração da disseminação, a mudança de comportamento, a maior disponibilidade de vacinas, a maior flexibilidade no uso de recursos de HIV e DST e a comunicação aprimorada, ainda é preciso muito financiamento para superar a situação. O Podcast disponível em: <https://www.csis.org/node/66992>

## ***Coberturas vacinais***

A Fundação Rockefeller chamou a atenção para as baixas taxas de vacinação contra a COVID-19 e a necessidade de entender melhor a hesitação da vacina nas comunidades, assim

como a [pesquisa](#) do Instituto de Doenças Infecciosas de Uganda para descobrir por que as comunidades em risco não estavam sendo vacinadas.

A [GAVI](#) destacou o lançamento de um *software* de gerenciamento de dados que está ajudando a enfrentar os desafios de identificação e vacinação das crianças no Paquistão. O software Zenysis integra bancos de dados da poliomielite, registros de imunização e dados populacionais. Neste momento, identificar e alcançar crianças não vacinadas tem sido um desafio, mas startups de big data como a Zenysis, em parceria com o governo do Paquistão, estão trabalhando para solucionar esses problemas.

A [GAVI](#) chama a atenção para a necessidade de parar e reverter o declínio na imunização para crianças. Em todo o mundo, 25 milhões de crianças perderam uma ou mais doses de vacinas que salvam vidas em 2021, enquanto 18 milhões nunca receberam uma única dose de vacinas, também conhecidas como crianças de Dose Zero. Segundo dados da OMS e do UNICEF, a cobertura global de vacinação estagnou na última década. A convergência de uma crise de fome com uma lacuna crescente de imunização fomenta as condições para uma crise de sobrevivência infantil.

A GAVI comenta que a pandemia da COVID-19 criou [lacunas de imunização](#) ao interromper os programas nacionais na África. Mais de meio milhão de crianças estão em risco e o continente vive surtos de doenças evitáveis por vacinas. Relatório recente da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostrou que a pandemia provocou o maior declínio nas taxas de cobertura vacinal infantil, que comprometem os resultados dos esforços de prevenção e controle da carga de doenças como diarreia por rotavírus, pneumonia, coqueluche e sarampo.

A GAVI destacou as sete [inovações COVAX](#) que podem ajudar a combater a próxima pandemia. O artigo “COVAX: principais aprendizagens para preparação e resposta a futuras pandemias” contém a descrição das ações importantes que foram concebidas e implementadas pela resposta COVAX, considerada a maior expansão da tecnologia de cadeia ultra-fria da história.

A GAVI publicou artigo sobre as [teorias da conspiração](#), chamando a atenção para os efeitos negativos ou mesmo perigosos que podem ter, inclusive na redução das coberturas vacinais.

### ***Crise alimentar***

A Fundação Bill e Melinda Gates destacou que a guerra na Ucrânia ameaça o [fornecimento de alimentos](#) para as populações mais vulneráveis do mundo.

A Fundação Rockefeller destacou o trabalho dos mercados de alimentos “inteligentes” e as pequenas e médias empresas na África que levam comida à população carente. Considera que a agricultura regenerativa é um pilar fundamental para a construção de um futuro alimentar seguro e, nesse sentido, está apoiando inovações para ajudar a nutrir mais pessoas no mundo. Destacou ainda a importância de combater a fome de milhões de estudantes com a iniciativa [SchoolMeals4All](#).

A Fundação Bill e Melinda Gates afirmou que a insegurança alimentar é uma ameaça existencial ao progresso global, destacando que milhões de africanos estão passando fome ou correm o risco de passar fome. Dessa crise decorre a necessidade de o mundo investir em ferramentas e abordagens inovadoras para a produção de alimentos.



## **Crise climática**

A Fundação Bill e Melinda Gates mencionou o recente [relatório](#) da OMS que mostra que as mudanças climáticas, a guerra na Ucrânia e a pandemia de Covid-19 estão causando uma crise urgente de insegurança alimentar na África.

A Fundação Wellcome Trust destacou os efeitos das mudanças climáticas, das cadeias alimentares globais e das viagens internacionais na disseminação das doenças. Sugeriu a realização de pesquisa, cooperação global, liderança local e trabalho com as comunidades afetadas para garantir soluções acessíveis e econômicas para prevenir e controlar o impacto global de doenças infecciosas. A Fundação destacou também a importância de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 para limitar os [impactos](#) das mudanças climáticas, das repercussões do Covid-19, das interrupções na cadeia de suprimentos e dos conflitos violentos.

A Fundação Rockefeller afirmou que a mudança climática é causada pelos combustíveis fósseis, salientando o [trabalho da Energy Alliance](#) para criar empregos, acabar com a pobreza energética e proteger o planeta. A Fundação Rockefeller destacou a importância da eletrificação renovável em toda a África e o apoio ao crescimento econômico. Destacou, ainda, a importância do uso de energia solar e da redução das emissões de carbono e adaptar os cultivos.

A Fundação Wellcome Trust destacou a importância de reduzir o fluxo de gases de efeito estufa na atmosfera e de se adaptar às mudanças climáticas, fortalecer nossos sistemas de saúde e apoiar [novas pesquisas](#) em doenças infecciosas. Destacou ainda que as mudanças climáticas estão no topo da agenda da Assembleia Geral da ONU e da Climate Week NYC, pois não afetam apenas nosso meio ambiente, mas também aumentam o [risco de doenças infecciosas](#) mortais.

A Fundação Bill e Melinda Gates destacou que enfrentar dois dos maiores desafios do nosso tempo, um sistema alimentar falido e a desigualdade de gênero, poderia estimular o crescimento, a produtividade, e construir sistemas mais.

A GAVI<sup>100</sup>, the Vaccine Alliance, aponta os [impactos das inundações](#) no Paquistão, com o alerta para as maneiras pelas quais as inundações afetam a saúde. A água da enchente não mata apenas por afogamento, mas também por seus efeitos a longo prazo sobre a saúde física e psicológica das pessoas. Da doença à interrupção da assistência médica, os eventos de inundação afetam a saúde das pessoas de várias maneiras diretas e indiretas

## **EVENTOS**

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA)<sup>101</sup> realizou no dia 23 de setembro o [evento](#) "Envelhecimento saudável e oportunidades no Oriente Médio e na Região Africana".

A IFA participou de uma [sessão](#) "Capturando a amplitude e a profundidade da saúde digital além da pandemia" no âmbito do Congresso da International Pharmaceutical Federation para debater o envelhecimento saudável e a equidade digital.

---

<sup>100</sup> <https://www.gavi.org/>

<sup>101</sup> <https://ifa.ngo/>



No dia 12 de setembro, representantes da IANPHI<sup>102</sup> junto a CDC Global Health, se [reuniram](#) em Atlanta, EUA, com o diretor geral da West African Health Organisation para discutir o fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública na África Ocidental no controle de epidemias e para melhorar a capacidade do IANPHI na região.

A [Federação Internacional de Hospitais](#) (IHf)<sup>103</sup> divulga a 23ª Conferência Internacional de Cuidados Integrados. O evento acontecerá no Flanders Meeting & Convention Center Antuérpia-Flandres, de 22 a 24 de maio de 2023. Com o tema 'Cuidados em ação: como trabalhar em conjunto, uma abordagem participativa', a conferência aceita [submissões de trabalhos](#) sobre pesquisa, política, prática ou educação e especificamente relacionados aos [Temas da Conferência](#) até 31 de outubro de 2022.

A [Health Systems Global](#)<sup>104</sup> divulga o 7º Simpósio Global de Pesquisa em Sistemas de Saúde (HSR2022) acontecerá em Bogotá, Colômbia, de 31 de outubro a 4 de novembro de 2022, reunindo aproximadamente 2.000 pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de sistemas de saúde de todo o mundo. O HSR 2022 será um evento híbrido do People's Health Movement (<https://phmovement.org/>)

O Centro para Estratégias e Estudos Internacionais (CSIS)<sup>105</sup> realizará o curso Previsão Global: Preparando-se para Tendências Futuras. Este é o principal curso executivo de Washington para profissionais de nível médio e sênior responsáveis por ajudar suas organizações a prever e se preparar para as macrotendências globais que impulsionarão as mudanças nos próximos 30 anos. O curso acontecerá no período de 17 a 20 de outubro de 2022, com participação virtual mediante inscrição até 7 de outubro no valor de US\$ 4.000. Mais informações em: <https://www.csis.org/programs/executive-education/global-policy-courses/global-foresight-preparing-future-trends>

O CSIS apresenta a complementação do evento 'O que os dados de patentes podem revelar sobre a competição de tecnologia EUA-China?', com perguntas críticas baseadas em um painel de discussão realizado em 30 de agosto de agosto, chamado "Liderança e Patentes Tecnológicas dos EUA: O que os dados podem nos dizer?" Uma gravação do webinar, moderada pelos conselheiros sênior do CSIS Andrei Iancu e Kirti Gupta pode ser vista em <https://www.csis.org/events/us-technological-leadership-and-patents-what-can-data-tell-us> e o texto com as perguntas aos especialistas pode ser acessado em <https://www.csis.org/analysis/what-can-patent-data-reveal-about-us-china-technology-competition>

O CSIS anuncia a transmissão do Fórum de Desenvolvimento Global 2022: Disrupções Globais no Desenvolvimento Internacional, quinta-feira, 13 de outubro de 2022 8h00 - 13h30 pelo endereço <https://www.csis.org/events/2022-global-development-forum-global-disruptions-international-development>

A Comissão CSIS sobre o Fortalecimento da Segurança da Saúde da América realizou na segunda-feira, 19 de setembro, das 13h às 13h20, um bate-papo com o Dr. Anthony Fauci,

---

<sup>102</sup> <https://www.ianphi.org/>

<sup>103</sup> <https://www.ihf-fih.org/>

<sup>104</sup> <https://healthsystemsglobal.org/>

<sup>105</sup> <https://www.csis.org/>

Conselheiro Médico Chefe do Presidente e Diretor do Instituto Nacional de Alergias e Doenças Infecciosas e com J. Stephen Morrison, vice-presidente sênior e diretor do CSIS Global Health Policy Center, sobre o estado da pandemia da COVID-19 enquanto introduzimos a nova vacina bivalente e avançamos no inverno.

Disponível em <https://www.csis.org/events/future-outlook-dr-anthony-fauci>

O Centro Global de Saúde<sup>106</sup> comunica a realização, em 10 de outubro de 2022, das 12h30 às 13h25, do evento webex 'A visão de longo prazo: como sustentar a produção local de vacinas para pandemias?' Este evento fornecerá uma plataforma para os palestrantes compartilharem suas experiências, debaterem e revisarem os progressos feitos no aprimoramento da produção diversificada de vacinas em nível global, bem como analisar os desafios que permanecem. A transmissão on-line estará disponível mediante inscrição na página

<https://www.graduateinstitute.ch/communications/events/long-term-view-how-sustain-local-vaccine-production-pandemics>

A Fundação Bill e Melinda Gates destacou a realização do evento Goalkeepers 2030 no 20 e 21 de setembro que visa fortalecer o trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que reúne pessoas que incorporam a engenhosidade humana, inovação e vontade política para enfrentar os maiores desafios do nosso tempo, e onde serão homenageados alguns dos mais importantes agentes de mudança do planeta.

### **Considerações finais**

A crise climática e os conflitos armados tiveram grande destaque no período acompanhado. A força destas pautas deve-se ao potencial que possuem para carrear eventos drásticos para a saúde de comunidades e povos pelo mundo. A importância da qualificação e do trabalho dos profissionais de saúde ganhou destaque, com menções à importância do reforço financeiro para a formação e qualificação profissional para melhoria dos serviços e para a redução da escassez de profissionais. O informe mostrou o interesse das organizações em manter a cobertura vacinal e as doenças infecciosas em destaque, sobretudo para seu financiamento. Pelo ineditismo do tema nos informes, vale mencionar que a manifestação da Action Aid, comentando o relatório da ONU "Estimativas Globais da Escravidão Moderna". As organizações privadas, como de praxe, destacaram também as atividades que desenvolvem, incluindo notícias sobre captação ou aplicação de recursos financeiros.

---

<sup>106</sup> <https://www.graduateinstitute.ch/globalhealth>

**A profundidade da influência do Filantropocapitalismo e a erosão do sistema multilateral por força da eliminação do espaço e dos bens de interesse públicos.**

**E a radicalização da luta ambiental como agenda urgente.**

**Conflitos sociais em saúde e a construção de alternativas transformadoras.**

***Armando De Negri Filho***

Voltamos a destacar neste informe o tema do Filantropocapitalismo e do "multistakeholderismo" como fatores de erosão da democracia política, econômica e social em escala global, afetando de forma direta a saúde global e limitando a diplomacia da saúde em sua expressão estatal e civil / cidadã, pois compete com recursos e muito poder político derivado do seu poder econômico para infiltrar e logo direcionar as políticas públicas em favor de seus projetos, projetos dos quais sabemos pouco e não temos acesso mediante os recursos de controle democrático usuais – eleições e mecanismo públicos de controle. Precisamos considerar cada vez mais o desafio de submeter ao controle público e social tudo que afeta a vida das pessoas e envolve bens públicos e de uma vez superar a dicotomia entre propriedade privada e interesse público – necessita-se urgente resgate do espaço público para discutir os bens públicos da Humanidade – The Commons.

Os dois artigos que examinam a crescente influência da Fundação Gates na política de saúde dos países e no ambiente multilateral nos obrigam a agir em favor do bem público. Igualmente a entrevista com Andreas Malm nos desacomoda sobre as formas de atuar frente à urgência da crise ambiental e climática, em favor de uma nova estratégia para as lutas climáticas.

**1. Foi assim que a máquina de poder de Bill Gates dominou a política de Corona.** Urs P. Gasche. 19/09/2022. <https://www.infosperber.ch/wirtschaft/konzerne/so-dominierte-die-bill-gates-machtmaschine-die-corona-politik/>

O lobby de Gates exerceu enorme influência sobre os governos e a OMS. Isso é revelado por pesquisa do "Politico" e "Welt am Sonntag". "Confiamos enormemente em seus conselhos durante a pandemia", diz um funcionário do governo dos EUA. "Especialmente nos primeiros dias." O governo federal alemão, incluindo a chanceler Angela Merkel, também foi pessoalmente abordado por Bill Gates por telefone e cartas. Essas citações e informações vêm de documentos, atas de reuniões e depoimentos que jornalistas do "Welt am Sonntag" e da plataforma online "Politico" dizem ter coletado ao longo de um período de seis meses.

A maioria dos funcionários do governo nos EUA, bem como funcionários do governo e seus funcionários em outros países, tiveram que ter certeza do anonimato. A maioria não tinha permissão para falar com a mídia. Conclusão de "Welt am Sonntag": "Decisões importantes não foram tomadas pelos chefes de Estado e pela Organização Mundial da Saúde, mas pela Fundação Bill e Melinda Gates e sua rede." A rede de lobby Gates inclui a "Fundação Bill & Melinda Gates" em Seattle ("Um mundo melhor até 2030 está ao nosso alcance"; ativos de fundação em torno de 70 bilhões de dólares), o "Wellcome Trust" de Londres \* (carteira de investimentos de 38 bilhões de libras), a aliança de vacinação GAVI em Genebra e a "Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias") em Londres e Oslo. Aqui estão as descobertas mais importantes do "Politico":

1. As quatro organizações gastaram quase US\$ 10 bilhões em Covid desde 2020 - tanto quanto a principal agência dos EUA encarregada de combater Covid. 2. As organizações doam

coletivamente US\$ 1,4 bilhão à Organização Mundial da Saúde, onde ajudaram a moldar uma grande iniciativa para distribuir vacinas Covid-19 e kits de teste. Este programa não conseguiu atingir seus objetivos originais. 3. Os expoentes da organização tiveram acesso sem precedentes aos mais altos níveis de governo, gastando pelo menos US\$ 8,3 milhões pressionando legisladores e funcionários nos EUA e na Europa. 4. Funcionários dos EUA, da UE e da OMS juntaram-se a essas quatro organizações como funcionários, ajudando-os a solidificar seus laços políticos e financeiros em Washington e Bruxelas. 5. Os chefes das quatro organizações prometeram fechar a lacuna da justiça. Mas durante as piores ondas da pandemia, países de baixa renda ficaram sem vacinas que salvam vidas. 6. Os expoentes de três das quatro organizações argumentaram com sucesso e pressionaram que a remoção das proteções de propriedade intelectual não era necessária para melhor fornecer vacinas à África. Mas licenciar a produção ou suspender parcialmente os direitos de patentes teria ajudado a salvar muitas vidas, dizem ativistas.

A Rede de Lobby. A Fundação Bill & Melinda Gates trouxe a maior parte de sua fortuna e encontrou outros para fazer o mesmo. Sobre o lendário investidor Warren Buffett. A fundação contribuiu significativamente para conter a poliomielite e o ebola na África. WellcomeTrust \* Uma fundação global sem fins lucrativos fundada em 1936 com o legado do empresário farmacêutico Henry Wellcome. Hoje é a segunda maior organização do setor de saúde global, que também investe seus próprios ativos em empresas farmacêuticas. O Wellcome Trust recebe regularmente financiamento para projetos da Fundação Gates. As duas organizações trabalharam juntas muitas vezes no passado. Eles também formaram alianças conjuntas, que estavam principalmente preocupadas com o desenvolvimento de vacinas. Aliança de Vacinação GAVI A aliança quer melhorar a proteção à vacinação em países de baixa renda. Os parceiros são a Fundação Bill & Melinda, a OMS, a Unicef e o Banco Mundial. Autodeclaração: "Desde sua criação, em 2000, a GAVI ajudou a imunizar mais de 822 milhões de crianças nos países mais pobres do mundo, prevenindo mais de 14 milhões de mortes".

O CEPI. A Fundação Gates e o Wellcome Trust criaram a Coalizão para Inovações de Preparação para Epidemias com os governos da Índia e da Noruega para desenvolver novas vacinas e torná-las acessíveis. (Fontes: Publico, Welt am Sonntag, Infosperber) "Politico" tirou a seguinte conclusão da pesquisa: Lobby bem-sucedido para proteção irrestrita de patentes: a rede Gates trabalha em estreita colaboração com empresas farmacêuticas. Para maximizar seus lucros, era importante que eles não precisassem fazer concessões quando se tratava de proteção de patentes, embora se beneficiassem de bilhões em dinheiro dos contribuintes para desenvolver e fabricar as vacinas. As iniciativas "Welt am Sonntag" e "Politico" compilaram alguns números: a Fundação Bill Gates, a Wellcome Trust e as iniciativas CEPI e GAVI gastaram juntos pelo menos 8,3 milhões de dólares em lobby na Alemanha, EUA e União Europeia desde o início da pandemia.

Nos EUA, de acordo com dados do registro de lobby local, representantes das quatro organizações se reuniram com funcionários da agência nacional de desenvolvimento, políticos da Casa Branca e do Departamento de Saúde dos EUA a partir da primavera de 2020. A organização de vacinas CEPI trabalhou para diversas leis que devem fornecer à iniciativa muito dinheiro de impostos para seus projetos. "As quatro organizações de saúde, trabalhando juntas, gastaram quase US\$ 10 bilhões lutando contra Covid em todo o mundo. Mas os governos não tinham controle sobre eles. E as quatro organizações ficaram aquém de seus próprios objetivos."

"Politico" tirou a seguinte conclusão da pesquisa: Lobby bem-sucedido para proteção irrestrita de patentes A rede Gates trabalha em estreita colaboração com empresas

farmacêuticas. Para maximizar seus lucros, era importante que eles não precisassem fazer concessões quando se tratava de proteção de patentes, embora se beneficiassem de bilhões em dinheiro dos contribuintes para desenvolver e fabricar as vacinas. As iniciativas "Welt am Sonntag" e "Politico" compilaram alguns números: a Fundação Bill Gates, a Wellcome Trust e as iniciativas CEPI e GAVI gastaram juntos pelo menos 8,3 milhões de dólares em lobby na Alemanha, EUA e União Europeia desde o início da pandemia. Nos EUA, de acordo com dados do registro de lobby local, representantes das quatro organizações se reuniram com funcionários da agência nacional de desenvolvimento, políticos da Casa Branca e do Departamento de Saúde dos EUA a partir da primavera de 2020. A organização de vacinas CEPI trabalhou para diversas leis que devem fornecer à iniciativa muito dinheiro de impostos para seus projetos.

Um alto funcionário de Trump no Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA diz hoje que os congressistas foram "fortemente alvo" do CEPI e seus aliados. Os lobistas tentaram "introduzir suas regras linguísticas em cada documento oficial que foi criado na época". Finalmente, o governo dos EUA sob Donald Trump prometeu 20 milhões de dólares para o CEPI. O sucessor Joe Biden até aumentou os gastos anuais em seu orçamento para US\$ 100 milhões. O CEPI também se aproximou do chanceler alemão. O diretor executivo Richard Hatchett pediu apoio financeiro a Merkel. "Sem esse investimento, o CEPI não poderá continuar o programa de desenvolvimento de vacinas Covid", escreveu Hatchett em uma carta datada de 4 de março de 2020. Ele anexou um documento intitulado "Call to Action". Contém argumentos "por que o CEPI é o veículo certo" para o desenvolvimento global de vacinas. Nove dias depois, o governo federal anunciou que financiaria o CEPI com 140 milhões de euros.

Contra a produção barata nos países em desenvolvimento. Na primavera de 2020, a questão era se os cientistas desenvolveriam uma vacina e garantiriam que o maior número possível de fabricantes pudesse produzi-la de forma barata. A organização Médicos Sem Fronteiras, entre outros, está em campanha para isso. Ou se as empresas farmacêuticas que produzem vacinas recebem direitos de patente. A Fundação Gates e seus sócios CEPI e GAVI fizeram lobby para as empresas farmacêuticas. Eles criaram vários "white papers" nos quais esboçaram ideias detalhadas para o procedimento e depois as distribuíram a políticos e funcionários relevantes do governo. Essas cartas eram parte da maior ofensiva de lobby da emissora. Em abril de 2020, os governos da Alemanha, França e Espanha aprovaram resoluções que correspondiam em grande parte aos "white papers" da Fundação Gates e seus parceiros.

As organizações CEPI e GAVI, também financiadas pela Gates e pela Wellcome Trust, receberam a liderança na produção e distribuição de kits de teste, medicamentos e vacinas. A iniciativa recebeu o nome DE ACT-A para "Access to Covid-19 Tools Accelerator". A OMS só deve receber "supervisão" sobre a campanha. A organização Covax foi fundada para distribuir as vacinas. O plano previa que os Estados-nação comprariam vacinas dos fabricantes em grandes quantidades e em condições negociadas, a fim de depois distribuí-las em todo o mundo. Mas isso não caiu bem com a rede Gates ou com as companhias farmacêuticas. Este último queria manter a soberania sobre a produção e distribuição. No final, os países doadores comprometeram-se a fornecer um total de 7,4 bilhões de euros.

30 empresas farmacêuticas e institutos de pesquisa receberam subsídios de várias organizações da rede de Gates para o desenvolvimento de vacinas, testes e medicamentos. Segundo pesquisa da "Welt am Sonntag" e "Politico", 2,4 bilhões de dólares fluíram apenas para o desenvolvimento das vacinas. A Universidade de Oxford, em Londres, recebeu a maior soma de 442 milhões de dólares para pesquisas básicas sobre o desenvolvimento de uma vacina do

CEPI, da Fundação Gates e do Wellcome Trust. Foi assim que a máquina de energia de Bill Gates dominou a política corona - a universidade declarou pela primeira vez que eles tornariam seus resultados de pesquisa livremente disponíveis. Mas a Fundação Gates foi rápida em sugerir que a universidade "trabalhe com uma multinacional para garantir que os pesquisadores tenham toda a gama de habilidades e recursos". Como resultado, a universidade cedeu e assinou um contrato com a AstraZeneca.

A empresa farmacêutica foi e está autorizada a usar os resultados da pesquisa exclusivamente. Promessas não cumpridas A Fundação Gates e sua rede não mantiveram suas promessas: testes de Corona, vacinas e medicamentos estavam disponíveis muito mais tarde do que o prometido. Isso de acordo com uma equipe de revisão liderada pela consultoria de Nova York Dalberg Global Development Advisors . As quatro organizações envolvidas tinham dado a ordem sozinhas. A rede Gates havia prometido ainda fornecer aos residentes de países em desenvolvimento e emergentes 500 milhões de kits de teste até meados de 2021. Eram apenas 84 milhões até o final de junho de 2021. Eles queriam entregar 245 milhões de doses de drogas contra Covid para a África e outros países em desenvolvimento e emergentes. Até meados de 2021, apenas 1,8 milhão de doses haviam chegado.

E das duas bilhões de doses de vacina prometidas para serem entregues até o final de 2021, quase metade foi distribuída. Sem produção de vacinas na África do Sul, a questão específica era que um centro de pesquisa proposto pela OMS deveria ser criado na África do Sul, a fim de reduzir a dependência do Covax para a distribuição de vacinas. Inicialmente, o ministério acreditava que a fabricante Moderna "disponibilizaria seu ingrediente ativo como base". Mas a empresa farmacêutica Moderna se recusou a disponibilizar sua vacina para imitação. A rede em torno da Fundação Gates apoiou a Moderna.

"Welt am Sonntag" e "Politico" citam Adam Moe Fejerskov , que entrevistou uma centena de funcionários ativos e ex-funcionários para seu livro sobre a Fundação Gates: "A Fundação Gates age como um camaleão. Ela muitas vezes muda sua aparência no exterior. Às vezes ela age como uma ONG sem fins lucrativos, às vezes como um banco de investimento emocionalmente frio. Mas é sempre mais do que apenas distribuir dinheiro. "Se Gates está falando sério sobre um projeto, ele quer estar no banco do motorista." Jörg Schaaber , fundador da organização anti-farmacêutica BUKO PharmaCampaign, falou de uma "recaída no feudalismo".

Um punhado de filantropos decidem sobre o "bem e o mal do mundo". O americano Lawrence Gostin, especialista em direito da saúde na Universidade Georgetown de Washington, disse: "O que vemos aqui é o pior tipo de influência porque ocorre a portas fechadas.". O público não consegue entender as decisões dos fundamentos, embora sejam diretamente afetados por essas decisões. Isso também se aplica à OMS e aos políticos dos estados nacionais, embora financiem os projetos das fundações.

Um político alemão de saúde comentou: "A falha de design do nosso sistema é que o mundo não pode fazer sem esses filantropos. E esse fato sozinho lhes dá um enorme poder. Os porta-vozes do CEPI e da GAVI também transferem a responsabilidade para os governos. Eles não forneceram dinheiro suficiente e forneceram muito pouco apoio. Jeremy Farrar, CEO da Wellcome Trust, disse aos pesquisadores que a iniciativa "certamente não era perfeita". Mas sem eles, a resposta do mundo à pandemia teria sido "mais pobre e muito mais fragmentada". Os Estados-nação estão obviamente sobrecarregados. De qualquer forma, o presidente do Fórum Econômico Mundial WEF, Klaus Schwab, declarou no NZZ em 17 de setembro: "Ninguém

está realmente responsabilizando esses atores. E ainda assim eles têm um grande impacto sobre como respondemos a uma pandemia." Sophie Harman, professora de Política Internacional da Universidade Queen Mary de Londres "Para ser franco: o dinheiro pode comprar influência. E esse é o pior tipo de influência. Não só porque é dinheiro [...] mas também porque é acesso privilegiado a portas fechadas." Lawrence Gostin, Professor de Saúde Pública na Universidade Georgetown em Washington DC.

**Rede Gates: "Os governos são responsáveis".** As próprias organizações defendem seu trabalho. A Fundação Gates tem seu CEO Mark Suzman responder a um pedido. Ele diz: O ACT-A definitivamente mostrou sucesso em algumas regiões do mundo. Ele é crítico da campanha de vacinação, mas não das bases em particular: "O mundo como um todo falhou aqui, uma vez que os países de alta renda inicialmente reivindicaram a oferta disponível para si mesmos" Os porta-vozes do CEPI e da GAVI também transferem a responsabilidade para os governos. Eles não forneceram dinheiro suficiente e forneceram muito pouco apoio. Jeremy Farrar, CEO da Wellcome Trust, disse aos pesquisadores que a iniciativa "certamente não era perfeita". Mas sem eles, a resposta do mundo à pandemia teria sido "mais pobre e muito mais fragmentada".

Os Estados-nação estão obviamente sobrecarregados. De qualquer forma, o presidente do Fórum Econômico Mundial WEF, Klaus Schwab, declarou no NZZ em 17 de setembro: "Ninguém está realmente responsabilizando esses atores. E ainda assim eles têm um grande impacto sobre como respondemos a uma pandemia." Sophie Harman, professora de Política Internacional da Universidade Queen Mary de Londres "Para ser franco: o dinheiro pode comprar influência. E esse é o pior tipo de influência. Não só porque é dinheiro [...] mas também porque é acesso privilegiado a portas fechadas." Lawrence Gostin, professor de Saúde Pública na Universidade Georgetown em Washington DC "O papel dos negócios permanece crucial na promoção da colaboração e no enfrentamento dos desafios globais".

**2. A OMS está se tornando cada vez mais dependente de Bill Gates & Co.** Urs P. Gasche e Martina Frei /24.09.2022. Os Estados têm passado fome financeiramente na Organização Mundial da Saúde. Fundações privadas não são sem conflitos de interesse. Vermelho. Em uma primeira parte, informamos como a rede Bill Gates dominava a política de Corona. Nesta segunda parte, damos uma olhada mais de perto na OMS e no poderoso Wellcome Trust, que também recebe fundos de Gates.

A OMS é uma agência de defesa do adoecimento A Organização Mundial da Saúde, anteriormente uma força de intervenção com recursos financeiros prósperos para combater doenças generalizadas, como a varíola, foi salva por três décadas. A razão para isso foi a crise da dívida global no início da década de 1990. Na época, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) advertiram que os Estados-nação deveriam reduzir suas contribuições para a OMS, dizendo que eram gastos improdutos. Na época, não havia consciência de que os efeitos dos problemas na África não se limitavam à região. Secas, guerras civis e doenças infecciosas estão levando as pessoas para a Europa e os EUA e representam grandes desafios para a política ocidental. A OMS agora depende da rede Gates, que distribuiu quase dez bilhões de dólares para combater o vírus desde o surto da pandemia corona até o momento. Nos anos pandêmicos 2020 e 2021, , mais de US\$ 1,4 bilhão foram para a OMS. Isso significa que a rede foi o doador mais importante para a OMS, à frente dos EUA ou da UE. Isso emerge de documentos e testemunhos que jornalistas do "Welt am Sonntag" e da plataforma online "Politico" afirmam ter coletado durante um período de seis meses.

Fundos destinados. Hoje, 80% da OMS depende de doações voluntárias. As doações vêm dos Estados-Membros e de fundações privadas ou de empresas farmacêuticas. O principal problema: Grande parte dessas doações é destinada (2018/2019: 3,6 bilhões de dólares americanos, 2020/2021: cerca de 4,8 bilhões de dólares americanos). Isso significa que o doador determina no que a OMS pode gastar esse dinheiro. Então, quais pesquisas são financiadas, quais medidas médicas são tomadas e em que país. efeitos de porta giratória a OMS e os filantropos também têm trocado muitas vezes o pessoal de topo. Muitos especialistas mudaram da autoridade para a rede Gates ou vice-versa. Por exemplo, Chris Wolff, vice-diretor de parcerias com o país. Ele trabalhou anteriormente para a OMS. Ou Jeremy Farrar, o diretor do Wellcome Trust.

Até outubro de 2021, ele chefiava um grupo consultivo que fez propostas à OMS sobre quais projetos de pesquisa deveriam ser apoiados com vistas a Covid. No início de fevereiro de 2020, logo após o surto da pandemia, a Fundação Gates e o Wellcome Trust organizaram uma reunião com mais de 300 especialistas em saúde em Genebra. O objetivo: um plano de batalha áspero para o desenvolvimento de vacinas, testes e medicamentos para os próximos meses. Eles concordaram que os Estados-nação, a OMS, as fundações privadas e a indústria farmacêutica devem garantir que as vacinas e medicamentos sejam desenvolvidos o mais rápido possível. Logo ficou evidente que não era a OMS que estava liderando este projeto, mas a rede em torno de Gates. A Fundação Gates, o Wellcome Trust, o CEPI e o GAVI queriam que a pandemia fosse combatida com os meios que preferiam: com grandes subsídios dos Estados-nação - e sem suspender os direitos de patente.

Os Estados-nação renunciaram à liderança e ao controle dos esforços globais de saúde. Klaus Schwab, Presidente do Fórum Econômico Mundial WEF, afirmou no NZZ de 17 de setembro: "O papel dos negócios continua sendo crucial para promover a colaboração e enfrentar desafios globais." \_\_\_\_\_ É uma fundação de pesquisa sem fins lucrativos, de aproximadamente US\$ 38 bilhões, criada em 1936 com o legado do empresário farmacêutico Henry Wellcome. De acordo com o Politico, o Wellcome Trust gastou pelo menos US\$ 1,1 milhão em lobby na Europa nos últimos dois anos. Aqui estão alguns resultados da pesquisa de Tim Schwab publicada em março de 2021: A forma como a pandemia covid 19 é tratada é determinada não apenas pelos governos e pela OMS, mas também por uma "rede de parcerias público-privadas entre fabricantes de medicamentos e fundações privadas", observou Schwab. Uma das principais vozes desta rede é o "Wellcome Trust", um dos "maiores doadores mundiais de pesquisa em saúde". De acordo com suas próprias declarações, o Wellcome Trust fundou o Covid-19 Therapeutics Accelerator juntamente com a Fundação Bill e Melinda Gates e a Mastercard. O objetivo deste projeto: arrecadar bilhões de dólares para levar os tratamentos covid, incluindo dexametasona e uma gama de anticorpos monoclonais, para centenas de milhões de pessoas nos próximos anos. O Wellcome Trust, a "Fundação Bill e Melinda Gates" e a OMS supervisionam o que está sendo pesquisado e o que está sendo desenvolvido ainda mais, através do "Covid-19 Therapeutics Accelerator".

O jornalista descobriu que o Wellcome Trust simultaneamente investiu em empresas que produzem essas drogas. Por exemplo, ele detinha ações da Roche no valor de £252 milhões. Roche ajuda a produzir anticorpos contra Covid-19. O fundo investiu 275 milhões de libras em ações da Novartis. A Novartis fabrica dexametasona e, segundo Schwab, está pesquisando outras terapêuticas. O fundo detém dois milhões de ações da Abbott Laboratories, uma das empresas mais conhecidas que fabricam testes de corona. De julho a outubro de 2020, o valor dessas ações subiu de US\$ 178 milhões para US\$ 212 milhões, de acordo com o artigo do BMJ.



O Trust investiu pelo menos £ 1,25 bilhão (direta ou indiretamente através de suas ações em uma empresa de investimento) em fabricantes de diagnósticos ou terapêuticas Covid-19: Roche, Johnson & Johnson, Abbott, Siemens, Novartis, Merck, AbbVie, Biogen e Teva, listas de Tim Schwab. O "Wellcome Trust" não quis revelar detalhes ao "BMJ". Mesmo uma carta-para-o-editor não encontrou nada de errado: o Wellcome Trust simplesmente continuaria o que a empresa farmacêutica Wellcome, da qual emergiu, também fez: investir em pesquisa e colocar os lucros de volta em pesquisas úteis.

De acordo com o Relatório Anual de 2020, o Trust obteve um lucro de £ 3,3 bilhões em todos os seus investimentos em 2020 - o triplo do valor que o Wellcome Trust gastou em causas de caridade, relata Tim Schwab. O diretor do Wellcome Trust, Jeremy Farrar, era até recentemente parte do órgão que aconselha o governo britânico em situações de emergência, como a pandemia. Até outubro de 2021, presidiu um dos órgãos científicos de assessoria que assessora a OMS. Ele também é membro do conselho do CEPI e um especialista frequentemente citado na mídia. Ele também tem uma palavra a dizer quando se trata da questão de se e onde o Wellcome Trust investe seu dinheiro. De acordo com o Wall Street Journal, o Wellcome Trust realizou conferências com empresas de investimento privado já em janeiro de 2020 - no início da pandemia - na qual Farrar alertou sobre o que estava por vir. As empresas então reestruturaram suas carteiras para reduzir perdas ou obter mais lucros.

Duas dessas empresas - Blackstone e Sequoia - pagaram dividendos ao Wellcome Trust nos últimos anos. Ele não revelou a Schwab se o fundo havia investido lá no momento da teleconferência. Em 2015, o Wellcome Trust foi criticado publicamente por também investir em companhias petrolíferas, o que era inconsistente com suas intenções humanitárias. Farrar respondeu às críticas de que o Trust, como investidor, queria que as companhias petrolíferas se comportassem melhor. A revista científica Science informou em 2018 que a instituição de caridade Wellcome Trust havia investido quase US\$ 1 bilhão em empresas offshore, presumivelmente para economizar em impostos. Entre eles estava um fundo nas Ilhas Cayman que investiu em combustíveis altamente poluentes para navios.

O Wellcome Trust trabalha regularmente com a Fundação Bill & Melinda Gates. Por exemplo, ambos estiveram envolvidos na fundação do CEPI, a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias, no Fórum Econômico Mundial em 2017. Um artigo no The Lancet, coautoria de Jeremy Farrar e introdução do CEPI, disse: o CEPI tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento das vacinas e garantir que "o preço não seja uma barreira para as populações que mais precisam". »

**3. Uma Nova Estratégia para as Lutas Climáticas. Outras Palavras. 22.09.22**  
<https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/uma-nova-estrategia-para-as-lutas-climaticas/>

**Andreas Malm**, entrevistado pela revista *Contretemps* | Tradução: **Maurício Ayer**

Em 2021, o ativista e pesquisador sueco Andreas Malm, um personagem de influência crescente nos movimentos ambientalistas da Europa, publicou um livro provocador. "Como explodir um gasoduto: aprendendo a lutar num mundo em chamas"<sup>1</sup> era o título. Malm, que tem 46 anos e é professor de Ecologia Humana na Universidade de Lund, disse ser necessário perturbar o cenário atual. A crise climática escancara-se. O planeta está em chamas ou sob as águas, mas os governantes recusam-se a agir e as corporações trabalham para que tudo permaneça como é. A crítica sem dentes acaba se convertendo em mera retórica, sustentou ele.

A trajetória teórica e militante de Malm começara antes. Em 2010, ele filiou-se a uma organização trotsquista sueca que mais tarde incorporou-se ao Partido de Esquerda. Em 2016, publicou "*Fossil Capital*", em que propõe ao ambientalismo deixar de criticar genericamente a indústria e o desenvolvimento – para se concentrar na denúncia dos combustíveis fósseis e na luta pela transição energética. Seus diálogos com ecologistas multiplicam-se. A escritora Naomi Klein, impressionada por suas posições, considerou-o "um dos pensadores mais originais no tema da mudança climática.

Na entrevista a seguir, concedida à redação da revista francesa "*Contretemps*", é possível conhecer algumas de suas ideias. Malm, que se vê como pensador marxista, julga indispensável envolver os trabalhadores na luta contra a mudança climática – daí seu apoio a propostas como o "Green New Deal", que articulam a redução das emissões de CO<sup>2</sup> com garantia de trabalho digno e renovação das infraestruturas. Mas é pouco otimista sobre o papel dos sindicatos (muito aferrados a conservar os postos de trabalho atuais). Vê na juventude, que articulou as greves climáticas dos últimos anos, um sujeito essencial – inclusive porque pode não ter planeta habitável para viver.

Mas julga ser necessário ir além dos protestos: por maiores que sejam, eles terminam sem impor perdas ao sistema que promove o aquecimento. "Se os governos não são capazes de adotar um tributo sobre a emissão de CO<sup>2</sup>, nós devemos fazê-lo", diz ele, ao sugerir ações que causem prejuízos reais às corporações diretamente ligadas à poluição.

Também parece atenta e refinada sua visão sobre o "tecnologismo", a crença em que a catástrofe ambiental será solucionada, de alguma maneira, pela introdução de novas técnicas. Malm vê na geoengenharia – grosso modo, a tentativa de criar espelhos na atmosfera, que reflitam a luz solar e provoquem um resfriamento do planeta – um risco ambiental e político. Os Estados muito poderosos que fossem capazes de implantar o processo ganhariam poder geopolítico gigantesco, frisa ele. E ao apenas mitigar os efeitos da queima de combustíveis, sem enfrentar suas causas, a "alternativa" (que jamais foi testada) colocaria o planeta sob risco de um aquecimento súbito e dramático, caso deixasse de ser eficaz.

Já o sequestro de carbono parece a Malm uma solução possível em caráter de emergência – desde que não se preste a apenas reciclar os fósseis – como quando se captura CO<sup>2</sup> da atmosfera apenas para transformá-lo, por exemplo, em combustível sintético para aviação, ou matéria-prima para fertilizantes...

Supondo que os movimentos climáticos tornem-se potentes como Malm imagina possível, a quem eles deverão se dirigir, para alcançar mudanças efetivas? O ativista sueco não tem dúvidas: na atual etapa do desenvolvimento humano, os Estados serão os agentes decisivos para mudanças efetivas. "Mudanças individuais no estilo de vida nunca serão a resposta, pois o que você pode fazer nesta condição tem um efeito extremamente limitado", diz ele. Que, no entanto, pensa ser um equívoco desprezar as mudanças de comportamento. "Não é uma questão de impacto, mas de credibilidade: se estamos defendendo uma mudança total na sociedade, seria hipócrita não fazer mudança em nosso próprio modo de vida".

E não se trata de buscar "pureza", pois "não há vida boa no interior da má", diz o pesquisador, citando Adorno. "Se alguém está preso dentro de um sistema fundamentalmente podre, é muito difícil purgar a si mesmo e viver de forma plenamente sustentável", acrescenta. Ou seja: a prova dos nove não está na "bondade" – mas na luta. E sobre esta, Malm tem muito o que dizer, na entrevista a seguir. **[A.M.]**

*Ao tratar de questões estratégicas e táticas da luta climática, você mencionou a questão do papel dos trabalhadores e do movimento trabalhista como eles são (e eles são obviamente muito diferentes de país em país). Você desenvolveu a ideia de bloquear as infraestruturas e empresas fósseis mais destrutivas; como você vê isso em relação aos trabalhadores – não apenas nesses setores, mas também de forma mais ampla – e o movimento trabalhista como você o conhece – seja o exemplo sueco ou de outros países?*

Formulei essa questão de uma maneira um tanto infeliz, há alguns dias, e acabei dando a impressão de estar desqualificando excessivamente os sindicatos. Não era minha intenção. Minha experiência concreta em relação aos sindicatos nos últimos anos foi bastante limitada. Meu horizonte é o norte da Europa. Na Suécia, os sindicatos são completamente indiferentes à questão climática, provavelmente mais do que na Noruega e na Dinamarca.

Os sindicatos suecos são totalmente ignorantes e desinteressados neste assunto, e também totalmente incapazes de lutar pelos interesses de seus membros. Não há mais greves na Suécia. Esta é provavelmente a exceção e não a regra, mas o nível da luta de classes na Suécia é tão baixo que, do meu ponto de vista, é extremamente difícil imaginar que, de repente, os sindicatos suecos estejam dispostos a se tornar um ator importante na política climática.

Na Alemanha, onde tenho uma experiência um pouco mais concreta de ativismo climático, a situação é um pouco mais sutil. O movimento *Fridays for Future* em 2019, foi mais forte e mais importante na Alemanha do que em qualquer outro lugar. Houve um momento no outono de 2019 em que havia um componente sindical nessas greves e o grande sindicato do setor público convidou seus membros a aderir. Por outro lado, temos uma experiência muito negativa da luta em torno do carvão na Alemanha – que é realmente uma luta fundamental em todo o campo europeu da política climática – onde os grandes sindicatos resistiram aos apelos por um abandono do carvão e aderiu ao combustível.

Desta experiência surgiu uma posição que foi articulada por um bom amigo e camarada, Tazio Müller, que foi uma espécie de organizador, estrategista e pensador chave do *Ende Gelände*<sup>2</sup>. Ele agora praticamente diz que vê a classe trabalhadora nos “países do norte” como mais ou menos uma parte do inimigo – ele pensa que a classe trabalhadora organizada está tão implicada na economia existente que ela só pode defender o carvão e coisas similares, como ela geralmente tem feito.

Há uma posição oposta que é muito claramente enunciada por um amigo em comum, [Matt Huber](#), em seu recente livro *Climate Change as Class War: Building Socialism on a Warming Planet (Mudança Climática como Guerra de Classes: Construindo o socialismo em um planeta em aquecimento)*. Ele afirma que a única esperança da política climática é mobilizar as forças do movimento trabalhista organizado e apenas alcançando a classe trabalhadora – incluindo empregos industriais – que podemos fazer progressos no frente do clima. Portanto, a ideia de que a classe trabalhadora organizada é o único sujeito concebível de uma revolução climática.

Essas são duas posições antípodas – e me vejo defendendo uma espécie de posição intermediária entre as duas. Não posso aceitar a ideia de que a classe trabalhadora seja parte do inimigo – nem mesmo os carvoeiros. Mas, por outro lado, não acredito muito na ideia de que o movimento operário organizado possa ser o principal impulsionador da frente climática. Acho que o principal impulsionador dessa luta será e é um movimento climático que não se define em torno da classe social.

Penso que existem três caminhos principais que podem levar alguém a se interessar pelas questões climáticas: 1) ter alguma experiência pessoal com desastres climáticos que estão se tornando cada vez mais comuns; 2) ter conhecimento da gravidade da crise sem tê-la vivenciado pessoalmente, o que não é muito difícil e não exige doutorado ou qualquer grau universitário; 3) ser movido pela solidariedade com as pessoas que sofrem com os desastres climáticos em todo o mundo.

Acho que esses são os três principais caminhos para o engajamento na luta contra as mudanças climáticas e nenhum desses caminhos passa necessariamente pelo ponto da produção. Em vez disso, há uma espécie de funil que atrai pessoas para o movimento climático de diferentes pontos da paisagem da sociedade de classes.

O movimento que emergiu em 2019 foi amplamente definido não por questões de classe, racialização ou gênero, mas sim pela questão da idade. Foi principalmente um fenômeno juvenil – com as greves climáticas escolares em particular – e há uma lógica nisso, porque a crise climática tem um aspecto temporal muito específico: são os jovens que terão que lidar com ela pelo resto de suas vidas, enquanto os idosos podem ter se beneficiado da economia de combustível fóssil e não verão tanto os danos.

Acho que temos que teorizar e, até certo ponto, aceitar e entender que a questão da idade será significativa nas mobilizações que virão contra as mudanças climáticas. Acho que Matt Huber e outros que têm ideias semelhantes às dele estão corretos em que o movimento climático precisa de uma aliança com a classe trabalhadora e com segmentos do movimento sindical organizado para reunir força suficiente para reverter a situação. O movimento climático deve garantir que suas orientações políticas sejam compatíveis com os interesses da classe trabalhadora e que elas possam convergir com esses interesses.

Mas outra coisa é colocar todos os ovos na cesta de uma virada industrial ou de uma proletarização do movimento climático, o que, na minha opinião, seria um impasse estratégico. A promessa do Green New Deal e de todas essas iniciativas que surgiram nos últimos anos – que infelizmente não tiveram sucesso, mas isso não significa que sejam inúteis ou fadadas ao fracasso – de que a transição climática caminha lado a lado com a melhoria o padrão de vida dos trabalhadores e o fortalecimento do poder de barganha na posição política da classe trabalhadora é algo que deve ser perseguido.

Quando se trata de questões táticas concretas sobre as relações com os trabalhadores durante um bloqueio, a experiência alemã me mostrou que seria um grande erro – um erro operarista, para usar o termo – priorizar boas relações com os trabalhadores/as do carvão em vez de um bloqueio efetivo que prejudica temporariamente os interesses desses trabalhadores porque você fecha suas minas por alguns dias, por exemplo.

Muitas iniciativas foram tomadas para tentar estabelecer contato e diálogo com os trabalhadores do carvão na Alemanha, mas elas falharam, especialmente no leste do país, onde os trabalhadores do carvão tendem a se voltar para a extrema direita – a Alternative für Deutschland, AfD – para defender seus interesses, porque a AfD quer continuar minerando carvão para sempre e nega a existência da crise climática. Mas não devemos absolutamente desistir da ideia de que o tipo de transição que queremos deve garantir que os/as trabalhadores/as de setores que devem ser completamente desmantelados obtenham empregos equivalentes ou melhores, de preferência nos locais onde vivem para que não precisem se mudar. Esta deve ser uma parte fundamental da transição.

Mas, no longo prazo, não se pode esperar que os/as trabalhadores/as da indústria de combustíveis fósseis tomem a iniciativa de fechar esse setor – uma abordagem marxista de base nos ensina que seu interesse de classe imediato é, obviamente, manter seus empregos. A iniciativa de fechar este setor deve, portanto, vir de fora e o bloqueio é uma manifestação disso: viemos de fora e queremos fechar esse setor porque é necessário. Mas não queremos fazer desses/as trabalhadores/as nossos/as inimigos/as e não queremos considerá-los/as como tal – é melhor dizer-lhes que, infelizmente, eles/as estão empregados/as em um setor que deve ser fechado, mas que exigimos que a transição garanta que eles consigam empregos equivalentes ou melhores ali onde vivem.

Eu realmente me dei conta do erro que cometi no outro dia – ao dar a impressão de desqualificar os sindicatos – quando participei do workshop sobre ecossindicalismo, durante o qual eu ouvi vários casos – alguns dos quais eu conhecia – de trabalhadores/as de fábricas propondo uma reconversão de sua produção.

Um camarada da seção sueca da Quarta Internacional fez um trabalho absolutamente heroico no sindicato dos metalúrgicos da indústria automobilística por décadas; ele tentou estabelecer a ideia de que os trabalhadores automotivos podem salvar seus empregos propondo uma conversão de suas fábricas em locais de produção de coisas como caixas elétricas ou turbinas eólicas ou qualquer outra coisa que pudesse ser usada para a transição. Infelizmente, ele não avançou porque está isolado e a burocracia sindical exerce o controle total.

Acompanho seus esforços há duas décadas, por assim dizer, e ele está batendo a cabeça contra a parede da burocracia sindical tentando fazer algo com essa ideia. Eu meio que parei de acreditar nisso porque não produziu nenhum resultado; mas no caso de produzir resultados, obviamente eu ficaria extremamente entusiasmado e feliz por estar errado. Nada me deixaria mais feliz do que a divulgação desse tipo de exemplo de trabalhadores de fábrica pensando na transição e levando-a adiante.

*Você mencionou a eliminação de dióxido de carbono, que é uma ótima oportunidade para falar sobre geoengenharia. Como Naomi Klein, você alerta muito a respeito. Na mídia em geral, não há muito sobre isso – mas você diz que teme que apareça de repente. O que pensa a respeito? E qual sua opinião sobre a captura-sequestro de carbono?*

Esta é uma vasta área sobre a qual poderíamos falar por horas. Tenho um projeto de pesquisa sobre este assunto com um colega belga da Universidade de Lund, Wim Carton. No próximo outono, estaremos pesquisando sobre vários aspectos da eliminação do dióxido de carbono.

Publicaremos um livro pela editora Verso, a ser lançado na primavera, que abordará tanto a eliminação de dióxido de carbono quanto a geoengenharia solar, e cujo título provisório é *Overshoot: Climate Politics When It's Too Late (Além do limite: Política climática quando é tarde demais)*. Passei os últimos dois meses escrevendo sobre geoengenharia solar e tentando entendê-la. Pode parecer estranho, mas eu tento usar a psicanálise para entender a geoengenharia solar, porque ela tem um componente de repressão de um problema, como no modelo freudiano de repressão, no qual você empurra algo para fora da consciência para que pareça não existir, mas sob a superfície isso borbulha e, mais cedo ou mais tarde, explode.

Você tem que distinguir entre remoção de dióxido de carbono e geoengenharia solar porque eles funcionam de maneiras diferentes. Você está absolutamente certo de que não se fala muito sobre geoengenharia solar. Alguns marxistas vulgares argumentaram que as grandes

empresas de combustíveis fósseis promoveriam a geoengenharia solar como uma forma de tocar adiante *os negócios como sempre*. Isso não aconteceu: nem a ExxonMobil nem qualquer outra grande empresa de combustível fóssil está dizendo nada sobre geoengenharia solar, nenhum governo está defendendo isso e nenhum partido de extrema-direita está promovendo essa ideia – embora durante a era Trump fosse esperado que ele o fizesse.

Por outro lado, eliminar o dióxido de carbono funciona de maneira muito diferente. É algo que todas as grandes empresas de petróleo e gás dizem que pretendem fazer como parte de sua propaganda de “emissões líquidas zero”, e você pode ver partidos de extrema-direita defendendo o plantio de árvores e coisas assim. Também há muitas *startups* e empresas capitalistas que veem a eliminação de dióxido de carbono – especialmente a captura direta da atmosfera – como um novo negócio para produzir bens e lucrar com eles. Portanto, há esse tipo de campo florescente de oportunidades de negócios na remoção de dióxido de carbono, que não existe na geoengenharia solar porque ela não gera novas mercadorias que possam ser vendidas.

Há muitas diferenças entre os dois. A remoção de dióxido de carbono, como você sugeriu, será necessária porque a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera já é muito alta. Temos que extrair o CO<sub>2</sub> da atmosfera, colocá-lo de volta no subsolo, armazená-lo no subsolo de onde não possa sair – onde estava antes de ser extraído na forma de combustível fóssil e queimado. A única maneira de conseguir isso em larga escala parece ser o uso de tecnologia avançada. Plantar árvores não será suficiente, porque é impossível devolver carbono à parte passiva do ciclo do carbono, debaixo do solo, simplesmente plantando árvores. Plantar árvores afeta o ciclo ativo do carbono, mas para que o carbono seja sequestrado de volta ao solo, onde é geologicamente excluído do ciclo ativo, é necessário algo mais. Uma tecnologia como a captura direta na atmosfera é promissora nesse sentido, pois permite capturar CO<sub>2</sub> e mineralizá-lo, ou seja, transformá-lo no estado de rocha que pode ser armazenada sob o solo.

Existem instalações na Islândia hoje que fazem isso e é basicamente uma tecnologia comprovada. No entanto, de acordo com nossa análise – Wim e eu escrevemos [sobre isso em \*Historical Materialism\*](#) – o problema é que essa tecnologia está sendo capturada por interesses privados que não veem potencial de lucro em pegar o carbono e enterrá-lo sob a terra, pois isso significa essencialmente pegar um recurso e colocá-lo fora do ciclo econômico. O que eles podem fazer para obter lucro é capturar CO<sub>2</sub> e transformá-lo em um produto como combustível de aviação sintético, ou usá-lo em fertilizantes, ou capturar CO<sub>2</sub> e vender como dióxido de carbono para a Coca-Cola – é isso que faz a Climeworks, uma das grandes empresas de captura direta da atmosfera. Se for transformado em mercadoria, um ganho econômico pode ser obtido, mas isso é apenas reciclagem de carbono, pois ele não é enterrado no solo. Se você quiser colocá-lo no subsolo, você precisa liberar essa tecnologia do limite do lucro – esse é o nosso ponto de vista.

A geoengenharia solar, por outro lado, é outra questão. Ela carrega muitos riscos de ruptura do sistema climático. O maior risco, claro, é o chamado “choque de terminação”. Se implantarmos a geoengenharia solar, teremos uma tela de proteção solar, mas continuaremos acumulando CO<sub>2</sub> na atmosfera; todo aquele CO<sub>2</sub> na atmosfera está apenas esperando para exercer sua força radiativa, seu impacto no clima. Ou seja, se a tela de proteção solar for removida por qualquer motivo – bum! – de uma só vez, todo o CO<sub>2</sub> acumulado cria um enorme aumento nas temperaturas. (Imagine água fervente sobre a qual você coloca uma tampa, ela continua fervendo, queima cada vez mais, então você tira a tampa e todo o vapor sai da panela de uma só vez). Isso pode levar a um pico de temperatura desastroso e inimaginável. E a

geoengenharia solar apresenta todos os tipos de outros riscos. Portanto, não é algo que deveríamos defender no campo da esquerda, e aqui eu discordo de alguém como Kim Stanley Robinson, por exemplo. Ele é um romancista que escreveu um excelente romance chamado *The Ministry for the Future* (*O Ministério para o Futuro*), provavelmente o melhor trabalho de ficção climática até hoje. O autor, no entanto, defende a geoengenharia solar – que figura com destaque neste livro – a partir de uma perspectiva de esquerda. Uma colega minha, Holly Jean Buck, está fazendo a mesma coisa nos EUA: ela escreveu sobre geoengenharia solar e acha que a esquerda deveria vê-la como uma tecnologia potencialmente útil.

Não acho útil, acho que nunca devemos defendê-la, mas devemos nos preparar para isso porque é muito provável que comece em breve. Essa probabilidade não vem de uma defesa agressiva – até agora, como dissemos, quase nunca se fala disso – mas de uma lógica que segundo a qual apenas uma tecnologia conhecida é capaz de reduzir imediatamente as temperaturas na Terra. A eliminação do dióxido de carbono teria efeitos após várias décadas. Da mesma forma, se parássemos as emissões imediatamente, não veríamos uma queda nas temperaturas – veríamos primeiro um aumento mais lento, depois talvez se estabilizasse. Se em algum momento for considerado que estamos em situação de emergência total e for preciso fazer algo para reduzir as temperaturas, a única coisa que se pode fazer para obter isso é lançar nuvens de sulfato no ar. Esta é a única opção tecnológica conhecida para conseguir isso. A cada verão, a cada nova temporada de desastres, meu sentimento é: *bem, quando será dada a ordem para aplicar a geoengenharia solar? Quando as coisas vão se quebrar, quando o sistema entrará em colapso e quando haverá um senso real de urgência de que – como durante uma pandemia – algo precisa ser feito, e quando haverá aquele momento em que os governos começarão a olhar em volta e dizer: “O que podemos fazer? O oeste dos EUA está pegando fogo”, ou se tornando um deserto, ou toda a Europa está queimando ou outra coisa? E então há apenas uma coisa que pode ser feita.*

Se acabarmos em tal situação e os aviões decolarem para injetar as partículas de sulfato, não estou dizendo que devemos derrubar esses aviões, sabotá-los ou algo assim. Mas devemos pensar no que seria uma estratégia de esquerda em tal momento, porque essa situação parece cada vez mais provável por razões estruturais estritamente lógicas. Há cada vez mais sinais de que parte da intelectualidade burguesa caminha nessa direção. Por exemplo, existe um *think tank* chamado Fórum da Paz de Paris, que aspira a ser o equivalente geopolítico do Fórum Econômico Mundial e é presidido por Pascal Lamy, ex-presidente da Organização Mundial do Comércio. Esse grupo criou uma comissão sobre o “passar além do limite” [*overshoot*, a ideia de que o aquecimento ultrapassará os objetivos de 1,5°C ou 2°C]. Também anunciou há alguns meses que será preciso analisar a geoengenharia, que não tem outro jeito...

*Muitos esquerdistas e ativistas acreditam que o clima, e mais geralmente o desastre ecológico, é uma razão pela qual devemos abordar a questão do Estado e não apenas focar em alternativas locais. É um fenômeno tão global, tão destrutivo, e vai exigir tantos investimentos e decisões que precisamos de algo como um Estado para agir. Mas então, é claro, vem a questão de que tipo de estado estamos pensando. Você fala um pouco sobre isso em seu livro sobre a pandemia – seria interessante explorar essa questão.*

Basicamente, acho que a observação está correta. Esta crise, independente da maneira como será tratada, exigirá ação do Estado. A geoengenharia solar seria uma intervenção extrema em todo o sistema planetário e seria realizada por certos Estados. A remoção de dióxido de carbono em grande escala obviamente requer um envolvimento maciço do Estado. Reduzir as emissões também requer intervenção do Estado, porque as reduções terão que ser tão

grandes, rápidas e abrangentes que nenhum agente além do Estado será capaz de alcançá-las. Vale a pena enfatizar aqui que todos os cientistas que defendem a eliminação de dióxido de carbono e/ou geoengenharia solar estão cientes de que nada disso funcionará sem uma redução maciça nas emissões. Aqueles que defendem a geoengenharia solar nunca dizem que podemos fazer isso como uma alternativa a reduzir as emissões, eles afirmam que temos que fazer as duas coisas ao mesmo tempo. A questão é: “há real probabilidade de que ambos sejam implementados ao mesmo tempo?” Eles pensam assim, eu acho que é uma ilusão otimista. A razão pela qual aponto tudo isso é que não há saída real para a crise climática sem cortes maciços nas emissões, e estes devem ser extraordinariamente rápidos, profundos e abrangentes.

Qualquer que seja o caminho que os Estados tomem, acho que eles estarão sujeitos a mudanças em seu caráter. Se um Estado implementar a geoengenharia solar, ele se tornará extremamente poderoso porque governará o clima do planeta, o que levará a todos os tipos de perigos de autoritarismo e controle extremamente centralizado das condições climáticas em outras partes do mundo. Existem todos os tipos de cenários: a geoengenharia solar pode causar um problema de monção na Índia ou algum outro efeito colateral muito ruim em algum lugar dos “países do sul”. Mas o Estado que pratica a geoengenharia – poderia ser os Estados Unidos, por exemplo – provavelmente continuará a fazê-lo e, portanto, exercerá um poder incrivelmente centralizado sobre a humanidade.

Um Estado que empreenda reduções maciças de emissões também pode mudar seu caráter. Ele poderia se tornar autoritário, porque teria que dirigir com força a economia e a sociedade para obter essas rápidas reduções de emissões. Mas também pode haver um aprofundamento da substância democrática desse Estado: por exemplo, se você nacionaliza empresas privadas de combustíveis fósseis, você essencialmente estende a democracia à esfera da produção de energia. Em outras palavras, você a coloca sob controle público e submete um setor da economia a um exercício político democrático. Isso de certa forma vai contra os limites da democracia burguesa, que considera que a democracia é uma esfera estritamente política e que a economia é uma esfera que se administra a si mesma e não deve sofrer interferências.

Se você assumir o setor de energia e colocá-lo na esfera política, você meio que estende a democracia à economia. Eu acho que uma transição real requer esse tipo de aprofundamento da democracia e que pode potencialmente tomar a forma de uma ruptura, de uma mudança revolucionária no sentido de que, se quisermos fazer isso, provavelmente teremos que derrotar uma parte muito importante do inimigo de classe. Porque não é como se a Total, a BP ou a Shell fossem desistir voluntariamente e dizer “OK, peguem nossos negócios e nunca mais teremos lucro, apenas desistiremos de nossa linha de negócios e morreremos voluntariamente”. Não é assim que as coisas geralmente acontecem na história. Se quisermos conseguir isso, temos que nos tornar mais fortes do que eles, o que não é pouca coisa, porque eles são muito mais fortes do que nós hoje. Se os vencêssemos, isso não significaria necessariamente uma revolução social total, mas uma mudança nas relações de propriedade que talvez pudesse desencadear um processo que vai além da ordem das coisas atuais.

*Além da questão do Estado e das iniciativas locais, há a questão do papel do indivíduo. Há uma narrativa frequentemente apresentada por corporações e governos de que é responsabilidade primordialmente dos indivíduos resolver o desastre ecológico. Mas às vezes também há pressão nos círculos ativistas para viver e agir de forma diferente.*



Esta é uma pergunta que continua surgindo e com a qual lidamos o tempo todo. No geral, acho importante enfatizar que as mudanças individuais no estilo de vida nunca serão a resposta e o que você pode fazer como indivíduo tem um efeito extremamente limitado. Acreditar que eu, como consumidor, posso mudar as coisas fazendo compras diferentes é capitular a um discurso burguês sobre a sociedade que é fundamentalmente errado. Em primeiro lugar, como consumidores, temos um poder extremamente limitado para mudar. E o fato de agirmos como consumidores é fundamentalmente desigual no sentido de que é o consumidor mais rico que tem mais influência: não podemos basear nossa orientação política em nossa própria riqueza. Um consumidor da classe trabalhadora pode não conseguir – ou não ter tempo – para comprar a alternativa mais cara e ambientalmente sustentável.

Por outro lado, seria o erro oposto pensar que o que você faz como indivíduo não importa. Não é uma questão de impacto, mas de credibilidade: se estamos defendendo o comunismo de guerra ecológica ou uma transformação total da sociedade, seria hipócrita que eu ou qualquer outra pessoa que pleiteie nessa direção não faça nenhuma mudança em seu próprio estilo de vida e se permita pegar um avião em qualquer oportunidade ou comer carne sem considerar o impacto disso, por exemplo. Dizer que não importa o que eu faça como indivíduo e que posso fazer o que quiser, mas que ao mesmo tempo sou a favor de uma mudança total da sociedade, não é o caminho. Devemos praticar pelo menos um pouco do que pregamos.

Mas há uma frase de Adorno que você já deve ter ouvido antes: “Não há vida boa no interior da má”. Para mim, isso significa que, se alguém está preso dentro de um sistema fundamentalmente podre, é extremamente difícil limpar ou purgar a si mesmo e viver de maneira plenamente sustentável. É praticamente impossível, a menos que você largue tudo e viva sozinho como um caçador-coletor na floresta para escapar da imundície da civilização industrial capitalista. Não podemos lutar pela pureza total, é impossível porque queremos fazer parte da sociedade e queremos mudá-la – não queremos ficar isolados fora dela. E enquanto se está dentro da sociedade, que é um pré-requisito para mudá-la, é preciso fazer concessões a ela. Isto é o que sempre aconteceu em nossas lutas: os trabalhadores estão em uma relação de dependência com seu empregador e recebem salário de seu empregador; eles lutam contra seu empregador, mas ainda estão em uma relação de dependência e não podem escapar dela tão facilmente. Da mesma forma, estamos presos a um sistema que nos torna consumidores de combustíveis fósseis e não podemos fugir completamente dele.

O que isto significa para cada um de nós é que temos que negociar isto em nossas próprias vidas e tomar decisões para determinar um equilíbrio, o que é a coisa certa a fazer. Aqui, a coisa que mais aparece é o avião, porque voar é a pior coisa que você pode fazer como consumidor privado em termos de emissões, e é também um ato ao qual às vezes é difícil de resistir. Em dezembro passado, tive que ir ao Egito porque é um país com o qual tenho laços. E pela primeira vez na história da humanidade, não é possível entrar em um barco no norte do Mediterrâneo para ir para o sul – não há barcos para o Egito! É estranho porque é assim que as pessoas viajam há milênios, por exemplo, entre o Egito e a Itália, mas não é mais possível porque toda uma sociedade capitalista impôs a aviação como o único meio de transporte disponível.

O que eu faço então? Eu fico em casa e digo que não posso ir para o Egito porque só há voos? Peguei um voo e fui para lá. Entretanto, quando discuti como chegaria a este acampamento [no centro da França], primeiro me disseram que os palestrantes eram convidados a pegar o meio de transporte mais barato para vir. No meu caso, isso teria significado pegar um voo, mas isso não teria parecido certo – eu me esforço para evitar pegar voos na Europa. Então me disseram que um ônibus da delegação dinamarquesa estava saindo de

Copenhague, aí, claro, eu o peguei, porque era a melhor coisa a fazer. Mas não creio que haja uma regra geral sobre como lidar com estas questões na vida de alguém, exceto para tentar evitar emissões excessivas e para evitar escolhas de emissões intensivas sempre que possível. Naturalmente, isto tem que ser equilibrado com outros fatores – os projetos políticos em que se está envolvido, ligações familiares, etc. – que podem afetar a maneira como se vive. Em qualquer caso, precisamos nos afastar da ideia de que nossas ações individuais são o que mudará a sociedade, e da ideia de que alguém pode tornar-se puro e livre do pecado e da culpa nesta sociedade.”

1*How to Blow Up a Pipeline: Learning to Fight in a World in Fire*, Verso Books, Londres, disponível em <https://www.versobooks.com/books/3665-how-to-blow-up-a-pipeline>

2Movimento alemão de desobediência civil que ocupou minas de carvão para despertar atenção para os riscos da mudança climática. Seu nome pode ser traduzido como “Fim de linha”. Ver na Wikipedia: [https://en.wikipedia.org/wiki/Ende\\_Gel%C3%A4nde](https://en.wikipedia.org/wiki/Ende_Gel%C3%A4nde)

*ANDREAS MALM -Ativista ecossocialista e pesquisador na Universidade de Lund (Suécia). Autor, entre outros livros, de How to Blow Up a Pipeline -- Learning to Fight in a World in Fire ("Como explodir um gasoduto -- Aprendendo a lutar num mundo em chamas")*

## Sul Global (UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul)

*Regina Ungerer*

### Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

### Destaques do UNOSSC



A décima primeira edição da Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul das Nações Unidas (GSSD Expo) terminou no dia 14 de setembro de 2022. Foi realizada no Centro de Conferências das Nações Unidas (UNCC) em Bangkok com a presença de mais de 30 agências da ONU, 150 governos, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e academia que apresentaram soluções desenvolvidas no Sul para a recuperação sustentável da pandemia de Covid-19 e para a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O secretário-geral António Guterres lembrou aos participantes da Expo que “a cooperação Sul-Sul e triangular são fundamentais para os países em desenvolvimento mitigar e se adaptar às perturbações climáticas, enfrentar a crise global da saúde, incluindo a recuperação do Covid-19”.

A Expo é uma resposta concreta ao forte compromisso assumido pelo Secretário-Geral e o Administrador do PNUD para ajudar o Sul Global a realizar suas aspirações compartilhadas

de conhecimento e compartilhamento de experiências para enfrentar desafios e emergências complexas e transversais.

Pela primeira vez, a Expo foi realizada em um formato híbrido, permitindo que o compartilhamento de conhecimento liderados pelo sul e a resposta e recuperação à pandemia exibidas no local fossem compartilhadas amplamente em tempo real para todo mundo.

Mais de 4.000 partes interessadas da cooperação Sul-Sul e triangular participaram das atividades da GSSD Expo, tanto no local quanto virtualmente, e mais de 1,5 milhão de pessoas acompanharam pelas mídias sociais.

“O sucesso desta Expo deve-se às contribuições e parceria de todos os intervenientes. Juntos, identificamos desafios e oportunidades”, disse a Sra. Xiaojun Grace Wang, Chefe da Delegação do UNOSSC, em seu discurso de encerramento. Ela lembrou aos participantes que, para continuar o sucesso da Expo, “nosso senso de solidariedade deve ser sempre genuíno e nossos esforços devem ser orientados pela demanda”.

[Tudo sobre a GSSD Expo 2022.](#)

### **Grupo do G-77**

Esta semana, as atividades do G-77 e da China foram voltadas para a Assembleia Geral da ONU. Mas o Grupo também esteve presente na Cúpula “Transformando a Educação” de 2022.



No dia 23 de setembro, foi organizada a 46ª Reunião Ministerial Anual do G-77 com a presença e declaração do Secretário Geral da ONU, António Guterres, e do Presidente da 77ª AGNU, Csaba Korosi.

Na ocasião, o Ministro de Relações Exteriores do Paquistão Bilawal Bhutto Zardari discursou sobre a gestão do Paquistão frente ao G-77, no ano de 2022 e apresentou o Ministro de Relações Exteriores da República de Cuba, Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla, como o próximo presidente do G-77 para o ano de 2023.

A mudança do cargo ocorrerá em janeiro de 2023, data a ser confirmada.



Durante esta reunião de uma hora, o Secretário Geral abriu os pronunciamentos dizendo que por décadas, o G-77 e a China foram propulsores implacáveis na busca para o desenvolvimento, pressionando todos a serem ambiciosos e manterem as prioridades do mundo em desenvolvimento na frente e no centro das agendas nacionais.

Ele felicitou o Paquistão por liderar o G-77 no último ano e por manter o foco do grupo na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disse ainda que o avanço dos ODS tem sido sua prioridade e seguirá sendo durante a 77ª sessão da AGNU.

No entanto destacou que ao chegar na metade do prazo par atingir a Agenda 2030, está claro que o mundo está retrocedendo. A pandemia do Covid-19 e a recuperação desigual dos países custaram ao mundo pelo menos três anos de progresso no desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento estão se afogando em dívidas, sem espaço fiscal ou acesso a recursos financeiros para investir em sua recuperação. Famílias e comunidades enfrentam o crescimento da pobreza, a fome e a desnutrição enquanto que a alta exorbitante dos preços contribui para distúrbios sociais e políticos.

A crise climática e a guerra na Ucrânia criaram uma crise de custo de vida sem precedentes afetando 1.7 bilhão de pessoas em todo o mundo. Ao celebrar o 35º aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, esses desafios fazem lembrar de como a comunidade global está falhando com seus países. Resgatar os ODS exige que os governos invistam fortemente em seu povo e nos sistemas que os apoiam, tais como: saúde, educação, proteção social, moradia e trabalho decente. Também requer grandes transições em energia renovável, sistemas alimentares e conectividade digital.

Mas a cada passo, os esforços feitos pelos países em desenvolvimento são bloqueados e eles são impedidos de investir em recuperação e desenvolvimento. Como imperativo moral e prático, isso deve mudar.

Guterres pediu ação em seis frentes.

Primeiro, uma ação urgente sobre a dívida. Importante aumentar a liquidez e aliviar a pressão sobre os países em desenvolvimento. As facilidades de crédito e financiamento, tanto públicas quanto privadas, precisam entrar em modo de crise. É necessário um mecanismo eficaz de alívio da dívida, incluindo os países de renda média, em dificuldades.

Deve-se implementar novos instrumentos inovadores, como trocar a dívida para financiar a implementação dos ODS. A emissão de direitos especiais de saque (SDRs)<sup>107</sup> pelo Fundo Monetário Internacional durante a pandemia foi um passo importante, porém, este direito especial de saque foi, em grande parte, dado aos países desenvolvidos que menos os necessitavam, e ainda se espera por dezenove meses, a realocação prometida para os países menos desenvolvidos.

Segundo, é necessário aumentar o financiamento concessional dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento que precisam arcar com o grau de risco e aumentar o acesso ao financiamento para os países em desenvolvimento. O FMI deve operacionalizar imediatamente sua confiança em resiliência e sustentabilidade. É necessário derrubar as barreiras que impedem os países em desenvolvimento de acessar o financiamento de que precisam. As instituições multilaterais de desenvolvimento devem fazer muito mais para alavancar o financiamento privado, por meio de garantias, assumindo o primeiro risco em consórcios e muitas outras maneiras pelas quais seus fundos podem ser multiplicados de maneira significativa.

Terceiro, é necessário reformar o sistema financeiro global moralmente falido. Este sistema foi criado pelos países ricos para beneficiar os países ricos. Praticamente nenhum país africano esteve sentado à mesa do Acordo de Breton Woods e, em muitas outras partes do mundo, a descolonização ainda não havia ocorrido. Ela perpetua a pobreza e as desigualdades. É necessário equilibrar a balança entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e criar um

---

<sup>107</sup> Em 23 de agosto de 2021, o FMI emitiu um total de US\$ 650 bilhões em Reservas Especiais (SDRs) para que a economia global pudesse combater as implicações financeiras da pandemia de Covid-19

novo sistema financeiro global que beneficie a todos. Isso deve incluir critérios de empréstimos que vão além do PIB e que contemplem as vulnerabilidades dos países em desenvolvimento.

Quarto, é necessária ação urgente sobre o clima. Os países que menos contribuíram para o aquecimento global são os que mais sofrem. Os países desenvolvidos devem cumprir suas promessas e apoiar os países em desenvolvimento à medida que se adaptam ao agravamento dos impactos climáticos. Eles devem cumprir sua promessa de US\$ 100 bilhões por ano e dobrar o financiamento de adaptação para US\$ 40 bilhões anualmente como primeiro passo, pois as necessidades são estimadas em US\$ 300 bilhões por ano para adaptação no mundo em desenvolvimento.

Guterres renovou seu apelo para que as economias desenvolvidas tributem os lucros recordes de combustíveis fósseis e os redirecionem para países que sofreram perdas e danos irreversíveis devido à crise climática. Também renovou seu apelo à cobertura universal do sistema de alerta precoce dentro de cinco anos para salvar vidas e meios de subsistência – cujo plano será apresentado na COP 27. E clamou a todos os países, especialmente os membros do G20, a não pouparem esforços para limitar o aumento da temperatura terrestre a 1,5 graus.

Quinto, é fundamental a manutenção da paz em todo o mundo com o uso da diplomacia, diálogo e negociação, juntamente com um caminho claro para o desarmamento. Como mostram os impactos devastadores da guerra na Ucrânia, o desenvolvimento é impossível sem paz.

E sexto, é importante reformar a governança global. Isso inclui um Novo Acordo Global para reequilibrar o poder e os recursos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, conforme estabelecido no relatório sobre Nossa Agenda Comum.

Um multilateralismo revitalizado é um instrumento essencial de desenvolvimento e uma chave vital para resgatar os ODS. É preciso resultados inovadores e ambiciosos na Cúpula do Futuro de 2024 onde se espera que se possam desenvolver soluções para moldar um mundo melhor e mais justo para todos.



O Ministro de Relações Exteriores do Paquistão, Bilawal Bhutto Zardari falou dos tempos desafiadores que enfrentamos hoje, do sofrimento desproporcional que os países em desenvolvimento enfrentam com aumento dos preços de alimentos, conflitos e mudanças climáticas.

Clamou pela solidariedade dos parceiros de desenvolvimento para ajudar a estes países restaurarem suas economias e voltarem a pensar em seus ODS.

Para tal, será necessário promover mudanças estruturais em um sistema econômico injusto. É preciso também promover políticas globais que possam acabar com a desigualdade entre nações e permitir que todos os países em desenvolvimento alcancem seus ODS e as metas do acordo de Paris. É preciso mobilizar ações humanitárias e estímulos ao desenvolvimento dos ODS com preços acessíveis à cadeia de alimentos e assegurar disponibilidade de energia, principalmente gás. E também é necessário acesso às vacinas e medicamentos com isenção de propriedade intelectual.





O Presidente da 77ª AGNU, Csaba Korosi destacou que estamos em uma nova era e para isso é importante que exista uma nova liderança, inclusive nas organizações.

A crise do mundo atual tem prejudicado enormemente o alcance da agenda 2030 e é preciso contar com a experiência coletiva do G-77 e da China para poder avançar. É mais do que necessário diminuir a lacuna entre o Norte e o Sul e entre os ricos e os pobres.

Não é mais possível tolerar um sistema econômico descomprometido. O sistema financeiro mundial deve estar baseado na inclusão com base nos ODS. O tempo é para transformação para um futuro próximo e à longo prazo.

Temos que pensar em como abordar o crescimento e desenvolvimento de uma forma inovadora.



O presidente eleito para a próxima gestão do G-77, Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla, discursou em nome do povo cubano e agradeceu a decisão adotada por este grupo de aceitar a República de Cuba como presidente do G-77 e China para o ano de 2023. Disse ainda:

Nos sentimos honrados com este fato histórico e sabemos dos desafios que o mundo enfrenta hoje com as mudanças climáticas, pobreza, desemprego, insegurança alimentar, medidas econômicas coercitivas unilaterais, reforma do comércio, instituições financeiras internacionais e escalada das tensões geopolíticas.

Como já mencionado, não há desenvolvimento sem paz e também não pode haver paz sem desenvolvimento.

O G-77 e a China devem manter-se como interlocutores sérios, enérgicos, sólidos e pró ativos em defesa de nossos direitos.

Daremos continuidade ao trabalho realizado pelo Paquistão e trabalharemos sem descanso, de maneira flexível e sempre construtiva para levar à prática a missão transformadora que defende o nosso Grupo e impulsionar mediante ações reais, as aspirações contidas na Agenda 2030.

Será nossa prioridade, fomentar nossa solidariedade e cooperação internacional em apoio à recuperação pós pandemia para o mundo em desenvolvimento.

Promoveremos formas concretas e efetivas de converter a Cooperação Sul-Sul e triangular em um instrumento mais eficaz para os países do Sul.

Não descansaremos em invocar os países desenvolvidos para apoiar a Cooperação Norte-Sul especialmente no que se refere à transferência de tecnologia, aumento das capacidades e financiamento. Continuaremos cobrando que cumpram seus compromissos na forma de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

Promoveremos o acesso universal à educação e saúde de qualidade para superar os desafios estruturais e as enormes pressões que recaem sobre os nossos povos e advocaremos pelo uso da ciência e inovação como motores de desenvolvimento.

Seguiremos apoiando firmemente um sistema de comércio multilateral baseado em normas transparentes e não discriminatórias, aberto e inclusivo com tratamento especial para os países em desenvolvimento.

Nos comprometemos a avançar as posições comuns dos países em desenvolvimento, preservar e consolidar a unidade do Grupo e fazer sua voz ser ouvida nos encontros e reuniões múltiplas, relevantes e multilaterais no ano de 2023.

Trabalharemos para a realização da 3ª Cúpula do Sul, no próximo ano, cuja declaração e programa de ação vislumbramos como estímulo para propor metas mais ambiciosas para celebrar nosso 60º aniversário.

Assumiremos nossa responsabilidade de forma modesta, sabendo que poderemos contar com o apoio de todos os membros do Grupo.

#### **New York, 19 de setembro de 2022**

Declaração feita pela Ministra de Estado de Relações Exteriores do Paquistão, Hina Rabbani Khar, em nome do G-77 e da China durante a Cúpula “Transformando a Educação” de 2022.



O investimento mais importante no futuro de qualquer nação é a educação. É nossa responsabilidade coletiva criar um mundo pacífico e inclusivo, onde todas as crianças, sem discriminação, tenham acesso equitativo à educação básica de qualidade. Isso só é possível se abordarmos de forma abrangente os graves problemas que nossos sistemas educacionais enfrentam hoje. A [Cúpula “Transformando a Educação”](#) nos proporcionou uma grande oportunidade de tomar ações transformadoras para o futuro que queremos, onde todas as crianças têm direito à educação e hoje, milhões são impedidos de aprender.

A pandemia de Covid-19, a violência, os conflitos armados, a desigualdade de gênero e os riscos naturais, incluindo desastres induzidos pelo clima, estão revertendo décadas de progresso e ampliando as desigualdades.

Mesmo antes da pandemia, mais da metade das crianças e jovens do mundo estavam fora da escola. Durante a pandemia, a educação de mais de 1,6 bilhão de crianças e jovens, quase toda a população mundial, foi interrompida em uma escala e velocidade sem precedentes. O pior impacto foi sentido no mundo em desenvolvimento.

Para transformar a educação, temos que identificar e compreender os fatores causais que impedem o progresso em direção a sistemas educacionais que sejam verdadeiramente inclusivos e equitativos. Então, devemos empreender ações concretas com um compromisso mais forte.

Há uma lacuna cada vez maior entre o estado atual da educação e nossas metas futuras. Para realmente transformar a educação, há uma necessidade urgente de reunir vontade política,



solidariedade internacional e liderança para implementar intervenções de alto impacto e baseadas em evidências para oferecer educação transformadora para todos.

Para realmente enfrentar a crise de aprendizagem, é necessário ter uma visão holística e ir além de enfrentá-la isoladamente. Até que as questões de pobreza extrema, insegurança alimentar e volatilidade financeira não sejam abordadas, nossos esforços não produzirão melhores resultados. Devemos permitir que os países em desenvolvimento erradiquem a pobreza e a fome e alcancem todos os ODS através da mobilização de financiamento adequado; capacitação; acesso à tecnologia e estruturas mais equitativas de comércio, investimento e finanças.

A inclusão e a transformação na educação devem garantir que priorizemos a educação como um pilar fundamental da política em todos os níveis. Em nosso caminho, o papel dos Estados Membros permaneceria central, tanto em nível doméstico quanto na consideração e discussão, por meio de processos intergovernamentais, de iniciativas e instrumentos globais para transformar a educação.

A conectividade digital e o acesso a ferramentas e equipamentos digitais são agora um trampolim essencial para uma experiência educacional eficaz e moderna. Dezenas de milhões no mundo em desenvolvimento, especialmente crianças, estão offline e sem hardware e software necessários para aproveitar as oportunidades de educação digital.

A comunidade internacional deve mobilizar recursos para fechar a lacuna digital Norte-Sul, aproveitar o potencial das tecnologias para garantir a inclusão e desenvolver soluções digitais que garantam a participação plena e igualitária de todos os alunos.

A educação que estabelece uma base sólida para a vida precisa lidar com um mundo cada vez mais complexo e interconectado que enfrenta a real ameaça existencial das mudanças climáticas, pandemias, pobreza extrema e desigualdade, rápida mudança tecnológica e ideologias e conflitos violentos. 69% dos empregadores em todo o mundo lutam para encontrar os trabalhadores qualificados de que precisam, realçando a urgência de fechar as crescentes incompatibilidades de habilidades.

Há uma necessidade de expandir os sistemas de educação e treinamento orientados pela demanda, responsivos à indústria e baseados em direitos que permitam uma transição ecologicamente sustentável e continue a requalificação para economias em rápida mudança impactadas pela digitalização, a mudança para uma economia de baixo carbono e outros megamotores de mudança em nossas economias e sociedades.

Professores e educadores são parceiros-chave nessa transformação e necessitam ser bem treinados, qualificados profissionalmente e apoiados em sistemas com bons recursos e governados com eficiência.

Há uma necessidade urgente de tomar medidas afirmativas em nível nacional, regional e internacional para garantir educação de qualidade para meninas e adotar e fortalecer políticas sólidas para o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. Devem ser feitos esforços para evitar a interrupção da educação e o fechamento de escolas durante conflitos e em situações de pós-conflito.

O financiamento é fundamental para reduzir a divisão digital e de recursos. Mesmo antes da pandemia, os países de baixa e média renda enfrentavam uma lacuna no financiamento da educação de US\$ 1,5 trilhão por ano. Essa lacuna agora cresceu enormemente. Aumentar o

volume e a qualidade do financiamento da educação, principalmente nos países em desenvolvimento, é fundamental para enfrentar essa crise.

É fundamental que a educação seja uma parte importante dos esforços de solidariedade internacional, desde a gestão da dívida, financiamento concessional e pacotes de estímulo até apelos humanitários globais, redistribuição de novos SDRs e cumprimento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

### **Destaques do MNA**



Encontro entre o Presidente da 77ª AGNU, Csaba Korosi e o Ministro de Relações Exteriores do Azerbaijão, Jeyhun Bayramov durante a UNGA.

Karosi elogiou o Azerbaijão por sua forte liderança como presidente do MNA e discutiram a paz, segurança além da situação alimentar e energética na região.

### **Reunião do MNA durante a UNGA77**

No dia 22 de setembro, em uma sessão paralela à UNGA77, os Ministros de Relações Exteriores dos Estados-Membros do Movimento dos não alinhados se reuniram-se em Nova Iorque para a reunião anual de coordenação do MNA. O tema de discussão foi “O papel do NAM no período pós-pandemia: o caminho a seguir”.

O Ministro das Relações Exteriores do Azerbaijão Jeyhun Bayramov apresentou o [relatório anual de desempenho do MNA](#) com as principais iniciativas realizadas recentemente pelo NAM.



O Ministro destacou que o fim da Guerra Fria no final da década de 1980 parecia tornar irrelevante não apenas os blocos político-militares, mas também aqueles que se opunham a eles, como o Movimento dos Não alinhados (MNA). No entanto, essa percepção foi passageira. Hoje, o mundo está mais fragmentado do que nunca, e as alianças são bem mais relevantes, reforçando a ideia do não alinhamento.

Vários princípios fundamentais do MNA permanecem relevantes apesar da significativa transformação do movimento desde o seu início na década de 1950, durante a Guerra Fria e descolonização. O MNA defende o multilateralismo que tem o potencial de manter condições

internacionais mais favoráveis para que os pequenos estados sobrevivam e prosperem neste ambiente internacional inseguro que persiste, mesmo após o fim da Guerra Fria.

Tanto a Guerra Fria bipolar quanto o mundo pós-unipolar, dominado pelo Ocidente, foram e são caracterizados por numerosos conflitos territoriais, étnicos e religiosos, alguns dos quais foram e são guerras por procuração apoiadas por potências globais e regionais.

O MNA defende o multilateralismo enraizado em decisões consensuais que é outro princípio central do movimento que rejeita a coerção. Além disso, o MNA prioriza os princípios de integridade e soberania territorial que, nos casos de alguns Estados Membros, foram ameaçados por poderes regionais belicosos, uma política de defender a restauração a um país de qualquer território anteriormente pertencente a ele ou o separatismo.

O MNA reforça as ideias e os princípios das Nações Unidas, a organização que conseguiu e falhou em muitas ocasiões na manutenção da paz internacional. O fracasso das Nações Unidas emana da falta de coerção coletiva e de mecanismos e uso unilateral da força, sendo que o NAM defende o primeiro e se opõe ao segundo.

Com esta introdução, o relatório tem 5 capítulos e uma conclusão em 48 páginas:

- 1) Perspectivas teóricas sobre o não alinhamento do Azerbaijão em Relações Internacionais
- 2) A Política Externa do Azerbaijão e o MNA
- 3) O Papel do Azerbaijão na Região: Atos de Equilíbrio no Contexto da Geopolítica da Guerra Rússia-Ucrânia
- 4) A Guerra na Ucrânia e a Guerra de Karabakh de 44 dias: Semelhanças e Diferenças
- 5) Recursos energéticos como um componente importante da política externa independente do Azerbaijão

### **51ª sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos (HRC51)**



O Presidente e o Chefe do secretariado da Organização de Jovens do MNA, Sr. Ordukhon Gahramanzade e Sra. Jeyran Jafarova, estão participando da 51ª sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos (HRC51) que está sendo realizada entre 12 de setembro a 7 de outubro de 2022 em Genebra

Durante a sessão, o Sr. Gahramanzade foi palestrante na discussão bienal sobre o Direito ao Desenvolvimento que destacou sua importância e as medidas necessárias para sua implementação considerando que o desenvolvimento é um direito humano que cada membro da sociedade deveria ter sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.



### Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

### Destaques do Twitter do South Centre

1) Por ocasião do Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, o Centro Sul reitera seu forte compromisso em aumentar a cooperação entre os países em desenvolvimento e de baixo desenvolvimento para uma recuperação inclusiva, desenvolvimento sustentável e alcançar os ODS e Agenda 2030.

2) O litígio de patente da Farmacêutica Moderna contra a Farmacêutica Pfizer e a Farmacêutica BioNTech por infringir as patentes centrais para a plataforma de tecnologia de mRNA confirma como as patentes podem se tornar um obstáculo para a fabricação de vacinas. Veja <https://edition.cnn.com/2022/08/26/health/moderna-pfizer-mrna-patent-lawsuit/index.html>

3) O Centro Sul está trabalhando com parceiros como: Banco de Desenvolvimento Islâmico (IsDB); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) para lançar um novo documento sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) que antecipa o cenário pós-Covid-19, discute as principais áreas e caminhos a serem seguidos para alavancar a CSST e promover a recuperação, construir resiliência e alcanças os ODS.

4) O 2º Fórum Global do Centro Sul sobre Propriedade Intelectual, Acesso a



Medicamentos e Inovação reuniu representantes governamentais, acadêmicos e organizações internacionais para discutir opções que os países em desenvolvimento podem usar para superar as barreiras da propriedade intelectual ao acesso aos fármacos. De acordo com o Centro Sul, o acordo TRIPS<sup>108</sup> deixa amplo espaço para permitir importações paralelas, inclusive quando o produto foi colocado no mercado externo sob

licença compulsória.

<sup>108</sup> O Acordo TRIPS sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio é um acordo legal internacional entre todas as nações membros da Organização Mundial do Comércio (OMC).

5) O Centro Sul esteve presente no painel de eventos paralelos durante a 51ª sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos (HRC51) no dia 13 de setembro para discutir o Direito ao Desenvolvimento, recuperação pós Covid-19, mulheres e meninas.

6) O Centro Sul saudou a declaração conjunta da Bolívia, Cuba e África do Sul na HRC51 pedindo a continuação de um diálogo construtivo no #HumanRightsCouncil das Nações Unidas para garantir a implementação efetiva da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras Pessoas que trabalham em Áreas Rurais (UNDROP).

7) O Centro Sul e seus membros acolhem com satisfação a decisão do Governo da Colômbia de ingressar no Centro Sul novamente.



A Vice-Ministra das Relações Exteriores, Laura Gil, apresentou o instrumento de adesão ao Gabinete do Secretário-Geral da ONU em uma cerimônia em Nova York, formalizando assim a adesão da Colômbia ao Centro-Sul.

8) A 47ª sessão do Conselho do Centro Sul, presidido pelo Pres. Mbeki adotou um novo Programa de Trabalho para 2023-25.

### TIMOR LESTE NA AGNU 77

Timor Leste, um dos países mais jovens do mundo e o único país de língua portuguesa na Ásia teve uma presença marcante durante esta AGNU 2022.

No dia 23 de setembro de 2022, o grupo do [g7+](#)<sup>109</sup> realizou uma cúpula de alto nível com o tema “Prevenção de conflitos em um mundo multipolar: Perspectiva dos países do g7+” durante a 77ª Sessão da Assembleia Geral da ONU realizado na Missão Permanente de Mônaco junto às Nações Unidas. A cúpula foi coorganizada pelos governos da Serra-Leoa, Timor-Leste e o secretariado do g7+.



O objetivo da cúpula foi unificar a voz dos países membros do G7+ sobre a melhor forma de buscar a paz e a estabilidade enquanto o mundo vive enormes turbulências geopolíticas. Participaram desta Cúpula, o Presidente de Timor-Leste, Vice-presidente do Sudão do Sul, Dignatários do g7+, Ministros e embaixadores dos países do g7+, Finlândia, Bangladesh, Portugal, Secretário-Geral Adjunto para o Apoio à Consolidação da Paz (em nome do Secretário-Geral da ONU) e representantes da sociedade civil.

No dia 26 de setembro de 2022, foi realizada uma Reunião a nível de embaixadores da Comissão de Consolidação da Paz sobre Timor-Leste

<sup>109</sup> O g7+ é uma organização intergovernamental formada por países afetados por conflitos, unidos por uma visão de paz, estabilidade e desenvolvimento em seus países e em todo o mundo.



Após décadas de conflito, ao longo de vinte anos desde a independência em 2002, Timor-Leste passou por um dos mais notáveis processos de construção do Estado e reconciliação da história recente. O país assumiu sua trajetória de construção da paz, compartilhou suas lições e boas práticas e discutiu abertamente formas de enfrentar os desafios remanescentes no espírito da cooperação Sul-Sul e triangular (CSS&T).

Quem quiser ouvir, [está gravada no site da UN TV.](#)

Para ler a [nota conceitual](#) da Comissão de Consolidação da Paz sobre Timor-Leste



## **G7 reunido na AGNU, G20 busca mostrar resultados à medida que se aproxima sua cúpula, ao passo que OCDE prevê menor crescimento econômico no mundo.**

***Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar***

### **G7**

Nessa quinzena, no âmbito do G7, destacam-se os resultados do encontro dos países na Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Os ministros das sete maiores economias se reuniram de forma emergencial para acordar o fortalecimento da cooperação entre os países para apoiar a Ucrânia<sup>110</sup>. Diante dos últimos discursos de Putin e representantes do governo quanto ao uso de armas nucleares e a mobilização de reservistas, o G7 emitiu uma declaração para responder à ofensiva russa. Nessa resposta, houve a condenação da ideia de realizar referendos ilegítimos em território ucraniano, visto que enquanto a Ucrânia não estivesse livre das forças russas, tal votação poderia ser influenciada e as pessoas coagidas. Tais referendos ocorrerão até dia 27 de setembro, com a finalidade de questionar aos moradores das regiões ocupadas se desejam se juntar à Rússia. No entanto, o processo é visto como uma farsa pelo G7, sendo uma medida desesperada de Putin diante das perdas no nordeste ucraniano.

Nada de concreto veio à tona, por enquanto. A ministra das relações exteriores alemã, Annalena Baerbock, veio a público reforçar que a ministra e o chanceler Scholz possuem o mesmo entendimento quanto ao fornecimento de todo o apoio material à Ucrânia no enfrentamento da Guerra. O ministro da política externa da União Europeia, Josep Borrell, reforçou que a Rússia quer destruir a Ucrânia e que eles não se sentem intimidados. A primeira-ministra britânica, Liz Truss, pediu maiores sanções econômicas<sup>111</sup>. Por fim, reforçaram o apoio humanitário, financeiro, militar, diplomático e legal em toda a duração da guerra<sup>112</sup>.

Em meio aos destaques da guerra nos últimos meses, vale destacar uma menção ao grupo dos sete países no contexto da saúde e da resistência antimicrobiana a medicamentos. Em 22 de setembro, um encontro em paralelo à Assembleia Geral, o Grupo de Líderes Globais copresidido pelo primeiro-ministro de Banglades, e Mia Amor Mottley, primeira-ministra de Barbados, tratou da resistência antimicrobiana (sigla em inglês: AMR)<sup>113</sup>. Junto a chefes de governo e de Estado, ministros e interessados, o evento clamou por uma ação conjunta para evitar o aumento da resistência microbiana que tem como consequência 5 milhões de mortes por ano e afeta principalmente países de baixa e média renda. Caso não haja uma resposta coordenada, a humanidade pode não ser capaz de tratar de futuras doenças.

O Grupo de Líderes Globais ressaltou que a atuação do G7 e G20 nesse processo é de suma importância para catalisar e incentivar outros países na resposta contra a AMR. Para isso, incluir e consolidar a AMR nas agendas de discussões dos fóruns desses grupos é o primeiro

---

<sup>110</sup> G7 announces further cooperation in support for Ukraine. DW, 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g7-announces-further-cooperation-in-support-for-ukraine/a-63199136>>. Acesso em: 24/09/2022.

<sup>111</sup> Ibid.

<sup>112</sup> G7 leaders voice firm support for Ukraine 'as long as it takes'. 2022. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/world/g7-leaders-voice-firm-support-for-ukraine-as-long-as-it-takes-/2693442>>. Acesso em: 24/09/2022.

<sup>113</sup> The Global Leaders Group host side event at UN General Assembly on Antimicrobial Resistance (AMR). WHO, 2022. Disponível em: <[https://www.who.int/news/item/22-09-2022-the-global-leaders-group-host-side-event-at-un-general-assembly-on-antimicrobial-resistance-\(amr\)](https://www.who.int/news/item/22-09-2022-the-global-leaders-group-host-side-event-at-un-general-assembly-on-antimicrobial-resistance-(amr))>. Acesso em 24/09/2022.

passo. Ações específicas como: financiamento completo aos programas nacionais de combate à AMR objetivando apoiar países financeiramente vulneráveis com programas multissetoriais; apoio ao fundo fiduciário de combate à AMR; apoio no desenvolvimento de novos medicamentos antimicrobianos, vacinas, diagnósticos e alternativas seguras e eficazes; e monitoramento e avaliação<sup>114</sup> são algumas das propostas levantadas pelo grupo.

## G20

Em meio a um complicado cenário de crises múltiplas que tensionam as taxas de inflação, as perspectivas para o poder de compra e padrão de vida dos trabalhadores são preocupantes. Diante disso, a Presidência Indonésia do G20 realizou em Bali, durante os dias 12 a 14 de setembro, uma série de encontros relacionados à área do trabalho, em especial a 6ª Reunião do Grupo de Trabalho de Emprego (EWG)<sup>115</sup> e o encontro dos Ministros do Trabalho e Emprego do G20.

O principal objetivo das discussões foi pensar em maneiras mais rápidas de impulsionar a recuperação econômica e a geração de empregos, a partir do tema “Melhorar as Condições de Emprego para Recuperarmos Juntos”, uma alusão ao mote utilizado pelo G20 neste ano<sup>116</sup>. Outras questões prioritárias foram: a formação profissional de base comunitária, a criação sustentável de emprego, a proteção social do emprego à luz dos novos desafios criados pela digitalização e pela crise climática, a atualização da estratégia de competências do G20, e a inclusão de pessoas com deficiência (PcD) no mercado de trabalho.

Sobre este último ponto, como resultado da 6ª Reunião do EWG, foi firmado o Plano de Ação para Acelerar e Monitorar os Princípios do G20 para a Integração das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. O documento determina um instrumento de avaliação e monitoramento para as políticas de inclusão de PcDs dos países, a partir de uma lista de indicadores analisados e apresentados a cada 4 anos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Anwar Sanusi, Ministro-Adjunto do Ministério do Trabalho da Indonésia, destacou que a criação de empregos deve fornecer oportunidades iguais para todos<sup>117</sup>. A pandemia de coronavírus atingiu gravemente o setor de emprego, no entanto, grupos vulneráveis foram mais impactados e devem receber atenção. A Indonésia é o primeiro país do G20 a encorajar esforços para proporcionar um ambiente afirmativo para PcDs e aparece como exemplo de boas práticas em razão da Lei nº8/2016, que determina a obrigatoriedade de contratação de pelo menos 2% de PcDs do total de vagas no setor público e 1% no setor privado.

Outros destaques positivos ocorreram na Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20 (LEMM), onde foram produzidos 4 outros documentos importantes que devem servir

---

<sup>114</sup> Ibid.

<sup>115</sup> Opening the 6th EWG, Ministry of Manpower: The Success of the Working Group is the Success of the G20. **G20**. 12 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/opening-the-6th-ewg-ministry-of-manpower-the-success-of-the-working-group-is-the-success-of-the-g20/>> Acesso em: 23 set 2022.

<sup>116</sup> Ministry of Manpower Commences the Exhibition at G20 Forum in the Field of Employment. **G20**. 12 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/ministry-of-manpower-commences-the-exhibition-at-g20-forum-in-the-field-of-employment/>> Acesso em: 23 set 2022.

<sup>117</sup> Ministry of Manpower Concludes the 6th G20 EWG Meeting. **G20**. 13 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/ministry-of-manpower-concludes-the-6th-g20-ewg-meeting/>> Acesso em: 23 set 2022.



como diretrizes para a formulação de políticas trabalhistas, não somente para o G20, mas como para países em desenvolvimento<sup>118</sup>. Abaixo os documentos listados:

1. Recomendações Políticas do G20 para o Crescimento Sustentável e Produtividade no Desenvolvimento da Capacidade Humana através do Fortalecimento da Formação Profissional de Base Comunitária (CBVT);
2. Recomendação de Política sobre a Promoção do Empreendedorismo e Apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) como Instrumento de Criação de Emprego;
3. Princípios da Política do G20 sobre Adaptação da Proteção ao Trabalho para uma Proteção Mais Eficaz e Maior Resiliência para Todos os Trabalhadores;
4. Atualização da Estratégia de Competências do G20.

Por fim, como contribuição da participação de Organizações Internacionais nos encontros promovidos em Bali, o Diretor-Geral da OIT, Guy Ryder, destacou a questão de gênero na área do trabalho<sup>119</sup>. De acordo com a meta estabelecida pelo G20 em sua reunião de 2014 em Brisbane, é esperado reduzir a diferença de gênero na participação da força de trabalho em 25% até 2025. No entanto, ainda há muito a ser feito e é urgente implementar um esforço político transformador para criar mais e melhores empregos para as mulheres, nas palavras de Ryder.

Ainda, o Diretor-Geral solicitou aos Ministros do Trabalho e Emprego do G20 que apoiem a iniciativa “Acelerador Global de Emprego e Proteção Social para Transições Justas”. Tal projeto visa garantir o apoio político e o financiamento necessários para criar 400 milhões de empregos e estender a proteção social aos quatro bilhões de pessoas atualmente sem cobertura. A iniciativa reúne todo o sistema multilateral para antecipar e gerenciar proativamente as diferentes transições que estão pendentes – ambiental, social e econômica.

**Figura 1:** Participantes da 6ª Reunião do Grupo de Trabalho de Emprego (EWG) e do encontro dos Ministros do Trabalho e Emprego do G20:



<sup>118</sup> 5 Essential Documents produced by G20 Employment Presidency. **G20**. 14 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/5-essential-documents-produced-by-g20-employment-presidency/>> Acesso em: 23 set 2022.

<sup>119</sup> ILO calls on G20 to support the “Global Accelerator for Jobs and Social Protection”. **ILO**. 15 set 2022. Disponível em: <[https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_856123/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_856123/lang-en/index.htm)> Acesso em: 23 set 2022.

Fonte: G20, 2022.

Na esteira desses acontecimentos, ocorreu entre os dias 19 e 20 de setembro, a terceira e última reunião do Grupo de Trabalho de Comércio, Investimento e Indústria (TIIWG), sob a Presidência da Indonésia. Já na fala de abertura do encontro era expressa a expectativa na participação ativa das delegações presentes na preparação da Declaração Ministerial do G20, além do reforço no papel fundamental do consenso para encontrar soluções para superar os desafios econômicos globais<sup>120</sup>. Outro ponto já sinalizado na abertura foram os seis tópicos prioritários da declaração produzida, sendo eles: (i) a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC); (ii) o papel do sistema multilateral de comércio para impulsionar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); (iii) as respostas do comércio, investimento e indústria à pandemias e a arquitetura global da saúde; (iv) o comércio digital e as cadeias de valor globais sustentáveis; (v) o investimento sustentável para a recuperação econômica global; e (vi) a industrialização inclusiva e sustentável via a indústria 4.0.

A necessidade de salientar a relevância do G20 enquanto um importante fórum econômico multilateral para responder os desafios mundiais contemporâneos foi enfatizada pelo Diretor Geral de Negociações Comerciais Internacionais (ITN) e Presidente do TIIWG, Djatmiko Bris Witjaksono. Apesar dos desafios vivenciados pelas condições atuais serem um impasse por si só para os esforços de consenso entre os países membros do bloco, o grupo precisa reafirmar sua relevância no cenário internacional<sup>121</sup>. O Presidente do TIIWG destacou, dessa forma, o importante papel da Presidência da Indonésia enquanto responsável por incentivar a realização de objetivos comuns a fim de superar os obstáculos encontrados na economia global, visando sua versão mais fortalecida tanto agora, como no futuro.

À título de ilustração desse desejo, o apreço pela produção de resultados derivados do encontro internacional já aparecia nas instruções procedimentais do debate realizado pelo TIIWG. A prioridade era a discussão de questões substanciais relacionadas aos pontos principais da agenda, enquanto temas considerados sensíveis ou potencialmente polêmicos seriam alocados para serem pautados no fim da discussão.

Ao fim da análise sobre esta quinzena, é possível observar que, dissonante do que temos presenciado no âmbito do bloco ao longo do ano, em especial após o início do conflito na Ucrânia, ambos os eventos resultaram em avanços e poucas foram as tensões encontradas. Deve-se exaltar os esforços da Presidência da Indonésia em criar um ambiente amistoso e harmonioso, propício para a cooperação, mediante o estratégico uso de elementos culturais como também mudanças procedimentais para seu sucesso.

Diante disso, fica a reflexão sobre a seletividade do sucesso de determinadas temáticas em detrimento do fracasso da cooperação em outras. O que é julgado como “sensível” ou “polêmico em potencial”? O que é passível de ser solucionado ou não? Tais estratégias funcionam com outros assuntos e com outros representantes das delegações?

---

<sup>120</sup> The 3rd TIIWG Meeting Begins, Ministry of Trade Encourages G20 Delegates to Discuss Six Priority Issues to Restore the Global Economy. **G20**. 19 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/the-3rd-tiiwg-meeting-begins-ministry-of-trade-encourages-g20-delegates-to-discuss-six-priority-issues-to-restore-the-global-economy/>> Acesso em: 22 set 2022.

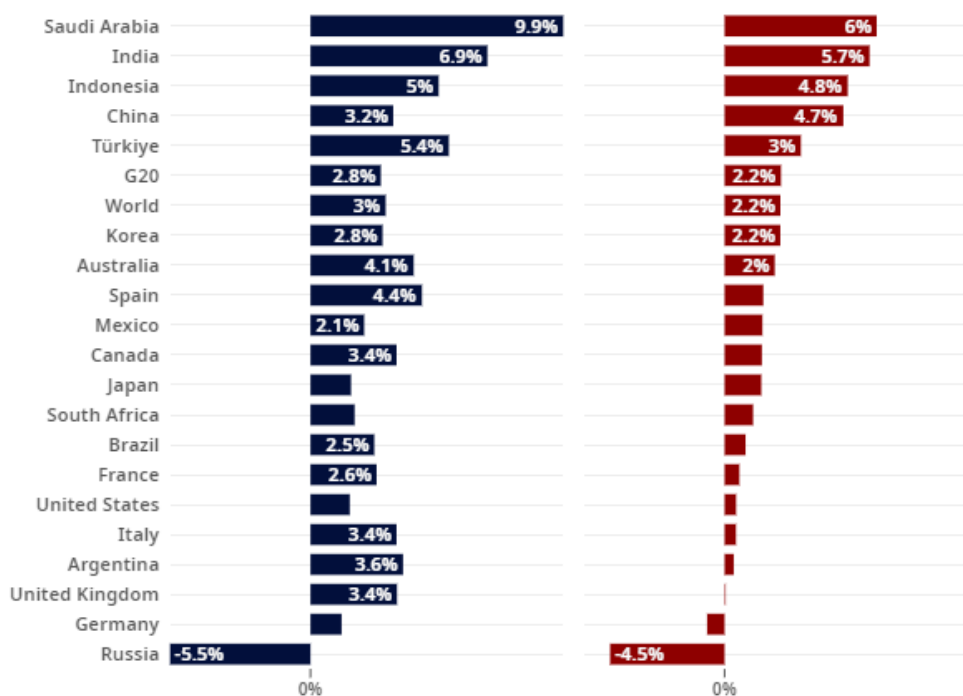
<sup>121</sup> G20 TIIWG Meeting Achieves Formulation of Joint Agreement on 6 Priority Issues to Overcome Global Trade Challenges. **G20**. 22 set 2022. Disponível em: <<https://g20.org/g20-tiiwg-meeting-supports-6-priority-issues-to-overcome-global-trade-challenges/>> Acesso em: 22 set 2022.

## OCDE

A OCDE<sup>122</sup> publicou em 26 de setembro de 2022 suas projeções de crescimento para 2022 e 2023, abrangendo países integrantes do bloco, assim como do mundo, de forma geral. Foi constatado que a guerra na Ucrânia colocou pressão sobre a inflação em todo o mundo, assim como encolheu o já modesto crescimento global para 2,2% em 2023, significando uma perda de US\$ 2,8 trilhões para a economia global.

### Real GDP growth projections for 2022 and 2023

Year-over-year, %



Source: [OECD Economic Outlook, Interim Report September 2022](#)

Os choques nos valores de energia e cadeias de suprimentos em razão da guerra fez com que a OCDE revisasse seus números em relação às projeções de crescimento pelo mundo, prevendo um crescimento brasileiro de apenas 0,8% em 2023. A incerteza presente no cenário internacional faz com que exista a possibilidade de novas altas de preço de energia e produtos alimentícios, podendo levar milhares de pessoas à condição de pobreza, assim como pode levar uma série de países para a recessão. Foi sugerido pela OCDE a elaboração de suportes fiscais e pressão para a elaboração de políticas que apoiem as partes mais vulneráveis da população e a busca por novas fontes de energia.

A estimativa dos custos da Guerra na Ucrânia ocupou os grandes veículos de mídia no Brasil, tendo sido publicado na CNN Brasil<sup>123</sup> o custo de US\$ 2,8 trilhões à economia global em razão do salto dos preços de energia e falta de confiança de empresas, sobretudo na Europa. O

<sup>122</sup> <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-interim-economic-outlook-warns-of-pervasive-global-economic-slowdown.htm>, com acesso em 26 de setembro de 2022.

<sup>123</sup> [https://www.cnnbrasil.com.br/business/guerra-na-ucrania-deve-custar-us-28-trilhoes-a-economia-global-estima-ocde/?utm\\_source=social&utm\\_medium=twitter&utm\\_campaign=business-cnn-business&utm\\_content=link](https://www.cnnbrasil.com.br/business/guerra-na-ucrania-deve-custar-us-28-trilhoes-a-economia-global-estima-ocde/?utm_source=social&utm_medium=twitter&utm_campaign=business-cnn-business&utm_content=link), com acesso em 26 de setembro de 2022.

impacto sobre cadeias e suprimentos e acesso a alimentos também foi destacado na notícia, que demonstrou a preocupação do ocidente na extensão do conflito, que também prorroga os efeitos danosos do conflito sobre todo o mundo.

Nos veículos UOL<sup>124</sup> e Globo<sup>125</sup> também houve destaque sobre o encolhimento da previsão de crescimento da economia mundial e expansão de apenas 0,8% do PIB brasileiro em 2023, após a previsão de perdas de quase 3 trilhões de dólares na economia de todo o mundo.

---

<sup>124</sup><https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2022/09/26/ocde-reduz-para-22-previsao-de-crescimento-da-economia-mundial-em-2023.htm>, com acesso em 26 de setembro de 2022.

<sup>125</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/09/ocde-preve-expansao-do-pib-do-brasil-de-so-08percent-em-2023-e-perdas-de-us-28-tri-no-mundo-por-cao-da-guerra.ghtml>, com acesso em 26 de setembro de 2022.

## **BRICS na 77ª AGNU: respeito à soberania e a integridade territorial dos países e compromisso com a resolução pacífica de suas diferenças e disputas**

*Claudia Hoirisch*



### **Enquanto isso, na 77ª sessão da AGNU...**

O diplomata russo Lavrov discursou que o modelo unipolar de desenvolvimento global, que serviu aos interesses das “elites para acumular riquezas usando os recursos da Ásia, África e AL para destruir a vida de pessoas comuns”, está acabando. Para ele, cabe ao mundo determinar se continuará a ser uma ordem dominada pelo ocidente e por suas elites, ou por forças globais progressistas.

Nas suas palavras: "Hoje, estamos testemunhando estados soberanos prontos para defender seus interesses nacionais, e isso está resultando na criação de uma arquitetura multipolar igual, socialmente orientada". E o ocidente considera esses processos uma ameaça, e os EUA e seus aliados "querem parar a marcha da história".

Lavrov sugeriu que "em algum momento, tendo declarado vitória na Guerra Fria, Washington elevou-se quase à posição do mensageiro de Deus na Terra, que não tem obrigações, mas apenas o direito sagrado de agir com impunidade" em qualquer lugar do mundo. O diplomata recordou as guerras conduzidas pelos EUA nas últimas décadas, da Iugoslávia ao Iraque e Líbia, que reivindicaram centenas de milhares de vidas.

O discurso do chanceler indiano aclarou que a Índia está voltada para promover uma maior unidade e solidariedade por meio de aproximação em questões globais, como pandemias e meio ambiente e foi com essa convicção que os levou a fornecer vacinas para mais de 100 nações.

Quanto ao cenário internacional, sinalizou que o Indo-Pacífico, imprensado entre a estratégia estadunidense e a resposta chinesa (pelo lado dos EUA, temos o Diálogo Quadrilátero de Segurança (QUAD) e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e pelo lado de Beijing, temos suas ações na região, incluindo a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) , Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB) e a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), testemunha novas preocupações sobre sua estabilidade e segurança. Sobre o conflito ucraniano, deixou claro que a Índia está do lado da paz<sup>126</sup>, que respeitam a Carta das Nações Unidas e seus princípios fundadores e optam pelo lado que exige o diálogo e a diplomacia como a única saída. Ao país interessa trabalhar

---

<sup>126</sup> Mais cedo, em 16 de setembro à margem da cúpula da Organização de Cooperação de Xangai (SCO) no Uzbequistão, o PM indiano se encontrou com o presidente Putin, onde disse ao líder russo que "a era de hoje não é de guerra". Ele disse que falou com Putin por telefone e enfatizou que democracia, diplomacia e diálogo são coisas que tocam o mundo.

construtivamente - na ONU e fora dela-, na busca de uma solução antecipada para a operação militar Rússia-Ucrânia pois levam em conta aqueles que lutam para sobreviver, especialmente perante os custos crescentes de alimentos, de combustível e dos fertilizantes.

O MRE Jaishankar disse que estão decididos a fazer da Índia um país desenvolvido nos próximos 25 anos, que irão se libertar de uma mentalidade colonial e que apoiam um multilateralismo reformado e governança global mais contemporânea.

O Chanceler chinês Wang Yi disse em seu pronunciamento que os países devem defender a paz e se opor à guerra e à turbulência e pediu a todos os países que permaneçam comprometidos em lidar com as diferenças por meios pacíficos e resolução de disputas por meio do diálogo e da consulta.

Pediu os países a permanecerem engajados na cooperação e se opor ao confronto, à política de grupo e ao confronto entre blocos.

Lembrou que a China está entre as primeiras a prometer tornar as vacinas Cov-19 um bem público global e apoiar a renúncia aos DPI sobre as vacinas, observou Wang, acrescentando que a China forneceu mais de 2,2 bilhões de doses de vacinas para mais de 120 países e organizações internacionais.

Sobre a questão de Taiwan, disse que tem sido uma parte inalienável do território chinês, que o continente e Taiwan pertencem a uma mesma China e qualquer esquema para interferir nos assuntos internos da China e qualquer movimento para obstruir a causa de reunificação da China será esmagado pelas rodas da história.

Acrescentou que o caminho seguido pela China é de paz e desenvolvimento, um caminho de cooperação ganha-ganha, uma harmonia entre o homem e a natureza.

Por fim, em um comunicado resultante da reunião dos MRE dos BRICS ocorrida às margens da 77ª AGNU que mais parece um apanhado dos pronunciamentos dos chanceleres da Rússia, Índia e China, os países do grupo se comprometeram a respeitar a soberania e a integridade territorial de todos os países e o seu compromisso com a resolução pacífica das diferenças e disputas entre os países.

## Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

*Sebastián Tobar, Miryam Minayo  
e Agustín Ingratta*

### América Latina na procura de seu lugar no Mundo

A América Latina encontra-se em processo de acomodação diante da guerra entre Rússia e Ucrânia e das tensões geopolíticas entre Estados Unidos e China. Frente a esse cenário, surgem questões a respeito da melhor conduta se ser adotada: a América Latina deve alinhar-se com uma única potência? Ou seria mais sensato o não alinhamento e beneficiar-se das relações com cada um desses países?

Embora a CELAC tenha promovido um diálogo extrarregional CELAC-China com o intuito de fomentar e aprofundar as relações bi regionais de forma coordenada e integrada, baseadas no respeito, na igualdade e no benefício mútuo, os diálogos entre os países da região e a China seguem fragmentados. Ainda assim, a CELAC é o único fórum que permanece ativo como um interlocutor com a China, por meio do Fórum China-CELAC. Mas, cada um de seus membros acaba promovendo seus interesses a partir de uma perspectiva muito atomizada da América Latina.

No campo da saúde, a CELAC tem promovido a questão do avanço na autossuficiência em saúde, considerando uma questão que pode impulsionar o desenvolvimento econômico, com a incorporação da força de trabalho e com um sentido estratégico de fomentar o desenvolvimento do complexo produtivo e da indústria da saúde. Outras várias iniciativas de nível sub-regional também tentaram abordar este tema, como o PROSUL e o MERCOSUL, bem como a Comunidade Andina e a COMISCA, sem avanços significativos.

Na análise das iniciativas em curso de integração regional, é preciso considerar o contexto externo. Nesse sentido, nos últimos 15 anos as iniciativas de integração da região foram afetadas por diferentes tensões: a crise financeira de 2008; a crise do multilateralismo nos níveis global e regional; uma desaceleração da globalização; as tensões acima mencionadas entre a China e os Estados Unidos; a crise financeira, econômica e social gerada pela pandemia, com impacto na pobreza, pobreza extrema, desemprego, segurança alimentar, entre outros; e a atual guerra no território ucraniano.

Segundo o estudo<sup>127</sup> realizado pelo Latinbarometro<sup>128</sup>, 71% dos cidadãos da América Latina são a favor da integração. Apesar de, como mostram os dados, a integração regional ter mantido um alto nível de apoio na pandemia, é importante que não tenha apenas um caráter retórico. Nesse sentido, o setor saúde apresenta-se como um contexto repleto de oportunidades de articulação de esforços cooperativos e sob a consideração de que a saúde é

---

<sup>127</sup> <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/La-voz-latinoamericana-percepciones-sobre-integracion-y-comercio-diciembre-2021.pdf>

<sup>128</sup> O Latinobarômetro é um estudo de opinião pública que é aplicado anualmente a 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de habitantes. <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

condição necessária para o desenvolvimento da região, que, por sua vez, o modelo de desenvolvimento adotado pela região impacta nas condições de vida e a saúde da região.

### **CEPAL: Especialistas abordaram os novos desafios da cooperação internacional e seu impacto no desenvolvimento da América Latina e do Caribe<sup>129</sup>**

Especialistas de organismos internacionais e multilaterais, juntamente com autoridades governamentais de vários países da América Latina e do Caribe, participaram do Seminário de alto nível da CEPAL intitulado *Novos desafios e novas perspectivas para a cooperação internacional: abordagens para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe*, sobre os novos desafios da cooperação internacional e sua importância na promoção do desenvolvimento da região em um contexto complexo como o atual.

A reunião, realizada nos dias 13 e 14 de setembro, foi organizado pela CEPAL em colaboração com o Centro de Desenvolvimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Representantes da Argentina, Chile, Costa Rica, Panamá, Peru e Uruguai, além de altos funcionários de organizações como CEPAL, BID, OCDE, ONU-Mulher, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Comitê de Desenvolvimento Banco da América Latina - CAF, Comissão Europeia, Fundação EULAC, Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), entre outras entidades.

O seminário foi aberto por Raúl García Buchaca, Secretário Executivo Adjunto de Administração e Análise de Programas da CEPAL; Federico Bonaglia, Diretor Adjunto do Centro de Desenvolvimento da OCDE; Sebastián Miller, economista-chefe do BID; e Enrique O'Farrill, Diretor Executivo da AGCID.

As sessões de trabalho foram realizadas em quatro mesas temáticas que abordaram os seguintes assuntos: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, bens públicos globais e medidas multidimensionais de desenvolvimento e bem-estar; Financiamento para o desenvolvimento: novas alianças globais, alianças público-privadas e instituições financeiras internacionais; Parcerias regionais para abordar prioridades prementes; e Renovação das parcerias entre a União Europeia e a América Latina e Caribe.

Em suas discussões, os participantes destacaram a importância da cooperação internacional em tempos históricos como o presente, atravessado por tensões sem precedentes, como as crises sanitária e socioeconômica decorrentes da pandemia global de COVID-19, a evolução econômica recente marcada pelo declínio do crescimento e pressões inflacionárias generalizadas, a que se soma o impacto da guerra na Ucrânia, que acrescentou incerteza em nível global.

Também concordaram que os países da região exigem uma mudança de paradigma na cooperação para o desenvolvimento, em consonância com a Agenda 2030. As classificações baseadas apenas em critérios de renda per capita não refletem toda a gama de vulnerabilidades multidimensionais, lacunas estruturais e necessidades de financiamento dos países da região. Por isso, enfatizaram que os mecanismos de classificação e graduação que estabelecem

---

<sup>129</sup> <https://www.cepal.org/es/noticias/expertos-abordaron-nuevos-retos-la-cooperacion-internacional-su-impacto-desarrollo-america>



exclusões para países de renda média da cooperação internacional não são mais viáveis, nem para enfrentar as crises atuais nem as associadas às mudanças climáticas, degradação ambiental e perda de biodiversidade.

Destacaram também os esforços compartilhados entre Europa e América Latina e Caribe nesta área para avançar para modelos de desenvolvimento sustentável, entendendo que o combate às mudanças climáticas e a transição para modelos sustentáveis de produção e consumo devem ser uma prioridade no desenvolvimento, juntamente com a promoção de um sistema multilateral mais forte e inclusivo.

### **CAN e MERCOSUR: Quais são os próximos desafios?**

No dia 15 de setembro, teve lugar um evento organizado pelo BID INTAL<sup>130</sup> com a participação do Secretário Geral da Comunidade Andina de Nações (CAN), Jorge Pedraza, e o Secretário Geral da ALADI, Sergio Abreu Bonilla. O Evento visava a avaliação do processo de integração regional e as oportunidades de coordenação da atuação dos dois blocos.

Entre os pontos identificados de avanços da integração, foram apontados:

- ✓ Agenda do Ambiente
- ✓ Agenda de Género
- ✓ Agenda Digital.

A Agenda do Ambiente é chave para que os países da região não fiquem fora de um conjunto de regulações ambientais, pelo que precisa diversificar a produção de bens e serviços. Assim também a mudança climática tem grandes efeitos na produção da região, atingindo a agricultura e outras atividades econômicas.

A Agenda de Género é muito importante para a região e promover a inserção das mulheres na economia, que viram aumentar a brecha de sua participação no mercado do trabalho durante a pandemia.

A Agenda digital é um tema chave, e não significa apenas melhorar os tramites digitais, também é necessário um incremento do comércio transfronteiriço e a Agenda de produção de novas tecnologias. Existem muitas oportunidades de cooperação e maior integração por meio de intercâmbio nesta área na região.

Os dois blocos são grandes produtores de alimentos para o mundo, e nesse sentido tem se melhorado muito na adoção dos padrões de melhoria da qualidades. A região tem crescido nos volumes de exportação extra comunitários.

Tem se ressaltado que a pandemia tem se constituído em um grande obstáculo mais também tem gerado oportunidades como pode se observar com a transformação digital.

### **Avanços na Presidência Pro Tempore argentina da CELAC**

A CELAC é um mecanismo intergovernamental de diálogo e acordo político. Seus membros incluem os 33 países da América Latina e do Caribe. A Presidência Pro Tempore está atualmente a cargo da Argentina, situação que se manteria até o início de 2023.

Foi criado em 23 de fevereiro de 2010, na sessão da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, em Playa del Carmen (México). Posteriormente, na Cúpula de Caracas

---

<sup>130</sup> <https://youtu.be/v0i5Z28UH8s>

(Venezuela), realizada nos dias 2 e 3 de dezembro de 2011, a organização foi definitivamente constituída.

Em 7 de janeiro de 2022, foi realizada em Buenos Aires a XXII Reunião de Chanceleres da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), reunião na qual a República Argentina assumiu a Presidência Pro Tempore da CELAC por todo o ano 2022.

O Ministério das Relações Exteriores da Argentina, por meio da Diretoria de Assuntos Regionais (DIREG), é responsável por coordenar todas as contribuições enviadas pelos organismos argentinos em suas áreas de competência específica, incluindo possíveis ações concretas em cada uma das áreas de interesse, para fins de consolidação de uma proposta de Plano de Trabalho da Presidência Pro Tempore Argentina (PPTA).

No que diz respeito à saúde, a Estratégia De Saúde Latino-Americana e Caribe visa a melhorar a coordenação das capacidades nacionais dos países da região e capacitá-los para melhor enfrentar os desafios de saúde atuais e futuros, promovendo uma abordagem solidária entre os países do espaço.

Sua estratégia é: Aprofundar o acesso às vacinas produzidas na América Latina e no Caribe, bem como a produção e distribuição regional de vacinas, diagnósticos, testes e tratamentos contra Covid-19 e outras doenças por meio da implementação do Plano de Autossuficiência Sanitária e coordenar posições regionais em arenas internacionais.

A PPTA Argentina definiu trabalhar nos seguintes temas:

**I. Dar continuidade às reuniões de coordenação para a implementação do Plano de Autossuficiência Sanitária proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em seus diferentes aspectos.**

O desenvolvimento do Plano de Autossuficiência Sanitária da CEPAL para a América Latina e o Caribe foi solicitado pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em abril de 2021, durante o Pro Presidência Tempore do México, em busca de uma estratégia integral para alcançar a autossuficiência em saúde na região – especificamente focada no fortalecimento das capacidades de produção e distribuição de vacinas e medicamentos.

Este Plano foi apresentado durante a VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC, em 18 de setembro de 2021, por Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL. Ele busca contribuir para a geração de instrumentos que permitam o enfrentamento da atual emergência causada pela Covid-19 e também diante de futuras pandemias, garantindo a igualdade de acesso às vacinas no curto prazo.

Dentro dos eixos do Plano de Autossuficiência Sanitária da CEPAL, é possível identificar sete linhas de ação que visam favorecer a produção local/regional de tecnologias em saúde na América Latina:

1. Fortalecer os mecanismos de compra internacional conjunta de vacinas e medicamentos essenciais;
2. Utilizar os mecanismos de compras públicas de medicamentos para o desenvolvimento de mercados regionais;
3. Criar consórcios para desenvolvimento e produção de vacinas;
4. Implementar uma plataforma regional de ensaios clínicos;

5. Aproveitar as flexibilidades regulatórias para acessar a propriedade intelectual;
6. Fortalecer os mecanismos de convergência e reconhecimento regulatório;
7. Fortalecer os sistemas de saúde primários para o acesso universal às vacinas e suas distribuição equitativa.

Com base nessas linhas de ação, o PPTA da Argentina escolheu três linhas de interesse para trabalhar:

✓ Fortalecimento dos mecanismos de negociação regional conjunta de preços de medicamentos e vacinas, que visa fortalecer os Mecanismos de negociação regional conjunta de preços de medicamentos e vacinas essenciais por meio da criação de um espaço de coordenação permanente entre os países da CELAC. (As primeiras reuniões sobre este tema foram realizadas em 17 de maio de 2022 e 8 de setembro de 2022).

✓ Desenvolvimento regional e produção de vacinas e medicamentos: um espaço coordenado tecnicamente por técnicos da Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde (ANLIS) e da Agência Nacional de Laboratórios Públicos (ANLAP) da Argentina. A primeira reunião deste grupo foi realizada em 5 de julho de 2022, onde se propôs avançar no levantamento das capacidades públicas existentes para pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas nos países que compõem a CELAC, cujos resultados são a base para promover intercâmbios e discussões entre os representantes das delegações que compõem a CELAC com vistas à elaboração de um plano de trabalho específico.

✓ Coordenação de Agências Reguladoras: com a participação técnica da Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT) da Argentina, que coordena a próxima reunião que visará fortalecer os mecanismos e espaços de discussão existentes para alcançar critérios mínimos de autorização emergencial de vacinas e medicamentos entre os países da CELAC.

**II. Examinar o trabalho da Rede de Especialistas CELAC em Agentes Infeciosos e Doenças Emergentes e Reemergentes:** As atividades da Rede de Especialistas estão sendo coordenadas por especialistas do Instituto Nacional de Infectologia (INEI) pertencente à ANLIS Malbrán.

### **III. Reunião de Coordenação prévia à Reunião de Ministros da Saúde da CELAC.**

Esta reunião de coordenação será realizada tendo em vista a Reunião de Ministros da Saúde, que terá lugar no próximo mês de novembro. Este trabalho servirá de plataforma para o país que for eleito para a Presidência Pro Tempore da CELAC em 2023.

### **SEGIB: Chanceleres Ibero-americanos se reúnem no âmbito da 77ª AGNU<sup>131</sup>**

Ministras e os Ministros das Relações Exteriores e Representantes dos 22 países ibero-americanos participaram de um café da manhã informativo, no marco da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas, para avançar nos detalhes da próxima XXVIII Cúpula Ibero-Americana, que será realizada em março de 2023, na República Dominicana.

O Ministro das Relações Exteriores da República Dominicana, Roberto Álvarez, representando a Secretaria Pro-Tempore da Conferência Ibero-Americana, informou sobre os progressos no desenvolvimento e planejamento do evento, que será realizado sob o lema “Juntos por uma Ibero-América mais justa e sustentável” na cidade de Santo Domingo.

---

<sup>131</sup> <https://www.segib.org/pt-br/chanceleres-ibero-americanos-se-reunem-no-ambito-da-77a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/>

Durante a reunião, foi ratificada por consenso a nomeação da nova Secretária para a Cooperação Ibero-Americana, a Embaixadora Lorena Larios, proposta pelo México.

Além disso, durante toda a semana, o Secretário-Geral, Andrés Allamand, manteve reuniões bilaterais, em seguimento à intensa agenda de preparação da próxima Cúpula Ibero-Americana, com vários Chanceleres da região, Representantes Permanentes de países ibero-americanos junto à ONU e líderes mundiais nos âmbitos de sustentabilidade, gênero e educação, entre outros.

### **ORAS-CONHU: Região Andina trabalha para preparar o Plano Integral de Saúde para Adolescentes 2023 - 2030<sup>132</sup>**

A Reunião do Comitê Andino de Saúde Integral do Adolescente reuniu os representantes dos países da área andina que compõem o Comitê Andino de Saúde Integral para Adolescentes, com ênfase na prevenção da gravidez na adolescência. O objetivo da reunião de trabalho foi fortalecer as intervenções que protegem a saúde e o desenvolvimento psicossocial de adolescentes na Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela.

A Secretária Executiva da Agência Andina de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU), María del Carmen Calle, destacou que a reunião buscou estabelecer um roteiro que permita o desenvolvimento do Plano Andino Integral de Saúde do Adolescente para o período 2023 -2030: “a preparação deste documento incluirá as linhas de ação estratégica que permitirão fortalecer as capacidades dos serviços de saúde na abordagem integral da saúde dos adolescentes nos países andinos, desde o primeiro nível de atenção e com um enfoque intercultural”. A Secretária também destacou que o Comitê Andino trabalha ativamente para ajudar a proporcionar aos adolescentes um ambiente seguro, duradouro e equitativo para que possam funcionar de acordo com suas capacidades.

Neste sentido, Calle Dávila convocou os membros do Comitê Andino a não perder a prática profissional baseada em evidências científicas para revisar e propor as estratégias pertinentes, “mas o mais importante é não perder o compromisso com esse grupo populacional”.

Além disso, sugeriu não permitir a divulgação de alguns conceitos que pudessem distorcer a abordagem do trabalho. Segundo ela, “a adolescência não é uma fase de transição, porque ser adolescente é uma fase tão importante quanto a infância, juventude e idade adulta”.

Cabe destacar que, durante a reunião, os membros do Comitê Andino de Saúde Integral do Adolescente do ORAS-CONHU informaram sobre o andamento das intervenções em seus respectivos países e identificaram as necessidades de intervenção.

Também participaram a Dra. Sonja Caffè, especialista da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), e a Dra. Gloria Lagos, Coordenadora do Comitê Andino.

### **ORAS-CONHU: Especialistas analisam avanços na saúde integral de adolescentes e jovens no XVI Congresso Internacional da SPAJ<sup>133</sup>**

---

<sup>132</sup><https://www.orasconhu.org/es/region-andina-trabaja-elaboracion-del-plan-de-salud-integral-de-los-adolescentes-2023-2030>

<sup>133</sup><https://www.orasconhu.org/es/expertos-analizaran-los-avances-en-la-salud-integral-de-los-adolescentes-y-jovenes-en-xvi-congreso>

O XVI Congresso Internacional *Avanços na saúde integral de adolescentes e jovens durante a pandemia* foi realizado entre os dias 15 e 17 de setembro, no marco do 25º aniversário da Sociedade Peruana para Adolescência e Juventude (SPAJ), com o apoio da ORAS-CONHU

Durante o evento, o Vice-Ministro de Saúde Pública do Peru, Joel Candia Briceño, mencionou os esforços que o Ministério está realizando para a saúde dos adolescentes e em matéria de vacinação instou a população, principalmente os pais, a levar seus filhos aos pontos de vacinação, a cumprir o esquema, e indicou que estão dando ênfase à vacina contra o HPV em adolescentes, para prevenir o câncer de colo de útero.

A mesa de honra foi acompanhada por María del Carmen Calle, Secretária Executiva da ORAS-CONHU e presidente da Comissão Organizadora do XVI Congresso; a Diretora Geral do Instituto Nacional da Criança de San Borja, Elizabeth Zulema Tomas Gonzáles; o presidente da Associação Internacional de Saúde do Adolescente-IAAH, Jonathan Klein; e Mercedes Arévalo Guzmán, presidente da Sociedade Peruana para Adolescência e Juventude;

“Adolescência e juventude é uma militância, não importa onde estejamos no palco, se acreditarmos neles, temos que continuar acompanhando-os, trabalhando para dar-lhes um ambiente mais seguro, mais preciso e mais igualitário. E agora o SPAJ em aliança com ORAS-CONHU, com a OPAS/OMS, com o Instituto San Borja de Saúde Infantil, vamos continuar trabalhando para eles.” afirmou María del Carmen durante seu discurso.

O evento constitui um espaço científico que ajudará a refletir e conhecer os avanços para melhorar a saúde e o desenvolvimento de adolescentes e jovens na América Latina, com a participação de especialistas e professores de reconhecido prestígio e experiência da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, EUA, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Com presença no auditório, e virtualmente com mais de 2000 participantes, número que evidencia a necessidade de informação e formação sobre diversos temas relacionados com esta fase da vida.

Desta forma, procura dar a devida importância à adolescência e à juventude, pois são períodos de mudança nas esferas biológica, psicológica e social, onde coincidem processos críticos de identidade, desenvolvimento de autonomia para tomar decisões e indefinições para o futuro, gerando por vezes períodos de conflito pessoal, familiar e comunitário, somado a isso a pandemia de COVID 19, que aumentou as limitações no desenvolvimento de suas habilidades para aprender, vivenciar e expressar liberdades, entre outras.

Foi analisado também o cyberbullying, a importância da alimentação e nutrição em adolescentes, transtornos alimentares em adolescentes, considerações sobre atividade física em adolescentes, câncer em adolescentes, infecções sexualmente transmissíveis, assim como depressão, suicídio e depressão.

### **COMISCA: Chamada aberta para o Terceiro Evento de Negociação Excepcional de Preços e Aquisição de Medicamentos e Materiais de Proteção Individual por meio da Negociação Conjunta COMISCA<sup>134</sup>**

Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana, SE-COMISCA, colocou à disposição dos fabricantes e distribuidores de insumos de proteção individual os Termos de Referência do Terceiro Evento de Negociação

---

<sup>134</sup> [https://www.sica.int/noticias/convocatoria-abierta-al-evento-01-2022-de-negociacion-extraordinaria-de-precios-de-pruebas-rapidas-de-malaria-a-traves-a-traves-de-la-negociacion-conjunta-comisca\\_1\\_130714.html](https://www.sica.int/noticias/convocatoria-abierta-al-evento-01-2022-de-negociacion-extraordinaria-de-precios-de-pruebas-rapidas-de-malaria-a-traves-a-traves-de-la-negociacion-conjunta-comisca_1_130714.html)

Excepcional de Preços e Aquisição de Medicamentos e Insumos de Proteção Individual através da Negociação Conjunta COMISCA®, Ano 2022, que se realiza no âmbito da cooperação “Apoio à Saúde Pública ao Plano de Contingência Covid-19 da Região SICA”.

Com esta chamada aberta para todas as empresas fabricantes ou distribuidoras que tenham interesse em participar como licitantes dos itens detalhados na Tabela n.º 1 na modalidade de concurso público aberto, as condições descritas nos termos de referência publicados e o disposto no Regulamento COMISCA 02 – 2017 para a Negociação Conjunta COMISCA® de medicamentos, dispositivos médicos e outros bens de interesse para a saúde para os Estados Membros do SICA.

A Negociação Conjunta COMISCA é um mecanismo que favorece o acesso a medicamentos de qualidade, seguros e eficazes a preços mais favoráveis, permitindo a otimização dos orçamentos das instituições de saúde, com base no marco do direito comunitário centro-americano.

Trata-se de uma estratégia bem-sucedida de integração centro-americana no setor regional da saúde, que se baseia no bem comum e no uso de economias de escala, combinando elementos técnicos e administrativos com forte apoio político, coordenado pela SE-COMISCA.

### **Cúpula Climática da Juventude Latino-americana<sup>135</sup>**

Entre os dias 12 e 14 de setembro teve lugar a Cúpula Climática de Juventude da América-latina – RCOY<sup>136</sup>. Mais de 300 jovens representantes da América do Sul e o Caribe se reuniram em São José de Costa Rica e formularam 10 propostas para os Governos Nacionais e outras para os Grandes emissores (países e empresas) diante da Conferência das Nações Unidas para a Mudança Climática (COP27).

A RCOY é um espaço de participação e articulação entre as juventudes dos países de América Latina. As propostas elaboradas serão apresentadas na COP27 com maior força e unidade para dar conta da situação da região e as novas demandas frente ao mundo.

A Cúpula teve o apoio do Pepe Mujica, ex presidente de Uruguai, que apontou que *“ficamos frente a um holocausto ecológico, mas o problema ecológico tem uma base: o tipo de civilização predatória que temos desenvolvido (...) A esperança que temos está em vocês: que tenham a capacidade de chamar à realidade aos governos, porque no fundo a crises ecológica existe por fragilidade política, e apenas as decisões políticas podem mudar a realidade; mas tem que ter o coragem de fazer frente aos interesses econômicos e no fundo também apoiar uma mudança cultural nas questões em que estamos imersos”<sup>137</sup>.*

### **Pesca Ilegal nos Mares da América Latina**

Há mais de 25 anos, frotas estrangeiras, especialmente chinesas, operam na zona de pesca exclusiva dos países da região latino-americana. Da Patagônia Argentina ao Brasil, Peru e outros países da região observam a presença de barcos pesqueiros chineses que, além de

---

<sup>135</sup> <https://youtu.be/YCCb1qZ8vBg>

<sup>136</sup> <https://rcoyla.org>

<sup>137</sup> <https://www.infobae.com/america/medio-ambiente/2022/09/17/finalizo-la-cumbre-climatica-de-la-juventud-de-latinoamerica-las-20-propuestas-para-la-accion/?outputType=amp-type>

subtrair recursos marítimos locais, operam com tripulações muitas vezes submetidas a práticas de semiescravidão.

Os navios entram nos mares continentais com os sistemas de radar desligados o que impede a fiscalização das marinhas dos países da região e violam as águas soberanas da América Latina.

O tamanho da frota chinesa tem aumentado ao longo dos anos. Em 2000, havia apenas algumas dezenas de embarcações chinesas, hoje estima-se em mais de 400 embarcações no Atlântico Sul e 300 no Pacífico Sul, estas são apenas as exclusivas para a pesca de lulas. Há também uma frota de Taiwan, Coréia do Sul e Espanha que opera nas águas circundantes da América do Sul.

Em relação à frota chinesa, a indústria pesqueira da região diz que é uma concorrência desigual, pois recebe três apoios principais:

A primeira é um subsídio que o governo chinês dá aos combustíveis; à construção de embarcações e uma tecnologia de satélite de assistência à informação e inteligência para evitar controles.

O segundo é operar através do trabalho semiescravo com tripulações de origem indonésia, filipina e africana, que sofrem vários tipos de violações das leis ou normas trabalhistas mundiais.

O terceiro subsídio está relacionado ao descumprimento de normas ambientais, trabalhistas ou de segurança para os regulamentos de navegação e pesca.

Muitos países tendem fechar os olhos para estas práticas porque a China exerce pressão sobre o país ou simplesmente porque há algum alinhamento ou benefício em relação às transações econômicas com esta potência.

A China possui a maior frota pesqueira do mundo e é o país com os maiores índices de pesca ilegal: viola e desrespeita normas sanitárias, trabalhistas e ambientais.

As mais de 300 embarcações que operam no Pacífico Sul e as 400 no Atlântico Sul têm forte impacto no ecossistema marinho<sup>138</sup>. A frota chinesa causou alarme em 2020, quando o Equador alertou que a frota estava navegando ao longo da Zona Econômica Exclusiva que circunda as Ilhas Galápagos, uma das reservas marinhas mais biodiversa e altamente protegidas do mundo<sup>139</sup>.

## **Organização dos Estados Americanos (OEA)**

### **Grupo de Trabalho do Protocolo de San Salvador lança guia prático sobre os direitos dos povos indígenas<sup>140</sup>**

O Grupo de Trabalho do Protocolo de San Salvador (GTPSS) da Organização dos Estados Americanos (OEA) apresenta o “Guia Prático para a operacionalização dos indicadores do Protocolo de San Salvador a partir de uma visão transversal dos povos indígenas”<sup>141</sup>. O Guia visa

<sup>138</sup> <https://farn.org.ar/los-impactos-de-la-pesca-ilegal-de-la-flota-china-en-america-latina/>

<sup>139</sup> <https://es.insightcrime.org/noticias/gamechangers-2021-pesca-ilegal-arraso-mares-latinoamerica/>

<sup>140</sup> [https://www.oas.org/es/centro\\_noticias/comunicado\\_prensa.asp?sCodigo=C-055/22](https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-055/22)

<sup>141</sup> <https://www.oas.org/es/sadye/inclusion-social/protocolo-sv/docs/IndicadoresProtocoloPueblosIndigenas.pdf>

a facilitar o acesso aos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESC) para os povos indígenas das Américas.

O relatório destaca que a situação de violação estrutural e sistemática de seus direitos humanos que os povos indígenas historicamente sofrem tem gerado maiores índices de pobreza, precárias condições de saúde, acesso limitado a estruturas de saúde, instituições educacionais e empregos decentes, entre outros. Esta situação afeta milhões de pessoas. Segundo a OPAS, 54,8 milhões de indígenas vivem na América Latina e no Caribe; e 7,6 milhões na América do Norte. Segundo dados CEPAL, existem 826 povos indígenas registrados nos países da região.

O Guia foi elaborado pelo GTPSS e pelo Departamento de Inclusão Social da Secretaria de Acesso a Direitos e Equidade da OEA para ajudar a tornar visível a situação real do acesso dos povos indígenas à DESC. Também procura orientar os Estados Partes do Protocolo de San Salvador e outros países da região sobre como melhorar a coleta de dados que identifiquem adequadamente as dificuldades que os povos indígenas e seus membros enfrentam, com o objetivo final de facilitar o desenho de políticas públicas.

A elaboração deste Guia é uma das ações adotadas pela OEA para contribuir para a construção de sociedades mais inclusivas e equitativas, promovendo o acesso a direitos para grupos em situação de vulnerabilidade.

Este é o segundo guia de uma série de manuais temáticos denominados “Medindo todas as lacunas”, que busca esclarecer a situação dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DESC) de diversos grupos em situação de vulnerabilidade, como os povos indígenas.

O Protocolo de San Salvador, que entrou em vigor em 1999, é o Protocolo Adicional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em vigor desde 1969. Em 2007, a Assembleia Geral da OEA criou o GTPSS para a análise dos relatórios nacionais previstos no Protocolo.



# La Pandemia de Covid-19 y las Poblaciones Vulnerables de Sudamerica

Pier Paolo Balladelli e Sofia Farante

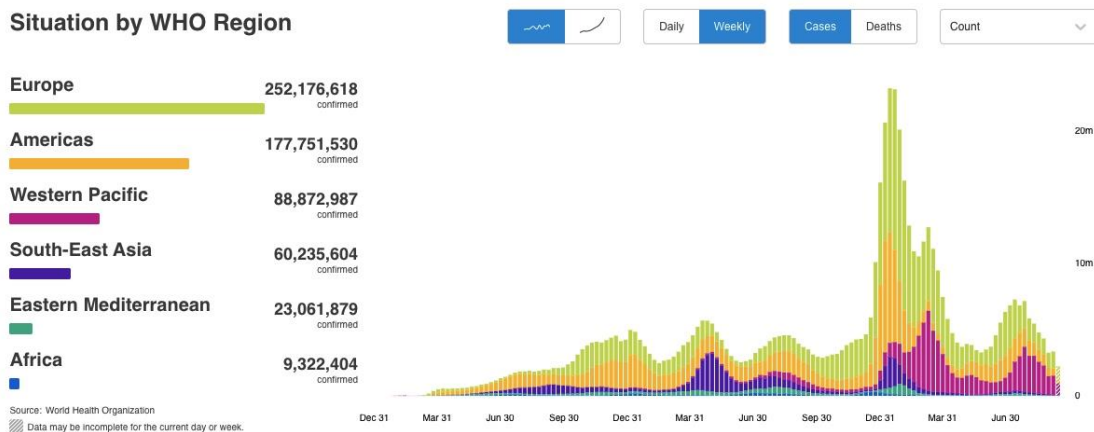
## I. La pandemia de COVID-19

### 1.1. Una visión general

La Organización Mundial de la Salud proporciona datos actualizados sobre el número oficial de personas registradas como infectadas por COVID-19 y el número de muertes. Las cifras oficiales son en general subestimados de acuerdo al registro y a las categorías que sean consideradas por los países.



Fuente: Dashboard WHO<sup>142</sup>

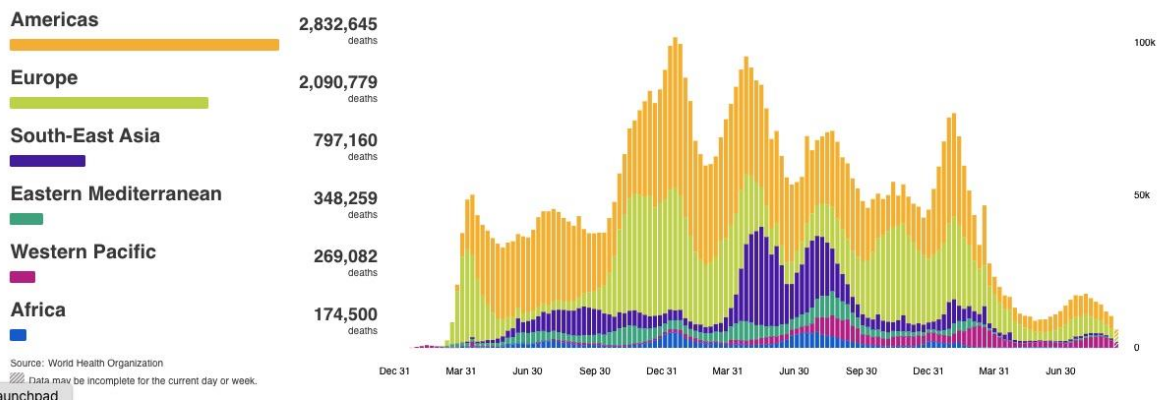


Fuente: WHO-Dashboard Infecciones por COVID WHO<sup>143</sup>

<sup>142</sup> Fuente: WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Consultado el 26 de septiembre de 2022.

<sup>143</sup> Ibidem

## Situation by WHO Region



Fuente: WHO-Dashboard Defunciones por COVID<sup>144</sup>

Si comparamos las tendencias de personas infectadas por Covid-19 con aquellas de las defunciones, podemos destacar que en estas últimas las Américas suplantaron a Europa en el liderazgo. Podríamos explicar esta situación en el continente americano como un subregistro de los casos de infección que, junto con las menores capacidades para la respuesta en el tratamiento médico de los enfermos, ha llevado a muchas más muertes. Como podemos observar, las tendencias tanto de las curvas de infectados como de las de muertes, se encuentran actualmente en su fase de acelerado declive.

### **1.2. ¿Qué podemos esperar de la evolución de la pandemia en este momento? ¿La vacunación es suficiente para debilitar la enfermedad?**

En la fase actual, aunque preferimos mantener todas las posibilidades abiertas y estar preparados para cualquier situación, estamos asistiendo a una transición de una fase aguda a una fase crónica, más larga y cuyas características son difíciles de definir con precisión.

La sustitución acelerada de la variante *delta* por *omicron* acontecida en 2022, mucho más contagiosa y menos letal, es actualmente la novedad más destacada en la evolución de la pandemia del Covid-19. El coronavirus es un virus que muta a diario y por lo tanto es difícil predecir su comportamiento, incluyendo características de transmisión y letalidad de las nuevas variantes. De hecho, segmentos enteros de la población aún no están vacunados, y esto aumenta las oportunidades para que este virus mute.

En las Américas, donde los países se encuentran en diferentes fases de finalización y de cobertura de vacunación, la Organización Panamericana de la Salud (OPS/OMS) busca acelerar la vacunación de quienes no han logrado una buena cobertura como poblaciones indígenas, migrantes, poblaciones en zonas dispersas, entre otros.

La asimetría en el acceso a vacunación y las coberturas vacunales de los grupos de población refleja las inequidades existentes en la Región de las Américas. De hecho, esta región sigue siendo testigo de una inequidad sistémica significativa, entre y dentro de los países, en términos de acceso a las vacunas COVID-19 y otros indicadores de salud. Al mismo tiempo, también es importante tener en cuenta que algunas personas siguen siendo reacias a vacunarse.

<sup>144</sup> Ibidem

### **1.3. ¿Por qué es tan importante mantener la vigilancia epidemiológica en esta fase? ¿Deben mantenerse las medidas para prevenir el contagio?**

La vigilancia epidemiológica es un componente esencial de la respuesta porque nos permite obtener evidencia en tiempo real sobre el número de infectados, enfermos, hospitalizados, así como sobre la dinámica de transmisión. La vigilancia permite verificar el comportamiento de las nuevas variantes y puede dar indicaciones sobre el resurgimiento de una nueva crisis pandémica. La vigilancia de la salud, que desde un punto de vista general consiste en poner a disposición información oportuna y de calidad sobre el desarrollo de la pandemia, permite modular medidas de protección como el distanciamiento social, el uso de mascarillas y la cuarentena, entre otras.

El estudio actual sobre las variantes emergentes de COVID-19, o investigación genómica, se ha iniciado en varios países con la asistencia de la OPS/OMS y con otros mecanismos internacionales presentes en el continente americano. La ventaja de este tipo de investigación es que nos permite ser muy precisos sobre las evoluciones de la pandemia y posibles resurgimientos, así como también sobre las mejores estrategias a adoptar.

### **1.4. Recuperación del Covid-19 y construcción de sistemas de salud resilientes**

La evidencia sugiere que la pandemia ha impactado negativamente no solo en la vida de los individuos, sino también en las colectividades y en las capacidades económicas de los países. Particularmente, el realizar ejercicios de lecciones aprendidas en esta fase de recuperación del Covid-19, también ha llevado a la elaboración e implementación de políticas y presupuestos dedicados a:

- 1) mejorar la resiliencia de los sistemas de salud, consolidándolos de manera que puedan ajustarse más rápidamente y eficientemente en la respuesta a una nueva crisis;
- 2) trabajar con más energía en determinantes sociales, económicos y ambientales, de manera más transversal y con estrategias integradas como el caso de UNASALUD;
- 3) priorizar la gobernanza, con un rol más central de las agencias del sistema multilateral, que, debilitada en las fases cruciales de la pandemia, ha demostrado ser el principal obstáculo en activar una respuesta colectiva más rápida y eficaz.

Durante los últimos dos años y medio se tuvieron que cerrar muchos servicios para priorizar acciones de respuesta de la pandemia de COVID-19. Esto ha llevado a un aumento de la mortalidad materna, una disminución de la cobertura de vacunas, una pérdida del diagnóstico temprano de varios tipos de enfermedades no transmisibles, incluidas las neoplasias, la diabetes, la hipertensión, las enfermedades desnutricionales y otras relacionadas con el desarrollo acelerado. Cabe señalar que la mortalidad por COVID-19 debería incluir, además de las defunciones directas, también aquellas que se dieron por falta de accesibilidad a otros servicios causados por COVID-19 que socavaron la prevención, el diagnóstico y el tratamiento de otras enfermedades, que ahora necesitan atención e inversión urgentes. Según algunas estimaciones en ese caso las muertes relacionadas a la pandemia se elevarían a 16 millones.

Cabe anotar que cuando nos referimos a "recuperación desde el COVID-19", no nos referimos a un retorno a los sistemas de salud anteriores a la pandemia, sino a una situación mejorada, con la corrección de aquellos componentes débiles que fueron responsables de retrasos y medidas ineficaces en la respuesta a la pandemia. Esas debilidades deben abordarse ya y con urgencia sin esperar otras crisis, sino preparando desde ya sistemas de salud más resilientes y una gobernanza mundial más sólida e activa que permita enfrentar las nuevas

enfermedades emergentes. Otros factores que se deberán además considerar están la preparación de planes de contingencia, la vigilancia, la prevención y atención, y los elementos sociales y económicos.

### **1.5. ¿Por qué es necesario fortalecer la gobernanza global de las pandemias?**

La falta de acceso a los servicios de salud refleja las asimetrías entre los países y dentro de ellos, así como las debilidades de la gobernanza mundial.

En primer lugar, es necesario fortalecer los mecanismos globales, de manera que éstos produzcan una respuesta más rápida, más asequible, más efectiva y eficiente con mayor equidad en instrumentos de respuesta entre los países.

La pandemia demostró que la reestructuración de la gobernanza es esencial. Observamos que los países más ricos – durante las fases agudas de la pandemia – tuvieron acceso a bienes de salud como materiales de protección, pruebas de diagnóstico, medicamentos y vacunas a través de mecanismos de negociación bilaterales directos, en lugar de multilaterales. Esta situación ha provocado grandes retrasos y costos e ineficiencias muy elevados para ambos, países de altos ingresos y aquellos de bajos ingresos, con efectos devastadores en el acceso de la población a los servicios de salud.

### **1.6. ¿Cómo podríamos aprovechar esta crisis para mejorar los poderes de la OMS a fin de que puedan satisfacerse las necesidades de todos los países de manera equitativa?**

Es importante hacer un llamado a la academia, a la sociedad civil y a los gobiernos para que asuman un verdadero compromiso y planes que apunten a fortalecer la Organización Mundial de la Salud en lugar de seguir debilitándola, como ocurrió en el pasado, creando mecanismos paralelos, que se han demostrado ineficaces e ineficientes, limitando además la soberanía de los países en la gestión colectiva de la salud.

Se debería seguir ampliando los poderes de la Organización Mundial de la Salud, como se lo hizo después del último brote de SARS en 2016, cuando se fortaleció la recopilación de datos a través de las regulaciones sanitarias internacionales. Recientemente, existe un compromiso renovado de la OMS con sus Estados Miembros para mejorar la preparación ante futuras pandemias y fortalecer las regulaciones sanitarias internacionales.

Otro aspecto vinculado a la gobernanza tiene que ver con las tensiones políticas provocadas por entidades y grupos que han utilizado la situación de confusión de la crisis pandémica para buscar ventajas políticas. Esta actitud descabellada de uso de la crisis para socavar la legitimidad y acción de los gobiernos de turno, ha terminado por crear más confusiones en los mensajes y estrategias de protección de la población del virus del COVID y pueden ser consideradas entre posibles factores de potenciamiento de los grupos NOVAX y de la infodemia.

Consideramos que el virus COVID-19 podría ser considerada una respuesta de defensa de la naturaleza en contra de la actitud agresiva y depredadora de una humanidad que se está volviendo responsable de una grave fractura en la relación con el medio ambiente. Es por eso por lo que la nueva estrategia que la OMS ha sugerido para su implementación con sus Estados Miembros va bajo el nombre de UNASALUD, “One Health” en su denominación en inglés<sup>145</sup>. Hacemos hincapié en la importancia de recuperar ese equilibrio que se ha perdido en la relación

---

<sup>145</sup> OMS. One Health. <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/one-health>

entre hombres, animales y naturaleza a través de acciones que apunten a ajustar la velocidad de los procesos de desarrollo para que los mismos se vuelvan compatibles con protección y sostenibilidad del medioambiente en beneficio del planeta y de la vida en la Tierra.

### **1.7. ¿Por qué trabajar en la preparación y los planes de contingencia para otras crisis futuras? La importancia de acabar con las desigualdades sociales y económicas.**

La pandemia es una oportunidad para comprender y aprender de lo que ha sido mal abordado y mal manejado durante la crisis del COVID, con el fin de evitar respuestas lentas o inapropiadas en futuras enfermedades emergentes. En ese sentido, es indispensable acelerar la preparación de planes de contingencia que puedan detectar tempranamente, enfrentando con rapidez y eficacia posibles crisis futuras. Además, el Tratado de Regulación Sanitaria Internacional está ahora en discusión para crear uno nuevo que sea más ágil. A su alrededor, el observatorio global necesita ser fortalecido independientemente del intento de interrumpirlo con el pretexto de la soberanía. *¿Debe considerarse la soberanía como más importante que la salud mundial y el bienestar de todas las poblaciones y sus naciones?*

Es importante a) continuar mejorando las capacidades nacionales a partir de evaluaciones externas e internas de los países, b) contar con buenos y mejores planes de contingencia no es suficiente para controlar una crisis como la generada por la pandemia de COVID-19. Se debe perseguir el repositonamiento de los productos básicos de salud, asegurar la capacidad de producción regional, mecanismos de gobernanza para evitar asimetrías en la respuesta creada, probar la voluntad política contra el monitoreo de la sociedad civil.

En cuanto a las inequidades sociales y económicas existentes entre y en el interior de los países, estas deben ser vistas no exclusivamente como un asunto de justicia, sino como una barrera que impide una resolución tempestiva de una crisis mundial como ha sido el caso del COVID-19. Nuestra tesis es que abordando y disminuyendo tales inequidades, se crea una real posibilidad de resolver crisis de salud pública y global. En los capítulos a seguir, entraremos en un análisis con más detalle de las desigualdades evitables y su relación con la crisis pandémica.

## **II. COVID-19 y Vulnerabilidades Sociales**

### **2.1. Introducción**

Garantizar el acceso universal a la salud sin dejar a nadie atrás representa la prioridad de la Organización Panamericana de la Salud OPS/OMS. Posicionar la "equidad en el corazón de la salud" es el lema del Plan Estratégico de la Organización Panamericana de la Salud 2020-2025, "principal instrumento para la implementación de la Agenda de Salud Sostenible para las Américas 2018-2030 y, por lo tanto, para la realización de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) relacionados con la salud en la Región de la Salud. Américas".<sup>146</sup>

Estos objetivos, así como toda la Agenda 2030 y sus Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), podrían lograrse posicionando a las personas con vulnerabilidades socioeconómicas y de salud en el centro de cada acción. Poner fin a las desigualdades sociales y económicas es crucial, ya que éstas representan un factor preocupante de vulnerabilidad y son una amenaza para la sociedad en su conjunto.

América Latina es una de las regiones más desiguales del mundo y una de las regiones más afectadas por la pandemia. De hecho, esta Región se caracteriza por "condiciones estructurales de desigualdad, inequidad, vulnerabilidad y exclusión social que se combinan y

---

<sup>146</sup> PAHO. The Sustainable Health Agenda For The Americas 2018–2030. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52473>

perpetúan con formas de empleo informales y precarias, sistemas de protección social débiles y estructuras de producción mal integradas con una capacidad limitada para mantener niveles sostenibles de crecimiento". La pandemia también encontró a América Latina y el Caribe en un contexto de creciente pobreza, pobreza extrema, así como con un debilitamiento de la cohesión social.<sup>147148</sup>

## **2.2.¿Qué se entiende en salud por vulnerabilidad poblacional y quiénes son las poblaciones vulnerables?**

Según la OPS, las poblaciones vulnerables se definen como: "grupos que, debido a factores biológicos, ambientales o socioculturales, tienen un control limitado o nulo sobre la exposición a situaciones peligrosas o de riesgo. Estas personas pueden no estar expuestas con frecuencia al riesgo, pero, cuando están expuestas, tienen menos poder para evitarlo, o para disminuir sus efectos dañinos".<sup>149</sup>

"Vulnerables" son todos los individuos o grupos que experimentan inequidades de salud y una carga desproporcionada de mala salud. Este término se ha utilizado ampliamente en todos los aspectos de COVID-19, refiriéndose a aquellos que son más susceptibles a la infección y la morbilidad, y a aquellos que se ven más afectados por los impactos de la pandemia de COVID-19 y las medidas de restricción.<sup>150</sup>

De hecho, la pandemia ha llamado más la atención sobre los determinantes sociales de la salud que la OMS define como "las condiciones en las que las personas nacen crecen, trabajan, viven y envejecen, y el conjunto más amplio de fuerzas y sistemas que dan forma a las condiciones de la vida cotidiana". Estas condiciones pueden conducir a disparidades en los resultados de salud e inequidades de salud, ya que los subgrupos de población vulnerable se ven afectados de manera desproporcionada.<sup>151152</sup>

---

<sup>147</sup> ECLAC-PAHO. 2021. COVID-19 REPORT. The prolongation of the health crisis and its impact on health, the economy and social development.

<sup>148</sup> Hugo Eduardo Beteta Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CEPAL. 2020. *How did you find the Covid-19 pandemic in Latin America?*

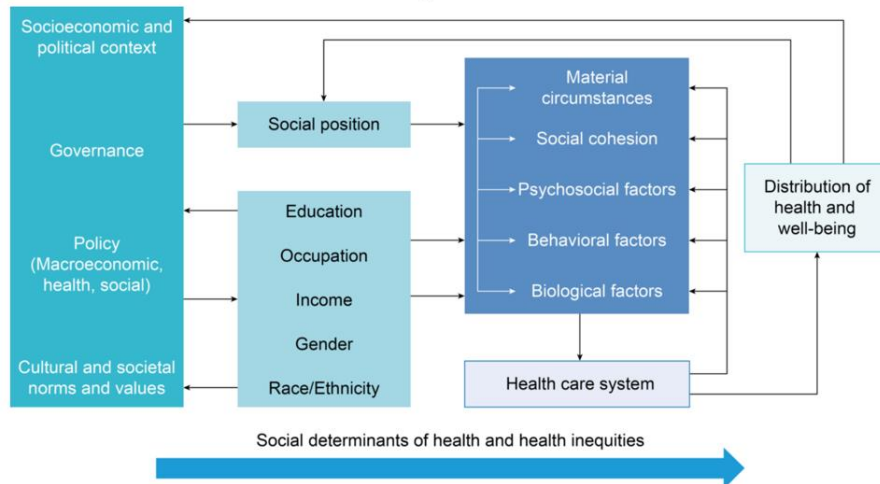
<sup>149</sup> PAHO. Washington, DC: OPS. Poblaciones vulnerables. Disponible en: [http://new.paho.org/hq/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=1136&Itemid=948](http://new.paho.org/hq/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=1136&Itemid=948).

<sup>150</sup> Stephanie C. Munari et al. 2021. Rethinking the use of 'vulnerable'

<sup>151</sup> PAHO. Social Determinants of Health. Available at: <https://www.paho.org/en/topics/social-determinants-health>

<sup>152</sup> Jieun Lee, Ivan J Ramírez. 2022. Geography of Disparity: Connecting COVID-19 Vulnerability and Social Determinants of Health in Colorado. PubMed.

## Social determinants of health conceptual framework



Fuente: OPS. Determinantes sociales de la salud<sup>153</sup>

Nora Lustig y Mariano Tommasi ofrecen una visión general de algunos de los principales grupos vulnerables:<sup>154</sup>

### 1. Pobres urbanos, especialmente los que viven en barrios marginales:

- situación de alto riesgo en términos de riesgo epidemiológico y condiciones de vida;
- a menudo trabajadores informales sin seguridad social;
- viven en hogares superpoblados que carecen de agua, saneamiento e higiene;
- a menudo carecen de acceso a Internet;
- enfrentar problemas de salud preexistentes.

### 2. Mujeres:

- A menudo involucradas en el sector de servicios, gravemente afectado por las medidas de distanciamiento social durante la pandemia;

- Aumento de la carga del trabajo de cuidado no remunerado en el hogar;<sup>155</sup>

- Mujeres jefas de hogares monoparentales, en mayor riesgo y vulnerables a la inestabilidad financiera;

- Víctimas de violencia doméstica y abuso, exacerbados por la pandemia, aunque, incluso antes del COVID-19, el 15% de las mujeres latinoamericanas habían reportado haber sido víctimas de violencia doméstica;<sup>156157</sup>

<sup>153</sup> OPS. <https://www.paho.org/en/topics/social-determinants-health>

<sup>154</sup> Nora Lustig and Mariano Tommasi. 2020. COVID-19 and social protection of poor and vulnerable groups in Latin America: a conceptual framework

<sup>155</sup> United Nations. 2022. The Sustainable Development Goals Report

<sup>156</sup> Ibidem

<sup>157</sup> UN-Women (United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women) (2020), "COVID-19 and ending violence against women and girls", *EVAW COVID-19 Briefs*

- La interrupción de los servicios de salud sexual y reproductiva y el limitado acceso a los servicios de telesalud, afectaron particularmente a las mujeres en situación de mayor vulnerabilidad.<sup>158</sup>

Por lo tanto, es importante, especialmente en la respuesta a las crisis de salud, implementar un enfoque basado en el género para abordar las *necesidades interseccionales* a través de la toma de decisiones inclusivas<sup>159</sup> "para responder a las necesidades de las mujeres y las niñas que enfrentan formas múltiples e interrelacionadas de discriminación, incluidas las trabajadoras informales o migrantes, las mujeres refugiadas, las mujeres indígenas o las mujeres jóvenes".<sup>160</sup>

### **3. Niños y niñas:**

- Entre los más de 150 millones de niños y niñas en América Latina, casi la mitad de ellos viven en la pobreza;

- Empeoramiento de las dificultades para recibir atención;

- Empeoramiento de las condiciones de vida debido a los problemas de ingresos de sus padres, enfermedad o muerte.

- Interrupción de la educación debido al cierre de escuelas. A menudo, tienen poco o ningún acceso a Internet o dispositivos tecnológicos.

### **4. Personas ancianas**

- Mayor probabilidad de morir de COVID-19;

- Los confinamientos empeoraron las dificultades para acceder a alimentos, atención médica y medicamentos, tecnología, etc., en particular para quienes viven solos;

### **5. Migrantes**

- A menudo sufren marginación y discriminación, especialmente los indocumentados;

- generalmente no tienen derecho a recibir beneficios de transferencias monetarias y otros programas sociales;

- Los migrantes indocumentados, en ciertos países, no tienen acceso a los sistemas de salud.

### **6. pueblos indígenas (véase la sección III)**

## **2.3. ¿Cómo han exacerbado las vulnerabilidades los impactos de la pandemia?**

El reciente "Informe sobre los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2022", lanzado durante el Foro Político de Alto Nivel 2022 que tuvo lugar en Nueva York bajo los auspicios del ECOSOC, destaca que "la pandemia es un recordatorio para no dejar a nadie atrás" y que es crucial

---

<sup>158</sup> PAHO. 2022. CE170/14. 170th SESSION OF THE EXECUTIVE COMMITTEE. POLICY FOR RECOVERING PROGRESS TOWARD THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS WITH EQUITY THROUGH ACTION ON THE SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH AND INTERSECTORAL WORK *Washington, D.C., USA (hybrid session), 20-24 June 2022*

<sup>159</sup> La interseccionalidad es la idea de que las experiencias vividas por las mujeres están moldeadas por estructuras entrelazadas de desigualdad basadas en el género, clase y raza/etnia, entre otros. (Crenshaw, K. 1989. "Demarginalizando la intersección de raza y sexo: una crítica feminista negra de la doctrina antidiscriminatoria, la teoría feminista y la política antirracista". *Foro Legal de la Universidad de Chicago* 1989, págs. 139-167.)

<sup>160</sup> UNWOMEN, UNDP. 2022. Government responses to COVID-19: Lessons on gender equality for a world in turmoil



recopilar datos sobre los grupos de población vulnerables para identificar los desafíos que enfrentan e identificar quién se está quedando atrás.<sup>161</sup>

La pandemia de COVID-19 ha retrocedido el progreso constante logrado en la reducción de la pobreza en los últimos 25 años, con el número de personas en la pobreza extrema aumentando por primera vez en una generación. De hecho, el Informe de Progreso de los ODS 2022 destaca que, en 2022, entre 75 y 95 millones de personas adicionales viven en la pobreza extrema, en comparación con las proyecciones anteriores a la pandemia. Además, alrededor de 100 millones de personas están siendo empujadas a la pobreza extrema no pudiendo pagar la atención médica.<sup>162163164</sup>

Como se hace observar en el Informe, la pandemia de COVID-19 y sus impactos de salud y económicos, han empeorado el progreso desigual hacia todos los ODS de la Agenda 2030 y el objetivo de alcanzar el acceso universal a la salud. Tal acceso solo se puede lograr cuando todos puedan beneficiarse de servicios de salud de buena calidad. Lamentablemente, el progreso continuo hacia el acceso universal realizado durante las últimas dos décadas se ha detenido debido a los impactos sanitarios y económicos y las diversas interrupciones en los servicios de salud esenciales durante la pandemia. De hecho, no cabe duda de que la pandemia ha exacerbado las desigualdades sociales, económicas y sanitarias preexistentes. Sin embargo, el informe también alarma que aún no se dispone de datos para proporcionar una visión detallada y completa de los impactos de COVID-19 en el progreso hacia el acceso universal, y también, las dificultades van a empeorar aún más, particularmente para aquellos que ya están en desventaja. Además, más de la mitad de la población mundial carece de acceso a servicios de salud esenciales y tiene poca o ninguna protección social.<sup>165166167168169</sup>

Por lo tanto, es importante, especialmente en las respuestas a las crisis sanitarias, garantizar la disponibilidad y el acceso a servicios de salud inclusivos e interculturales para los grupos vulnerables; así como establecer medidas de protección social.

Otro estudio muestra que la mortalidad por el virus SARS-COV-2 se distribuye de manera inequitativa entre las poblaciones vulnerables mencionadas anteriormente. Estos grupos también tienen tasas más altas de afecciones crónicas comórbidas, lo que los pone en alto riesgo de infección por COVID-19 y sus graves consecuencias. Además, las personas con acceso deficiente a la atención médica que experimentan síntomas relacionados con COVID-19 pueden retrasar o incluso omitir la prueba y, en consecuencia, pueden recurrir a la atención médica solo en etapas avanzadas.<sup>170171</sup>

De hecho, la alarmante vulnerabilidad socioeconómica, exacerbada por las crisis sociales y de salud pública, está altamente correlacionada con la gravedad de la infección y la mortalidad por COVID-19. Como lo destaca el Informe COVID-19 2021 de la OPS y la CEPAL "la prolongación

---

<sup>161</sup> UN. 2022. Op. Cit.

<sup>162</sup> *Ibidem*.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

<sup>164</sup> UNDP. Coronavirus vs. inequality. How we'll pay vastly different costs for the COVID-19 pandemic COVID-19-EPIDEMIC

<sup>165</sup> UN. 2022. Op. Cit.

<sup>166</sup> *Ibidem*.

<sup>167</sup> Stephanie C. Munari et al. 2021. Repensar el uso de 'vulnerable'

<sup>168</sup> UN. 2022. Op. Cit.

<sup>169</sup> UNDP. Op. cit.

<sup>170</sup> Shadmi, E. et al Health equity and COVID-19: global perspectives

<sup>171</sup> *Ibidem*.

de la crisis sanitaria y su impacto en la salud, la economía y el desarrollo social" proporciona algunos ejemplos de que la vulnerabilidad socioeconómica conduce a un mayor riesgo de infección, tasa de mortalidad y consecuencias más graves.

1) En la ciudad de São Paulo, Brasil: las zonas más afectadas fueron las de bajos ingresos<sup>172</sup>; la mayor cantidad de muertes en exceso ocurrieron en hospitales públicos y especialmente entre poblaciones minoritarias como los afrodescendientes, las poblaciones indígenas y asiáticas;<sup>173</sup> En los centros públicos también se produjo el 19,1% de las muertes por COVID-19 entre las personas en lista de espera para camas de unidad de cuidados intensivos (UCI), en comparación con el 1% en las privadas.<sup>174</sup> Además, los grupos de población más vulnerables también han sido menos capaces de reducir la movilidad y, debido a las limitaciones socioeconómicas a las que se enfrentan, se han adherido de manera menos estricta a las normas de aislamiento social.<sup>175</sup>

2) Barrios marginales en la ciudad de Buenos Aires, Argentina<sup>176</sup>: a pesar de que los habitantes de los barrios marginales representan el 7% de la población, han contribuido al 40% de todos los casos; el riesgo de muerte en estos barrios ha sido significativamente mayor a pesar de su estructura de edad más joven.<sup>177</sup>

#### **2.4. Una profundización de los problemas de Salud mental**

En la revisión anual del ODS 3 del Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2022 mencionado anteriormente, se dedican algunas secciones a los impactos de la COVID-19 en la salud mental. Los países informaron que los servicios para afecciones mentales, neurológicas y de uso de sustancias eran los más interrumpidos entre todos los servicios de salud esenciales. En la atención de la salud mental, las brechas se ampliaron también porque la pandemia empeoró la salud mental de las personas vulnerables, lo que provocó un aumento significativo de la ansiedad y la depresión, particularmente entre los jóvenes.<sup>178</sup>

Por ejemplo, la pandemia ha agregado una carga a los problemas de salud mental que enfrentan los niños y jóvenes, debido al "cierre de escuelas, la interrupción de las rutinas diarias, el estrés por la inseguridad alimentaria, la pérdida de ingresos familiares, y la incertidumbre sobre el futuro". Además, la COVID-19 también ha aumentado la exposición a múltiples formas de violencia y explotación de los niños más vulnerables.<sup>179</sup>

#### **2.5. Las debilidades en la desagregación de los datos y la brecha digital**

A pesar del considerable progreso que se ha logrado en la disponibilidad de datos comparables internacionalmente para el monitoreo de los ODS (por ejemplo: el número de indicadores incluidos en la base de datos mundial de los ODS aumentó de 115 en 2016 a 217 en

---

<sup>172</sup> Bermudi, P. and others (2021), "Spatiotemporal ecological study of COVID-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil: shifting of the high mortality risk from areas with the best to those with the worst socio-economic conditions", *Travel Medicine and Infectious Disease*, vol. 39.

<sup>173</sup> CEPAL-OPS. 2021. Informe COVID-19. La prolongación de la crisis sanitaria y su impacto en la salud, la economía y el desarrollo social.

<sup>174</sup> Werneck, G. y otros (2021), *Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil*, Oxfam, junio.

<sup>175</sup> Mena, G. and others (2021), "Socioeconomic status determines COVID-19 incidence and related mortality in Santiago"

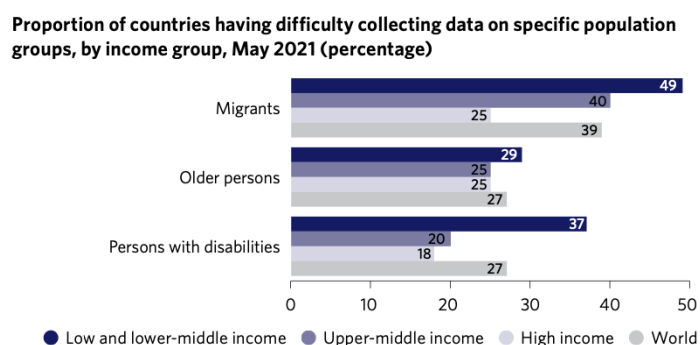
<sup>176</sup> CEPAL-OPS. 2021. INFORME COVID-19. Op. Cit..

<sup>177</sup> Macchia et. Al. (2021), "COVID-19 among the inhabitants of the slums in the city of Buenos Aires: a population-based study".

<sup>178</sup> UN. 2022. Op. Cit.

<sup>179</sup> *Ibidem*

2022), todavía existen brechas de datos significativas en términos, por ejemplo, de cobertura geográfica y nivel de desagregación que hacen más difícil comprender y monitorear completamente el ritmo del progreso hacia la Agenda 2030, así como las diferencias entre regiones.<sup>180</sup>



Fuente: Naciones Unidas. 2022. Informe sobre los Objetivos de Desarrollo Sostenible, página 6.

La recopilación de datos sobre los grupos de población vulnerables es esencial para identificar los desafíos a los que se enfrentan y comprender quiénes aún se están quedando atrás.

La crisis de la COVID-19 ha sido un desafío extraordinario para los sistemas estadísticos nacionales, pero también ha sido una oportunidad para experimentar con métodos innovadores de recopilación de datos con enfoque digital (como encuestas de teléfonos móviles e inteligencia artificial). Sin embargo, una de las principales razones para no conseguir el acceso de ciertos grupos de población durante la pandemia es la brecha digital causada por el hecho de que las personas más vulnerables no poseen teléfonos móviles, tablets o acceso a Internet.

Por lo tanto, el uso de enfoques innovadores "va acompañado de una evaluación para garantizar que las innovaciones no excluyan o perjudiquen inadvertidamente a los grupos más vulnerables". Además, la pandemia es una oportunidad para promover datos inclusivos y de alta calidad y para lograr la necesidad de registrar y poner a disposición del público datos desglosados por etnia, sexo y edad; así como en el impacto social y económico de las medidas implementadas, con el fin de hacer un seguimiento adecuado de la situación de las personas vulnerables.<sup>181</sup>

## 2.6. La inseguridad alimentaria

El Informe ODS 2022<sup>182</sup> mencionado anteriormente también declara que a pesar de que el número de personas que experimentan hambre e inseguridad alimentaria estaba aumentando incluso antes de la pandemia de COVID-19, especialmente entre las más pobres y vulnerables, las crisis globales actuales y las crecientes desigualdades retrasan mayormente el alcance del ODS número 2 "hambre cero" para 2030. De hecho, la pandemia de COVID-19 ha "exacerbado una situación ya deteriorada, con alrededor de 150 millones más<sup>183</sup> de personas que enfrentan el hambre en 2021 que en 2019".<sup>184</sup>

<sup>180</sup> *Ibidem*

<sup>181</sup> *Ibidem*

<sup>182</sup> *Ibidem*

<sup>183</sup> *Ibidem*

<sup>184</sup> *Ibidem*

La inseguridad alimentaria es un importante problema de salud pública que está relacionado con las vulnerabilidades poblacionales. Las desigualdades se encuentran entre las causas fundamentales de la inseguridad alimentaria, el hambre, la malnutrición, la obesidad y las muertes. Por esta razón, es importante mencionar otro Informe 2022 presentado durante el HLPF 2022, elaborado por la FAO, el IFAD, UNICEF, el WFP y la OMS: *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*.<sup>185</sup>

**TABLE 1** PREVALENCE OF UNDERNOURISHMENT (PoU), 2005–2021

	Prevalence of undernourishment (percent)									
	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*	
<b>WORLD</b>	12.3	8.6	8.0	7.8	7.6	7.7	8.0	9.3	9.8	
<b>AFRICA</b>	20.7	16.5	15.8	16.3	16.4	17.0	17.4	19.6	20.2	
Northern Africa	8.4	6.4	5.2	5.4	5.6	5.5	5.4	5.9	6.9	
Sub-Saharan Africa	23.9	18.9	18.3	18.9	18.8	19.6	20.1	22.7	23.2	
Eastern Africa	33.8	26.5	24.4	25.2	25.4	26.6	27.5	30.2	29.8	
Middle Africa	34.9	26.0	26.3	27.4	26.6	27.3	28.1	30.4	32.8	
Southern Africa	4.9	5.8	7.4	7.4	7.5	7.4	7.9	9.1	9.2	
Western Africa	12.2	9.9	10.1	10.1	10.0	10.6	10.4	13.2	13.9	
<b>ASIA</b>	13.9	9.1	8.0	7.5	7.1	7.1	7.4	8.6	9.1	
Central Asia	14.0	6.0	3.8	3.5	3.2	2.9	2.6	3.1	3.1	
Eastern Asia	6.8	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	
South-eastern Asia	17.2	10.9	7.8	6.7	6.0	5.9	5.6	5.8	6.3	
Southern Asia	20.5	15.3	14.1	13.1	12.4	12.3	13.2	15.9	16.9	
Western Asia	7.8	5.9	9.6	10.4	10.2	10.3	10.0	10.1	10.0	
Western Asia and Northern Africa	8.1	6.1	7.6	8.1	8.1	8.1	7.9	8.2	8.6	
<b>LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN</b>	9.3	6.6	5.8	6.7	6.4	6.6	6.7	8.0	8.6	
Caribbean	18.7	15.2	14.2	14.5	14.4	15.2	15.2	16.5	16.4	
Latin America	8.6	6.0	5.1	6.2	5.8	6.0	6.1	7.4	8.0	
Central America	8.0	7.3	7.5	8.1	7.9	7.9	7.6	8.0	8.4	
South America	8.8	5.5	4.2	5.4	5.0	5.2	5.4	7.1	7.9	
<b>OCEANIA</b>	6.8	6.2	5.7	5.8	5.8	5.7	5.6	5.4	5.8	
<b>NORTHERN AMERICA AND EUROPE</b>	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	<2.5	

NOTES: \* Projected values based on the middle of the projected range. The full ranges of the 2020 and 2021 values can be found in Annex 2. For country compositions of each regional/subregional aggregate, see Notes on geographic regions in statistical tables inside the back cover. SOURCE: FAO.

**TABLE 2** NUMBER OF UNDERNOURISHED PEOPLE (NoU), 2005–2021

	Number of undernourished people (millions)									
	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021*	
<b>WORLD</b>	805.5	601.3	588.6	585.1	573.3	590.6	618.4	721.7	767.9	
<b>AFRICA</b>	189.9	171.0	187.4	198.0	203.5	216.8	227.5	262.8	278.0	
Northern Africa	15.6	13.0	11.6	12.2	13.1	13.1	13.1	14.6	17.4	
Sub-Saharan Africa	174.3	158.0	175.8	185.8	190.4	203.7	214.4	248.2	260.6	
Eastern Africa	99.8	89.9	95.2	100.9	104.6	112.3	119.3	134.4	136.4	
Middle Africa	39.1	34.2	40.6	43.6	43.6	46.2	48.9	54.7	60.7	
Southern Africa	2.7	3.4	4.7	4.8	4.8	4.9	5.3	6.2	6.3	
Western Africa	32.6	30.5	35.4	36.5	37.3	40.3	40.8	53.0	57.3	
<b>ASIA</b>	552.5	381.5	356.4	336.2	320.8	323.1	339.9	398.2	424.5	
Central Asia	8.2	3.7	2.6	2.5	2.3	2.1	1.9	2.3	2.3	
Eastern Asia	106.0	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	
South-eastern Asia	96.6	65.3	49.4	43.3	39.1	38.8	36.9	38.6	42.8	
Southern Asia	325.7	262.3	258.0	242.1	232.8	233.3	254.1	307.6	331.6	
Western Asia	16.0	13.7	24.8	27.4	27.3	27.9	27.5	28.3	28.4	
Western Asia and Northern Africa	31.7	26.6	36.4	39.6	40.4	41.0	40.6	42.9	45.8	
<b>LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN</b>	51.7	39.1	35.9	42.5	40.7	42.5	43.3	52.3	56.5	
Caribbean	7.4	6.3	6.1	6.2	6.2	6.6	6.6	7.2	7.2	
Latin America	44.3	32.9	29.9	36.3	34.6	36.0	36.7	45.1	49.4	
Central America	11.7	11.4	12.7	13.9	13.7	13.9	13.6	14.4	15.2	
South America	32.7	21.4	17.2	22.4	20.9	22.1	23.2	30.7	34.2	
<b>OCEANIA</b>	2.3	2.3	2.3	2.3	2.4	2.4	2.3	2.3	2.5	
<b>NORTHERN AMERICA AND EUROPE</b>	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	n.r.	

NOTES: \* Projected values based on the middle of the projected range. The full ranges of the 2020 and 2021 values can be found in Annex 2. n.r. = not reported, as the prevalence is less than 2.5 percent. Regional totals may differ from the sum of subregions, due to rounding and non-reported values. For country compositions of each regional/subregional aggregate, see Notes on geographic regions in statistical tables inside the back cover. SOURCE: FAO.

Source: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*

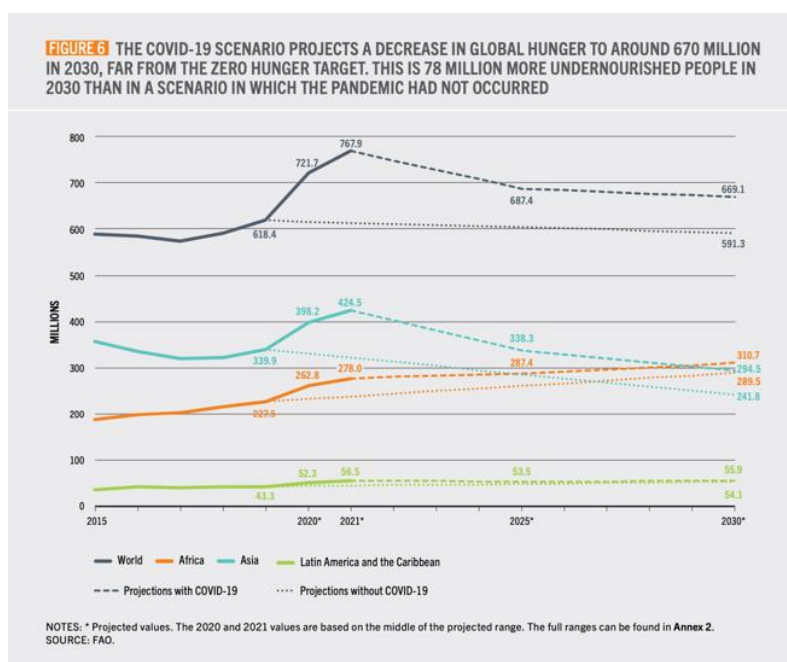
<sup>185</sup> FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>

Como menciona el informe: "las perspectivas de lograr el Hambre Cero para 2030 son desalentadoras". Las alarmantes proyecciones de cuántas personas pueden verse afectadas por el hambre en 2030 son basadas en la extrapolación de las tendencias recientes en las tres variables fundamentales utilizadas para calcular la prevalencia de la desnutrición (PoU) para medir el hambre: 1. el suministro total de alimentos;

2. el tamaño y la composición de la población, que determinan los requisitos totales de energía dietética) y

3. el grado de desigualdad en el acceso a los alimentos dentro de la población.<sup>186</sup>

La FAO pone énfasis en la "estimación de la proporción de la población que enfrenta una grave privación de alimentos, y se deriva de la información oficial a nivel nacional sobre el suministro y el consumo de alimentos, y las necesidades energéticas".<sup>187</sup>



Source: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*.

Las proyecciones del número de personas desnutridas (NoU) en 2025 y 2030 se han actualizado para reflejar la evaluación de la situación en 2021 (Tabla 1). Se presentan dos escenarios (Figura 6):

1. el escenario de COVID-19: captura el impacto macroeconómico de la pandemia de COVID-19 como se refleja en la actualización de abril de 2022 de las *Perspectivas de la economía mundial* del Fondo Monetario Internacional (FMI).<sup>188</sup>

2. El escenario sin COVID-19: refleja la situación de la economía mundial en 2018/19 antes de la pandemia y las perspectivas a largo plazo capturadas en la edición de octubre de 2019 de *Perspectivas de la economía mundial* (Figura 6).<sup>189</sup>

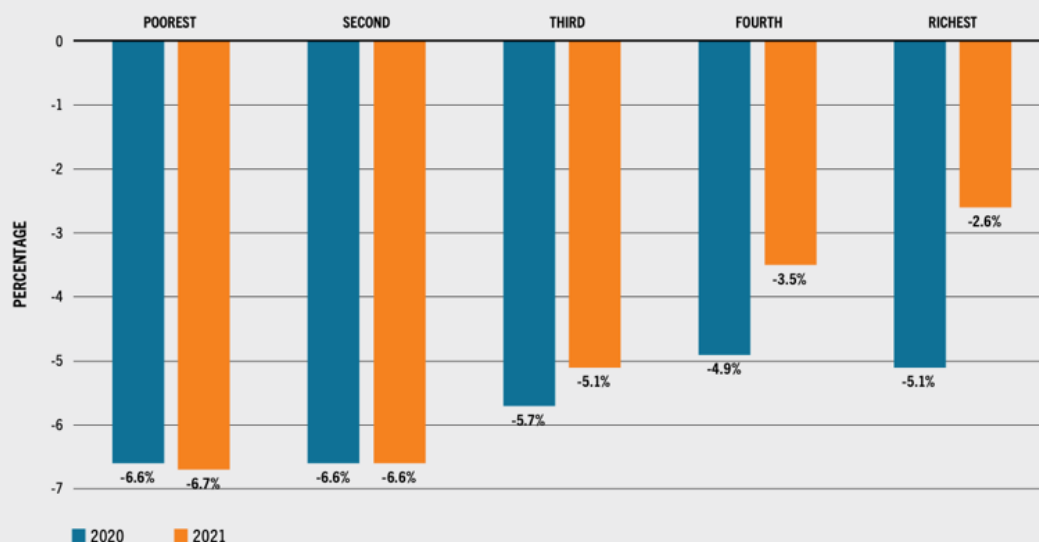
<sup>186</sup> Ibidem.

<sup>187</sup> <https://elearning.fao.org/course/view.php?id=386>

<sup>188</sup> FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. 2022. *Op. Cit.*

<sup>189</sup> Ibidem.

**FIGURE 5** COMPARISON OF PERCENT OF INCOME LOSS BY GLOBAL INCOME QUINTILE DUE TO THE COVID-19 PANDEMIC IN 2020 AND 2021 SHOWS LARGE DISPARITIES IN INCOME RECOVERY



NOTE: Compared to pre-pandemic projections.

SOURCE: Sánchez-Páramo, C., Hill, R., Mahler, D.G., Narayan, A. & Yonzan, N. 2021. COVID-19 leaves a legacy of rising poverty and widening inequality. In: *World Bank Blogs*. Washington, DC., World Bank. Cited 5 May 2022. <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/covid-19-leaves-legacy-rising-poverty-and-widening-inequality>

Source: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*.

Estos datos demuestran de forma contundente que la crisis ha tenido efectos más profundos y prolongados en los grupos desfavorecidos, empeorando las desigualdades preexistentes. Nuevamente, el mismo hallazgo es refrendado por la figura 5:<sup>190</sup>

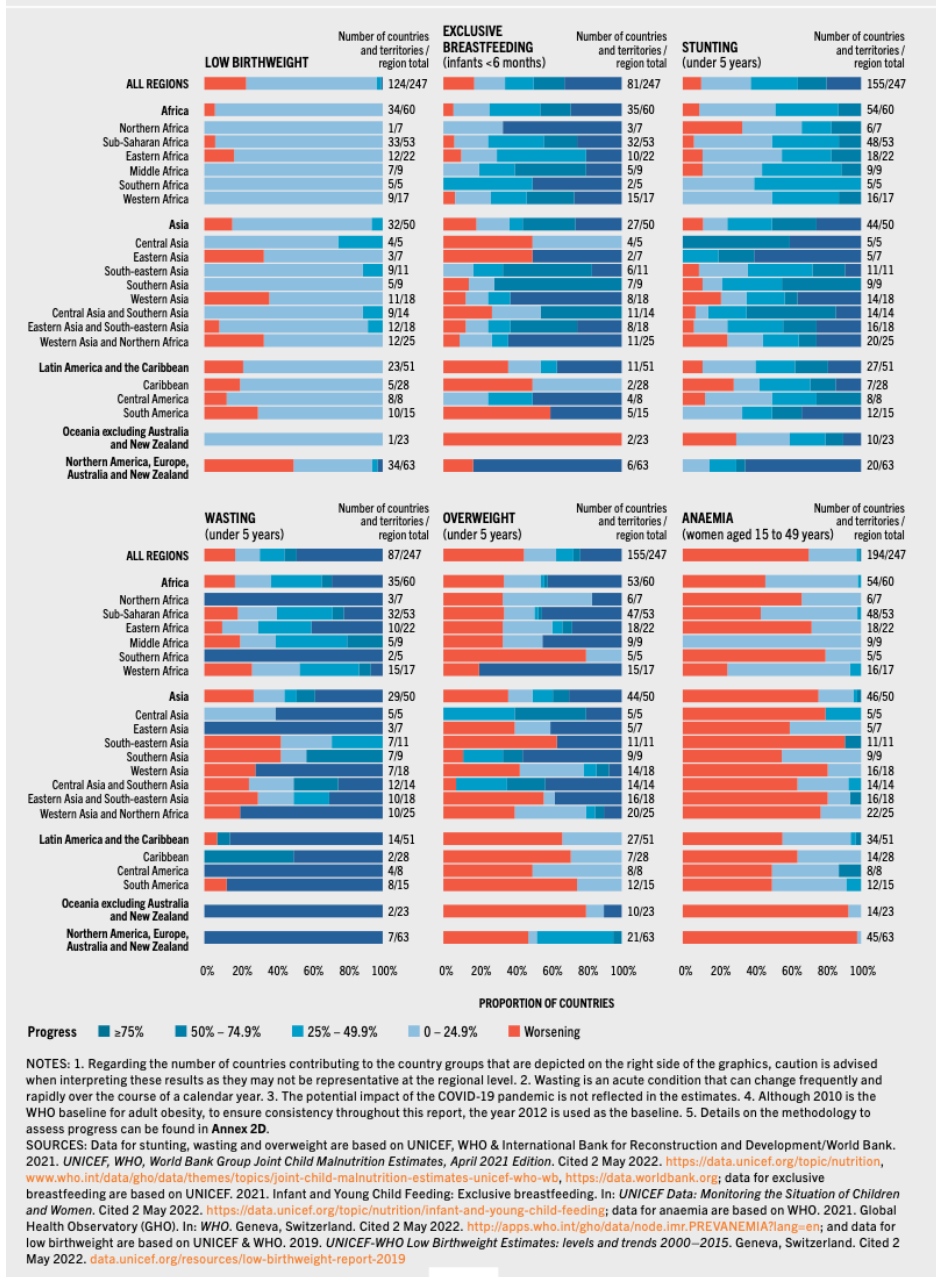
- Las proyecciones del Banco Mundial mostraron que el 40% inferior de la distribución del ingreso aún no había comenzado a recuperar sus pérdidas de ingresos.<sup>191</sup>
- Además del aumento de la pobreza extrema mundial, hay un aumento de la desigualdad de ingresos mundial por primera vez en 20 años.<sup>192</sup>
- Tales disparidades y la limitada cobertura de las medidas de protección social dieron lugar a un aumento de las desigualdades.

<sup>190</sup> Sánchez-Páramo, C., Hill, R., Mahler, D.G., Narayan, A. & Yonzan, N. 2021. Covid-19 deja un legado de aumento de la pobreza y aumento de la desigualdad. En: *Blogs del Banco Mundial*. Washington, DC., Banco Mundial. Citado el 5 de mayo de 2022. <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/covid-19-leaves-legacy-rising-pobreza-y-ampliacion-de-la-desigualdad>

<sup>191</sup> FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. 2022. *Op. Cit.*

<sup>192</sup> *Ibíd.*

**FIGURE 15** REGIONAL PROGRESS TOWARDS NUTRITION TARGETS INDICATES WORSENING ANAEMIA AMONG WOMEN AND OVERWEIGHT AMONG CHILDREN UNDER FIVE YEARS OF AGE, WHILE MANY REGIONS ARE MAKING PROGRESS IN THE REDUCTION OF WASTING AND STUNTING AMONG CHILDREN UNDER FIVE YEARS OF AGE



Source: FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*.

El "progreso" regional hacia las metas de nutrición, presentado en la Figura 15, proporciona datos subregionales desagregados. América del Sur se encuentra entre las subregiones que han retrocedido en cuanto a: el porcentaje de lactantes amamantados exclusivamente menores de seis meses, sobrepeso, anemia entre las mujeres y bajo peso al nacer.

Como afirma dicho Informe 2022 sobre *el estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo*, "aunque se están logrando avances en algunas regiones, la malnutrición persiste en muchas formas en todas las regiones y, de hecho, puede ser peor de lo que sugieren

estos hallazgos, ya que el impacto de la pandemia de COVID-19 en los resultados nutricionales aún se está desarrollando, y el impacto total aún no se ha revelado”.

Para enfrentar la inseguridad alimentaria, es importante abordar la necesidad de políticas multisectoriales que vinculen los sectores de la alimentación y la salud; aumentar las acciones e inversiones; integrar la nutrición en las acciones para alcanzar el acceso universal a la salud con el compromiso de fortalecer los sistemas de salud para proporcionar servicios de nutrición de calidad y asequibles. Además, los sistemas agroalimentarios deben apoyar el cambio a patrones dietéticos que beneficien la nutrición, la salud humana y el medio ambiente.<sup>193</sup>

Para concluir esta sección II y después de destacar algunos de los desafíos más importantes que enfrentan las poblaciones vulnerables, es crucial establecer medidas para una cooperación efectiva entre los Estados a fin de: 1. Manejar de forma conjunta las necesidades especiales de las personas vulnerables en las zonas fronterizas; 2. Establecer fondos y recursos públicos específicos para la reconstrucción post-COVID-19 para atender las necesidades de los grupos vulnerables; 3. Eliminar todas las formas de maltrato, como la discriminación por razón de raza, sexo o clase social, como eje transversal de todas las respuestas formuladas por los sistemas de salud en toda América Latina para detener la propagación del virus y garantizar la salud y la vida de quienes se encuentran en la parte inferior de la estructura social.<sup>194</sup>

El *Outcome* 18 del Plan Estratégico de la OPS 2020-2025 se refiere directamente a la necesidad de “Aumentar la capacidad de los actores de la salud para abordar los determinantes sociales y ambientales de la salud con un enfoque intersectorial, priorizando a los grupos en condiciones de vulnerabilidad”<sup>195</sup>. El Plan estratégico sugiere que el trabajo necesario para lograr este resultado “busca reducir los efectos adversos para la salud atribuibles a los determinantes sociales y ambientales de la salud y aumentar la equidad en salud”. Para ello, es esencial: a) Ampliar y promover la acción intersectorial para abordar los determinantes sociales y ambientales de la salud, b) “Fortalecer la capacidad del sector de la salud para implementar las funciones esenciales de salud pública, particularmente en las áreas de vigilancia, creación de capacidad para la prestación de servicios y control y análisis de los determinantes de la salud y sus impactos en la salud pública”. c) Construir mecanismos de gobernanza y apoyo político y social, d) Monitorear el progreso para orientar las acciones hacia el logro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible.<sup>196</sup>

### **III. COVID-19 y la vulnerabilidad de los pueblos indígenas**

#### **3.1. Los indígenas, una población afectada de manera desproporcionada por la pandemia**

América Latina tiene casi 50 millones de habitantes que pertenecen a comunidades indígenas, con más de 500 etnias diferentes, que representan el 8% de la población total de la región, el 14% de la población que vive en la pobreza y el 17% de los que viven en la pobreza extrema. Asimismo, el 80% de ellos se concentra en Bolivia, Guatemala, México y Perú.<sup>197</sup>

---

<sup>193</sup> FAO, FIDA, UNICEF, PMA y OMS. 2022. *Op. Cit.*

<sup>194</sup> Meneses-Navarro et al. International Journal for Equity in Health (2020) <https://doi.org/10.1186/s12939-020-01178-4>

<sup>195</sup> Plan Estratégico de la Organización Panamericana de la Salud 2020-2025: Equidad en el Corazón de la Salud. (Documento Oficial: 359). Organización Panamericana de la Salud, 2020

<sup>196</sup> Ibidem.

<sup>197</sup> Albertos, C. (2018), “Desarrollo sostenible de los pueblos indígenas: con ellos, para ellos”, Mejorando Vidas, Inter-American Development Bank (IDB) 9 August [online] <https://blogs.iadb.org/igualdad/es/desarrollo-sostenible-de-los-pueblos-indigenas-con-ellos-para-ellos/>.



Su vulnerabilidad se ve afectada por el hecho de que los pueblos indígenas son una población altamente marginada con una tasa de vulnerabilidad que es sustancialmente mayor con respecto a los pueblos no indígenas.<sup>198</sup> Entre otros factores, esto se debe a que:

- Más del 80% de los trabajadores indígenas de la región están empleados en el sector informal;<sup>199</sup> con trabajos precarios y poco cualificados.

- Acceso a la educación limitado;

- Condiciones de salud muy precarias y limitado acceso a servicios de salud y saneamiento básico.<sup>200</sup>

- Históricamente, los pueblos indígenas rurales han encontrado las mayores barreras para los servicios de salud y han sufrido una profunda discriminación basada en el origen étnico, la pobreza y el idioma.<sup>201</sup>

- Los segmentos de la población indígena tienen un acceso limitado al saneamiento básico en el hogar (60% en Perú, 50% en Colombia), registrando proporciones más altas en comparación con la población no indígena.<sup>202</sup>

- También han visto sistemáticamente socavados sus derechos políticos, económicos, sociales y culturales.<sup>203</sup>

- Además, en el caso de las mujeres indígenas, estos indicadores son aún más desfavorables.<sup>204</sup>

Los pueblos indígenas se encuentran entre los segmentos más empobrecidos de la población y el siguiente gráfico muestra que a pesar de la gran variabilidad por país en términos de la extensión de la pobreza, todos los países tienen una brecha de equidad interétnica, incluso en Chile y Perú que son países con las proporciones más bajas de indígenas en situación de pobreza. (Figura 1)<sup>205206</sup>

---

<sup>198</sup>CEPAL y otros. 2021. El impacto de la COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina (Abya Yala): entre la invisibilidad y la resistencia colectiva"

<sup>199</sup> ILO (International Labour Organization). 2020. "COVID-19 and the world of work: a focus on indigenous and tribal peoples", *ILO Brief*, Geneva.

<sup>200</sup> Nora Lustig y Mariano Tommasi. 2020. Op. Cit.

<sup>201</sup> Meneses-Navarro et al. op. cit.

<sup>202</sup> CEPAL y otros. 2021.op. cit.

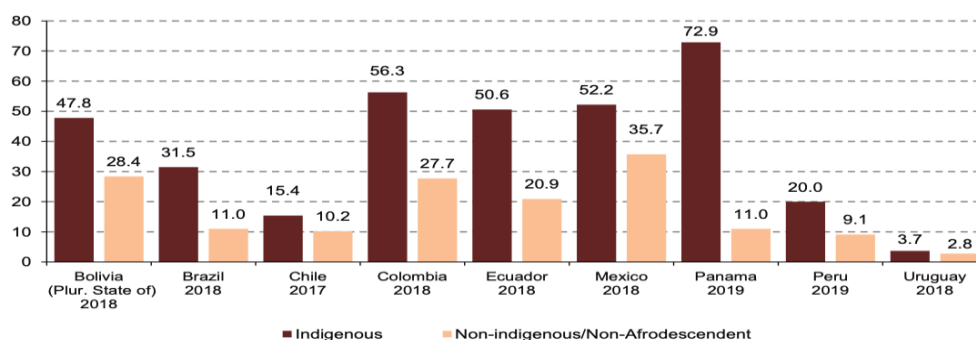
<sup>203</sup> *Ibíd*em

<sup>204</sup> *Ibíd*em

<sup>205</sup> OIT (Organización Internacional del Trabajo). 2020. "COVID-19 y el mundo del trabajo: un enfoque en los pueblos indígenas y tribales", *Resumen de la OIT* Ginebra.

<sup>206</sup> CEPAL. 2021. Op. cit

**Figure 1**  
**Latin America-Abya Yala (9 countries): indigenous and non-indigenous population living in poverty**  
*(Percentages)*



Source: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), CEPALSTAT [online database] <https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/Portada.html>; on the basis of household surveys.

Source: ECLAC 2021. The impact of COVID-19 on indigenous peoples in Latin America (Abya Yala)

La persistencia de un patrón generalizado de aumento de la pobreza y las desigualdades preexistentes que afectan a los pueblos indígenas hacen previsible que se hayan visto afectados de manera desproporcionada por la pandemia, tanto en términos sanitarios como socioeconómicos.<sup>207</sup>

Los datos para 2020 de Brasil, Chile, Colombia, México y Perú mostraron un impacto significativo en la mortalidad entre los pueblos indígenas, que estuvo sustancialmente por encima de los promedios nacionales en algunas áreas geográficas. Como se informó en la 170ª Sesión del Comité Ejecutivo de la OPS en junio de 2022, en varios países de la Región, "las comunidades indígenas tenían tasas de infección por SARS-CoV-2 más altas y tasas de hospitalización por COVID-19 más altas que las comunidades no indígenas y las tasas de mortalidad por COVID-19 eran hasta cuatro veces más altas en el quintil de ingresos más bajo que en el más alto".<sup>208209</sup>

### 3.2. Los principales desafíos enfrentados por los indígenas durante la pandemia

Entre los principales desafíos que enfrentan las comunidades indígenas en América Latina al enfrentar la pandemia de COVID-19 se encuentran los siguientes:

- Desinformación, creencias, rumores e información falsa sobre los orígenes del COVID-19 que socava las medidas preventivas y terapéuticas.<sup>210</sup>
- acceso limitado al agua que limita las medidas preventivas como el lavado frecuente de manos.<sup>211</sup>
- Las vulnerabilidades de las mujeres indígenas se ven exacerbadas por la triple discriminación que sufren como mujeres, como indígenas y de medios económicos limitados.<sup>212</sup> La situación de las mujeres y niñas indígenas es, por lo tanto, de gran preocupación, ya que, además del impacto de COVID-19, existen otras violaciones de derechos, como la falta de acceso

<sup>207</sup> *Ibidem*

<sup>208</sup> CEPAL-OPS. 2021. Op. Cit.

<sup>209</sup> OPS. 2022. CE170/14

<sup>210</sup> Meneses-Navarro et al. 2020. Op. Cit.

<sup>211</sup> *Ibidem*.

<sup>212</sup> Red Continental de Mujeres Indígenas de las Américas (ECMIA), *Informe regional: mujeres indígenas de las Américas frente a la pandemia del COVID-19*, Bogotá, mayo de 2020 <http://www.fimi-iiwf.org/wp-content/uploads/2020/07/Informe-COVID19-ECMIA.pdf>.

a los servicios de salud sexual y reproductiva, y la discriminación estructural y la violencia de género.<sup>213</sup>

- Otras causas cruciales de esta realidad son la baja cobertura y la limitada eficacia de los servicios de salud en (o cerca) de los territorios indígenas tradicionales, que además a menudo no son culturalmente sensibles.<sup>214</sup>

- La comunicación deficiente obstruye el acceso a instalaciones de atención de la salud geográficamente distantes.<sup>215</sup>

- La información oficial de la mayoría de los países sobre la COVID-19 no está desglosada por etnia, lo que demuestra la urgencia de aplicar aún más un enfoque étnico a los sistemas de información sanitaria.<sup>216</sup>

El riesgo de que los pueblos indígenas sean pasados por alto tanto en los esfuerzos de mitigación de la pandemia como en el proceso de recuperación posterior a la COVID-19 se puede ver en un crecimiento exponencial. Por ello,<sup>217</sup> es crucial y urgente prestar especial atención a estos colectivos en las respuestas estatales a la crisis generada por las pandemias actuales y futuras.

### **3.3. Algunas medidas útiles para una mejor respuesta en pandemia**

- Garantizar la disponibilidad y el acceso a servicios de salud inclusivos e interculturales con una visión y un enfoque holísticos que tengan en cuenta cómo los pueblos indígenas conciben la salud y la enfermedad; las enfermedades no sólo son causadas por factores físicos y biológicos, sino también por factores sociales y espirituales.<sup>218</sup>

- Definir las estrategias de comunicación que deben ser: específicas, claramente comprensibles, culturalmente apropiadas y traducidas a las lenguas de los pueblos indígenas.

- Establecer medidas de protección social específicamente centradas en los pueblos indígenas y promover la participación de sus representantes, dirigentes y autoridades tradicionales en su diseño e implementación para garantizar que sean culturalmente apropiadas;<sup>219</sup>

- Asegurar un enfoque transformador de género para abordar los desafíos intersectoriales que impactan en los medios de vida y las formas de vida de las mujeres indígenas, promoviendo su participación efectiva en la toma de decisiones relacionadas con COVID-19 y en la gestión de los impactos socioeconómicos del confinamiento, el distanciamiento físico y otras medidas de mitigación, y reconociendo que las mujeres y los niños indígenas se verán afectados de manera desproporcionada por estos esfuerzos, a través de medidas específicas para incluir a las mujeres y los jóvenes indígenas en las medidas para impulsar la reactivación económica.<sup>220</sup>

- Registrar y poner a disposición del público datos desglosados por etnia, sexo y edad;

---

<sup>213</sup> Meneses-Navarro et al. op. cit

<sup>214</sup> CEPAL. 2021. Op. cit

<sup>215</sup> Meneses-Navarro et al. Op. Cit.

<sup>216</sup> CEPAL. 2021. Op. cit

<sup>217</sup> *Ibidem*.

<sup>218</sup> ECMIA. 2020 op. Cit.

<sup>219</sup> *Ibidem*.

<sup>220</sup> CEPAL. 2021. Op. cit "

- Adoptar medidas urgentes, en línea con los propios sistemas alimentarios tradicionales de los pueblos indígenas, para garantizar su seguridad alimentaria y nutricional, así como para asegurar el suministro de agua potable y saneamiento para las comunidades sin estos servicios básicos.

Todas estas acciones deben basarse en la participación y consulta para obtener "el consentimiento libre, previo e informado de estos pueblos para cualquier medida adoptada, así como garantizar condiciones de salud seguras para los procesos de consulta previa".<sup>221</sup>

### **3.4. La Resistencia Colectiva Indígena**

Los pueblos indígenas también han tomado medidas importantes para resistir la pandemia. En general, estas iniciativas implican:

- generar datos sobre infecciones y muertes en sus comunidades;
- la realización de campañas de información y sensibilización sobre la prevención del virus;
- la adopción de medidas de contención y mitigación, como cordones sanitarios, prohibición del acceso a las comunidades mediante restricciones fronterizas, vigilancia, supervisión comunitaria, establecimiento de protocolos de circulación y aislamiento;
- uso y promoción de la medicina tradicional; y
- la adopción de medidas para garantizar la seguridad alimentaria.<sup>222</sup>

### **3.5. Iniciativas de respuesta a COVID en territorios fronterizos**

En Abya Yala, los territorios tradicionales de 108 pueblos indígenas están situados a lo largo de las fronteras nacionales.<sup>223</sup> Las poblaciones indígenas transfronterizas sufren aún más las vulnerabilidades preexistentes que hemos analizado y que se ven agravadas por la amenaza de la pandemia. En particular, estos ámbitos han recibido poca atención por parte de los gobiernos de la región.<sup>224</sup>

Sin embargo, se han tomado varias medidas:

1. por los Ministerios de Salud de Colombia y Perú, que en mayo de 2020 establecieron el Comité Binacional COVID-19. El Comité elaboró un plan binacional de intervención en salud para las poblaciones fronterizas, con especial énfasis en los pueblos indígenas; sus finalidades son:
  - a. monitorear conjuntamente la evolución de la pandemia en las zonas fronterizas;
  - b. identificar y promover acciones conjuntas para la promoción de la salud, la prevención de riesgos sanitarios y la atención sanitaria en situaciones de emergencia en el contexto de la pandemia en las zonas de integración fronteriza;

---

<sup>221</sup> *Ibíd.*

<sup>222</sup> *Ibíd.*

<sup>223</sup> *Ibíd.*

<sup>224</sup> Urrejola, A. and V. Tauli (2020), "Crisis multidimensional de la pandemia COVID-19 para los pueblos indígenas amazónicos transfronterizos en Colombia, Ecuador y Perú: solicitud de acción urgente", San Francisco, Amazon Frontlines

c. apoyar medidas para organizar los establecimientos de salud a fin de garantizar una atención de la salud oportuna, adecuada y eficiente.<sup>225</sup>

2. La OPS ha priorizado las vacunas indígenas en territorios fronterizos con un enfoque intercultural. En la iniciativa participaron los Ministerios de Salud de Perú, Bolivia, Colombia y Ecuador, la Organización Panamericana de la Salud, a través de su Programa Subregional para América del Sur y sus Oficinas en los Países, así como otros socios.

Garantizar el acceso a las vacunas a la población que vive en territorios transfronterizos de la región amazónica puede resultar un desafío muy complejo, debido a razones logísticas y geográficas, baja densidad de la población, distancia de los servicios (llevar vacunas y mantener la temperatura correcta), enorme brecha en los recursos humanos en salud, baja percepción de la población sobre los resultados producidos por la vacuna, barreras interculturales y lingüísticas.

### **3.6. Los diálogos de saberes**

Las iniciativas que han priorizado un enfoque intercultural mediante la implementación de diálogos de saberes e instrumentos de comunicación intercultural son mejor aceptadas por estas poblaciones y alcanzan una mayor calidad en los resultados. La OPS publicó en 2022 una metodología para los diálogos de saberes, o diálogos interculturales, que “son procesos de comunicación e intercambio entre personas, grupos o comunidades que provienen de diferentes orígenes o culturas. En el caso del sector de la salud, los intercambios tienen lugar entre ciertos grupos o individuos y el personal de salud formal. Su objetivo es, entre otros, mejorar la accesibilidad a los servicios de salud y construir la salud intercultural con énfasis en la resolución de problemas previamente planteados y sus causas, la comprensión mutua y la creación de vínculos sólidos”.<sup>226</sup> Los diálogos de saberes nos permiten identificar brechas y necesidades con una metodología ajustada a los diferentes contextos y basada en la igualdad, el respeto mutuo y un consenso previo.

## **4. CONCLUSIONES**

Para concluir, a pesar de los esfuerzos de los gobiernos y actores latinoamericanos para implementar políticas públicas que apuntan a reducir las desigualdades que afectan a las personas vulnerables durante varias décadas, las disparidades se han ampliado en los últimos años.<sup>227</sup>

Como afirma el documento CE170/14 de la OPS mencionado anteriormente, “los patrones de vulnerabilidad, desigualdad y negligencia o abandono también reflejan el incumplimiento de las obligaciones de no discriminación plasmadas en la legislación internacional en materia de derechos humanos y en los compromisos asumidos en el marco de la Agenda 2030”.<sup>228</sup>

---

<sup>225</sup> OPS. 2020. "Colombia y Perú suman esfuerzos para proteger la salud de pueblos indígenas en su frontera común", Washington, D.C., junio [online] <https://www.paho.org/es/noticias/24-6-2020-colombia-peru-suman-esfuerzos-para-proteger-salud-pueblos-indigenas-su-frontera>

<sup>226</sup> OPS. 2022. Metodología de los Diálogos de Conocimiento. Manual del facilitador. <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55896>

<sup>227</sup> CEPAL. 2021. Op. cit.

<sup>228</sup> OPS. 2022. CE170/14.

La respuesta a la pandemia no ha dado prioridad a los grupos vulnerables que, en consecuencia, han sido los más afectados y siguen quedando rezagados. De hecho, los impactos de la pandemia reflejan las desigualdades preexistentes en la Región y en todo el mundo.

Esta crisis debe tomarse como una oportunidad para reafirmar la importancia fundamental de priorizar a las poblaciones vulnerables poniendo la "equidad en el centro". Necesitamos cerrar la brecha entre los compromisos y la acción para retomar el camino hacia el objetivo más importante de no dejar a nadie atrás, y avanzar hacia los Objetivos de la Agenda 2030 y de la Agenda de Salud Sostenible para las Américas 2018-2030.<sup>229</sup>

---

<sup>229</sup> OPS. 2022. CE170/14.

## O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva, Tomé Cá  
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

### UNIÃO AFRICANA

#### 77ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas

#### Discurso de Macky Sall, Presidente da República do Senegal, atual Presidente *pro tempore* da União Africana

O fio condutor do discurso foi definido com base no tema: “*Um momento definidor, soluções transformadoras para desafios interdependentes*”.

Em nome da União Africana, o Presidente começou pela constatação de que desde a última AGNU, o mundo tornou-se mais perigoso e incerto, sob a combinação multifatorial de aquecimento global, perigos de segurança e sanitários, bem como o conflito na Ucrânia e que o tema desta sessão bem destacou a necessidade urgente de se agir em conjunto para aliviar as tensões, curar o nosso planeta, reduzir as persistentes desigualdades Norte-Sul e para atribuir um novo significado ao multilateralismo. Para que isso fosse viabilizado, o Conselho de Segurança é deve tratar todas as ameaças à paz e à segurança internacionais da mesma forma, incluindo em África porque o terrorismo que atualmente ganha terreno no continente não é apenas um assunto africano. Ele é uma ameaça real e global que recai sob a responsabilidade principal do Conselho, enquanto órgão fiador do mecanismo de segurança coletiva, ao abrigo da magna Carta da ONU. Por conseguinte, a União Africana apela ao Conselho de Segurança para um melhor empenhamento no enfrentamento do terrorismo em África, com mandatos mais apropriados e recursos mais substanciais. Além disso, a União Africana apela, uma vez mais, ao levantamento das sanções estrangeiras impostas ao Zimbabué, porque estas duras medidas continuam a alimentar um sentimento de injustiça contra todo um povo, agravando o seu sofrimento num momento de crise profunda.

No Médio Oriente, a União Africana reitera o direito do povo palestiano a um Estado viável, coexistindo pacificamente com o Estado de Israel, cada um no interior de fronteiras seguras internacionalmente reconhecidas. Igualmente foi lançado o apelo à desescalada e à cessação de hostilidades na Ucrânia, para uma solução negociada, para evitar o risco catastrófico de um conflito potencialmente global.

Relativamente à governança global, o Presidente Macky Sall chamou à atenção de que decorridos quase oitenta anos após o nascimento do sistema das Nações Unidas e das instituições de *Bretton Woods* (Banco Mundial e FMI), *é tempo* mais que suficiente de se estabelecer uma governança mais justa, mais inclusiva e mais relevante, consentânea com as realidades do nosso tempo. *É também tempo* de se superar a relutância e desconstruir as narrativas que persistem em confinar África às margens dos círculos de tomada de decisão mundiais. *Chegou o momento* de se abordar as justas e legítimas exigências de reforma do Conselho de Segurança, conforme refletidas no Consenso de Ezulwini<sup>230</sup>.

---

<sup>230</sup> O **Consenso de Ezulwini** (uma localidade turística no Reino de Essuatíni, anteriormente conhecido por Suazilândia, limitado pelas fronteiras com Moçambique e África do Sul) é uma posição sobre a reforma das Nações Unidas, acordada pela União Africana. O Consenso é o apelo a um Conselho de Segurança

No mesmo diapasão, o Presidente *pro tempore* recordou a solicitação da União Africana de um assento no G20 para que a África possa, finalmente, ser representada onde são tomadas as decisões que afetam um bilhão e quatrocentos milhões de africanos, agradecendo calorosamente aos parceiros que já manifestaram o seu apoio e convidou outros a considerarem favoravelmente a candidatura da União Africana.

No que diz respeito à *governança económica e financeira*, chamou à atenção sobre o Relatório de 2022 para financiamento do desenvolvimento sustentável, produzido por cerca de 60 instituições multilaterais, incluindo o FMI, o Banco Mundial, o Comitê de Basileia de Supervisão Bancária, a Associação Internacional dos Reguladores de Seguros e do Conselho de Estabilidade Financeira, demonstrando que o referido relatório identificou deficiências importantes nos processos de avaliação aplicados pelas agências de *notação financeira*<sup>231</sup>, e sublinhou a importância de se aplicarem "*metodologias transparentes, a fim de não minar a confiança nas notações financeiras*". Ele salientou as preocupações do continente pelo facto da percepção de risco em África continuar a ser superior ao risco real, com impactos no aumento dos prémios de seguro e a consequente penalização da competitividade das economias africanas. E foi com base nesta constatação que a África renova a sua proposta ao Grupo de Resposta a Crises sobre Alimentação, Energia e Finanças (*Global Crisis Response Group on Food, Energy and Finance*), para se envolver com o G20, o FMI e o Banco Mundial, para se empenhar num diálogo construtivo com as agências de notação de risco sobre a melhoria do seu funcionamento e métodos de trabalho e de avaliação. No mesmo espírito e face à escala sem precedentes da crise económica global, a União Africana reitera o seu apelo à redistribuição parcial dos Direitos de Saque Especiais (*Special Drawing Rights*) e à implementação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20 (*the G20 Debt Service Suspension Initiative*).

O Presidente da União Africana realçou que esse choque sem precedentes desestabiliza ainda mais as economias mais fracas e torna a sua necessidade de liquidez ainda mais premente, para mitigar os efeitos da inflação generalizada e para apoiar as famílias e camadas sociais mais vulneráveis, especialmente os jovens e as mulheres. Além disso, há uma necessidade de abordar novas e antigas emergências de saúde, incluindo câncer, um assassino silencioso que continua a ceifar milhões de vidas em todo o mundo, lançando por isso, um apelo a uma mobilização geral a favor da campanha *Raios de Esperança* (Rays of Hope) da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para reforçar as capacidades dos Estados-Membros, particularmente em África, na luta contra o câncer, utilizando tecnologias nucleares como a imagiologia médica, a medicina nuclear e a radioterapia.

Relativamente ao clima, pontuou a importância da próxima COP-27 em Sharm El Sheikh no Egito, reiterando o compromisso de África com o Acordo Climático de Paris e, simultaneamente, o desejo de se alcançar um consenso para uma transição energética justa e equitativa, como foi solicitado na Cimeira África-Europa em fevereiro passado, na sessão alargada da Cimeira do G7 em junho, e recentemente no Fórum Financeiro de Adaptação de África em Roterdão, e que é legítimo, justo e equitativo que a África, o continente que menos polui e mais atrasado no processo de industrialização, explore os seus recursos disponíveis para fornecer energia básica, melhorar a competitividade da sua economia e alcançar o acesso

---

mais representativo e democrático, no qual a África, como todas as outras regiões do mundo, esteja representada.

<sup>231</sup> É uma **avaliação** da **credibilidade** e da **capacidade** de **cumprimento** das **responsabilidades financeiras** de uma entidade ou **de um país** feita geralmente por uma **empresa especializada** ou por um grupo de **especialistas** (*rating*, em inglês)



universal à eletricidade, recordando que ainda hoje mais de 600 milhões de africanos ainda vivem sem eletricidade. Além disso, considerou o financiamento da adaptação não como ajuda, mas como uma contribuição dos países industrializados para uma parceria global de solidariedade, em troca dos esforços dos países em desenvolvimento para evitar os padrões poluentes que mergulharam o planeta na atual emergência climática.

O Presidente Macky Sall quis também tocar na questão do relacionamento com todos seus parceiros de África, ao atrair a atenção dizendo que além das emergências atuais, está na AGNU para transmitir a mensagem de um continente determinado a trabalhar com todos numa ética relacional de diálogo de confiança e respeito mútuo, confessando que a África já sofreu o suficiente do fardo da história, não quer ser o terreno fértil de uma nova guerra fria, mas sim um polo de estabilidade e oportunidade aberto a todos os seus parceiros, numa base mutuamente benéfica. Que o continente veio dizer que não ignora que a África, confrontada com desafios, precisa de ser pacificada e estabilizada. Mas também veio dizer que a África é também fornecedora de soluções, com uma área de 30 milhões de km<sup>2</sup>, os seus recursos humanos, mais de 60% das terras aráveis do mundo, os seus recursos minerais, florestais, hídricos e energéticos. E esta África das soluções quer envolver-se com todos os seus parceiros numa relação reinventada que transcenda o *preconceito de que quem não está comigo está contra mim*.

Para finalizar, o Presidente *pro tempore* afirmou que a África é defensora de um multilateralismo aberto e respeitador das diferenças, porque o sistema das Nações Unidas, nascido das cinzas da guerra, só pode ganhar o apoio de todos com base em ideais partilhados, e não em valores locais erigidos como normas universais, pois trabalhando em conjunto, respeitando as nossas diferenças, se possam restaurar a força e a vitalidade da razão de ser das Nações Unidas, salvar as gerações presentes e futuras do flagelo da guerra, fazer avançar a coexistência pacífica dos povos, e fomentar o progresso através da criação de melhores condições de vida para todos<sup>232</sup>.

## **PRINCIPAIS EVENTOS À MARGEM DA AGNU**

### **A CPLP**

A participação da CPLP na AGNU pode ser apreciada através de entrevista concedida pelo seu Secretário Executivo, o diplomata timorense Zacarias da Costa, concedida à ONU News.

Nessa entrevista, o Secretário Executivo da CPLP destacou vários pontos de interesse para a Comunidade, começando pela justificação de não poder acontecer este ano a reunião informal do Conselho de Ministros na sequência de eleições angolanas seguidas de empossamento do novo Governo. Exercendo Angola a Presidência *pro tempore* da CPLP, o recém empossado Ministro das Relações Exteriores não dispunha de tempo hábil para estar em Nova Iorque e presidir à reunião informal do Conselho de Ministros da CPLP.

Dando resposta à pergunta relacionada à guerra na Ucrânia, disse que ela não afeta somente os países situados em África com também afeta Timor-Leste. Destacou o esforço de Portugal e do Brasil na facilitação de entrada de refugiados e aprendizagem de língua portuguesa.

---

<sup>232</sup>[https://au.int/sites/default/files/pressreleases/42201-other-Discours\\_PR\\_77e\\_Session\\_AG\\_ONU\\_VF\\_en-GB\\_3.pdf](https://au.int/sites/default/files/pressreleases/42201-other-Discours_PR_77e_Session_AG_ONU_VF_en-GB_3.pdf)

O Secretário Executivo fez uma interessante apreciação sobre o progresso de língua portuguesa em Timor-Leste, que está a fazer os possíveis, à semelhança dos restantes Estados-Membros, para que a língua portuguesa fosse falada por toda a população. Considera que é um esforço que exige a participação dos Estados-Membros que têm possibilidades como Portugal e Brasil que têm estado a contribuir nesse esforço, realçando que é um esforço contínuo não só do ensino, do ensino básico e secundário, mas também nas universidades. Numa primeira fase, já foi ultrapassada a formação de formadores. Agora Timor-Leste está na segunda fase, que é de dispor de manuais acessíveis a todos, a todos os estudantes, de produção destes manuais, promover com que a própria língua seja usada no dia a dia, que já é, pelo menos nas escolas. Consideram-se escolas de referência as que já usam o português nos ensinamentos básico e secundário. No passado nem todos os alunos que chegavam à universidade tiveram essa formação no ensino secundário, mas hoje, com a produção de manuais escolares desde o ensino básico, já é possível, entre 50 - 55%. Também é preciso recordar que a língua portuguesa não era usada nos 24 anos de ocupação indonésia e, portanto, não é fácil nos primeiros anos, muito embora Timor-Leste já tenha chegado aos 20 anos da independência, ter um uso generalizado de língua portuguesa. Existem vários estudantes no Brasil, em Portugal e Moçambique sendo isto um esforço que tem que ser feito nos próximos 10 anos, por forma a atingir-se pelo menos 80%. O Secretário Executivo está convicto de que o português não está a perder terreno em Timor-Leste, mas ganhando terreno, dando exemplos de outros Estados-Membros que não tenham domínio de 100% do português. Sobre a língua portuguesa nas Nações Unidas, informou que já é a língua utilizada em mais de 30 instituições desta organização e esforços estão sendo feitos para elevar esse número.

Assinalou que a CPLP está no segundo mandato da Presidência de Angola, que elegeu a cooperação económica como um tema forte desta presidência. A próxima presidência, que será anunciada brevemente, irá para São Tomé e Príncipe que continuará a agenda económica já que se está num período difícil, de recuperação económica, em que a CPLP deu um impulso muito grande com a realização este ano das reuniões de Ministros do Comércio, Finanças e Economia que produziram uma agenda estratégica e um plano de ação muito ambiciosos.

Para finalizar realçou a feliz notícia de que o Parlamento da Guiné Equatorial ratificou o Acordo de Mobilidade que representa também um marco importantíssimo histórico na vida da CPLP, esperando que nos próximos meses se possa também avançar com as parcerias decorrentes da história deste acordo. Lembrou que o Acordo de Mobilidade, irá dinamizar muito mais a circulação dos cidadãos dentro da Comunidade e tirar vantagens que ele irá oferecer aos Estados-Membros da CPLP<sup>233</sup>.

## **CDC África**

À margem da AGNU e sob o patrocínio da Fundação das Nações Unidas (*The Digital Impact Alliance*, [DIAL](#)), o CDC África e [Smart Africa](#) concluíram um acordo para trabalharem em conjunto no sentido de acelerar a utilização de tecnologias digitais para melhorar os cuidados de saúde e fortalecer os sistemas de saúde em todo o continente africano. O evento foi testemunhado pela presença do Presidente do Malawi, Ministros da Economia Digital do Ruanda, do Togo, da Serra Leoa e altos dirigentes de organizações parceiras de desenvolvimento, do sector privado, do meio académico e da sociedade civil.

---

<sup>233</sup> <https://news.un.org/pt/interview/2022/09/1802281>

O acordo assinado centrar-se-á na conexão de todas as instalações de saúde e trabalhadores de saúde de África até 2030, avançando na proteção dos dados de saúde, da portabilidade, interoperabilidade e governança, trabalhando conjuntamente na organização de reuniões sobre saúde digital a serem acolhidas pelos Estados-Membros da União Africana.

O Memorando de Entendimento também irá permitir a organização conjunta da cúpula “Africa HealthTech Summit” que terá lugar à margem da próxima Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África (CPHIA22), que deverá ter lugar em Kigali, de 13 a 15 de dezembro próximo<sup>234</sup>.

### **Cimeira sobre Segurança Alimentar Mundial**

Um assunto paralelo que aqui realçamos é a cimeira sobre a segurança alimentar mundial. Como é de esperar que por ocasião das sessões da AGNU, algumas iniciativas/reuniões de alto nível são organizadas por diferentes entidades. Essa é uma dessas sessões que nos interessa aqui pela importância que ela reveste para os países africanos, aliás foi assunto expresso em quase todas as intervenções dos representantes dos países africanos.

Ainda no dia 20 de setembro de 2022, logo após a sua intervenção na sessão de debate geral, o presidente do Senegal e presidente em exercício da União Africana, Macky Sall, participou numa Cimeira sobre a Segurança Alimentar Mundial, em conjunto com o presidente do conselho da UE, o secretário de Estado dos Estados Unidos e o primeiro-ministro de Espanha.

A cimeira observou que a segurança alimentar é atualmente o principal desafio a nível mundial. Que a atual crise alimentar mundial está a ser exacerbada pelas guerras incluindo a da Rússia com a Ucrânia. O espectro da fome paira em muitas partes do mundo e chegou o momento de traduzir, em ações concretas, os compromissos políticos que vem sendo assumidos. No final da sessão, produziu-se a chamada Declaração da Cimeira dos Líderes sobre Segurança Alimentar Global nos termos que são aqui resumidos:

*Nós, líderes dos Governos de Espanha e dos Estados Unidos da América, da União Africana, da União Europeia, da Colômbia, da Alemanha, da Indonésia, da Nigéria, reunidos em 20 de setembro de 2022, afirmamos o nosso compromisso de agir com urgência, à escala e em concertação, para responder às necessidades urgentes de segurança alimentar e nutricional de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo*

Nesse dia 20 de setembro de, mais de 100 Estados-Membros das Nações Unidas aprovaram o [Roteiro para a Segurança Alimentar Global - Apelo à Ação](#). A declaração conjunta foi assinada com 7 pontos chamados “linhas de ação específicas”.

### **Cimeira Extraordinária da CEDEAO**

Um outro evento paralelo importante a realçar, é a [Sessão Extraordinária da Cúpula/Cimeira da CEDEAO](#).

Os Chefes de Estado da CEDEAO realizaram uma Cúpula/Cimeira Extraordinária à margem da Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, na quinta-feira, 22 de setembro sob a presidência do Senhor Umaro Sissoko Embaló, Presidente da Guiné-Bissau e Presidente em exercício da Cimeira dos Chefes de Estados e de governo da CEDEAO. A Guiné-Conacri e o Mali foram os dois principais temas de discussão. Precisa-se lembrar que 3 dos 15 países que

---

<sup>234</sup> <https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-and-smart-smart-africa-partner-to-advance-digital-health-in-africa/>

compõem a CEDEAO<sup>235</sup>, estão em um estado de regime militar resultados de golpes de estados perpetrados entre 2020 e 2021. São eles, o Mali, a Guiné-Conacri e o Burkina Faso.

O assunto de discussão é o relatório sobre a evolução da situação política na Guiné-Conacri, especificamente, o processo de estabelecimento de um calendário consensual para o retorno a ordem constitucional. No que concerne ao Mali, a questão dos 46 soldados da Côte d'Ivoire retidos em Mali por violação do seu território. De lembrar que o Mali vive em longo período de instabilidade militar desde 2013 com a invasão dos jihadistas ao país. Em 2020 houve um golpe de estado militar e a ONU enviou os seus capacetes azuis para a segurança interna enquanto o país se organiza para as eleições. Desde a mais de 3 meses, 49 soldados ivoirenses, alegadamente enviados em apoio à missão das NU, mas que foram considerados pelo Mali como ilegais e foram detidos desde a chegada ao aeroporto de Bamako<sup>236</sup>

Apos as discussões que se seguiram à análise do relatório apresentado pelo mediador da CEDEAO para a Guiné-Conacri e, constatando que não se registaram progressos suficientes no estabelecimento de um calendário de transição aceitável, a Assembleia decide impor [sanções diplomáticas, económicas e financeiras graduais ao país](#). O teor das sanções pode ser encontrado no site. No entanto, aqui quisemos notar que as sanções tal como indicadas, acabam por penalizar mais as populações e aos sistemas de saúde agravando ainda mais a instabilidade política e social nos países. Foi o caso com o Mali que depois de mais de um ano, a CEDEAO acabou por abandonar as sanções e voltar às negociações com o país

Em relação a Mali, ficou decidido o envio de uma missão diplomática de alto nível composta pelo Presidente do Togo, do Gana e do Senegal para efeito de negociação com as autoridades militares.

## **DEMAIS ASSUNTOS NÃO RELACIONADOS À AGNU**

### **Simpósio sobre governança migratória baseada em direitos**

O Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, a Divisão do Trabalho, Emprego e Migração e a Organização Internacional para as Migrações organizaram um simpósio de 3 dias sobre a governação baseada nos direitos: regresso, readmissão e reintegração (**RRR - Return, Readmission, and Reintegration**), em Pretória, África do Sul, de 14 a 16 de setembro.

A reunião recordou que nos últimos anos e em conformidade com as obrigações decorrentes do direito internacional, bem como quadros internacionais e continentais fundamentais, a saber: o Quadro da Política de Migração para África e o seu Plano de Ação (2018); o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular (2018); o Protocolo ao Tratado que estabelece a Comunidade Económica Africana Relativa à Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Direito de Estabelecimento, e a Zona de Comércio Livre (2018); a Agenda 2063 da União Africana (2015); e a Agenda 2030 das Nações Unidas (2015).

O objetivo do simpósio de 3 dias, reunindo de peritos técnicos, era preparar conjuntamente materiais relevantes para facilitar uma série de diálogos entre o corpo diplomático africano, em particular em Adis Abeba, Bruxelas, Genebra e Nova Iorque, considerando a importância estratégica destes locais para o diálogo inter-regional sobre

---

<sup>235</sup> Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gambia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo

<sup>236</sup> Capital do Mali

proteção dos migrantes e RRR. No simpósio, as equipas da UA-IOM examinaram conjuntamente os materiais disponíveis e os conhecimentos especializados de ambas as organizações, selecionaram os recursos mais adequados para o efeito, e racionalizaram quaisquer potenciais inconsistências. O simpósio analisou ainda:

- Os quadros contextual, jurídico e político internacionais;
- Governança da migração laboral e sistemas de proteção dos migrantes;
- Regresso, readmissão e reintegração (RRR), princípios chave de regresso, readmissão e reintegração;
- Operacionalização da iniciativa de diálogo diplomático.

No terceiro dia, foi elaborado um quadro técnico com áreas temáticas para orientar a iniciativa do Diálogo Diplomático Africano e mensagens chave específicas em relação à metodologia de realização da iniciativa. As ações de acompanhamento e a subsequente série de diálogos que culminam num pacote feito à medida para os diálogos diplomáticos esperados entre o corpo diplomático, irão assim concentrar-se em:

- melhoria das competências e conhecimentos fundamentais sobre a proteção dos migrantes, incluindo a gestão do regresso baseada nos direitos e a reintegração sustentável;
- promover a compreensão dos quadros continentais e internacionais de proteção dos migrantes, bem como das leis, acordos e plataformas não vinculativas que regem a cooperação internacional em matéria de regresso, readmissão e reintegração;
- partilha de boas práticas, bem como de instrumentos-chave para a proteção dos migrantes e a cooperação em matéria de regresso e readmissão no quadro de uma abordagem abrangente da RRR.

De assinalar que o [referido simpósio](#) reuniu peritos técnicos da Comissão da União Africana e dos escritórios da OIM em Genebra e em África.

### **Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA)**

#### **Painel de Revisão Técnica (TRP) seleciona cinco (5) fabricantes locais para apoiar a expansão da produção de medicamentos e produtos médicos**

A Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e os parceiros realizaram uma oficina do [Painel de Revisão Técnica](#) (TRP) relativa à iniciativa farmacêutica da Zona do Comércio Livre Continental (AfCFTA) em Kigali, Ruanda, de 13 a 15 de setembro. O objetivo do seminário era rever as propostas de manifestação de interesse apresentadas para produzir produtos para cuidados de saúde materno-infantil, neonatal e sexual e reprodutivos (SRMNCH - *Sexual, Reproductive, Maternal, Neonatal, Child Healthcare*) em África. Esse painel, cujos membros são da OMS-AFRO, UNIDO, UNICEF, União Africana, AUDA-NEPAD, UNFPA, Farmacopeia dos Estados Unidos (USP) e UNAIDS, foi presidido pela OMS-AFRO.

O Chefe da Secção de Integração Regional da UNECA, deu as boas-vindas aos membros do painel e destacou os acontecimentos históricos que levaram à criação da Iniciativa Farmacêutica. Ele conduziu a reunião através de uma revisão das estruturas globais e regionais baseadas nos três pilares da iniciativa, nomeadamente o *Pooled-Procurement*, a produção localizada, e os padrões de qualidade regulamentar harmonizados dos medicamentos.

Sublinhou que a Iniciativa Farmacêutica AfCFTA liderada pela UNECA fornece um plano validado e continentalmente ancorado para aumentar a escala de SRMNCH em África. A Iniciativa está também a alavancar a implementação da Agência Africana de Medicamentos (AMA) e da Zona de Comércio Livre Continental (AfCFTA).

Nas suas observações iniciais, o representante da Autoridade de Regulação do Ruanda (*Food and Drugs Authority*), disse que o seu governo defende firmemente o agrupamento de aquisições juntamente com os países-piloto e enquanto anfitrião do Secretariado da Agência Africana de Medicamentos (AMA). Explicou que "*estamos ansiosos por colaborar com todos os interessados para assegurar que a produção farmacêutica continental cumpra as normas da OMS*".

O Presidente do painel e Conselheiro Técnico da OMS para a África disse que a Iniciativa Farma deveria ser elogiada pelo trabalho que está a fazer, especialmente no que diz respeito a compromissos de diálogo político. Acrescentou ainda que "*a Iniciativa Farmacêutica com o apoio da AfCFTA representa um investimento lucrativo do sector privado e oportunidades de inovação que irão mudar vidas, reduzir a pobreza e contribuir para o desenvolvimento económico inclusivo e sustentável da África*".

Após longas, mas produtivas deliberações, o painel selecionou cinco (5) das onze empresas para uma avaliação mais aprofundada ao abrigo das Diretrizes da Iniciativa Farmacêutica. As empresas selecionadas serão submetidas a uma avaliação mais aprofundada para determinar o apoio técnico e financeiro de que necessitam da UNECA e dos seus parceiros, a fim de lhes permitir aumentar a produção de produtos SRMNCH de qualidade assegurada em África.

### **COMESA, treina pontos focais em estatísticas de gênero em Djibuti<sup>237</sup>**

A redução das disparidades de gênero é uma das principais agendas do desenvolvimento económico, político e social a nível global. Por isso, em muitos países, a desigualdade de renda entre os gêneros e a escassez de mulheres na tomada de decisão também demandam atenção.

No entanto, há interação entre as questões ambientais e as desigualdades entre homens e mulheres em termos de direitos, responsabilidades e oportunidades. As desigualdades de gênero ajudam a perpetuar a pobreza e a fome, assim como as injustiças no mundo. Por isso, o fracasso em reconhecer e lidar com este fato prejudica esforços para promover modos de vida sustentáveis e ecossistemas saudáveis.

O Gênero e Assuntos Sociais e da Unidade de Estatística do COMESA, promoveu um *workshop* nacional de cinco (5) dias em Djibuti, sobre estatísticas de gênero para integração regional com objetivo criar pontos focais ministeriais sobre questões relacionadas a estatísticas de gênero na região de modo a criar mecanismo para a existência de conjunto mínimo de de indicadores de gênero disponíveis, preencher o questionário de avaliação de gênero que ajudará na identificação de estatísticas e lacunas de capacidade para o país.

O quinto (5º) Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integra a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), determina que para alcançar as metas de igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, com ações que devem ser colocadas em prática pelos 193 países-membro da ONU. Além de promover atividades inclusivas

---

<sup>237</sup> <https://www.comesa.int/gender-statistics-training-for-djibouti/>



e campanhas sociais na comunidade em que estão inseridos, os Cartórios podem auxiliar, junto às entidades estaduais e às centrais eletrônicas na elaboração de levantamentos com dados desagregados, com separação entre o número de mulheres e de homens em cada área de análise, e identificação das regiões e da faixa etária em que a desigualdade está mais evidente.

Durante a abertura do evento, a Secretária-Geral do Ministério da Igualdade de Gênero e Bem-Estar Familiar, Sra. Anissa Hassan Badon, enalteceu a importância do workshop, pois é realizado no momento em que Djibuti está efetuando seu terceiro censo nacional da população, havendo a necessidade de garantir que as políticas nacionais se alinhem com os instrumentos regionais e continentais, garantindo a disponibilidade de dados desagregados por gênero por meio de ferramentas de coleta de dados sensíveis ao gênero e mecanismos de análise de dados. Os dados estatísticos, ajudam os governos a priorizar certas políticas e programas que podem ajudar a reduzir a pobreza e trazer desenvolvimento para seu povo.

### **FAO e SADC lançam Sistema Regional de Gestão de Informação Agrícola<sup>238</sup>**

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em colaboração com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) lançou o inaugural SADC *Agricultural Information Management System* (AIMS), uma plataforma para gerar dados agrícolas para decisões baseadas em evidências - produção para a região. A plataforma AIMS foi desenvolvida através do projeto '[Apoio à Operacionalização da Política Agrícola Regional da SADC](#)' (STOSAR) financiado pela União Europeia (UE).

O lançamento desta plataforma surge em resposta a inexistência de dados confiáveis e harmonizados no setor agrícola na África Austral que poderiam ser usado como principal fonte para formulação de políticas públicas. O que resulta em atrasos consideráveis nos processos de planejamento para implementação de respostas regionais bem coordenadas para conter ameaças que incluem pragas e doenças transfronteiriças, como a Lagarta-do-cartucho e Febre Aftosa que impactam negativamente na produtividade e no comércio da região

A plataforma SADC AIMS é uma aplicação baseada na web com 12 módulos para recolha, armazenamento e análise de informação agrícola. Este sistema é suportado por um servidor de ponta que foi instalado no centro de dados da sede da SADC em fevereiro de 2022. Trinta e dois (32) computadores também foram adquiridos para os 16 países da SADC para garantir que eles tivessem a infraestrutura para configurar um AIMS funcional sistema a nível nacional.

“A abordagem regional adotada por este projeto ajuda a padronizar os procedimentos de gestão e compartilhamento de informações, comunicação sobre segurança alimentar e racionalizar a tomada de decisões sobre a gestão da produção de alimentos. Este deve ser um bom indicador das perspectivas de uma integração regional mais profunda, com o objetivo final de aumentar o acesso aos mercados de exportação e oportunidades comerciais”, disse Tebogo Matlhare, Oficial do Programa da UE.

A plataforma SADC AIMS irá impactar positivamente o setor agrícola na região através da sua capacidade de medir com precisão o desempenho do setor para apoiar e influenciar intervenções estratégicas oportunas, como sistemas de alerta antecipado para ação antecipada. A plataforma AIMS também fornecer informações necessárias para acompanhar o progresso feito para a consecução dos objetivos e compromissos de segurança alimentar e nutricional

---

<sup>238</sup><https://www.sadc.int/latest-news/fao-and-sadc-launch-regional-agricultural-information-management-system>

estipulados nas principais políticas de desenvolvimento, como o [Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional \(RISDP\) 2020-2030](#), o Programa Abrangente de Desenvolvimento Agrícola da África (CAADP) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

“Políticas agrícolas sólidas baseadas em dados são a espinha dorsal de um setor agrícola próspero. São estratégicos para o desenvolvimento da SADC, desbloqueando o crescimento económico, aumentando os rendimentos, melhorando os padrões de vida, erradicando a pobreza e aumentando a segurança alimentar para todos os Estados Membros”, disse Domingos Gove, Director da SADC para a Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR).

“Para garantir que continuemos na vanguarda do combate à fome, a FAO aplica continuamente conhecimento científico moderno, tecnologia e análise de dados para desenvolver políticas inovadoras e orientadas por dados, que sejam bem direcionadas e produzam os resultados desejados”, acrescentou Talla em seus comentários no lançamento.

Por meio do componente AIMS do Projeto STOSAR, todos os 16 Estados Membros tiveram suas capacidades desenvolvidas em harmonização de dados, princípios e operações AIMS para que possam dados regularmente no sistema. Para fins de coordenação e governança nos níveis nacional e regional, foram estabelecidos Comitês Técnicos da AIMS. A plataforma SADC AIMS será acessível através de uma página de destino voltada para o público que será hospedada no domínio do site da SADC.



## A Europa dá um passo à direita

*Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

Nos últimos dias, o cenário político da Europa passou por mudanças notáveis, com avanço do conservadorismo e da extrema direita. Às quedas dos primeiros-ministros britânico e italiano, somaram-se o falecimento da rainha Elizabeth e a vitória da extrema direita nas eleições parlamentares da Itália e Suécia.

O Reino Unido ganhou uma primeira-ministra, Liz Truss, e perdeu sua rainha, sucedida por seu filho Charles III, que assume o reinado. Na ilha continental, ainda que com perfil conservador, o novo gabinete tem a composição mais diversa da história do país, com três ministros negros, de origem africana, sendo uma mulher. São eles: James Cleverly, ministro das Relações Exteriores; a superconservadora Suella Braverman, 42, na pasta do Interior; e o ultraliberal Kwasi Kwarteng, 47, nas Finanças. Pela primeira vez, o Reino Unido não terá nenhum homem branco nos quatro principais postos do governo, sendo a quarta integrante, a vice-premiê, Theresa Coffrey, 50, que também será ministra da Saúde.

A [indicação mais controversa](#) foi a do parlamentar conservador Jacob Rees-Mogg, conhecido pelo ceticismo quanto a necessidade de se combater o aquecimento global, para a Secretaria de Negócios, Energia e Estratégia Industrial. Uma de suas principais atribuições será lidar com a estratégia do governo para o clima, o que gerou temores imediatos quanto a um possível retrocesso na meta britânica de reduzir a zero as emissões de carbono até 2050. O novo secretário - que investe em petróleo e minas de carvão através de um fundo de investimentos que ele próprio ajudou a fundar -, já chegou a afirmar que os esforços para reduzir a zero as emissões de carbono seriam responsáveis por aumentos nos preços de energia.

O falecimento da rainha, aliado à presença de ministros de origem africana no alto escalão do governo podem levar a uma nova fase do movimento de descolonização, uma história sangrenta, inevitavelmente associada à rainha e cujas proporções e legado ainda não são totalmente conhecidos. [Cresce na África o debate sobre uma compensação que o Reino Unido, por exemplo, precisa dar aos cerca de 20 países que colonizou no continente.](#)

[Na Suécia, uma coligação de direita/extrema direita venceu as eleições gerais,](#) derrotando o bloco político de centro-esquerda, que ocupava o poder há 8 anos. A disputa entre o bloco governista, de centro-esquerda, e o bloco de oposição, de direita/extrema-direita, foi apertada e decidida por vantagem mínima. O partido Social-Democrata, que está no governo há 8 anos e é o partido que mais vezes governou a Suécia desde 1930, segue sendo o maior do país, tendo conquistado cerca de 30,5% dos votos, o que representa 107 assentos no parlamento. Contudo, uma mudança importante no jogo político sueco ocorreu nas eleições deste ano. O partido de extrema-direita e de origem neonazista Democratas Suecos (SD) obteve um resultado histórico e expressivo, tornando-se o segundo maior da Suécia, ao obter cerca de 20,6% dos votos nas eleições; cerca de 73 cadeiras no Parlamento. O bloco formado pelos partidos de direita/extrema-direita (Moderados, Democratas-Suecos, Democratas-Cristãos e Liberais) conquistou 176 das 349 cadeiras no Parlamento. A coalizão governista formada pelos partidos Social-Democrata, Verdes, de Esquerda e de Centro, ficou com 173 assentos.

Depois da divulgação dos resultados, Magdalena Andersson, primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra no país, e no posto há apenas 10 meses, anunciou sua renúncia. O líder do Partido Moderado, Ulf Kristersson, principal candidato ao posto de Primeiro-Ministro

pela oposição, terá trabalho para formar um novo governo, pois é sabido que os Liberais e os Democratas Suecos divergem em muitas pautas e se recusam a integrar uma mesma coalizão.

[A Itália teve vitória da extrema direita em suas eleições legislativas.](#) Pela primeira vez desde 1945, um partido que tem origem na tradição neofascista – o Irmãos da Itália, liderado por Giorgia Meloni -, irá governar a Itália. A líder pós-fascista, 45, admiradora durante sua juventude de Benito Mussolini, pode se tornar a primeira mulher a chegar à chefia de governo na Itália. A ascensão vertiginosa de Giorgia Meloni é creditada à sua oposição sistemática ao governo de Mario Draghi, que a associou ao descontentamento dos italianos diante da inflação, guerra e restrições durante a pandemia.

Depois de conquistar a maioria absoluta no Parlamento, a líder do partido Irmãos da Itália (Fratelli d'Italia, pós-fascista) e seus aliados Matteo Salvini, da Liga (anti-imigração), e Silvio Berlusconi, do Força Itália (direita), tentarão formar o governo nos próximos dias. Juntamente com seus aliados, ela promete cortes de impostos e o bloqueio dos imigrantes que cruzam o Mediterrâneo.

A vitória de uma líder nacionalista, muda o posicionamento político da Itália junto à União Europeia. Giorgia defende a revisão de seus tratados e até a sua substituição por uma "confederação de Estados soberanos". A vencedora das eleições se converte, assim, em figura-chave para um eixo radical de direitas na Europa, que passa por Suécia, Polônia e Hungria.

A UE afirmou que trabalha com todos os governos que emergem das eleições no bloco e espera uma cooperação com o novo Executivo da Itália. "Esperamos ter uma cooperação construtiva com as novas autoridades italianas. No momento, esperamos que a Itália proceda com a nomeação de um governo", disse Eric Mamer, porta-voz da Comissão Europeia, o braço Executivo da UE. O governo da Alemanha afirmou esperar que Itália continue "muito favorável a Europa", apesar da vitória do partido pós-fascista nas urnas.

Entrando no campo da saúde global e da diplomacia da saúde, [a 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para a Europa \(RC72\), foi encerrada com participação recorde](#) de ministros, representantes de organizações não governamentais, delegados da juventude e parceiros internacionais, em [discussões e deliberações sobre o trabalho da Organização para os próximos anos](#). Para Hans Kluge, diretor regional, "As estruturas e planos de ação discutidos e endossados no RC72 são ambiciosos, preventivos, mas práticos. Fornecem aos nossos Estados-Membros roteiros claros com marcos bem definidos que conduzem a uma melhor saúde para todos. Para que esses planos sejam bem-sucedidos, no entanto, precisamos de liderança em saúde, recursos de saúde e – crucialmente – vontade política".

Os Estados-membros aprovaram planos de ação para diversas iniciativas, duas delas consideradas emblemáticas: saúde digital e insights culturais e comportamentais, vistas como potencialmente transformadoras da forma como são concebidas, implantadas e fornecidas políticas e programas de saúde. Sob o lema de não deixar ninguém para trás, foi adotado o primeiro quadro de ação europeu para alcançar o mais alto padrão de saúde possível para as cerca de 135 milhões de pessoas com deficiência na Região Europeia da OMS, uma nova pauta na agenda do braço regional europeu da OMS.

Os delegados endossaram planos para melhor direcionar estratégias para acabar com doenças que continuam sendo um desafio na região, como câncer do colo do útero, tuberculose, HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis e hepatite viral. Os delegados também aprovaram diretrizes para combater os danos causados pelo consumo de álcool na região, onde

2.500 pessoas morrem todos os dias como resultado de doenças relacionadas ao dano, mencionado como o maior fardo do mundo.

Se a pandemia parece dar sinais de arrefecimento, a Covid longa é tema recorrente na agenda da OMS Europa, que pode ter até 17 milhões de cidadãos que sofrem da síndrome pós infecção. Organizados, estes pacientes se reuniram em grupos, como o Long Covid Europe, que tiveram ampla participação na sessão especial sobre a síndrome pós-Covid ou Covid Longa.

O relatório “Força de trabalho de saúde e cuidado na Europa: hora de agir”, fez soar outro alarme na região, que diz respeito à carência de profissionais para atender às populações. Com 40% dos médicos perto da idade da aposentadoria, uma longa falta de investimento em profissionais de saúde, tanto em termos de salário quanto de oportunidades de progressão na carreira, e um grande número de profissionais de saúde enfrentando esgotamento severo de quase 3 anos de pandemia, o relatório pede que estratégias sejam traçadas e rápidas ações sejam tomadas para evitar o que poderia ser um desastre para a saúde, com a interrupção de serviços essenciais, por falta de profissionais.

A sessão sobre envelhecimento saudável para todos destacou o fato de que a Região Europeia da OMS tem a idade média mais alta do mundo, com idosos sofrendo o impacto da epidemia de COVID-19 e em risco de solidão e isolamento social com graves consequências para sua saúde mental e física. Nos próximos meses, será delineado um quadro de ação com foco no envelhecimento saudável ao longo da vida, ambientes favoráveis à saúde, cuidados integrados e de longo prazo, combate ao etarismo e monitoramento da pesquisa e inovação. Os delegados levantaram a necessidade de enfrentar os desafios da transição demográfica que muitos países enfrentam atualmente.

Na sessão sobre o combate ao excesso de peso e obesidade infantil, abordou-se a regulação do marketing para crianças, como uma das políticas mais eficazes, mas que é desafiada pela complexidade e poder do marketing digital. Foi apresentado o Relatório Regional Europeu de Obesidade da OMS 2022, que fornece informações valiosas sobre as políticas mais eficazes para os países implementarem. A importância da Iniciativa de Vigilância da Obesidade Infantil do Conselho Consultivo do Diretor Regional sobre Inovação para Doenças Não Transmissíveis foi enfatizada: de acordo com os dados mais recentes da OMS, quase dois terços dos adultos e 1 em cada 3 crianças na Região Europeia vivem com sobrepeso ou obesidade, taxas que estão aumentando. Enfatizando que nenhuma intervenção isolada pode deter a epidemia de obesidade por si só, a primeira-dama da Croácia anunciou o lançamento de uma nova Rede de Primeiras Damas e Primeiros Cavalheiros da Região Europeia da OMS para liderar a defesa de uma abordagem multinível e ação política de alto nível para combater essa ameaça. Uma cimeira sobre este tema será realizada na Croácia em 2023.

Os Estados Membros solicitaram atualização sobre a implementação da Resolução EUR/RCSS/R1, aprovada por maioria em sessão especial do Comitê Regional em 10 de maio de 2022, referente ao Escritório Europeu da OMS para Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (o Escritório de DNT) com sede em Moscou e financiado pela Federação Russa (US\$ 26 milhões em 5 anos). A Resolução foi adotada após a invasão da Ucrânia pela Federação Russa.

As doenças não transmissíveis (DNT) são responsáveis por quase 90% das mortes na Região e é fundamental proteger o trabalho técnico nesta área. Segundo Hans Kluge, a OMS/Europa tomou várias iniciativas para salvaguardar o trabalho técnico do Escritório de DNT, que atingiu 70% de sua execução financeira anual no mês de agosto, o que seria um indicativo

do trabalho técnico contínuo do Escritório. Nenhuma das reuniões programadas foi realizada, mas para Kluge, o trabalho remoto vem permitindo entregas. O Escritório de DNT continuou seu trabalho técnico com os Estados Membros por meio de abordagens sub-regionais e apoio bilateral ou direto ao país. Apesar das considerações do diretor regional, os Estados Membros destacaram a necessidade de diversificação do financiamento para o trabalho da OMS/Europa em DNTs.

Na tentativa de aumentar a relevância da OMS/Europa para os Estados Membros, meta que está no centro do Programa de Trabalho Europeu, 2020–2025 (EPW), o Comitê Regional adotou por consenso a primeira estratégia da OMS/Europa para a colaboração com os países. Com base em consultas com países, parceiros e funcionários, a estratégia irá, entre outras atividades, aproximar o conhecimento técnico do campo, adaptando a colaboração e alavancando parcerias e intensificando o apoio direto por meio dos 30 escritórios da OMS nos países e muitas presenças na Região Europeia. Durante a discussão, os delegados enfatizaram a importância de canais de comunicação abertos e uma abordagem personalizada com escritórios nos países.

Encerrando a sessão do Comitê Regional, Hans Kluge ressaltou a importância de preparar e responder melhor às emergências, mantendo e fortalecendo os sistemas e serviços de saúde essenciais, abordagem que ele chama de “dual track”, enfatizando o papel crucial do multilateralismo na resposta a todos os desafios e oportunidades que estão por vir. Lamentavelmente, o otimismo que emerge com o encerramento da RC72, que congrega países em torno da temática da saúde, contrasta com o cenário político da Europa, que acena para o facismo, levando o multilateralismo para uma situação ainda mais delicada.

## A raiva contra a repressão ganhou um rosto e o mundo

Lúcia Marques

*“Seu Islã a denunciou, agora você veio orar por ela? Você não tem vergonha de si mesmo? Você a matou por dois fios de cabelo! ... Pegue seu Islã e vá”, disse o pai de Mahsa Amini, em um [vídeo viral](#).<sup>239</sup>*

Mahsa Amini, jovem curda<sup>240</sup> de 22 anos, morta enquanto estava sob custódia policial por não usar o véu (hijab) como as autoridades consideram correto<sup>241</sup>, se tornou símbolo do descontentamento com a repressão e o controle clerical. Sua morte reacendeu a raiva, dentro e fora do Irã, contra questões como restrições às liberdades pessoais, os rígidos códigos de vestimenta para mulheres e sobre a conduta da polícia moral, conhecida formalmente como *Gasht-e Ershad*<sup>242</sup>. Soma-se a essa indignação, a insatisfação com uma economia em crise, seja pelas sanções, seja pela corrupção - os protestos são os maiores a acontecer no país desde as manifestações sobre os preços dos combustíveis em 2019 ou desde os confrontos nas ruas no ano passado por causa da escassez de água.

As manifestações já mataram dezenas de pessoas, ente elas, crianças, mais de 435 pessoas ficaram feridas e mais de 750 foram presas, incluindo 60 mulheres. Elas têm desempenhado um papel de destaque nos protestos, acenando e queimando seus véus - algumas cortaram o cabelo publicamente enquanto multidões furiosas clamavam pela queda do líder supremo aiatolá Ali Khamenei.<sup>243</sup>



Assim como a morte do vendedor de frutas na Tunísia, na primavera de 2010, deflagrou uma onda de protestos e revoluções no Oriente Médio e no norte africano, as manifestações sobre morte de Mahsa, em 16 de

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/24/p-rotestos-no-ira-sobe-para-35-o-numero-de-mortos-em-manifestacoes-pelo-caso-de-mahsa-amini.ghtml>

<sup>239</sup> <https://www.dnaindia.com/world/report-you-killed-her-for-two-strands-of-hair-mahsa-amini-father-refuses-to-perform-islamic-prayers-over-her-body-2987147>

<sup>240</sup> Quem são os curdos? Um grupo étnico antigo da Ásia Ocidental, com cerca de 30 milhões de indivíduos, sem um Estado próprio. São a 4ª etnia do Oriente Médio após árabes, persas e turcos. Há milênios, habitam as regiões montanhosas, denominadas Curdistão, que abrangem partes da Turquia, do Irã, do Iraque e da Síria. Seu idioma é o curdo, embora seus indivíduos sejam multilíngues. A maioria é muçumana sunita (um problema no Irã xiita). Um dos grandes líderes muçulmanos durante as Cruzadas, Saladino, pertencia à etnia curda. Os curdos têm um exército chamado Peshmerga que está na linha de frente contra o Estado Islâmico em regiões no norte da Síria e no Iraque – e que aceita mulheres. [.https://pt.wikipedia.org/wiki/Curdos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Curdos)

<sup>241</sup> De acordo com a lei iraniana, que se baseia na interpretação da Sharia pelo país, as mulheres são obrigadas a cobrir os cabelos com um hijab (véu islâmico) e usar roupas largas para disfarçar seus corpos.

<sup>242</sup> A *Gasht-e Ershad*, ou “polícia da moralidade” iraniana, tem ampla liberdade para prender mulheres por roupas ou comportamentos inadequados (cobrindo-se insuficientemente, mostrando muito cabelo, estando com um namorado na rua e assim por diante).

<sup>243</sup> <https://www.arabnews.com/node/2168616/middle-east>

setembro, acusada de violar a lei do hijab, já se espalharam por outros países. Será o estopim para uma outra [Primavera Árabe](#)<sup>244</sup>? Ou é uma contrarrevolução islâmica?

### **A raiva contra a repressão ganhou um rosto e o mundo**

As ondas antigoverno atingiram um ponto nevrálgico nacional.<sup>245</sup> Os protestos começaram com um grande número de mulheres que saíram às ruas em desafio ao governo e à sua aplicação da lei do hijab do país, que obriga o cabelo coberto e roupas folgadas para as mulheres. Mas, a morte da jovem deu um rosto à longa raiva do público sobre as leis religiosas. As manifestações tornaram-se generalizadas e foram ampliadas – com participação de homens –, refletindo a insatisfação dos iranianos comuns sobre suas condições de vida após anos de sanções lideradas pelos EUA, que afetaram a economia, e contra a corrupção generalizada e a má gestão econômica.



Com cenas de dissidência e apelos para acabar com a República Islâmica, os protestos se tornaram um dos desafios mais visíveis para o governo. Apesar das autoridades revidarem com uma repressão brutal, disparos contra manifestantes espancamentos e muitas mortes, as manifestações se espalharam e ganharam o mundo.

As manifestações eclodiram no Curdistão e se espalharam rapidamente para várias outras províncias no noroeste do Irã. “Mulheres, Vida, Liberdade” é a frase que se tornou um hino cantado por dezenas de curdos iraquianos e iranianos. “Não somos contra a religião e não somos contra o Islã, somos secularistas e queremos que a religião seja separada da política”, disse o manifestante Maysoon Majidi, ator e diretor curdo iraniano que vive em Irbil, no Iraque.<sup>246</sup> Comícios foram realizados em diferentes cidades do mundo para expressar solidariedade aos manifestantes iranianos. Em Istambul, Beirute, Seul, Glasgow, Atenas, Toronto, Colônia, Nova York, homens e mulheres também participaram de uma manifestação após a morte da jovem curda. Atletas, artistas do Irã e do mundo apoiam a causa.<sup>247</sup> O slogan “justiça, liberdade, hijab opcional” viralizou [nas redes sociais](#) e nas ruas. O nome de Mehsa Amini foi mencionado no festival anual “Global Citizen Festival” realizado em Nova York com a presença de cantores famosos e bandas como Metallica e Mariah Carey.

O *Anonymous*, grupo de hackers mais famoso do mundo, declarou guerra à República Islâmica em resposta à repressão de protestos e diz que invadiu o site do Conselho Islâmico e

---

<sup>244</sup> Período de transformações, que começou na primavera de 2010, com a morte de um vendedor de frutas na Tunísia e deflagrou onda de protestos e revoluções quando a população foi às ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições de vida. com consequências importantes até hoje. Alguns protestos terminaram pacificamente, outros se transformaram em longas guerras civis, como na Líbia, na Síria e no Yemen.

<sup>245</sup> [ST Explica: O que está impulsionando os protestos no Irã |? The Straits Times](#)

<sup>246</sup> <https://www.arabnews.com/node/2168641/middle-east>

<sup>247</sup> <https://www.bbc.com/persian/live/63024698>



vazou informações. Um documento foi publicado no tweet relacionado a esta notícia em formato PDF, no qual podem ser vistos os detalhes de todos os parlamentares e seus números de celular.<sup>248</sup>

A repercussão internacional gerou bastante desconforto diplomático. O presidente do parlamento **norueguês**, Masoud Qarakhani, publicou vídeo dizendo "O resultado do governo de 43 anos da República Islâmica é Mehsa Amini e o resto daqueles que foram mortos nesses anos. A juventude do Irã está gritando por liberdade e democracia nas ruas".<sup>249</sup> O embaixador **britânico** em Teerã foi convocado pela chancelaria iraniana para cobrar a atmosfera hostil criada pela mídia em língua farsi sediada em Londres contra a República Islâmica, argumentando que isso é considerado uma interferência nos assuntos internos da República Islâmica do Irã e uma ação contra a soberania nacional. A agência de notícias de **Atenas** informou que um coquetel molotov foi lançado na embaixada iraniana em Atenas.

A Anistia Internacional lançou uma petição pedindo uma investigação independente da ONU sobre os "crimes graves" cometidos pelo regime iraniano durante sua repressão a protestos generalizados no país.<sup>250</sup>

Assim como a [BBC persa](#), o jornal Arab News preparou um [especial sobre as manifestações](#) no Irã e os protestos no mundo.

### **Na UNGA77, um discurso pró direitos humanos; na prática, repressão e violência**

Enquanto [discursava](#) na UNGA77, manifestantes do lado de fora do prédio da ONU pediam a queda do presidente iraniano, Ebrahim Raisi.

Em seu discurso no Raisi ressaltou a luta de seu país contra a injustiça e pediu a globalização da justiça. Rejeitando alguns dos duplos padrões de certos governos em relação aos direitos humanos, ele descreveu o unilateralismo como uma ferramenta que tem sido usada para reter muitos países. Disse que a revolução islâmica em seu país foi o início do movimento da grande nação do Irã para buscar seu próprio lugar no mundo.



<https://www.bbc.com/persian/articles/cw0n36g1281o>

O representante do Irã, em resposta às "alegações infundadas" feitas pelo delegado da [República Tcheca](#)<sup>251</sup> contra certos países, reiterou o compromisso de seu governo em "promover e proteger os direitos humanos de todo o seu povo, particularmente mulheres e meninas".

<sup>248</sup> <https://www.bbc.com/persian/live/63024698/page/2>

<sup>249</sup> <https://www.bbc.com/persian/live/63024698>

<sup>250</sup> <https://www.arabnews.com/node/2169836/%20oriente%20m%C3%A9dio>

<sup>251</sup> O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jan Lipavský, [expressou](#) a preocupação da República Tcheca com os direitos humanos globalmente, principalmente com violações alarmantes contra muçulmanos uigures na china, e as situações no Afeganistão, Cuba, Etiópia, Myanmar, Venezuela e Irã, entre outros lugares.

Mais tarde, em entrevista,<sup>252</sup> Raisi chamou os eventos de “um motim” e prometeu repressão aos protestos que acontecem em todo o país persa. O Estado organizou comícios em várias cidades iranianas pró hijab e para combater os protestos contra o governo e o exército prometeu enfrentar "os inimigos" por trás dos distúrbios. A agência de notícias estatal IRNA disse que milhares de pessoas tomaram as ruas de Teerã em resposta a um chamado do Conselho de Coordenação de Desenvolvimento Islâmico do Irã.<sup>253</sup> O governo iraniano acusa agentes estrangeiros e terroristas não especificados de instigar a violência. O uso de celular e internet foi drasticamente restrito. O acesso aos serviços de mídia social Instagram, Twitter e WhatsApp foram bloqueados e as conexões à internet foram interrompidas. A repressão segue violenta.

Ebrahim Raisi é considerado a personificação da repressão; ele se descreve como defensor dos direitos humanos, mas nega seu envolvimento na execução em massa de cerca de 5.000 pessoas, em 1988.<sup>254</sup>

### A Revolução Islâmica e o véu – uma breve história

Na década de 1970 o Irã era governado pelo xá **Reza Pah Levi**, cujo governo era concentrando nos poderes em um pequeno círculo de amigos e aliados. Havia muitas críticas ao seu modo autoritário de conduzir a política e a economia no país. Sua afinidade com o Ocidente suscitava críticas dos opositores conservadores. O personagem com voz mais expressiva na oposição ao xá era o aiatolá Ruhollah **Khomeini**. O líder espiritual e político, exilado em Paris, comandou as forças de oposição ao governo do xá, defendendo reformas sociais e econômicas no Irã, além de recuperar os valores religiosos e tradicionais do islamismo.

Opositores de esquerda, liberais e xiitas se uniram contra o governante e deram início a um processo revolucionário. Finalmente, em 1979, o xá Pah Levi foi deposto do poder e o Irã foi declarado uma República Islâmica. O aiatolá Khomeini assumiu o cargo de chefe religioso e governante do país. A Revolução Islâmica alterou profundamente a estrutura social do país, estabelecendo novas doutrinas que passavam em primeiro lugar pela questão religiosa. O processo revolucionário que inicialmente era guiado por anseios democráticos e de melhorias das condições de vida dos iranianos, resultou no governo de um chefe religioso que transformou o país em um Estado teocrático. A revolução mudou a vida dos iranianos, os castigos corporais foram liberados, a pena de morte entrou em vigor contra os defensores do xá, prostitutas, homossexuais, marxistas e judeus, além de hábitos ocidentais como vestuário, minissaia, maquiagem, música ocidental, jogos e cinema.

Após a morte de Khomeini, em 1989, o Ayatolá Ali Khamenei o sucedeu, se tornando o chefe de Estado a mais tempo no poder no Oriente Médio. Na sua posição de poder, Khamenei pode decretar leis e tomar decisões finais de governo em várias questões, como economia, meio ambiente, política externa e planos nacionais.<sup>255</sup>

A República Islâmica do Irã é presidencialista – tem um presidente, eleito por voto universal e responsável pela coordenação das políticas governamentais. O líder supremo é um aiatolá (um alto sacerdote da religião muçumana) que está acima do presidente e comanda os

---

<sup>252</sup><https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/24/protestos-no-ira-sobe-para-35-o-numero-de-mortos-em-manifestacoes-pelo-caso-de-mahsa-amini.ghtml>

<sup>253</sup> [Iranianos tomam as ruas em apoio ao hijab | The Straits Times](https://www.straitstimes.com/iran-iraq/iranians-take-to-the-streets-in-support-of-hijab)

<sup>254</sup> <https://www.arabnews.com/node/2169451>

<sup>255</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Ir%C3%A1niana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Ir%C3%A1niana)



assuntos estratégicos. Ele controla as Forças Armadas, o Poder judiciário, parte do Legislativo e a hierarquia religiosa no país.

### **O hijab**

O uso do véu (ou hijab) e de vestimentas largas, que não mostrassem o corpo, foram tornados obrigatórios em 1981. Em 1983, o não cumprimento da obrigatoriedade passou a ser punido com 74 chibatadas. Recentemente, em 2022, a lei acrescentou uma pena de até 60 dias de prisão. A polícia da moralidade é frequentemente criticada pelo público por sua abordagem agressiva, e as mulheres são frequentemente detidas e liberadas apenas quando um parente fornece garantias de que seguirão as regras no futuro. Humilhante.

### **Sharia**

É o direito islâmico; é uma espécie de código de moral e conduta que o islão deve seguir. A sharia lida com diversos aspectos da vida quotidiana, bem como a política, economia, bancos, negócios, contratos, família, sexualidade, higiene e questões sociais. É, atualmente, o sistema legal religioso mais utilizado no mundo. A Sharia apresenta certas leis que são tidas como ordenadas diretamente por Alá, concretas e atemporais, para todas as situações relevantes (por exemplo, a proibição de bebidas alcoólicas). Apresenta também outras leis que são derivadas dos princípios estabelecidos pelos advogados e juizes islâmicos, com base em interpretações. E é aí que está a diferença entre a Sharia interpretada pelo Talibã e pelo Irã, por exemplo, ou pelos Emirados Árabes Unidos.

## **NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA**

### **Resultados da Cúpula de Samarcanda da Organização para Cooperação de Xangai**



<https://president.uz/en/lists/view/5544>

Durante dois dias (15 e 16 de setembro) chefes de Estados estiveram reunidos na cidade Samarcanda, cidade chave da antiga Rota da Seda, no Uzbequistão, que detém a presidência rotativa da Organização para Cooperação de Xangai (OCX). A [declaração final](#), política e abrangente, apresenta a posição do bloco sobre política internacional, economia e outros aspectos. Fala dos múltiplos desafios e ameaças em direção a uma nova era de grandes mudanças e desenvolvimento, que o mundo enfrenta. Apresenta várias abordagens para garantir a estabilidade regional, o desenvolvimento econômico sustentável, o fortalecimento dos laços de transporte e comunicação, visando construir uma sociedade mais representativa e democrática. e apenas ordem internacional multipolar. Os países da OCX propuseram respeitar os direitos de cada país de escolher seus próprios caminhos de desenvolvimento político, econômico e social, e destacaram que o princípio de respeitar a soberania nacional,

independência, integridade territorial, igualdade e benefício mútuo de cada país, sem interferência nos assuntos internos ou uso de força é a base do desenvolvimento sustentável das relações internacionais.

Diante dos cenários de tensão conflitos e disputas que o mundo vive, os países membros se comprometeram a manter a paz e a segurança por meios políticos e diplomáticos para enfrentar os conflitos internacionais e regionais; condenaram os atos terroristas; se opuseram à militarização nas áreas de tecnologia da informação e comunicação. Os países membros propuseram realizar a cooperação econômica regional em vários campos e criar condições para o comércio e o investimento para alcançar o livre fluxo de commodities, capital, serviços e tecnologia e aprovaram resolução sobre o estabelecimento de forças-tarefa de inovação, empreendedorismo, redução da pobreza e medicina tradicional. Além disso, o estabelecimento de um roteiro para o aumento gradual da participação das [moedas nacionais nas liquidações mútuas](#) dos Estados membros da OCX, foi um passo importante, uma vez que alguns países sofrem sanções e estão fora do sistema internacional financeiro (SWIFT).

Com a ONU, cuja a subsecretária-geral das Nações Unidas para Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz, Rosemary DiCarlo, o bloco avançou na [implementação do status](#) de observador das Nações Unidas.

A cúpula também divulgou um número recorde de acordos, memorandos de entendimento, conceitos, programas e outras decisões, num total de 44 documentos, incluindo resoluções sobre salvaguardar a segurança alimentar global, segurança energética internacional, enfrentar as mudanças climáticas e manter uma cadeia de suprimentos segura, estável e diversificada. Entre eles:

- Planos de ação: Plano de Ação Abrangente para a Implementação das Disposições do Tratado SCO sobre Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação de Longo Prazo para 2023-2027; Plano de Ação para a cooperação na prevenção e tratamento de doenças infecciosas; Plano de Ação para Cooperação Científica e Técnica nas Áreas Prioritárias (2022-2025);

- Acordos: Cooperação em Turismo; [Cooperação educacional](#); Quadro de Cooperação no Comércio de Serviços entre os Estados Membros da SCO;

- Memorandos de Entendimento (MoU): MoU entre o [OCX e a UNESCO/ONU](#); MoU entre as Secretarias da SCO e a [Liga dos Estados Árabes](#); MoU entre o Secretariado da SCO e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico ([ESCAP](#)); MoU sobre cooperação na área de museus; MoU de obrigações sobre a [adesão do Irã à SCO](#)

- Declarações sobre: ações de resposta às [mudanças climáticas](#); garantia de [cadeias de abastecimento confiáveis](#), sustentáveis e diversificadas; garantia da [segurança alimentar](#) global; garantia da [segurança energética](#); Conceito OCX de Cooperação para o Desenvolvimento da Conectividade e a Criação de Corredores de Transporte Eficientes;

- Programa de Cooperação: uso de Fontes de Energia Renováveis; de desenvolvimento infraestrutural; de Estímulo à Cooperação Industrial entre os Círculos Empresariais da OCX;

- Novas adesões, observadores e parceiros de diálogo: processo de adesão da Bielorrússia ao SCO; concessão de parceiros de diálogo à Maldivas, Bahrem, Emirados Árabes Unidos, Myanmar, Kuwait; [Egito e Qatar](#).

- Sobre tecnologia digital, programas para: Alfabetização Digital; Inteligência Artificial; telemedicina; agricultura «inteligente» e introdução de inovações agrícolas;



À margem da cúpula, várias [reuniões bilaterais](#) entre países e entre o secretário geral da OCX e chefes de Estados. O PM Narendra Modi, da Índia, [conversou com](#) os líderes da Turquia, do Irã, Uzbequistão, Rússia. O Afeganistão foi tema nos vários encontros bilaterais. Todos são unânimes em sua opinião de que o território do Afeganistão não deve ser usado para atividades terroristas e a necessidade de fazer esforços conjuntos para diversificar a cesta de comércio e entrar em acordos de longo prazo para promover o comércio e o investimento para que o país avance para uma economia sustentável. Todos estão de acordo que [ignorar o Afeganistão desta vez será um grande erro](#).

Atualmente, a OCX é composta por oito Estados-Membros (China, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Paquistão, Tajiquistão e Uzbequistão), quatro Estados Observadores interessados em aderir à adesão plena (Afeganistão, Bielorrússia, Irã e Mongólia) e seis "Parceiros de Diálogo" (Armênia, Azerbaijão, Camboja, Nepal, Sri Lanka e Turquia). Índia será a próxima presidente do bloco.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O hijab como estopim para mudanças. Um excelente [artigo publicado](#) no site da BBC persa, descreve a importância e o significado desses protestos e suas repercussões. A barreira mais forte contra a mudança do status das mulheres nas sociedades islâmicas pode ser considerada a barreira da Sharia e da Jurisprudência. Os juristas são os expoentes da Sharia, que é uma mistura da tradição dos primeiros seguidores do Islã e do gosto, visão e cultura dos juristas – mais conservadores, interpretação da Sharia mais conservadora. A base da jurisprudência islâmica é traçar e induzir um modelo para a vida dos muçumanos em todas as épocas e sociedades, baseado nos costumes e tradições dos primeiros seguidores do Islã (remonta ao Século VII) e é considerado modelo obrigatório. O pilar desse modelo de jurisprudência é a discriminação das mulheres e seu controle pelos homens. Eliminar esse pilar será a desconstrução da sociedade islâmica. Mas em muitas sociedades islâmicas, alguns juristas não implementam as regras criminais da Sharia, embora reconhecer a independência feminina seja outro passo. No Irã, a dependência do povo do clero e das leis da Sharia é contrária à liberdade, democracia e estado de direito que a nação iraniana vem buscando. O Talibã é outro intérprete extremamente conservador da Sharia.

A Revolução Islâmica de 1979 trouxe o clero para o centro do poder. A revolução misturou cultura tradicional, jurisprudência islâmica e os gostos dos governantes extremistas em relação às mulheres e criou uma situação infeliz para elas. No topo das leis injustas para as mulheres está o hijab obrigatório e uso de roupas “modestas”, com punições severas para quem

não cumprir.<sup>256</sup> As manifestações das mulheres podem levar a mudanças sobre essa lei de 1981 (do hijab) com reflexos que podem levar a reformas legais e outras mudanças fundamentais e importantes que afetarão o status das mulheres em outras sociedades islâmicas sob domínio de regimes religiosos, como o Afeganistão.

Alguns caminhos já foram abertos. Em 2020, após um processo de revisão de 10 anos, a Declaração de Direitos Humanos Islâmicos – que estabelecia que todos os direitos e liberdades estariam sujeitos à Sharia - trouxe avanços que refletem mudanças ideológicas: islã deixando de ser a salvação. A nova declaração retira do texto a Sharia – ela é indicada apenas como conjunto de valores, não como restrição de direitos - a declaração delega aos estados a primazia sobre as liberdades individuais. E é aí que, segundo o analista Turan Kavaoglu - leitura recomendada<sup>257</sup> -, o documento peca, pois, a maioria dos estados islâmicos tem seus sistemas legislativos baseados na Sharia. Está na constituição de muitos países. Apesar de avanços, omite muitos direitos e ainda reflete a predominância dos sistemas políticos autoritários. Mas demonstra uma tentativa de diálogo com outros organismos e organizações.

A pandemia da Covid-19 reforçou a urgência de reformas e foi uma oportunidade para tentar separar o governo da religião. A Arábia Saudita é uma das nações não laicas mais rigorosas e conservadoras, mas tem acelerado reformas. No início da pandemia, as medidas restritivas entraram em conflito com as lideranças religiosas e houve prisões de clérigos mais ortodoxos que discordavam das medidas sanitárias e da suspensão de ritos. Na ocasião, ficou clara a tentativa da gestão saudita de separar a religião da governança. Neste sentido, o saldo da pandemia foi positivo, não só para Arábia Saudita<sup>258</sup>, mas no Oriente Médio, e pode ser verificado no relatório do Banco Mundial sobre [“Mulheres, Negócios e Legislação”](#), divulgado em 2021 Segundo o relatório, 27 economias implementaram reformas visando a igualdade de oportunidades em sete dos oito indicadores medidos, levando para 45 alterações de dados positivas. Dessas alterações, 17 resultaram de alterações legais promulgadas por economias na região do Oriente Médio e Norte da África.<sup>259</sup>

O avanço também pode ser observado em vários movimentos que buscam a inserção da mulher na recuperação econômica dos países árabes. Em julho de 2021, a Organização de

---

<sup>256</sup> Em 1983, o parlamento decidiu que as mulheres que não cobrissem o cabelo em público poderiam ser punidas com 74 chibatadas. Mais recentemente, acrescentou a pena de até 60 dias de prisão. O presidente Ebrahim Raisi, um clérigo linha-dura que foi eleito no ano passado, assinou uma ordem em 15 de agosto para impor uma nova lista de restrições. Elas incluem a introdução de câmeras de vigilância para monitorar e multar mulheres sem véu ou encaminhá-las para "aconselhamento" e uma sentença de prisão obrigatória para qualquer iraniano que questionar ou publicar conteúdo online contra as regras do *hijab*.

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62985333#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20lei,largas%20para%20disfar%C3%A7ar%20seus%20corpos.>

<sup>257</sup> <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/09/The-Organization-of-Islamic-Cooperations-declaration-on-human-rights-promises-and-pitfalls.pdf>

<sup>258</sup> <https://www.arabnews.com/node/1913276>

<sup>259</sup> A partir da página 29 - ANNEX: SUMMARIES OF REFORMS – estão as reformas promovidas, país a país. [Women, Business and the Law 2021 \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/en/publications/women-business-and-law-2021)

Cooperação Islâmica<sup>260</sup> organizou a 8ª Conferência Ministerial sobre Mulheres<sup>261</sup>. A Conferência teve como tema “Preservando os ganhos da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres à luz da pandemia do Coronavírus e além” e teve como objetivo maior o lançamento da Organização para o Desenvolvimento da Mulher (WDO) que ganhou sede permanente no Egito. A WDO é a primeira organização internacional, no âmbito da OIC, especializada na promoção e proteção dos direitos das mulheres em todos os estados membros da Organização de Cooperação Islâmica.<sup>262</sup>

Portanto, a luta pela não obrigatoriedade do hijab – que agora ganhou um rosto - é um grande passo dado rumo à liberdade e à democracia.

---

<sup>260</sup> Reúne 57 [países](#), todos com expressiva população [islâmica](#), do [Oriente Médio](#), [África](#), [Ásia](#), [América do Sul](#), e [Europa](#). Os objetivos da OIC são promover a solidariedade e a cooperação entre os Estados-membros e velar pela preservação dos [lugares sagrados do Islamismo](#).

<sup>261</sup> <https://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/416809/Egypt/Politics-/Sisi-inaugurates-OIC%E2%80%99s-th-ministerial-conference-o.aspx>

<https://www.gulf-times.com/story/696054/OIC-s-Ministerial-Conference-on-women-kicks-off>

<sup>262</sup> Leia mais em [O que está em jogo não é o uso da burca](#) (Marques, L. Cadernos CRIS - Fiocruz; [Consolidado Ásia Pacífico e Oriente Médio](#): de 03 de dezembro de 2020 a 30 de novembro de 2021, p. 138-143 (140).

## Cooperação Internacional da China e Saúde Global

**André Costa Lobato**

Produtora de vacinas de desenvolvimento próprio e terceirizadas em seu território, a China se afirma e é reconhecida como ator central da saúde global. A atuação se dá pelas capacidades produtivas e a proposição de políticas globais que atravessam os vários determinantes sociais da saúde. Com maiores poderes, o governo chinês passa a organizar suas responsabilidades em cooperação internacional de forma mais especializada: a ajuda internacional ganha agência própria dentro do Ministério do Comércio em 2018. Energia, transporte e construção civil continuam como essenciais para o desenvolvimento de setores como saúde e educação, marcas da qualidade de vida em geral. A ampliação das capacidades produtivas diversifica as linhas de atuação, e as estratégias se desdobram com ênfases específicas, rota da seda digital, verde, de saúde etc. Enfim, o país é hoje um proponente cada vez mais visível nos temas centrais da governança global.

Fundamental na visão de cooperação é o fato de que tanto China quanto os demais países desejam o desenvolvimento, estão em estágios distintos e possuem trajetórias próprias. A cooperação internacional então deve atender a benefícios mútuos e os países recipientes devem solicitar e participar na formulação dos projetos. Do ponto de vista do sistema internacional, multilateralismo e desenvolvimento<sup>263</sup> marcam as propostas do governo chinês. “[Por exemplo, as equipes médicas chegaram no início da década de 1970 à Tanzânia juntamente com operários que trabalhavam na construção do caminho-de-ferro entre Tanzânia e Zâmbia \(TanZam\)](#)”.

Neste século, temos o lançamento do conceito de **Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século 21** (丝绸之路经济带和21世纪海上丝绸之路)<sup>264</sup>, que é uma visão sobre

uma mudança de paradigma da relação chinesa com o resto do mundo. Lançado em 2013, foi marcado pela construção de infraestruturas de energia e transporte. Em 2015, a Comissão Nacional de Saúde lançou um plano de promoção da saúde na rota da seda<sup>265</sup> e no ano seguinte foi anunciada a Rota da Seda da Saúde<sup>266</sup>. Em janeiro de 2017, o presidente Xi assinou um Memorando de Entendimento com a OMS endossando a regulamentação sanitária internacional e promovendo a segurança sanitária na Rota da Seda. Em agosto do mesmo ano, a China lançou a primeira do que seriam as conferências globais bienais de saúde no Cinturão e Rota. No lançamento, mais de 30 ministros da saúde e líderes de agências multilaterais assinaram o Comunicado de Pequim (“Comunicado de Pequim da Cooperação em Saúde do

### **Nova China e Cooperação Internacional**

**1950** – Ajuda a Coreia e Vietnã

**1956** – Bandung, ajuda para além do mundo socialista

**1963** – Primeiro time médico para Argélia

**1993** – Criado o Fundo de Ajuda Estrangeira para Joint Ventures e Projetos Cooperativos

**2000** – Fórum de Cooperação China-Africa

**2013** – 'Nova Rota da Seda'

**2016** – Rota da Seda da Saúde

**2018** – Agência Chinesa Internacional de Cooperação para Desenvolvimento

<sup>263</sup> [http://subsites.chinadaily.com.cn/cidca/2022-05/21/c\\_757069.htm](http://subsites.chinadaily.com.cn/cidca/2022-05/21/c_757069.htm)

<sup>264</sup> Caso haja tempo, falarei um pouco sobre esse nome e como ele se relaciona com outras traduções como “OBOR, Rota da Seda etc”

<sup>265</sup> <https://www.imsilkroad.com/news/p/97802.html>

<sup>266</sup> <https://m.gmw.cn/baijia/2021-04/20/34776016.html>



Cinturão e Rota e Rota da Seda em Saúde”<sup>267</sup>). Entre as prioridades deste comunicado, o combate a doenças infectocontagiosas e programas para saúde materna-infantil.

### **Agência Internacional Chinesa de Cooperação para o Desenvolvimento**

CIDCA, na sigla em inglês, é fundada em 2018. A ajuda internacional deixa de ser um departamento do Ministério do Comércio e passa a ser uma agência. Ênfase em urgências humanitárias, como desastres naturais e epidemias, e nos países mais pobres dos entornos marítimos e continentais da China, ou seja, o entorno geográfico da China e variados países em desenvolvimento.

Em 2021, o CIDCA propôs fornecer 2 bilhões de doses de vacinas COVID-19 ao mundo, doar outras 100 milhões de doses para países em desenvolvimento e US\$ 100 milhões para a COVAX. Até 2024, a agência espera fornecer US\$ 3 bilhões em ajuda internacional para apoiar os países em desenvolvimento no combate à pandemia e na restauração do desenvolvimento econômico e social.<sup>268</sup>

Em janeiro de 2021 o Conselho de Estado divulgou o “**White Paper Chinas International Development Cooperation in the New Era**”. O documento faz uma revisão da atuação internacional em cooperação da República Popular da China, dá continuidade a aspirações iniciais e faz novas propostas. Entre elas:

- Vilejo Global com destino compartilhado.
- Desenvolvimento é a principal prioridade de todos os países.
- Não deve haver interferência sobre os caminhos que os países escolhem para si.
- Deveres compatíveis com capacidades nacionais.
- China agora tem deveres de ‘grande país’ e lança novas políticas de ajuda.
- Responsabilidade principal ainda é do ‘norte’ e cooperação sul-sul é complementar.
- Biodiversidade é a fundação do desenvolvimento e da sobrevivência humana.
- Ciência e tecnologia são forças produtivas primárias.

### **Lançamento da Iniciativa de Desenvolvimento Global na 76ª AGNA**

Em 2021, o presidente Xi Jinping propôs a “Iniciativa de Desenvolvimento Global” na 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas. O objetivo é evitar mais perdas ao desenvolvimento global – vide, por exemplo, o aumento expressivo da miséria – e acelerar a realização da Agenda 2030. A Iniciativa tem oito prioridades: redução da pobreza, segurança alimentar, COVID-19 e vacinas, financiamento para o desenvolvimento, mudança climática e desenvolvimento verde, industrialização, economia digital e conectividade. Um grupo de Amigos da Iniciativa foi criado com países em desenvolvimento. Há uma forte sobreposição com outras grandes agrupações, como o G77, Asean, Cinturão e União Africana. Entre as mudanças a atualização do “Fundo de Assistência à Cooperação Sul-Sul da China” para um “Fundo Global de Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul”.

Em junho deste ano de 2022, a China organizou um Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Global. Nele, o presidente Xi disse que a reunião ocorre em “um momento em que a pandemia de COVID-19 está corroendo décadas de ganhos em desenvolvimento global, a implementação da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável enfrenta

<sup>267</sup> [http://en.nhc.gov.cn/2017-08/18/c\\_72257.htm](http://en.nhc.gov.cn/2017-08/18/c_72257.htm)

<sup>268</sup> [http://subsites.chinadaily.com.cn/cidca/2021-09/28/c\\_665072.htm](http://subsites.chinadaily.com.cn/cidca/2021-09/28/c_665072.htm)

dificuldades, a lacuna Norte-Sul continua aumentando e crises alimentares e de segurança energética estão surgindo”<sup>269</sup>.

Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas deste ano, um novo encontro dos amigos da Iniciativa de Desenvolvimento Global foi realizado<sup>270</sup> e a chancelaria chinesa divulgou a lista dos 32 projetos iniciais<sup>271</sup> da iniciativa. O Ministério do Comércio e sua agência CIDCA são responsáveis pela maioria dos projetos, muitas vezes em conjunto com uma agência da ONU. Do hemisfério ocidental, estão na lista dos projetos: Bolívia (economia digital), Nicarágua (resposta à pandemia e vacinas), Cuba (redução da pobreza) e Antiga e Barbuda (redução da pobreza).

Participou desse encontro o Zhaohui, chefe da CIDCA. Zhaohui mencionou os US\$ 4 bilhões prometidos pelo governo chinês para apoiar projetos "pequenos e inteligentes". Segundo ele, todas as partes podem solicitar o uso do fundo. O governo chinês, disse, também considera a cooperação tripartite ou multipartidária entre os lados chinês e estrangeiro, com diferentes contribuições, para diversificar os modos de operação dos fundos<sup>272</sup>.

### Pandemia e Vacinação

Durante a pandemia de Coronavírus a China teve papel crucial na produção de bens sanitários, como máscaras e vacinas. Suas marcas nacionais produziram cerca de metade das doses do mundo<sup>273</sup>. E, se levarmos em consideração que marcas ocidentais, como a AstraZeneca<sup>274</sup>, terceirizam sua operação para o país, notaremos a relevância do complexo industrial sanitário chinês nas capacidades globais. Principalmente se levamos em consideração que os destinatários dos bens são as populações do mundo em desenvolvimento. Ao lado, no gráfico de 2021 da revista Nature, notamos a presença das vacinas chinesas no sul global. Alguns deles, como o Brasil e demais membros dos BRICS, já possuíam parques de produção de vacinas de vírus inativado. O Brasil, porém, foi o maior receptor de vacinas produzidas na China dentro do agrupamento.

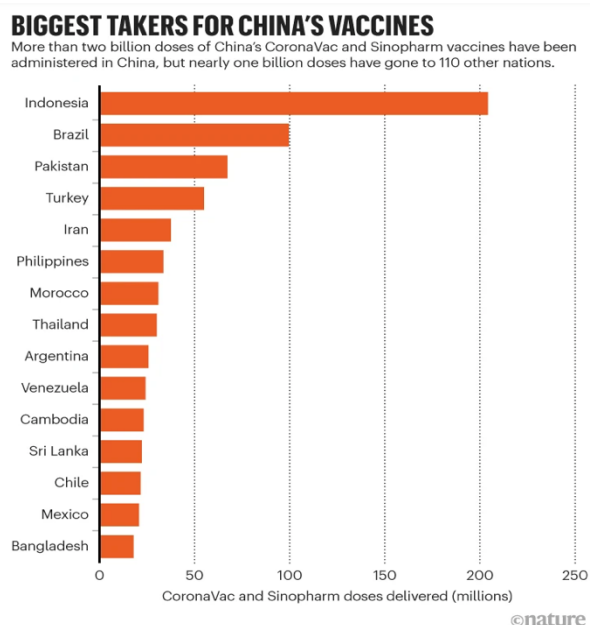


Figure 1 Dados de outubro de 2021: Empresas chinesas oferecem metade das doses globais

Durante sua presidência do BRICS, neste ano, a China fez uma cerimônia de lançamento de um centro de vacinas que havia sido proposto na Cúpula de 2018, na África do Sul.<sup>275</sup>

<sup>269</sup> [http://subsites.chinadaily.com.cn/cidca/2022-06/25/c\\_785517.htm](http://subsites.chinadaily.com.cn/cidca/2022-06/25/c_785517.htm)

<sup>270</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/202209/t20220921\\_10769142.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202209/t20220921_10769142.html)

<sup>271</sup> [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/zxxx\\_662805/202209/P020220921624707087888.pdf](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202209/P020220921624707087888.pdf)

<sup>272</sup> [http://en.cidca.gov.cn/2022-09/22/c\\_814743.htm](http://en.cidca.gov.cn/2022-09/22/c_814743.htm)

<sup>273</sup> <https://www.nature.com/articles/d41586-021-02796-w>

<sup>274</sup> <https://www.pharmaceutical-technology.com/projects/wuxi/>

<sup>275</sup> <https://cee.fiocruz.br/?q=Os-novos-justiceiros-lancamento-do-Centro-Brics-de-P%26D-de-Vacinas-e-a-guerra-Russia-X-EUA-Otan>



O novo centro de vacinas dos BRICS deve operar dentro de um prédio da Sinovac sendo construído em Pequim<sup>276</sup>. O novo prédio foi incluído no plano de ‘projetos-chave de Pequim para 2022’ e nos ‘projetos prioritários médicos e de saúde’ de 2022 do Distrito de Changping.

O novo centro da empresa servirá para pesquisa de todo o processo de vacinas, de matérias-primas a produtos acabados. A expectativa é que o centro da Sinovac seja lançado no quarto trimestre de 2023. O investimento total planejado do centro é de 500 milhões de yuans. A área total de construção é de 26 mil metros quadrados, sendo 6 mil metros quadrados de instalações subterrâneas<sup>277</sup>. O prédio ficará no parque de Changping dentro da “Zona de Ciência e Tecnologia de Zhongguancun<sup>278</sup>”. Em seu website, a Sinovac afirma que sua vacina Cornovac “cumpru sua missão de “bem público global de saúde pública”<sup>279</sup>.



Figure 2 Imagem do projeto do novo centro da Sinovac, onde deve ser instalado do Centro de Vacinas dos Brics: Rua Zhitong, nº 15, Parque Changping, Zhongguancun, Pequim

## Conclusão e discussão

Assim, notamos tanto nas experiências anteriores à Rota da Seda, quanto nas posteriores, como a GDI, uma ênfase em desenvolvimento como fundamento da saúde. No início da atual república, a cooperação era entre países pobres, como os da África em descolonização. Hoje, são iniciativas de governança global com uma quantidade expressiva de países do mundo. Isso ocorre com sistemas nacionais de governança distintos, sendo as estratégias sanitárias para a Covid-19 um exemplo atual.

Há, claro, muito em comum, como demonstra a predisposição das lideranças chinesas de fazer avançar a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Há ainda países preocupados em aumentar sua capacidade instalada biotecnológica, seja para agricultura ou para medicina, de energia elétrica, e de conectividade urbana. Da mesma forma que a produtividade chinesa permitiu uma modernização global com a fabricação de eletrodomésticos de menor custo, agora a capacidade produtiva chinesa concorrerá também em mercados mais seletivos que antes eram exclusividade do ‘norte’ global, como máquinas de sequenciamento, microscópios, inteligência artificial e outras técnicas refinadas.

Com isso em mente, podemos discutir as abordagens e gargalos na cooperação com a China e como as condições específicas dos países produzem demandas e percepções distintas.

Convido, então, os participantes do observatório para um debate sobre os efeitos de fragilização das relações coloniais ‘norte-sul’ diante da atuação chinesa. E, como seria a próxima fase da descolonização da saúde global a partir de uma perspectiva centrada no desenvolvimento contínuo.

---

<sup>277</sup> <https://view.inews.qq.com/k/20220725A08QH200>

<sup>278</sup> <https://en.wikipedia.org/wiki/Zhongguancun>

<sup>279</sup> <http://www.sinovac.com/news/shownews.php?id=1243>

### UNGA

Na declaração do Presidente Biden na 77a UNGA se reafirmou a importância que os EUA dão as Nações Unidas como uma plataforma vital que pode ajudar a enfrentar os desafios mais prementes do mundo de hoje. Os Estados Unidos reconheceram que, neste momento de grandes tensões geopolíticas, todos devem ajudar a moldar uma futura Organização das Nações Unidas que possa cumprir seu mandato e continuar sendo uma instituição central e eficaz de resolução de problemas e anunciaram apoio a três prioridades na 77a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas: Combater a Insegurança Alimentar, Avançar a Saúde Global e a Segurança da Saúde Global e Defender a Carta da ONU para o Futuro da ONU.

Link: [Os EUA reforçam a importância da ONU e anuncia apoio a iniciativas da organização, incluindo a sua reforma.](#)

### Mês da Herança Hispânica 2022

De 15 de setembro a 15 de outubro é comemorado o Mês Nacional da Herança Hispânica., O governo dos EUA celebra as inúmeras contribuições de mais de 60 milhões de hispânicos americanos, latinos, latinos e pessoas que identificam os latinos para a cultura e a sociedade americana. Os hispânicos americanos são o maior grupo minoritário dos Estados Unidos hoje, e gerações de hispânicos americanos têm ajudado consistentemente a tornar o país forte e próspero, contribuindo o a cultura e a economia.

Nesse Mês Nacional da Recuperação, a Administração Biden-Harris anunciou uma série de ações, incluindo a distribuição de US\$ 1,5 bilhão em fundos para todos os estados e territórios, para lidar com a epidemia de overdose e apoiar as dezenas de milhões de americanos em recuperação.

Os meios de comunicação locais em todo o país - de Utah ao Missouri e Virgínia Ocidental - estão relatando financiamento estadual e tribal que apoiará programas e políticas que salvam vidas, como aumentar o acesso ao tratamento para transtorno de uso de substâncias, remover barreiras a medicamentos como a naloxona e expandir o acesso a serviços de apoio à recuperação.

A secretária do HHS, Becerra, declara emergência de saúde pública para Porto Rico após o furacão Fiona.

O secretário do Departamento de Saúde e Serviços Humanos, Xavier Becerra, declarou hoje uma Emergência de Saúde Pública para o território norte-americano de Porto Rico devido ao impacto das inundações do furacão Fiona. A declaração segue a declaração de desastre do presidente Biden e dá aos beneficiários dos Centros de Serviços Medicare e Medicaid (CMS) e seus prestadores de cuidados de saúde e fornecedores maior flexibilidade para atender às necessidades de saúde de emergência.

“Ficaremos tudo o que pudermos para ajudar as autoridades de Porto Rico a responder ao impacto do furacão Fiona”, disse o secretário Becerra. “Estamos trabalhando em estreita colaboração com as autoridades de saúde do território e nossos parceiros federais e estamos prontos para fornecer suporte adicional de saúde pública e médico.”

Ao declarar a emergência de saúde pública e autorizar flexibilidades para os beneficiários do CMS, o Secretário Becerra agiu dentro de sua autoridade sob a Lei do Serviço de Saúde Pública e a Lei da Previdência Social. Essas ações e flexibilidades são retroativas a 17 de setembro de 2022.

Links: [Nos EUA se comemora a herança hispânica e sua relevância para a cultura do país](#)

[Foi declarada emergência pelo furacão Fiona em Porto Rico](#)

[Declaração Conjunta dos Estados Unidos da América e da Organização Mundial da Saúde sobre o Diálogo Estratégico EUA-OMS](#)

No dia 27 de setembro de 2022, o secretário-geral do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA, Xavier Becerra, e o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, realizaram o primeiro Diálogo Estratégico EUA-OMS. Convocado sob a administração Biden-Harris, o Diálogo Estratégico EUA-OMS fornece uma plataforma para maximizar a parceria de longa data entre o governo dos EUA e a OMS, e para proteger e promover a saúde de todas as pessoas em todo o mundo, incluindo o povo americano.

Representantes de todo o governo dos Estados Unidos e lideranças da OMS discutiram várias questões prioritárias de saúde pública global e áreas de colaboração e parceria, incluindo o novo fundo intermediário financeiro para prevenção, preparação e resposta da pandemia, a arquitetura global de saúde e seus componentes políticos e legais que ampliem a capacidade de prevenir, detectar e responder a pandemias e outras ameaças à segurança da saúde com sistemas de saúde resilientes e que promovam a equidade em saúde.

A discussão também abordou os esforços para desenvolver um novo instrumento para a pandemia e o fortalecimento do Regulamento Sanitário Internacional (IHR) através de Avaliação Externa Conjunta e outras ferramentas relevantes, e o reforço das capacidades globais, regionais e nacionais de vigilância e de Saúde Única (One Health).

Além de fortalecer a preparação e a resposta às emergências em saúde, os Estados Unidos e a OMS se comprometeram a fortalecer nossa parceria em áreas-chave para que o mundo atinja os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 com a reorientação da atenção primária integrada à saúde para alcançar a cobertura universal de saúde, investimento na força de trabalho de saúde, engajamento da comunidade e promoção de políticas que reconheçam os vínculos entre meio ambiente e saúde para melhorar a qualidade de vida.

Também reconheceram que para acelerar o progresso da Agenda 2030 e dos seus ODS requer aproveitar os progressos feitos no enfrentamento do HIV, TB, poliomielite e malária, nos avanços da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos e da capacitação de comunidades marginalizadas e vulneráveis. Além disso, a liderança dos EUA e da OMS também discutiu os progressos feitos na reforma orçamentária e de governança, bem como no trabalho da OMS para prevenir e responder à exploração sexual e abuso e assédio sexual.

Reconhecendo que há muito mais a fazer em conjunto para melhorar e promover a saúde pública global, os Estados Unidos e a OMS decidiram estabelecer um grupo de especialistas técnicos para desenvolver um plano de trabalho conjunto com foco em atividades de apoio a esses objetivos de liderança compartilhada. O secretário Becerra e o diretor-geral Tedros farão uma reavaliação no próximo Diálogo Estratégico EUA-OMS a ser realizado no final de 2023.

Link: [Foi realizado o primeiro Diálogo Estratégico EUA-OMS.](#)

## **CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO**

**Anna Carole D'Amelio** - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Agustín Ingratta** - Licenciando em Comercio Exterior, Assessor de Relações Internacionais em Saúde da Direção Nacional de Relações Internacionais em Saúde do Ministério de la Salud de la República Argentina

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Hoirisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

**Danielle Keylla Alencar Cruz** -

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Eduardo Nilson**, *Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília*

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Karinne Marieta Carvalho** – IFF/Fiocruz

**Laurenice de Jesus Alves Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Lara Daibert** – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Lúvia Almeida de Menezes** - Pediatra, Mestre em Saúde da Criança e da Mulher, Coordenadora de Atenção do IFF/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luiz Cláudio Meirelles** - Engenheiro Agrônomo, Mestre em Engenharia de Produção, Coordenador Geral do Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Prof. da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria de Fátima Ramos Moreira** - Engenheira Química, Doutora em Saúde Pública, Vice-coordenadora de Pesquisa, Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

**María del Carmen Calle Dávila de Saavedra** - Médica y Secretaria Ejecutiva del ORAS-CONHU

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Marisela Mallqui Osorio** - Médica y Secretaria Adjunta del ORAS-CONHU

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Pier Paolo Balladelli** - Ex Funcionario senior ONU/OPS/OMS

**Regina Ungerer** - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Rene Mendes** - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Baixada Santista, e Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

**Santiago Alcazar** - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Sofia Farante** - Consultor del Programa Subregional para Sudamérica, OPS/OMS

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **59** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **19** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

OU

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVAQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2022**

**Agenda das políticas de saúde nas Américas e na África – Dia 5 de outubro, 10-12:30h**

**One Health – Dia 19 de outubro, 10-12:30h**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>



## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 18/2022**

***Período de 13 a 26 de setembro de 2022***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2022.**

**217 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.**